

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

MARCIO LEMOS DE SOUZA

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO E SUAS
LIDERANÇAS APOLÔNIO DE CARVALHO E MÁRIO ALVES

NITERÓI
2009

MARCIO LEMOS DE SOUZA

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO E SUAS
LIDERANÇAS APOLÔNIO DE CARVALHO E MÁRIO ALVES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Marly de Almeida Gomes Vianna

NITERÓI
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

S729p Souza, Marcio Lemos de.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e suas lideranças Apolônio de Carvalho e Mário Alves / Marcio Lemos de Souza.- Niterói, 2009.

230p.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

Orientador: Dsc. Marly de Almeida Gomes Vianna.

1. Partido Comunista Revolucionário - PCBR. 2. Ditadura - Brasil. 3. Carvalho, Apolônio de, 1912-2005. 4. Vieira, Mário Alves de Souza, 1923-1970.
I. Título.

CDD 324.281

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

MARCIO LEMOS DE SOUZA

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO E SUAS
LIDERANÇAS APOLÔNIO DE CARVALHO E MÁRIO ALVES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História Social e Política do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para conclusão do Curso.

Aprovada em 13 de abril de 2009 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Dr^a. Marly de Almeida Gomes Vianna (orientadora) – UNIVERSO

Dr. René Louis Laugery de Carvalho – UFRJ

Prof^o. Dr. Lincoln de Abreu Penna – UNIVERSO

Agradecimentos

Aqui é o momento em que agradeço a todas as pessoas que de alguma forma ajudaram na realização deste trabalho. Para evitar cometer alguma injustiça na falta de algum nome, preferi agradecer sem entrar no detalhe dos nomes das diferentes pessoas que me ajudaram.

Inicio meus agradecimentos a minha família, principalmente a meus pais e familiares mais próximos que sempre apoiaram a escolha que tive, incentivando a minha busca em realizar um trabalho de tamanha dificuldade.

Eu agradeço a orientadora Marly Vianna que sempre me apoiou na realização desse trabalho, que acreditou que eu conseguiria realizar uma pesquisa e desenvolver essa dissertação.

Agradeço aos entrevistados, militantes e ex-militantes do PCBR, que contribuíram para a construção desse trabalho. Sempre compreensivos e dispostos a revelar suas experiências de vida, os entrevistados também ajudaram com indicações de outros ex-militantes, fontes primárias e materiais de entrevistas já realizadas.

Agradeço aos acadêmicos dos diferenciados estados do Brasil que me enviaram a própria dissertação, ajudando no desenvolvimento desse trabalho: Sandra Regina Barbosa da Silva, Renato da Silva Della Vechia, Gustavo Falcón, Luis Henrique de Castro Silva.

Agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a desenvolver essa pesquisa. E dedico esse trabalho a todas as pessoas que morreram buscando, numa causa coletiva, uma sociedade mais justa.

Sumário

Sumário.....	04
Introdução.....	06
Capítulo I – O Cenário.....	25
De Jango ao Golpe Militar.....	26
A Ditadura Militar.....	43
Capítulo II - O PCB.....	73
A trajetória do PCB até o Golpe Militar.....	73
O reflexo do Golpe Militar e as divergências internas no PCB.....	86
As cisões no PCB e o VI congresso.....	100
Capítulo III - O PCBR.....	117
A fundação.....	117
O caminho partidário e a luta armada.....	132
As prisões de Apolônio de Carvalho e de Mário Alves.....	142
Conclusão.....	175
Referências.....	179
Anexo I - Linha política do PCBR (Abril/1968).....	186
Anexo II - Nomes e codinomes de dirigente e militantes do PCBR.....	206
Anexo III - Componentes identificados do primeiro comitê central do PCBR.....	210
Anexo IV - Componentes identificados do segundo comitê central do PCBR.....	211
Anexo V - Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia.....	212
Anexo VI - Documento do PCBR estabelecendo as diferenças com o coletivo de.....	215
São Paulo da Corrente Revolucionária criou a ALN	
Anexo VII - Processos envolvendo militantes do PCBR distribuídos por ano.....	216
e por estados	
Anexo VIII - Número de processos envolvendo organizações de esquerda entre 1969....	217
a 1972	
Anexo IX – Relação dos mortos oficiais e desaparecidos no Brasil entre 1964 e 1983....	218
Anexo X – Militantes do PCBR assassinados.....	219
Anexo XI – Organograma organizacional do PCBR no Estado do Rio de Janeiro.....	220

Anexo XII - Lista de procurados políticos pertencentes ao PCBR.....	221
Anexo XIII – Lista de procurados políticos pertencentes ao PCBR em Pernambuco.....	224
Anexo XIV – Planta do DOI-CODI.....	225
Anexo XV – Modelo de levantamento de dados dos procurados políticos.....	227
Anexo XVI – Fotos de integrantes do PCBR procurados pela polícia.....	228

Introdução

O presente trabalho teve por objetivo desenvolver uma pesquisa sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR. Este partido surgiu durante a ditadura militar, como uma forma de protestar e tentar modificar a situação política do Brasil. A repressão governamental praticamente liquidou o partido em janeiro de 1970, menos de dois anos de existência, só sobrevivendo na região Nordeste, até o segundo semestre de 1973. Existem, no entanto, pessoas que dizem que o PCBR está vivo até hoje, exemplos dessa existência foram os assaltos ao Banco do Brasil em Salvador e em Cachoeira, na Bahia, em 1986¹. Apesar das suspeitas em outros assaltos, estes foram fatos isolados e, segundo entrevistados, o PCBR existe, mas de uma forma mais amena². Apesar do período relativamente curto de atuação no quadro nacional (aproximadamente cinco anos), se comparado aos outros partidos políticos, esta dissertação concentra-se nos dois primeiros anos de existência do partido, o período em que o PCBR foi dirigido primeiramente por Apolônio de Carvalho e em seguida por Mário Alves.

Após a tomada do poder em abril de 1964 por um levante militar, apoiado por um grupo de empresários e pelos EUA, o Brasil passou a ser presidido por militares, que iniciaram uma série de medidas repressivas contra os opositores: cassaram o mandato de diversos políticos, demitiram ou aposentaram militares e outros servidores públicos. E quanto mais a população se revoltava mais aumentava a repressão militar. Em decorrência dessa violência governamental, alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), consideraram que só através de ações armadas poderiam conseguir mudar aquela situação de opressão e medo.

Esse tipo de conduta em que a indignação toma a forma de protesto, na tentativa de alterar as condições de vida existentes é chamado de movimento social.

Todo movimento social é voltado para o que se pode chamar de “ação crítica”, isto é, uma luta contra a ordem estabelecida pela classe dominante que exclui o que é inaceitável para esta classe. No setor dominado e subdesenvolvido, a violência se desencadeia freqüentemente, dirigida contra uma dominação cultural e política tanto quanto econômica. É o nacionalismo integrador que atrai para a reforma uma

¹ Revista Veja, 23 de abril de 1986.

² Fato confirmado em entrevista por Bruno Dauster, René de Carvalho e por “Lúcio”, quem mantém o mesmo nome que usava no período da ditadura militar e falou ser um militante ativo do PCBR.

parte importante dos dirigentes dos movimentos. Entretanto, o nacionalismo tem também um sentido de uma luta anticapitalista, sobretudo no período que se seguiu a Revolução Cubana³.

No caso brasileiro, como o PCB tomou uma postura considerada cautelosa, resolvendo aguardar um melhor momento para poder agir, muitos de seus principais militantes não aceitaram essa “espera” e saíram do partido. Esses militantes, alguns deles da direção central, se uniram a trabalhadores assalariados e principalmente a estudantes e fundaram diversos grupos contrários ao governo. As principais organizações foram: Ação Libertadora Nacional (ALN); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); PCBR; Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), num total aproximado de 30 organizações de esquerda.

A maioria desses numerosos pequenos grupos resolveram iniciar a luta armada de guerrilha. Pegaram em armas e fizeram diversos atentados contra o regime, buscando a luta de guerrilha principalmente através da concepção do foquismo. O jornalista Regis Debray, autor que divulgou a concepção do foquismo através do livro *Revolução na Revolução* faz uma relação da luta de guerrilha com movimentos políticos.

A guerrilha revolucionária é clandestina. Nasce e desenvolve-se em segredo; os próprios combatentes usam pseudônimos. No início, mantém-se invisível e quando se deixa ver é no momento e lugar escolhido pelo seu chefe. Em sua ação, como em sua organização, a guerrilha é independente da população civil⁴.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário foi fundado em abril de 1968, tendo como dirigente maior Apolônio de Carvalho. Nos primeiros momentos o partido, que buscava realizar a luta armada só após um amadurecimento de uma base de massas, priorizava o trabalho político. Um exemplo disso foram as constantes reuniões realizadas dentro do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a influência que o partido procurava conquistar nesse sindicato. O PCBR foi o único dentre os grupos de esquerda a se tornar um partido político, com uma linha política que buscava uma independência em relação aos países comunistas. Foi a repressão governamental, entre outros motivos, que levou os militantes do PCBR a tomar uma postura mais guerrilheira que política.

³ TOURAINE, Alain. **Classes médias e política no Brasil. Cap 1 – Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 36.

⁴ DEBRAY, Regis. **Revolução na Revolução.** São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, sd, p. 26.

No final de 1968 o partido mudou de comando, passou a ser liderado por Mário Alves, que desde a fundação já era cogitado para o posto. Como Mário viajou para Cuba pouco depois de ter ocorrido a alteração do dirigente maior do partido, ele realmente assumiu na prática o comando, quando retornou, em meados de 1969. Porém, essa mudança teve importância para o PCBR, porque desde antes da fundação, já havia uma clara divergência de opinião entre Mário e Apolônio quanto à questão da luta armada.

Com o aumento da repressão, muitos desses militantes foram presos. Os detidos eram barbaramente torturados e muitos deram informações que levavam a prisão de outros companheiros. No caso do PCBR, a prisão de alguns de seus integrantes (depois de um assalto frustrado e da captura de um ex-dirigente, que estava afastado, atuando em outra organização) e as revelações que fizeram durante sessões de tortura levaram a polícia à prisão de todos os dirigentes que atuavam no Centro-Sul do país. Apolônio de Carvalho, que foi um dos primeiros dirigentes a ser encontrado pela polícia e um dos poucos que resistiu às torturas sem nada dizer, ficou preso até ser trocado na negociação que se seguiu ao seqüestro do embaixador alemão. Mário Alves, preso três dias depois da prisão do Apolônio, depois de passar por ferozes torturas, sem revelar nenhuma informação comprometedora, teve o intestino perfurado e morreu.

Meu interesse por esse tema é decorrente do desejo em conhecer um pouco dos fatos relativamente recentes do passado brasileiro, como o da ditadura militar, época em que a população viveu a opressão e a censura do sistema ditatorial, um período em que contrariar o governo era por a própria vida em risco de tortura e morte.

Direcionei minha pesquisa para a vida de líderes nacionais, e com isso passei a conhecer personagens que me marcaram muito, das mais diversas classes e formações, cujas histórias de vidas tive grande interesse em aprofundar mais detalhadamente. Nenhum deles, no entanto, me havia dado segurança quanto ao tema a ser escolhido. Foi quando finalizei a leitura da autobiografia de Apolônio de Carvalho⁵ que tive a convicção de que meu tema estava escolhido. Não por considerá-lo um ser divino, mas, pelo fato de uma pessoa tão doce ter tido tanta determinação e tanta força na defesa de seu ideal.

Apolônio de Carvalho, filho de pai militar, nasceu a 09 de fevereiro de 1912, em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Após fazer sua formação na Escola Militar de Realengo, já

⁵ Ver autobiografia de Apolônio de Carvalho. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 3ª edição, 1998.

aspirante, no Rio Grande do Sul, Apolônio aderiu à organização antifascista e antiimperialista que foi a Aliança Nacional Libertadora. Dois meses depois da fracassada tentativa de insurreição de novembro de 1935, Apolônio foi preso, permanecendo na cadeia pouco mais de um ano. Dias depois de ser liberado, embarcou para a Espanha, para lutar contra o facismo de Francisco Franco. Com a derrota das tropas republicanas, Apolônio foi para a França, onde lutou como dirigente da Resistência contra o nazi-facismo na 2ª Guerra Mundial. Em setembro de 1953, Apolônio, que permaneceu na Europa com o fim da guerra, viajou para URSS com o propósito de estudar os ensinamentos comunistas. De retorno ao Brasil participou ativamente da militância do PCB. Após o golpe de 1964, Apolônio e outros membros da direção do PCB, como Mário Alves, fundam um partido destinado a lutar contra a ditadura militar pela via armada, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Mário Alves, nascido em Sento Sé, na Bahia, a 14 de Fevereiro de 1923, destacou-se no movimento estudantil, ingressando no PCB desse estado aos 15 anos de idade. Aos 23, ele se formou em Ciências Sociais na primeira turma da então Faculdade de Filosofia daquele estado. Em pleno período do Estado Novo, ele participou das lutas populares contra o fascismo, apoiando a entrada do Brasil na guerra, em apoio as forças aliadas. Com o fim da guerra e a legalização do PCB, Mário foi eleito membro do comitê estadual da Bahia. Pouco depois, o governo Dutra impôs uma dura repressão aos comunistas e o PCB foi colocado na ilegalidade. Mário Alves seguiu para o Rio de Janeiro, já casado com Dilma Borges, e ainda perseguido, transferiu-se para São Paulo. Em 1953, Mário Alves viajou para a URSS, para participar de um curso sobre o marxismo-leninismo. No ano seguinte, no IV Congresso do partido, foi eleito membro do comitê central do PCB. Em 1958, viajou para a República Popular da China e assumiu a direção do jornal *Novos Rumos* do PCB. Mário Alves dominava vários idiomas e durante o período de clandestinidade trabalhou como tradutor. No início da década de 1960, atuou na secretaria nacional de educação do PCB, junto com Apolônio. Nessa época, aproximadamente, começaram a discordar das posições do partido. Eles defendiam que o PCB deveria consolidar a aliança

dos operários com os camponeses e não com a “burguesia nacional”, como a maioria do partido defendia⁶.

Delimitei o período de minha pesquisa entre abril de 1968 - com a formação do PCBR e a nomeação de Apolônio como secretário político do partido - e janeiro de 1970, com a prisão dos principais fundadores do partido.

Nos dias atuais, vê-se diariamente a população brasileira reclamando do governo, das injustiças, das desigualdades sociais, sem fazer o menor esforço para tentar mudar a situação que a incomoda. Mário Alves e Apolônio de Carvalho, contrariando a mesmice nacional, foram pessoas que dedicaram a vida à causa coletiva, exemplos claros de determinação pessoal, de uma constante busca dos seus objetivos. “Quem passa pela vida e não tem um horizonte definido, não tem um ideal pelo qual possa lutar e queira lutar, está sujeito à pecha de mediocridade, porque não vive, passa apenas pela vida”⁷.

Em meu trabalho utilizei conceitos importantes de serem esclarecido, tais como: ideologia, revolução, movimento sociais, partidos políticos, guerrilha, foquismo. Cito, a seguir, os autores cujas opiniões sobre os conceitos mencionados adotei;

Ideologia

Quem me garante que o que eu sei (ou acho que sei) corresponde à realidade? O fato de vermos as coisas com muita clareza não assegura que elas sejam tais como as vemos. Mesmo que os órgãos dos sentidos fossem mais confiáveis do que de fato são, eles me proporcionariam, no máximo, o acesso a um nível bastante limitado da realidade... Para saber outras coisas fundamentais, precisa-se ir além da empiria, precisará trilhar caminhos que exigem a abstração teórica... Trata-se, portanto, de um conhecimento que não pode ficar limitado à percepção sensível direta: precisa construir interpretações abstratas, baseadas em informações que não podem ser imediatamente cotejadas com a experiência vivida pelo observador. O sujeito se abstrai da multiplicidade das sensações, da percepção imediata, e se fixa em determinados elementos, que vão sendo desdobrados e postos em conexão uns com os outros⁸.

⁶ Ver biografia de Mário Alves, por Gustavo Falcón. **Do Reformismo à Luta Armada. A trajetória política de Mário Alves. 1923-1970**. Salvador: Versal, 2008.

⁷ Conforme documentário de Stela Grisotti e Rudi Böhm. **Vale a pena sonhar**. Sobre Apolônio de Carvalho, 2003.

⁸ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 16.

Esta passagem do filósofo Leandro Konder é uma introdução para explicar o desenvolvimento histórico do conceito de ideologia. Seguindo o autor, para Francis Bacon era preciso levar os seres humanos ao “trato direto das coisas”, para ajudá-los a se libertar do cipoal de noções falsas que lhes eram inculcadas (e que Bacon chamava de “ídolos”)⁹.

Já no período do Iluminismo, tendia-se a confiar demais no conhecimento. Os iluministas acreditavam que todas as questões, em princípio, poderiam ser adequadamente resolvidas no plano da teoria, se recebessem um tratamento teoricamente correto. Para eles, era difícil pensar que mesmo as boas teorias precisam, modestamente, se remeter, à vida, à ação, à história¹⁰.

Na época em que os ideólogos expunham suas concepções, nos anos que se seguiram à publicação do livro de Destutt de Tracy, (*Elementos da Ideologia, 1801*), quem governava a França era Napoleão Bonaparte. O grupo deu sinais de que desejava ensiná-lo a dirigir o Estado, Napoleão enfureceu-se, acusou-os de “ideólogos” de cultivarem “uma tenebrosa metafísica”. Foi com Napoleão que o termo ideologia passou a ter acepção asperamente negativa. E essa acepção prevaleceu nas décadas seguintes, como comenta Michael Löwy: “como Napoleão tinha mais peso, digamos, ideológico que eles, foi sua maneira de utilizar o termo que teve sucesso na época e que entrou para a linguagem corrente”¹¹.

Faltava à ideologia, tal como os ideólogos a propunham, algo como “a capacidade de se debruçar com espírito crítico e autocrítico sobre os conflitos internos do conhecimento humano em ligação com as mudanças históricas”¹². E começou a percepção de que:

O todo não é ponto de partido, é ponto de chegada. A totalidade é sempre resultado de um processo de totalização, tanto no plano do conhecimento como no plano da realidade, quer dizer, no plano da ação histórica dos homens... Não é a Constituição que faz o povo, mas o povo que faz a Constituição... Essa maneira de conceber o Estado como lugar onde a razão prevalece foi o que Marx, em 1843, criticou mais incisivamente em Hegel. E foi nessa crítica que o pensador socialista se deu conta do que era, de fato, uma construção ideológica... O Estado se considera universal,

⁹ BACON, Francis. “Novum Organum”. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril, 1988. Cf KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 18-19.

¹⁰ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 20.

¹¹ LÖWY Michael. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1987, p.12. Cf KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 22-23.

¹² KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 24.

por isso não se dá conta do quanto está envolvido, comprometido com a propriedade privada. Trata-se de uma ilusão ideológica. Os seres humanos que pertencem a sociedades profundamente divididas são levados a misturar e confundir o universal e o particular... Espicados por interesses particulares dramaticamente poderosos, lançados uns contra os outros na feroz competição em torno da riqueza privada, os indivíduos se confrontam, destrutivamente, na arena do mercado. Os indivíduos se estranham uns aos outros, se distanciam uns dos outros¹³.

Por ser para Marx o trabalho a primeira atividade do ser humano como ser humano, é pelo trabalho que passa a existir a contraposição sujeito/objeto. Por sua própria natureza, o trabalho humano se distingue da atividade dos animais, pois não só cria valores de uso, como cria igualmente coisas para serem trocadas. O trabalho dispõe de um “dom natural”, que é uma força de trabalho, que lhe permite “conservar e aumentar o valor” da matéria-prima. Marx então vê no proletariado a alternativa de mudar essa ilusão ideológica. O proletariado tem sido excluído do sistema da propriedade privada. A burguesia tem monopolizado todas as formas economicamente mais importantes da propriedade e tem impedido que a massa dos trabalhadores participe da posse dos grandes meios de produção. “Toda a chamada história universal é apenas a produção do ser humano pelo trabalho humano... Então por que o trabalho se transformou numa atividade tão desagradável, tão sofrida, para os trabalhadores?”¹⁴

No livro *A ideologia alemã*, Marx esclarece um de seus pressupostos essenciais na abordagem dos fenômenos ideológicos: a convicção de que “os seres humanos elaboraram até agora falsas representações a respeito deles mesmos, do que são ou deveriam ser”. Invertendo o objetivo inicial: “Criadores, os homens se curvaram diante de suas próprias criações”. E como os seres humanos não podem se reconhecer coletivamente, de maneira imediata, no que fazem, a partir desse “estranhamento” que o Estado se estrutura como “figura independente” e assume o caráter de uma “comunidade ilusória”¹⁵.

Em uma carta a Franz Mehring Engels escreveu:

A ideologia é um processo que o chamado pensador executa certamente com consciência, mas com uma falsa consciência. As verdadeiras forças motrizes que o motivam permanecem ignoradas; de outra forma, não se trataria de um processo

¹³ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 27-33.

¹⁴ Idem, p. 34-35.

¹⁵ Idem, p. 39-42.

ideológico... Se nos detemos no exame da frase, observamos que a ideologia é um processo e reconhecemos que quem o executa é um sujeito movido por uma falsa consciência, porém não podemos deixar de levar em conta, também, que o processo da ideologia é maior do que a falsa consciência, que ele não se reduz à falsa consciência, já que incorpora necessariamente em seu movimento conhecimentos verdadeiros¹⁶.

O quadro com que o historiador se defronta é inevitavelmente marcado pela diversidade das ideologias. No entanto, algumas características da distorção ideológica são mais freqüentes do que outras. George Duby se debruça sobre a relação da ideologia com a mudança e escreve:

As ideologias se apresentam como a interpretação de uma situação concreta. Inclina-se, em conseqüência, a refletir as mudanças. Mas demoram a fazê-lo, pois são por natureza conservadoras. Há na distorção ideológica uma “reticência instintiva com relação às inovações... A ideologia, saber-mo-lo bem, não é reflexo do vivido, mas um projeto de agir sobre ele”¹⁷.

Para o historiador Jacques Le Goff, em sua concepção da ideologia, nela cabem não só os interesses específicos de determinados grupos ou classes sociais, mas também as características gerais da percepção da realidade que marca toda uma época. Já Michael Vovelle se mostra convencido de que o conceito de mentalidade é mais amplo, mais abrangente do que o conceito de ideologia. E, com sua referência aos fragmentos de ideologia morta (material supostamente não ideológico), endossa uma visão estreita da ideologia, restringindo-a aos discursos articulados cujos pressupostos políticos possam ser desmascarados¹⁸.

O historiador britânico Raymond Williams confessou-se insatisfeito com as três acepções usualmente assumidas pelo conceito de ideologia: a de sistema de crenças característico de um grupo ou classe social; a de sistema de idéias falsas (falsa consciência) contrapostas ao conhecimento científico ou verdadeiro; e a de processo geral de produção de significados e idéias. Segundo ele:

¹⁶ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 49.

¹⁷ DUBY, George, “História social e ideologia das sociedades”. In *História, novos problemas*. 1993. Tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 138. Cf KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 191-192.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. “Para um novo conceito de Idade Média”. Lisboa: Estampa, 1980. Cf KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 192-193.

Os três significados se revelam frágeis diante dos questionamentos possíveis. O terceiro tem sobre os outros dois a vantagem de apontar para a necessidade de uma compreensão do todo, do processo histórico como uma totalidade. Mas exatamente nisso ele revela sua limitação, porque a ideologia, por definição, se atém ao que acontece na esfera da consciência do pensamento, das representações, sem poder da conta do materialismo dos movimentos e das ações humanas. É justamente nesse reconhecimento da globalidade do processo que o conceito de hegemonia vai além do conceito de ideologia¹⁹.

Raymond, convencido de que o conceito de ideologia se ressentia de certa abstratividade, sugere que ele seja substituído pelo conceito – elaborado por Gramsci – de hegemonia, que em princípio seria mais adequado para uma compreensão da ligação concreta da consciência prática dos homens com as atividades socioeconômicas e com o exercício do poder político na história²⁰.

E. P. Thompson acrescenta que “O universo dos fenômenos ideológicos é sempre mais rico em diferenças internas do que os teóricos que o analisam supõem”²¹.

E Hobsbawm diz que:

As tradições inventadas são fenômenos ideológicos peculiares: são práticas de natureza ritual ou simbólica que, através da repetição, tratam de inculcar nas pessoas determinados valores e normas de conduta, procurando fixar artificialmente a relação delas com um passado que é formalizado em função de algumas necessidades e conveniências presentes²².

Segundo Marilena Chauí, uma teoria exprime, por meio de idéias, uma realidade social e histórica determinada. Mas quando não se percebe a raiz histórica de suas idéias e se imagina que elas serão verdadeiras para todos tempos e todos os lugares, corre-se o risco de estar, simplesmente, produzindo uma ideologia. De fato, um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social²³.

A autora completa a explicação, vendo numa perspectiva histórica uma definição para ideologia:

¹⁹ RAYMOND, Williams, “Marxism and Literature”, Oxford: Oxford University Press, 1977, p.108-109. Cf KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 194.

²⁰ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 194-195.

²¹ Idem, p. 196.

²² Idem, p. 197.

²³ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** Coleção Primeiros Passos. n°13. São Paulo: Brasiliense. 2003, p.13.

A História não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das idéias, mas o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é economia, política e cultural. Nessa perspectiva, a História é o real movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas. Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes, nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas idéias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas... Em outras palavras, uma ideologia não possui um poder absoluto que não possa ser quebrado e destruído. Quando uma classe social compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade²⁴.

Movimento social

Alain Touraine no capítulo “Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes”, (*Classes médias e política no Brasil*), diz que todo movimento social é, ao mesmo tempo, movimento de classe, movimento anticapitalista, oposto à dominação estrangeira, e movimento voltado para a integração e modernização nacional. Assim, para um movimento social existir precisa combinar as três dimensões: classe, nação, modernização. Quanto mais heterogêneo for o movimento, menor é a sua divisão; quanto mais dividido, mais é movimento profundo, que atinge as relações de classes e a dependência nacional a sua ação²⁵.

No âmbito histórico, diferentes correntes de analistas afirmam ter dificuldades em chegar a uma conclusão sobre a teoria dos movimentos sociais, pois há ainda grandes lacunas na produção acadêmica. “Para alguns escritores trata-se de fenômenos empíricos,

²⁴ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** Coleção Primeiros Passos. n°13. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 23-24.

²⁵ TOURAINE, Alain. **Classes médias e política no Brasil. Cap 1 – Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 42.

para outros são objetos analíticos, teóricos”. Mas “desde logo afirmamos que não há um conceito sobre movimento social mas vários, conforme o paradigma utilizado”²⁶.

Estes movimentos são “parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido”. Ou seja, “os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando as estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política, por isso são inovadores”²⁷.

Dessa forma, “os movimento sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais, colocando atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam”²⁸.

No livro *Ideologia do protesto popular*, o historiador francês George Rudé, sugere um guia eficaz de perguntas a serem respondidas para o entendimento de um movimento social.

Em primeiro lugar localizar a explosão de violência em seu adequado contexto histórico; segundo, delimitar a composição e a dimensão da multidão atuante: Que grupos a integram, qual é sua origem social e ocupacional? Como varia a composição da multidão no curso do movimento? Como cresce ou diminui quantitativamente? Em terceiro lugar, deve-se estudar o tipo de atividade da multidão, quais as vítimas e os alvos dos ataques. Logo se coloca, também, o problema dos objetivos, das idéias ou motivos que levaram à sublevação. O problema das crenças coletivas está presente, aí, com toda sua significação. Depois se deve estudar o grau de eficácia da repressão. Isto tem a ver com a efetividade do domínio social e com a capacidade de organização dos rebeldes²⁹.

Revolução

O historiador Caio Prado Junior define:

²⁶ GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 13.

²⁷ Idem, p. 12.

²⁸ Idem, p. 14.

²⁹ RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 14.

No sentido em que é ordinariamente usado, “revolução” quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. “Revolução” tem aí o sentido que mais apropriadamente cabe ao termo “insurreição”. Mas “revolução” tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições, mas não necessariamente. O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através de que se realiza... “Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais³⁰.

O autor enquadra esta definição no cenário nacional:

No Brasil, a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo pensamento brasileiro de esquerda, e forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isso é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é mais grave – encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Ou melhor, adaptando-se aos conceitos aprioristicamente estabelecidos e de maneira mais ou menos forçada, os fatos reais. Derivou daí um esquema teórico planando em boa parte da irrealidade, e em que as circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política aparecem com freqüência grosseiramente deformadas... Resultaram disso as mais graves conseqüências no que respeita à condução da prática, isto é, da ação revolucionária, pois de uma teoria de tal maneira alheada da realidade como tinha de ser aquela que provém de tão defeituosa elaboração, não é possível extrair as normas de uma política conseqüente e aplicável às situações concretas que se apresentam. Em conseqüência, a política revolucionária ficou exposta ao sabor das circunstâncias imediatas, oscilando continuamente entre os extremos do sectarismo e do oportunismo, e sem uma linha precisa capaz de orientar seguramente, em cada momento ou situação, a ação revolucionária³¹.

Partidos políticos

Segundo Umberto Cerroni, nos estudos políticos, geralmente a noção comum é a percepção do partido como a organização de um agrupamento humano unido por uma identidade de opiniões sobre a vida política, e disposto a alcançar o poder com técnicas mais ou menos semelhantes. Dessa forma, a teoria do partido vem a ter por objeto um instrumento da técnica política moderna de orientar e influenciar as massas e de lutar pelo

³⁰ JUNIOR, Caio Prado. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 11.

³¹ Idem, p. 29.

controle do estado. “A história de um partido (...) não poderá deixar de ser a história de um grupo social determinado”³².

Em rigor, se há querido ver a origem dos partidos políticos na Revolução Francesa e no nascimento dos “clubes”. Naturalmente, há algo de verdade nisso: por outra parte no curso da Revolução Francesa se registra uma grande irrupção popular na vida política e uma primeira colaboração social intensa da luta política. Sem embargo, é inegável que só com a formação dos grandes partidos socialistas europeus os novos organismos assumem (em teoria e na prática) as três características fundamentais que seriam traços institucionais de todos os partidos: um programa homogêneo, uma organização estendida e estável, um funcionamento contínuo. Ao mesmo tempo, só com os partidos socialistas se precisam as características destrutivas para o velho sistema político: a solicitude programática do sufrágio universal e a inserção cotidiana das massas populares na luta política como âmbito das reivindicações que significam uma transformação social. Destas características derivam algumas das modificações fundamentais que o partido político introduz no estado moderno³³.

Umberto Cerroni diz que a formação e difusão do partido político, numa visão marxista, “se vincula, pois, devido a um profundo desequilíbrio do estado representativo, determinado por uma causa estritamente social: a união de um vasto setor da sociedade civil (os trabalhadores) que provoca, a modo de reação, uma tendência à união geral”. E completa dizendo que “os grandes partidos trabalhistas nascem precisamente reivindicações fundamentais: a reforma política e a reforma social, com a socialização dos meios de produção”³⁴.

Os partidos políticos como são conhecidos hoje têm uma origem moderna e pode-se dizer que são fenômenos ocidentais. Neste sentido, vale citar a reforma eleitoral de 1831 na Inglaterra; a Revolução de 1848, com a transformação dos clubes políticos em organizações de massa, na França; o desenvolvimento da organização partidária a partir de bases locais, desde 1830, nos Estados Unidos; e que foi o Japão o primeiro país asiático a assinalar as posturas políticas institucionais do Ocidente, em 1867³⁵.

³² GRAMSCI, Antônio in CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monthly. **Teoria Marxista Del Partido Político** /1. Cuadernos de Passado y Presente 7. Córdoba: 1975, p. 2.

³³ CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monthly. **Teoria Marxista Del Partido Político**. Cuadernos de Passado y Presente 7. Córdoba: 1975, p. 8-9

³⁴ Idem, p. 13.

³⁵ MONTEIRO, Brandão. OLIVEIRA, Carlos Alberto P. de. **Os partidos Políticos**. São Paulo: Global, 1989, p. 17.

Para Maurice Duverger: os partidos políticos, como os conhecemos modernamente, são organizações que visam ao enquadramento das massas e à seleção de quadros e correspondem às estruturas das sociedades contemporâneas³⁶.

Charlot, citando a visão de Duverger sobre partidos políticos, nota que “um partido não é uma comunidade, é um conjunto de comunidade, uma reunião de pequenos grupos disseminados através de suas seções, comitês, associações locais etc. com uma coordenação central”³⁷.

Guerrilha

O escritor Régis Debray realizou uma pesquisa sobre as guerrilhas de princípios comunistas desencadeadas pela América Latina e no Oriente, definido que:

Se o objetivo principal de uma guerrilha revolucionária é a destruição do potencial militar inimigo, não pode esperar que o inimigo chegue a ela para tomar iniciativas e passar ao ataque. Esse objetivo, em todo o caso, requer que o foco se mantenha independente das famílias residentes na sua zona de operações. (...) As vantagens de que dispõe uma guerrilha sobre o exército repressivo só são utilizáveis se for possível manter e preservar a sua agilidade e a sua flexibilidade. Frente a qualquer operação, o segredo dos preparativos, a rapidez de execução e a surpresa requerem grandes precauções³⁸.

Debray mostra a relação numa guerrilha do militarismo e da politização.

A luta guerrilheira tem motivos e fins políticos. Deve apoiar-se nas massas ou desaparecer; convencer as massas das suas boas intenções antes de envolvê-las diretamente, a fim de que a rebelião se torne realmente, pelo seu recrutamento e origem, de seus combatentes, na guerra do povo. Para convencer as massas é preciso dirigir-se a elas, isto é, dirigir-lhe discursos, proclamações, explicações, em resumo: realizar um trabalho político, um trabalho de massas. O primeiro núcleo de combatentes se dividirá em pequenas patrulhas de propagandistas, e percorrerá separadamente a montanha, penetrando nos povoados, realizando comícios, tomando a palavra aqui e ali, expor os fins sociais da revolução, denunciar os inimigos de classe do campesinato, prometer a reforma agrária, o castigo aos traidores, etc. Se os camponeses não acreditam, é preciso devolver-lhes a confiança em si mesmos inculcando-lhes a fé revolucionária... As reuniões, comícios e assembléias nas aldeias têm conteúdo pragmático: não são discursos vazios. A guerra é um ambiente diário quotidiano em que vivem os camponeses... Em

³⁶ DUVERGER, Maurice. **Les Partis Politiques**. Paris: Libraire Armond Colin, 1958.

³⁷ CHARLOT, Jean. **Les Partis Politiques**. Paris: Armand Colin, 1971, p. 13.

³⁸ DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, sd, p. 27-30.

resumo, a luta política e luta armada vão juntas, onde uma é fraca, a outra também o é, e vice-versa³⁹.

E finaliza:

Deixar atacar-se ou limitar-se à defesa passiva, é colocar-se na impossibilidade de proteger a população e expor as suas próprias forças ao desgaste. Em compensação, procurar atacar o inimigo é colocá-lo numa defensiva incessante, esgotar a sua iniciativa e fazer buscas difíceis. Esta é a melhor maneira de levar ao fim a nossa gloriosa missão: proteger a população! Se o inimigo se concentra, perde terreno, se se dilui, perde força. Em qualquer forma, a guerrilha está destinada a isolar e reduzir a tropa de elite inimiga em combinação com os planos de manobra das forças regulares do povo para fazer agir sempre a inelutável lei, segundo a qual, um exército regular é colocado fora de combate quando a sua elite é destruída⁴⁰.

Foquismo

Debray apresenta a estratégia do foquismo. “Os focos guerrilheiros, no começo de sua ação, ocupam regiões relativamente pouco habitadas, de população muito dispersa”. Segundo o autor, “o camponês pobre acredita antes de mais nada em alguém que tem poder, e que prova a justeza das suas palavras com uma prática coerente”⁴¹. Com efeito,

para levar a agitação armada a uma zona extensa, o foco inicial deve dividir as suas magras forças em várias patrulhas, de efetivos reduzidos – três a dez homens, a fim de percorrer o maior número de aldeias. Mantendo tática certa, cobre-se uma zona mais extensa, evita-se esgotar os recursos locais em víveres e provisões de toda a ordem e em tornar-se um peso para os camponeses; pode-se multiplicar a presença e os efeitos do foco na imaginação dos trabalhadores com uma simples alusão às outras escoltas que patrulham a região; assim o tamanho do foco torna-se uma incógnita e dificilmente localizável pelo inimigo, que não pode cercar assim toda a guerrilha⁴².

Os revolucionários da América Latina buscavam inspirações em outras guerrilhas como a do Vietnã. Mas segundo Régis Debray, há um contraste entre as duas regiões.

Enquanto no Vietnã a pirâmide militar das forças de libertação se constituem desde a base, na América Latina, tendem a instituir-se a partir da cúpula: forças

³⁹ DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, sd. p. 31-34.

⁴⁰ Idem, p. 33.

⁴¹ Idem, p. 36.

⁴² Idem, p. 37-38.

permanentes, primeiro – o foco – forças semi-regulares depois, nas imediações do foco: milícias ao final ou depois da vitória⁴³.

Regis Debray também desenvolve uma crítica ao uso da tática do foquismo:

A guerrilha é fraca em todas as partes e o inimigo é forte em todas as partes, por disperso que seja. Esta distribuição em patrulhas impede a formação de colunas com esquadrões especializados em seu seio, esquadrões de vanguarda, esquadrões de retaguarda, com peças de armamento pesado servidos por grupos treinados... Para seguir a metáfora chinesa, o foco, em vez de fechar-se como um punho para lançar um golpe e arrancar um dedo ao inimigo, abre e estende os cinco dedos e é o inimigo, quem tem a força do punho frente a cada um dos dedos⁴⁴.

Na realização deste trabalho, estabeleci como objetivos: pesquisar o pensamento político de Apolônio de Carvalho; analisar o surgimento e aniquilamento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; explorar as divergências políticas no PCB, que possibilitaram o surgimento do PCBR; entender as influências das Revoluções Cubana, Chinesa e Russa no PCBR; e pesquisar as posições de comando de Mario Alves no PCBR; analisar as diferenças políticas e táticas do PCBR com as outras organizações de esquerda.

Tenho como hipótese que de início (com o rompimento com o PCB), teria o PCBR se direcionado para a formação de um partido político, que buscava a realização de uma luta de massas para depois desenvolver a luta armada. Foi a mudança de comando do PCBR, de Apolônio de Carvalho para Mário Alves, que levou o partido a priorizar a luta armada imediata, substituindo o partido político pela organização guerrilheira.

Para comprovar a hipótese levantada, vali-me, teoricamente do trabalho *Os métodos da História*, dos historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli, que defendem que num caso de uma pesquisa sobre movimentos sociais (definida por eles como: “uma série de explosões de violência, expressão nevrálgica da luta cotidiana contra a opressão e o domínio social”, como é o caso deste), deve-se buscar como principais tipos de fontes:

Primeiro, os documentos militares e policiais, vinculados à repressão direta. Depois, arquivos judiciais: processos, sentenças, confissões, etc. Estes papéis são, talvez, a documentação mais abundante de que se pode dispor. Em terceiro lugar, encontramos a documentação de tipo político, decretos, leis, debates parlamentares originados por uma sublevação social. Os testemunhos de contemporâneos: diários,

⁴³ DEBRAY, Regis. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, sd, p. 35.

⁴⁴ Idem, p. 39.

observações de viagens, novelas, obras artísticas, também são fontes de indiscutível validade. Para os períodos mais recentes cumpre acrescentar a documentação de tipo jornalístico: reportagem, artigos, etc. Outro tipo de fonte útil é proveniente da memória coletiva: cancioneros, lendas, tradições orais, etc⁴⁵.

Eles finalizam dizendo que:

É obviamente mais difícil estudar um sistema político autoritário do que um sistema aberto, pois a censura e a repressão distorcem os fatos e a negociação política é feita em grande parte às ocultas. O que significa que qualquer interpretação estará invulgarmente sujeita a extensa revisão na medida em que se tornam disponíveis mais fontes oficiais e relatos pessoais significativos. Os jornais brasileiros produziram uma quantidade preciosa de reportagens e comentários, apesar de suas difíceis condições de trabalho⁴⁶.

O fato de o período do regime militar no Brasil ser recente facilita o enriquecimento do trabalho com a oportunidade de utilizar os recursos da história oral, não só com parentes e amigos dos atores históricos, como entrevistando as próprias pessoas que participaram da história que se quer pesquisar. Disse Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, e isso é verdade sem dúvida. Mas ela pode ser feita também com outro tipo de documentos, tais como orais, iconográficas, etc. Portanto, com palavras, com signos, com paisagens e telhas. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem⁴⁷.

A história oral privilegia a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou vencidos da história. A história que, tradicionalmente, esteve voltada para os heróis, os episódios, as estruturas, passa a corresponder a qualquer um de nós, caracterizando como uma personagem histórica. “De certo modo cada testemunho é uma versão e toda conclusão é um enfoque”⁴⁸.

O emprego da história oral implica, antes de mais nada, a adoção de métodos qualitativos de pesquisa. Deve ser importante, diante do tema e das questões que o

⁴⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perz. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 383.

⁴⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 12.

⁴⁷ FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. TRAD. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 249.

⁴⁸ PORTELI, Alessandro. **The Peculiarities of Oral History**. In: History Workshop Journal. 1981, p. 96.

pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise. Ou mais precisamente: tais versões devem ser, elas mesmas, objeto de análise⁴⁹.

A grande potencialidade da história oral é que permite a integração com outras fontes, a confrontação entre as fontes escritas e orais e a sua utilização interdisciplinar.

O narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relata. E transforma isso outra vez em experiência dos que ouvem sua história. A reconstrução do passado, portanto, irá depender da integração do indivíduo em um grupo social que compartilha de suas experiências. Será esse grupo que dará sustentação a suas lembranças. Porém, é importante que haja entre o grupo e o memorialista uma identidade, através da qual se evidencie uma memória coletiva. Sendo assim, o isolamento ou a falta de contato com o grupo poderá significar a perda do passado⁵⁰.

Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que pode ser falível e fantasiosa. No entanto, um dos aspectos interessantes na história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo ou omissivo, pois esta seletividade tem o seu significado. “O uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história”⁵¹.

Metodologicamente, para a coleta e utilização da história oral, o primeiro passo a ser dado é definir o tema e os propósitos da pesquisa. Depois, deve-se destacar o nome das pessoas a serem entrevistadas, dando margem para o aparecimento de outros nomes durante as entrevistas. “Para enfrentar os diversos problemas propostos pela representatividade retrospectiva, o historiador oral tem que desenvolver, em vez da amostra aleatória padronizada, um método de amostra estratégica”⁵².

O entrevistador, seguindo um roteiro numa ordem cronológica da trajetória dos entrevistados: origem, formação, influências, marcos significativos saberá colher

⁴⁹ ALBERTI, Verena. **História Oral. A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 13.

⁵⁰ THOMPSON, Paul. **Problems of method in oral history**. In ORAL HISTORY JOURNAL, Essex, nº4, march, 1972, p. 5.

⁵¹ THOMPSON, Paul. **A voz do Passado. História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 41.

⁵² Idem, p. 173.

boas informações... O pesquisador deve ajudar as pessoas a resgatar as suas memórias, pois é comum confundir datas, acontecimentos, nomes de pessoas, de cidades ou de instituições... Recomenda-se fornecer o roteiro somente se esta for a condição da realização da entrevista, pois o contato prévio induzirá o depoente a tentar elaborar respostas, tirando a espontaneidade da fala⁵³.

A possibilidade de presenciar a defesa da dissertação do historiador Luiz Henrique de Castro Silva, sobre o também militante contra a ditadura militar, Joaquim Câmara Ferreira, integrante da ALN, deu-me uma referência sobre essa linha de estudo. E de grande importância para o meu trabalho foi a dissertação do pesquisador político Renato da Silva Della Vechia com o título: *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*, trabalho que, apesar de tratar do mesmo partido político, difere do meu tema quanto ao objetivo. Della Vechia buscou analisar os principais acontecimentos durante o período de existência do PCBR, e a presente dissertação foca a pesquisa sobre a forma de liderança partidária de Apolônio de Carvalho e Mario Alves, encerrando a dissertação com a prisão e tortura destes.

O presente trabalho está composto por uma Introdução, três capítulos (o contexto nacional, o PCB e o PCBR) e uma conclusão.

⁵³ FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral. A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 8.

Capítulo I - O Cenário

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem⁵⁴.

Neste primeiro capítulo pretendo apresentar os principais acontecimentos políticos do Brasil entre 1961 e 1970, com o objetivo de entender a tomada do poder por um grupo de militares, e o período governado por eles.

Os Estados Unidos tiveram um importante papel na tomada do poder pelos militares. Num período no qual o mundo estava praticamente dividido entre dois sistemas, capitalista e socialista, os EUA como a grande potência capitalista, organizou na América do Sul, a derrubada de presidentes e ajudou a implantar sistemas autoritários. O caso do Brasil não foi diferente.

A década de 60 foi considerada por muitos escritores, como Zuenir Ventura e Élio Gaspari, como a mais marcante na segunda metade do século XX. Variados livros foram escritos sobre este período de mudanças no Brasil e no exterior. Na política nacional, vários presidentes se sucederam, sendo que dois constitucionalmente eleitos, cinco impostos pelos militares e por uma junta militar. Para melhor organizar os fatos, divido este capítulo em duas partes.

Na primeira parte trato dos principais acontecimentos do período iniciado em agosto de 1961, e das causas que levaram a renúncia de Jânio Quadros. Em seguida, destaco a tentativa da tomada de poder pelos militares, tentando impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que, depois de muitos acordos e ameaças, assumiu a presidência em um sistema parlamentarista. Em janeiro de 1963, com a realização de um plebiscito, o país voltou a ser presidencialista. Os problemas internos e a pressão dos Estados Unidos, apontando para uma pretensa ameaça comunista, levaram a premeditação de um golpe militar pelo grupo conhecido como “Sorbone”. Jango enfraquecido politicamente e com

⁵⁴ RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 22.

pouco apoio nacional e internacional, acabou por deixar o governo e a sair do país, para indignação de muitos.

Na segunda parte do capítulo trato do período militar que se inicia em abril de 1964 com o golpe, e vou até o início de 1970, com a morte de Mario Alves e a prisão de Apolônio de Carvalho, o dois principal dirigentes do PCBR. Neste período três presidentes militares ocuparam o poder e usaram de todas as práticas repressivas. Palavras como cassação, prisão e tortura passaram a fazer parte do cotidiano nacional, sem possibilidade de serem debatidas, devido à censura. O governo militar através de atos institucionais modificou as leis e utilizou extremada repressão policial.

De Jânio Quadros ao Golpe militar

A 25 de agosto de 1961 as manchetes dos principais jornais do dia diziam: “Presidente Jânio Quadros renúncia o mandato de Presidente da República”. A notícia causou grande espanto à população que via seu presidente deixar o cargo pouco mais de oito meses depois da posse. Jânio partiu de Brasília e se isolou na base aérea de Cumbica em São Paulo, esperando o desenrolar dos acontecimentos. Toda esta atitude foi inesperada até para os aliados políticos do governo.

O período da presidência de Jânio Quadros foi desde o início conturbado, pois ele havia herdado tanto uma economia enfraquecida, em parte pelas diretrizes políticas do antecessor Juscelino Kubitschek, de promover um crescimento acelerado, como uma dificuldade de realizar uma política de troca de favores, que se tornava cada vez mais inadequada às necessidades do bloco multinacional e do grande capital local. O cenário econômico apresentava déficits financeiros que somados à alta inflação, dificultavam ainda mais a estabilidade política.

Jânio Quadros tentou compor um executivo que satisfizesse as forças sócio-econômicas modernizante-conservadoras. Foram apresentadas a Jânio duas opções: o país podia cortar as importações, sacrificando a indústria e os transportes ou podia suspender o pagamento dos empréstimos e proibir as remessas de lucros sobre investimentos estrangeiros. Qualquer destas duas medidas assustaria os credores e investidores estrangeiros, os quais colocariam o Brasil em suas respectivas listas negras. Em suma, o Brasil tinha que elaborar um plano econômico que satisfizesse aos seus credores, de modo

que o comércio continuasse a ser exercido de acordo com as regras do capitalismo internacional. Jânio Quadros enfrentara este problema e decidira recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵⁵.

O programa de Jânio de melhoria econômica com os recursos do novo empréstimo havia sido aprovado e entrara em execução mas não adiantou, a pressão só aumentava. A comunidade empresarial exigia segurança devido à pressão feita pelo movimento sindical que brigava por mudanças sociais. Já as multinacionais cobravam providências do governo, pois os lucros não eram o esperado.

O estopim da crise foi, segundo alguns autores, como Dreifuss e o próprio Jânio, a passagem pelo território nacional de Ernesto Chê Guevara, ministro da Economia da República de Cuba, vindo da reunião de Punta Del Este, no Uruguai. Chê chegou em Brasília no dia 18 de agosto, a 19 recebia das mãos do presidente Jânio Quadros a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira conferida a estrangeiros.

O governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, na véspera, estivera com o presidente Jânio Quadros e com o seu ministro da Justiça, Pedro Horta, e teria obtemperado a ambos sua discordância para com a política externa que vinha sendo seguida pelo governo federal. Alegava que dessa forma não apoiaria mais o governo, ato que complicava mais ainda a situação de Jânio, pois este, já passava por uma pressão opositora muito grande.

No dia 21 de agosto, o governador Carlos Lacerda recebia, dentre outros visitantes, vários militares dos altos escalões das três armas. Discutiram sobre um pseudo direcionamento comunista que o governo estaria tomando e decidiram fazer pressão para o pedido de renúncia do Presidente.

Na manhã do dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros madrugava no palácio, em Brasília. Unâimes são os depoimentos de seus auxiliares diretos quanto a serenidade de que se achava penetrado. Em longa conversa com os colaboradores mais chegados, disse-lhes da determinação de renunciar, e deu-lhes o texto-autógrafo da sua renúncia, ordenando, irretorquivelmente, que preparassem a mensagem ao Congresso Nacional.

⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 35.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive, do Exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração...⁵⁶.

A estrutura política brasileira, que segundo Jânio, estava amarrada a tradições consideradas antidemocráticas, que dificultava qualquer tipo de mudança social, mais a dificuldade econômica, faziam o presidente ficar politicamente enfraquecido. Para tentar mudar o desconforto vivido, Jânio Quadros utilizou a renúncia, uma estratégia política para voltar ao poder fortalecido. O raciocínio, segundo o próprio relato de Jânio Quadros, foi o seguinte:

Primeiro, operar-se-ia a renúncia; segundo, abrir-se-ia o vazio sucessório – visto que as forças armadas não permitiriam a posse de João Goulart, distante na China, e, destarte, ficaria o país acéfalo, ou bem se passaria a uma fórmula em consequência da qual ele mesmo emergisse como primeiro mandatário, mas já dentro do novo regime institucional, ou sem ele, as Forças Armadas se encarregariam de montar esse novo regime, cabendo, em consequência, depois, a um outro cidadão – escolhido por qualquer via – presidir ao país sob novo esquema viável e operativo: como o que importava era a reforma institucional, não o indivíduo ou os indivíduos que a promovessem, sacrificando-se ele ou não se sacrificando, o essencial iria se atingido⁵⁷.

Jânio Quadros, baseando-se mais em seu suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo por esperados apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio resolutivo de uma coalizão militar, que o capacitaram a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes. Mas na verdade, nem a maioria dos empresários nem seu próprio bloco partidário estavam resolvidos a apoiá-lo. Nem mesmo seus próprios ministros-chave, os militares Denys, Heck e Grun Moss, estavam dispostos a assinar em branco um tal cheque político para uma figura excêntrica como a de Jânio Quadros⁵⁸.

⁵⁶ QUADROS, Jânio e FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **O porquê da renúncia**. Sexto Volume da História do Povo Brasileiro. Cap. 8, p. 32.

⁵⁷ Idem, p. 34.

⁵⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 129.

O Ministro do Trabalho, Francisco Castro Neves, propondo alguma tentativa de revolta, pedia instruções a Jânio afirmando que os sindicatos do Rio de Janeiro e de Santos aguardavam ordem para tentar uma greve. Embora surpreendidos, alguma coisa poderiam fazer.

Não senhor – respondeu-lhe o Presidente – não devemos tomar qualquer iniciativa. Não quero assumir a responsabilidade de incendiar o país. Jânio acrescenta: - Não farei nada por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. Se tal não ocorrer, a renúncia se completa em si mesma. Pelo menos legarei o gesto. Num país em que ninguém renuncia, eu renunciei a quatro anos e meio de Presidência da República⁵⁹.

O plano de Jânio Quadros fracassou. E ele não foi reconduzido ao governo. Houve, inclusive, uma extrema indiferença popular quanto a seu destino político. Com sua renúncia, o campo político encontrou-se mais uma vez descoberto. E como o vice-presidente João Goulart, estava em viagem política à China, o mandato de presidente da República coube ao presidente da Câmara dos Deputados, no caso, Ranieri Mazzilli. Mas na realidade quem passou a tomar as decisões nacionais foram três políticos militares: o general Odílio Denys (ministro da Guerra), o brigadeiro Grumm Moss (ministro da Aeronáutica) e almirante Sílvio Heck (ministro da Marinha).

Os ministros militares, com o objetivo de impedir a posse de João Goulart, declararam estado de sítio: censuraram a imprensa e o rádio, intervieram nos sindicatos e prenderam seus opositores, incluindo deputados e o ex-candidato à presidência, como o general Henrique Lott, que ficou numa prisão domiciliar.

Contrário a esta intervenção militar, o cunhado de Jango, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do comandante do III Exército, Machado Lopes, pediu respeito à Constituição e a posse de Goulart.

Eu (Brizola) consegui uma comunicação com a base de Cumbica em São Paulo e o presidente Quadros mandou me dizer que realmente havia renunciado. A partir daquele momento passamos a dirigir todo o nosso protesto reivindicando a posse do vice-presidente. Tomei todas as medidas que cabia ao estado, em matéria de mobilização para segurar a ordem pública. Comuniquei-me com o comandante do

⁵⁹ QUADROS, Jânio e FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **O porquê da renúncia**. Sexto Volume da História do Povo Brasileiro. Cap. 8. p. 40.

III Exército dizendo que, diante da situação que ele também sabia, cabia ao Estado tomar todas as providências para resguardar a ordem pública e que de acordo com a Constituição, somente quando não pudéssemos resguardar a ordem pública pediríamos então a cobertura e a colaboração das forças federais⁶⁰.

Com a concordância do comandante, Brizola, vendo que os demais governadores, com exceção do Mauro Borges (GO), aderiram à junta militar, mobilizou o armamento disponível e organizou a resistência. A União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu uma greve e mudou o endereço de sua sede para o Rio Grande do Sul, unindo-se a Brizola na Campanha da Legalidade. Através da rápida comunicação, o movimento foi tomando importância e ganhando apoio popular.

O Congresso ficou com a responsabilidade de decidir a situação política. A solução encontrada foi então a implantação do sistema parlamentarismo, ou seja, Jango seria chefe de Estado, mas não chefe de Governo. Apesar da discreta comemoração pela tomada de uma solução pacífica, a posse de Jango não foi tão simples. O acordo que criou o parlamentarismo pôs fim a esperança de Jânio concretizar sua estratégia de retornar a presidência fortalecido.

O general Golbery do Couto e Silva frustrado com a posse de Jango, pediu sua reforma do Exército. Logo a seguir fundou o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Outro general, Ernesto Geisel, desarticulou a operação “mosquito” um plano de derrubar o avião que trazia Jango a Brasília. Finalmente, a 7 de setembro de 1961, João Goulart prestou juramento como o novo presidente da República.

O IPES passou a existir oficialmente em 29 de novembro de 1961 e desde o início desenvolveu uma dupla atividade. A intenção era passar a imagem de uma organização de respeitados homens de negócio e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam participação nos acontecimentos políticos e sociais. E junto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) desenvolveu um estudo sobre as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda. Na verdade, o complexo IPES/IBAD representava a face política dos interesses empresariais⁶¹.

⁶⁰ Entrevista Leonel Brizola. In documentário **Jango**. Sobre a vida política de João Goulart. Dirigido por Sílvio Tendler. 1984.

⁶¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 163.

A vanguarda da poderosa coalizão antipopulista, localizada nos vários escritórios de consultoria, anéis burocrático-empresariais, associações de classes dominantes e militares ideologicamente congruentes, beneficiando-se do apoio logístico das forças transnacionais, transformou-se num centro estratégico de ação política, o complexo IPES/IBAD.⁶²

O IBAD agia como unidade tática e o IPES operava como centro estratégico. A direção do IPES contava com a colaboração de professores universitários, técnicos e peritos, que, de acordo com seus postulados, estavam dispostos a trabalhar no estudo e na equação dos problemas nacionais conforme os interesses empresariais, quase sempre ligados aos Estados Unidos, de quem recebiam farto financiamento. O IPES reuniu as mais diversas associações de classe, sindicatos comerciais e industriais. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais.

Com a colaboração de seus militares, o IPES estabeleceu de 1962 a 1964 um sistema de informação para controlar a influencia comunista no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais militares chave e demais pessoas por todo o Brasil. Conforme seus próprios cálculos, o IPES gastava entre 200 e 300 mil dólares por ano nessa operação de levantamento de informações e rede de distribuição⁶³.

Os canais de persuasão e as táticas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado domínio da opinião pública.

O IPES/IBAD, apoiado pelos EUA, direcionavam suas atuações anticomunistas para diversos setores da população. No caso dos estudantes brasileiros, o IPES considerava que estavam encarnando a primeira linha na tarefa de bolchevizar nossa pátria. O jovem encontra-se no período de formação de sua personalidade e expande suas aptidões através

⁶² DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 143.

⁶³ Idem, p. 188.

da busca de novidades e de aventuras. Com o nome de “Casa do Estudante”, o IPES pretendia atrair os jovens através de campos de esportes, biblioteca, sala de conferência, etc. Os jovens recebiam através de “líderes preparados” a influência política e ideológica do IPES, sempre com o apoio do Consulado dos EUA. Os integrantes do Grupo de Assessoria Parlamentar, a GAP⁶⁴, transportavam armas e serviam de mensageiros no eixo Rio - São Paulo - Minas, chegando a levar metralhadoras em malas, envolvidos com organismos para-militares⁶⁵.

Segundo Francisco Weffort, o governo janguista pode ser dividido em três etapas: A primeira etapa, desde setembro de 1961 até janeiro de 1963, teve como eixo a liquidação do parlamentarismo, tarefa na qual Goulart dedicou a maior parte de seus esforços, procurando recuperar os poderes perdidos na crise de renúncia. A segunda transcorreu entre janeiro e junho de 1963, quando Jango, já estabelecidos os poderes presidenciais, tratou de implantar a orientação econômica expressa no Plano Trienal. Na terceira e última etapa o governo se aproximou cada vez mais da política de reformas estruturais.⁶⁶

O primeiro ministro que presidiu o Congresso no período em que prevaleceu o sistema parlamentarista no Brasil foi Tancredo Neves. Posteriormente presidido por Brochado da Rocha e em seguida por Hermes Lima. Durante esse período, a União Democrática Nacional - UDN e o Partido Democrata Cristão - PDC formavam a maior parte do Parlamento e o partido de Jango, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, era minoria no ministério.

João Goulart assumiu o governo com seus poderes reduzidos e encontrou os credores do Brasil em estado de profundo ceticismo. Não deixaram de notar também o que consideravam uma orientação esquerdista do governo, – um grave risco aos olhos dos

⁶⁴ O "grupo de assessoria parlamentar"(GAP) chamado no jargão ipesiano de "escritório de Brasília" era o canal por onde corriam os meios de influência do IPES no Congresso Nacional. O chefe do GAP era o banqueiro Jorge Oscar de Melo Flores, que, através da estruturação do bloco político de oposição, a Ação Democrática Parlamentar, estabeleceu um controle de enorme influência nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A estratégia do GAP consistia em bloquear as propostas governamentais no Legislativo para forçar João Goulart e seus aliados a hostilizar o Congresso e, com isto, perder o apoio que ainda mantinham dos setores mais liberais da sociedade e das forças armadas. Fonte: CPDOC, FGV.

⁶⁵ STARLING, Heloisa Maria Muregel. **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis. Vozes. 1986, p. 205.

⁶⁶ WEFFORT, Francisco C, **A crise do populismo**. In: História do século 2. v.6. São Paulo: Abril, 1968, p. 2634.

banqueiros internacionais. Um segundo e urgente problema era o econômico: Goulart se defrontou com a inflação que de 1949 a 1959 variou de 12 a 26 por cento⁶⁷.

A viagem de Jango em abril de 1962 aos Estados Unidos, conteve temporariamente o afastamento entre os dois países. Para Jango, o importante era a renegociação da dívida externa, para Kennedy o encontro tinha por objetivo definir as regras políticas no Brasil. Na semana anterior a essa visita, Leonel Brizola nacionalizou a empresa americana de telefonia no Rio Grande do Sul, a ITT. Na ONU, Jango explicou os motivos que levaram a nacionalização das empresas.

A necessidade que nos sentimos de colocar em pauta a desapropriação nas companhias, dentro de formas de entendimento, foi exatamente pelas dificuldades que elas estavam criando no momento no meu país. Poderemos estimular o investimento de capital estrangeiro se dermos a esse capital uma compensação justa, quando eu falo justa, é exatamente para expressar o pensamento do país, de justiça. Ela não pode obter também, lucros excessivos, lucros que a enriqueça muito depressa em detrimento do interesse nacional, ou a custa do empobrecimento do país⁶⁸.

Em maio de 1962, Goulart, apesar de o PTB possuir a minoria de cadeiras no ministério, anunciou o propósito de mudar o artigo 141 da Constituição, que determinava a indenização prévia e em dinheiro para áreas desapropriadas – terras devolutas, à beira de estradas. Sem a alteração desse artigo, a reforma agrária proposta por Jango seria de fato um grande negócio para os latifundiários.

A luta ideológica tomou conta das ruas. A façanha de Fidel Castro, de realizar uma revolução iniciada com um foco de guerrilha, levava a esquerda brasileira a acreditar no modelo cubano. Com as sucessivas reivindicações democráticas exigidas pelo povo e com a preocupação de fortalecimento de João Goulart, uma ala de extrema direita criou as Movimento Anti-Comunista (MAC). Simpática ao fascismo e patrocinada principalmente pela grande burguesia, pelas empresas estrangeiras e pelos latifundiários, organizou atos de vandalismo e violência como pichações ameaçadoras a San Tiago Dantas, ministro de Jango e um ataque metralhando a sede da UNE.

Nas eleições de outubro de 1962, o complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos, formulando os seus programas eleitorais e dando-lhes assistência financeira. Para o

⁶⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 36.

⁶⁸ Discurso João Goulart na ONU nos Estados Unidos, em abril de 1962.

financiamento de duzentos e cinquenta deputados candidatos aos cargos, o IBAD despendeu mais de cinco bilhões de cruzeiros. Porém os empresários que agiam através do complexo IPES/IBAD não eram os únicos que interferiam no processo eleitoral utilizando meios ilegítimos e ilegais. Essas eleições foram consideradas o auge de uma das maiores operações políticas jamais empreendidas pela Divisão Ocidental da CIA⁶⁹ americana, que estava comprometida numa campanha de milhões de dólares para financiar a eleição de candidatos anticomunistas aos postos federais, estaduais e municipais⁷⁰.

Mesmo com o maciço investimento dos EUA, a bancada da UDN diminuiu, enquanto o PTB quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, tornando-se assim a segunda força no Parlamento: suas cadeiras aumentaram de 66 para 116, representando 28% do total. Os partidos menores de esquerda ou trabalhistas aumentaram também sua representação na Câmara dos Deputados para 12% das cadeiras legislativas⁷¹.

O significado das eleições de outubro foi obviamente percebido pelo embaixador Lincoln Gordon. Em um telegrama ao Departamento de Estado, ele enfatizava:

Como as autoridades de Washinton devem certamente estar conscientes, está ocorrendo neste país uma guerra política de grande importância, que determinará sua orientação doméstica e externa e, com ela, a maior parte do continente. Temos grande interesse no resultado e estamos tentando usar nossa influência destramente para levar a um resultado favorável⁷².

Em janeiro de 1963 ocorreu o plebiscito para determinar a escolha do sistema político: presidencialismo ou parlamentarismo. Quinze milhões foram às urnas, 92% do eleitorado ficaram contra o sistema parlamentarista.

O resultado do plebiscito foi recebido com grande otimismo pelos grupos de esquerda e pró-reformas, reforçando-lhes a crença de que era forte o apoio popular às reformas. Porém, iludiu-se em relação ao apoio popular a Jango. Não necessariamente os que votaram no presidencialismo eram janguistas ou a favor das reformas de base.

⁶⁹ *Central Intelligence Agency* (CIA). Central da polícia federal dos Estados Unidos que atua em diversos assuntos investigativos nacionais e internacionais.

⁷⁰ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 325.

⁷¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 87-88.

⁷² DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 326.

De qualquer forma, não restavam a João Goulart muitos anos de governo. O novo governo presidencialista, com minoria no Congresso, realizou uma política de acordos, visando, de um lado, a sustentação do poder através do estímulo aos movimentos de massa, de outro objetivava a implantação de uma política de estabilidade. Para isso, Jango apresentou o Plano Trienal. Desenvolvido por Celso Furtado e San Tiago Dantas, objetivava reduzir a taxa de inflação e estimular o crescimento econômico. Mas para tentar atingir essas metas, deveria conter os gastos públicos com medidas anti-populares.

O plano Dantas-Furtado propunha a desvalorização da moeda corrente, o cruzeiro, fato que elevaria o custo de importações como petróleo e trigo, que por sua vez elevaria o custo do pão e das passagens. O plano também propunha a contenção dos aumentos salariais, outra medida impopular, pois a inflação já estava ultrapassando a casa dos 50 por cento. Para reduzir o déficit do setor público o governo teria que dispensar empregados, outro golpe para a força de trabalho urbana. O presidente procurou um apoio mais abrangente do que os das forças populares em geral, pretendendo ganhar a confiança dos credores externos, especialmente as autoridades governamentais dos Estados Unidos, no sentido de assegurar o reescalonamento e financiamento da dívida externa brasileira⁷³.

A forma pela qual o Plano Trienal foi apresentado deixa claro que o governo buscava obter a aceitação voluntária dos principais grupos econômicos e atrair o seu apoio por meio da persuasão. Baseados na percepção que tinham de seus próprios recursos políticos e das forças e fraquezas de seus adversários, os sindicatos negaram seu apoio ao Plano. Encorajados por essa percepção, não reconheciam a necessidade de adiar reivindicações. Pelo contrário, aumentavam suas pressões por benefícios imediatos ainda mais elevados. Exigiam medidas de controle de preços, mas não aceitavam restrições nos salários⁷⁴.

O presidente engavetou o plano por uns seis meses. Em junho de 1963, depois de muita reflexão, concluiu que seus custos eram altos demais, e procurou uma nova opção, uma estratégia mais voltada para o nacionalismo radical, como diziam seus adversários mais implacáveis – a UDN e os militares – que afirmavam que “Goulart não tinha a intenção de executar suas apregoadas reformas. Ao contrário, estava tentando polarizar a

⁷³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 37.

⁷⁴ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 109.

opinião pública e assim preparar o terreno para a tomada do seu governo pelo nacionalismo radical”⁷⁵.

Algumas das medidas tomadas pelo governo de João Goulart, e que distinguiram o seu bloco de poder dos governos populistas anteriores, agitando violentamente os interesses multinacionais e associados, foram: a lei restringindo a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes, o que, de certa forma, impedia a saída maciça do capital. Essa medida implicou também em um controle mais rigoroso das atividades do capital transnacional no Brasil, retirando-lhes os extraordinários privilégios concedidos em grande parte durante as administrações anteriores; a outra medida foram as limitações das remessas de *royalties*, que forçaram as companhias multinacionais a fazer exatamente o que haviam evitado durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, ou seja, investir capital no país pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros. A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular⁷⁶.

No período de 1961 a 1963 ocorreram cerca de duzentas greves, com uma escalada do movimento grevista em setembro de 1963. Uma das greves mais importantes ocorreu um mês depois, no dia 6 de outubro, em São Paulo, mobilizando cerca de 700.000 trabalhadores. Muitas das greves acabaram em confrontos entre os trabalhadores e a polícia devido às mudanças de atitude em relação às pressões exercidas pelos sindicatos. A greve de Santos foi um exemplo flagrante da nova posição abertamente antigreve dos militares.

Defrontado com uma escalada de greves que encontrava forte oposição nos altos escalões militares; com um movimento de insurreição dos baixos escalões das Forças Armadas, atacado pelos governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Ademar Pereira de Barros e bloqueado economicamente pelos EUA, Jango tentou decretar estado de sítio, a 4 de outubro de 1963. Porém, seu próprio partido, o PTB, não considerou esta a opção mais apropriada, pois temia o fortalecimento da maioria governista, o PSD.

⁷⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 39.

⁷⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 132.

A solicitação de Jango ao Congresso de decretação do estado de sítio por um prazo de 30 dias originou-se da inquietação dos ministros militares com a onda de greves e a violência de fundo político no país. Três dias mais tarde, contudo, Goulart retirou o pedido que alarmara até os líderes sindicais, que recebavam ir para a cadeia durante o estado de sítio. Com essas medidas o presidente generalizou o temor em torno do que seriam os seus planos⁷⁷.

Em uma entrevista para o jornal *Los Angeles Times*, o governador Carlos Lacerda pediu a intervenção dos EUA na política interna brasileira. Acusou Goulart de caudilho e anunciou que os militares brasileiros já discutiam a data certa para depor João Goulart. Os ministros, indignados, pediram a punição de Lacerda.

A rebelião dos sargentos contra a decisão do Supremo Tribunal de lhes negar o direito de serem eleitos para cargos públicos, em setembro de 1963, agravou a já tensa situação política. Seiscentos sargentos se rebelaram em Brasília e no decorrer das negociações Goulart apoiou às reivindicações dos sargentos.

Logo no começo de 1964, já havia sinais de que a crise política ia se resolver de forma violenta e não pela negociação. A situação era de quase total incerteza. Os problemas econômicos se acumulavam à medida que a taxa de crescimento caía abruptamente: a inflação disparava, enquanto o problema da dívida externa continuava sem solução. Desde a tentativa de estado de sítio pela qual Goulart foi acusado de encenar um golpe bonapartista, as suspeitas em relação às suas intenções cresceram de forma generalizada⁷⁸.

Goulart tentou buscar o apoio da esquerda, mas verificou que ela não tinha unidade. O Partido Comunista (PCB), da linha de Moscou, com sua amarga experiência dos tempos do Estado Novo (1937-1945), aconselhava cautela. Já o Partido Comunista do Brasil (PC do B), da linha de Pequim, pedia medidas radicais, mas o número dos seus militantes era pequeno.

Uma importante força da esquerda, tanto em número quanto em ardor militante, eram os chamados “jacobinos”, nacionalistas combativos que não haviam aceitado a disciplina nem do PCB nem do PC do B, e que pertenciam à esquerda católica ou a UNE.

⁷⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 42.

⁷⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 177.

Os “jacobinos” eram políticos amadores que encorajavam o indeciso governo Goulart a tomar medidas mais fortes⁷⁹.

Com iniciativa do ministro San Tiago Dantas, formou-se a Frente Progressista de apoio às Reformas de Base: reforma administrativa, reforma fiscal, reforma agrária, reforma bancária, reforma universitária. Essa Frente era liderada um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos, chamados de “Esquerda Positiva”. A idéia de reagrupar em torno do governo as forças de centro fundava-se em duas razões: a percepção de que esse apoio ajudaria o governo a superar o isolamento político, provocado pelo fracasso no estado de sítio, e também, serviria para reverter a escalada de radicalização do processo político, diminuindo assim a probabilidade de sucesso de um golpe de direita, o quê deixou Jango sem muita opção, levando-o para a radicalização.

Ao assinar o Decreto SUPRA⁸⁰, que regulamentava a desapropriação de terras localizadas dentro de um raio de dez quilômetros à margem de rodovias federais, ferrovias, barragens, e projetos de irrigação e drenagem, Jango causou conflitos, principalmente com diversos políticos que em sua maioria eram grandes proprietários de terras.

Tanto conservadores quanto moderados alimentavam suas divergências com o bloco nacional-populista: o primeiro grupo recusava decididamente, o programa das Reformas de Base, em especial a Reforma Agrária tal como havia sido elaborada pelo governo; já o segundo grupo embora apoiasse as Reformas de Base, temia o perigo comunista, opondo-se à esquerda em geral e à legalização do Partido Comunista em particular⁸¹.

Por mais que a burguesia e os conservadores tivessem opiniões distintas sobre os mais diversos assuntos, quando entrou em pauta a questão da reforma agrária, eles se uniram contra ela, como mostra o economista Paulo Singer:

Jango deseja acenar com a reforma agrária para fazer o proletariado aceitar restrições salariais e outras medidas deflacionárias e para poder criar, no movimento camponês, uma camada de pelegos que lhe estejam submissos. Jango sente que os dispositivos constitucionais referentes à expropriação lhe amarram as mãos neste sentido. A luta pela reforma constitucional não somente reforça o apoio

⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 42.

⁸⁰ A SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária – foi uma agência criada em 1962 para centralizar o planejamento e a implementação da política agrária.

⁸¹ STARLING, Heloisa Maria Muregel. **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 214.

da esquerda ao governo, como, se vitoriosa, permitirá a Jango desenvolver vasta demagogia com pequenas redistribuições de terra, que em seu conjunto nunca dariam uma reforma agrária (embora possam abrir caminho para ela). A perspectiva da grande burguesia é diferente. Ela sente e sabe que ou ela descarrega o peso da crise nas costas dos assalariados ou a continuação da crise líquida com o capitalismo no Brasil e, portanto, com a sua posição de classe dominante. Nesta situação ela não se pode permitir o abandono de um aliado natural, qual seja a burguesia latifundiária⁸².

Com a ruptura da força populista, o bloco oligárquico-industrial compreendeu que estava perdendo politicamente o que já havia perdido economicamente, isto é, a liderança dos acontecimentos. A insatisfação se espalhou no interior do bloco, alienando o apoio empresarial e político-militar que havia sido dada a João Goulart, debilitando assim suas bases de poder. O resultado desse processo foi que o aspecto de insularidade do Executivo viu-se reforçado, deixando-o dependente dos trabalhadores mobilizados, que permaneceram a única e incerta “massa de manobra” política do governo. A pequena e média burguesia condenava o pacto social populista por ter-se esgotado e pelo clima de desorganização⁸³.

Em mais uma tentativa de mobilizar a população, Jango, na sexta-feira, 13 de março de 1964, fez um discurso no comício na Praça da República, entre a estação ferroviária da Central do Brasil e o Ministério da Guerra. Discursando para mais de 150 mil pessoas, Jango anunciou o plano de reforma de base. Dentre estas estariam: a nacionalização das refinarias de petróleo e a desapropriação de terras para a realização de uma reforma agrária. Foi uma atitude tomada de maneira desesperada, na tentativa de obter um apoio público.

A Igreja Católica, dividida internamente, não escapou da luta político-ideológica que a liderança das classes dominantes, agrupadas no complexo IPES/IBAD, desenvolvia contra o governo Goulart. De fato, a Igreja Católica, uma sociedade autônoma dentro da sociedade civil, é também sua própria sociedade política, funcionando enquanto sistema de poder fortemente normativo e com capacidade punitiva dentro da sociedade civil e constituindo como que um Estado Paralelo⁸⁴.

⁸² SINGER, Paulo. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 116.

⁸³ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 135-141.

⁸⁴ STARLING, Heloisa Maria Muregel. **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 214.

Para reforçar a imagem católica contra os comunistas, o departamento de estado dos EUA enviou ao Brasil o conhecido e admirado padre Patrick Paithon. Com o objetivo de mobilizar as camadas médias da sociedade padre Paithon organizou uma cruzada religiosa sobre o lema: “A família que reza unida permanece unida”. E no dia 19 de março, foi organizado o movimento chamado de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, quando 500 mil pessoas foram às ruas de São Paulo protestar contra o governo Jango.

Este movimento que sob a proteção da Igreja buscava a defesa dos valores morais tradicionais - família, religião e moralidade -, procurava exercer uma ação normativa sobre os meios de comunicação de massas. A marcha, que funcionou como o instrumento articulador do diálogo entre a burguesia, a Igreja e as camadas tradicionais da sociedade, tinha como real propósito a luta contra o comunismo. “Na defesa do legado divino, lançou-se uma nova cruzada – a Cruzada Anticomunista – com o intuito de lançar o nome de Deus como defensor anticomunista. Esse apoio público precipitou a ação militar”⁸⁵.

Em fins de março de 1964 as tensões políticas haviam atingido um grau sem precedentes, com o presidente participando de uma série de comícios ruidosos em cada um dos quais anunciava novos decretos. Enquanto isso, a conspiração militar-civil aumentava de intensidade.

Na opinião das combativas forças anti-Goulart, o recurso legal era o *impeachment*. Mas o *impeachment* exigia a maioria dos votos da Câmara dos Deputados, o que adversários de Goulart não possuíam, pois os deputados do PTB certamente apoiariam o presidente e os do PSD não votariam uma medida que só poderia beneficiar a UDN.

Entre os dias 25 e 27 de março, cerca de 1200 marinheiros concentraram-se no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para protestar contra a punição de onze diretores da associação pelo Ministério da Marinha, por motivos disciplinares. O governo colocou-se em posição favorável aos marinheiros, revertendo a ordem dada pelo ministro da Marinha de reprimir o movimento, o que levou à sua demissão.

Goulart concedeu anistia aos marinheiros e escolheu o novo ministro com o apoio de líderes sindicais ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), atitude esta que descontentou os escalões superiores das Forças Armadas, acusando Jango de transgredir os

⁸⁵ STARLING, Heloisa Maria Muregel. **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 217.

princípios de hierarquia e disciplina. Oficiais das três armas criticaram abertamente o governo, inclusive oficiais centristas que hesitavam em conspirar contra um presidente legalmente eleito. Realmente, o tratamento que o governo deu a esse acontecimento foi mais um estímulo à intervenção dos militares.

No dia 30 de abril de 1964, a Mercedes de Jango parou em frente ao Automóvel Clube.

Aos gritos de “Manda brasa presidente”, respondia com gestos quase modestos às críticas dos oficiais. Em alguns minutos ele estava diante do microfone. Passava um pouco das 22 horas. A essa hora já chegara à Casa Branca um telegrama do consulado americano em São Paulo. Ele informava: Duas fontes ativas do movimento contra Goulart dizem que o golpe contra o governo do Brasil deverá vir nas próximas 48 horas... Em Ipanema, Castello Branco via a cena na sala de sua casa. Estavam com ele os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Todos achavam que a reação demoraria alguns dias⁸⁶.

Segundo Elio Gaspari, a força de João Goulart derivava da máquina da previdência social e das alianças com a esquerda no controle dos sindicatos. “Sua biografia raquítica fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos ou de coristas”. Jango possuía quinze mil hectares de terra em São Borja e um rebanho de aproximadamente sessenta mil animais. “Movia-se no poder por meio daqueles sistemas de recompensas e proveitos que fazem a fama dos estancieiros astuciosos. Introvertido e tolerante, era um homem sem inimigos”⁸⁷.

Em 31 de março, um editorial do jornal de centro e pró-reformas, Correio da Manhã, exigia a renúncia de Goulart. A reação armada contra o governo começou nesse mesmo dia... Os principais comandantes do Exército se juntaram às forças sediciosas. A defesa do governo ficou restrita ao III Exército, no Rio Grande do Sul, depois que o comandante do II Exército, Amaury Krueel, supostamente leal a Goulart, se juntou ao movimento⁸⁸.

Como lembra Skidmore: “Eram grandes os obstáculos a transpor, pois muitos militares não queriam estar entre os primeiros a aderir à conspiração com receio de que ela

⁸⁶ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 62-63.

⁸⁷ Idem, p. 46.

⁸⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 185.

fracassasse, nem entre os últimos, com medo de que fosse vitoriosa”⁸⁹. No dia 31, desencadeou-se o movimento militar, iniciado em Minas Gerais, sob o comando dos generais Carlos Luis Guedes, Olímpio Mourão Filho e com o apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto. O general Mourão Filho, teve um papel conspiratório ativo e eficaz, na medida em que contribuiu para o esforço geral de insuflar sentimentos antigovernistas ente os militares, sem prejudicar o impulso principal do movimento empresarial-militar. Suas atividades eram rigorosamente controladas pelo IPES.

Este movimento militar, dizendo ser democrático, constitucionalista, contrário às ameaças comunistas e filocomunistas, teve o apoio dos principais comandantes do Exército, incluindo o Amaury Krueel, comandante do II Exército, homem supostamente leal a Jango, e desencadeou a chamada “Operação Popeye”. Com a convicção de que este movimento não teria sucesso, Castello Branco alertou: “Não foi possível fazer nenhuma articulação; a solução é vocês voltarem, porque, se não, vão ser massacrados”. O governador Magalhães Pinto também disse: “Se não voltarem agora, voltarão derrotados”⁹⁰.

A UNE ficou em estado de alerta, mas não houve resistência. A esquerda brasileira temia que Jango vacilasse, não enviando as tropas para combater os golpistas e foi o que aconteceu. Leonel Brizola e o Grupo dos Onze, com centenas de militantes, não se moveram, a espera das ordens de Jango⁹¹. O chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, que desde o primeiro momento defendia o bombardeio das tropas de Mourão, ficou indignado com a decisão do presidente. A esquerda comunista e os estudantes foram pegos despreparados⁹².

Jango sabia que tinha condições de reagir a um movimento, como o de Mourão Filho, mas a pressão dos EUA estava muito forte e Goulart não quis arriscar. “Já haviam chegado a Washington dois informes da CIA, tratando dos planos dos conspiradores revolucionários de Minas Gerais”. Dez dias antes do golpe, uma força-tarefa naval já estava em alerta para em caso de necessidade, zarparia para a costa brasileira, com o nome de

⁸⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 43.

⁹⁰ GUEDES, Carlos Luiz. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. 70.

⁹¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 6.

⁹² Idem, p. 85.

“Operação Brother Sam”. As maiores informações eram passadas pelo embaixador americano, Lincoln Gordon.⁹³

Os militares que conspiraram contra Goulart esperavam enfrentar resistência armada. Supunham que oficiais legalistas defenderiam o presidente e seu governo, talvez mergulhando o Brasil em uma guerra civil. Por isso queriam atacar antes que os legalistas pudessem se mobilizar. Para surpresa de todos, a resistência jamais se materializou.

“O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspiratório, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”⁹⁴.

A Ditadura Militar

No dia 1º de abril, João Goulart abandonou Brasília, indo em direção a Porto Alegre. Brizola tentou repetir o movimento de resistência de 1961, mas dessa vez, a bandeira da legalidade já havia sido capturada pela coalizão golpista. Aproveitando a ausência de Goulart da capital, o próprio Congresso desfechou o golpe final no governo ao declarar vago o cargo presidencial.

No Rio de Janeiro, a embaixada soviética queimava papéis, com medo de ser atacada, enquanto o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, aos prantos, falava pelo telefone com a TV Rio: “Obrigado meu Deus, muito obrigado” e militares atiraram contra manifestantes que estavam reunidos em frente ao Clube Militar, na Cinelândia. No mesmo dia, a sede da UNE na praia do Flamengo foi invadida e incendiada e a organização passou a atuar na clandestinidade. No Recife dois estudantes foram mortos. A deposição do presidente João Goulart custou um total de sete vidas, todas civis e nenhuma em combate.

Durante o resto da madrugada de 2 de abril Jango explorou a fantasia da resistência. Foi para a casa do comandante do III Exército escoltado, reuniu-se com Brizola, colecionou notícias desastrosas e teve uma crise de choro. O governo de Jango se desmanchou. “Nem mesmo o mais otimista dos conspiradores acreditava que o governo do presidente João

⁹³ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 58-59.

⁹⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 230.

Goulart, com seu apoio sindical e seu louvado dispositivo militar, caísse tão rápido e facilmente”⁹⁵.

As 11:45h Goulart voou com o general Assis Brasil para a fazenda Rancho Grande, em São Borja, ao encontro da família. Nas barrancas do rio Uruguai, Jango viveu os últimos momentos de seu aniquilamento político num estado de deprimente solidão. Consciente de que toda tentativa de resistência seria inútil, refugiou-se no Uruguai.

O golpe recebeu esmagador apoio da imprensa, que salientou a atuação dos civis. A burguesia comemorou a deposição do presidente realizando uma gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro. Na hora marcada para iniciar a marcha, a Avenida Rio Branco já estava tomada de faixas contra o comunismo, carregadas por uma multidão calculada em oitocentas mil pessoas.

Os militares rapidamente tomaram conta da situação, prendendo ativistas da esquerda, líderes estudantis e sindicais, organizadores de grupos católicos, como a JUC (Juventude Universitária Católica) e a AP (Ação Popular), líderes das Ligas Camponesas e outros ativistas considerados de esquerda. Centenas de pessoas foram encarceradas no Rio, enquanto muitos outros ficaram num improvisado navio-prisão ao largo da baía de Guanabara.

A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, onde o IV Exército e a política estadual e local dissolveram brutalmente as Ligas Camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais atingindo, sobretudo, pessoas ligadas às Ligas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações e a prisão de seus dirigentes. No Recife, o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu a traseira de um jipe e puxado pelas ruas da cidade. Segundo a embaixada americana, nas semanas seguintes à deposição de João Goulart cerca de 5 mil pessoas foram presas⁹⁶.

Começava a luta sobre quem chefiaria o novo governo. Com a vitória política, o Comando Supremo da Revolução editou o Ato Institucional nº1 em 9 de abril de 1964. Este Ato, declarando combater a corrupção e o comunismo e querendo restaurar a democracia, suspendeu as garantias constitucionais e direitos políticos de inúmeras personalidades por um período de dez anos, atacando principalmente os líderes políticos: Luiz Carlos Prestes,

⁹⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 133-134.

⁹⁶ Idem, p. 130.

João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes. Vários itens deste ato tinham por objetivo fortalecer o Poder Executivo em detrimento do Congresso.

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso e em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente. A partir de poderes excepcionais conferidos ao governo, desencadearam-se perseguições aos adversários do novo regime, envolvendo prisões e violência. O Ato, que inicialmente não tinha número, pois deveria ser o único, também criou os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que ficaram responsáveis de combater os crimes contra o Estado, contra a ordem política e social, ou por atos considerados de “guerra revolucionária”.

Castello Branco nasceu no Ceará, filho de um oficial do Exército. Ingressou na Academia Militar de Porto Alegre, onde fez um curso notável, distinguindo-se entre os seus companheiros de turma. Posteriormente cursou dois anos na École Supérieure de Guerre na França e, em Fort Leavenworth, nos Estados Unidos, o curso de estado-maior e comando. Adquiriu experiência de combate na Força Expedicionária Brasileira, que lutou ao lado do Quinto Exército norte-americano na Itália em 1944-1945.

Conhecido como um oficial cauteloso e introspectivo, Castello Branco era baixo, quase sem pescoço, homem de poucas palavras e dado à reflexão. O chefe revolucionário era também reconhecido como o líder do grupo da “Sorbonne” – oficiais estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Estes oficiais ficaram conhecidos também como castelistas e desempenhariam importante papel em subseqüentes governos militares.

Com o novo governo, o poder passou a atender os interesses multinacionais e associados através da hegemonia por eles estabelecida dentro do aparelho do Estado, do controle direto das agências de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão e da presença pessoal dos representantes desses interesses econômicos na administração em geral. “Resumindo, após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada”⁹⁷.

Os associados e colaboradores do IPES, na maioria empresários, foram colocados em posições-chave nos ministérios. Depois de 1964, o IPES foi transformado em um eficaz

⁹⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 419.

“órgão intermediário” para a elaboração de diretrizes políticas. Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e os principais órgãos da administração pública⁹⁸.

De abril a 13 de junho de 1964, Golbery do Couto Silva trabalhou sua saída do IPES e pelo projeto de lei 4341, criou o Serviço Nacional de Informações (SNI). Golbery criou um organismo que só respondia ao presidente da República. O chefe do SNI recrutava os melhores alunos das universidades. Ampliando seus ouvidos para fora do Brasil, o SNI ligou-se a rede dos serviços ocidentais de informações e formalizou um acordo com a CIA de informações e obediência de um lado e investimento do outro. A CIA já vinha colaborando com o governo brasileiro desde os primeiros dias de abril de 1964⁹⁹.

Na Agência Central de Serviço montou-se um avançado sistemas de computadores da marca IBM trazidos ao país ilegalmente. Nele guardaram-se as fichas de levantamento de dados biográficos de cidadãos “suspeitos”. “Pela estrutura logística, o SNI ficou entre os dez mais bem equipados serviços de informações do mundo. Seu poder de alavancagem política foi superior ao da CIA, do *Intelligence Service* ou mesmo da KGB^{100,101}.

O SNI se propôs tornar-se – e de fato tornou-se – um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira. Estabeleceu uma rede de informações dentro dos ministérios, autarquias e órgãos administrativos do governo, bem como no movimento militar, no movimento da classe operária, no movimento estudantil e em outros segmentos escolhidos da população.

Em setembro de 1964, numa longa estimativa, Golbery assinalava a Castello que o governo tinha na oposição à esquerda uma frente anti ou contra-revolucionária em que identificava dois blocos: O grupo janquista-brizolista que foi alijado do poder e, pouco realista, deseja simplesmente a restauração em proveito do seu oportunismo político e o grupo comunista da linha violenta (maoísta-fidelista) que teme a consolidação total, em curto prazo, do atual governo e, pois, acalenta ainda a esperança de, através de atos de violência, criar um clima de intranquilidade publicando a ainda almejada tomada do poder¹⁰².

⁹⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 449.

⁹⁹ Idem, p. 422.

¹⁰⁰ *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosty* (KGB). Agência de informação e segurança da antiga União Soviética, que desempenhava funções de polícia secreta do governo soviético.

¹⁰¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 169.

¹⁰² Idem, p. 175-176.

Na área política o novo governo, com o intuito de diminuir a oposição, iniciou um processo de cassação de mandatos legislativos e suspensão de direitos políticos. Os militares chamados da “linha dura” possuíam uma lista de cerca de 5.000 nomes de opositores cujos direitos políticos pretendiam suspender. Os acusados não tinham direito de defesa nem as acusações contra eles foram jamais publicadas.

O governo militar, em 60 dias, suspendeu os direitos políticos e/ou cassou os mandatos eleitorais de 441 brasileiros, dentre os quais três ex-presidentes; seis governadores de estado; 55 membros do legislativo federal; e vários diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos. Entre 1 de abril e 15 de junho, cerca de 122 oficiais foram forçados a se aposentar¹⁰³.

O escritor e jornalista Elio Gaspari acrescenta dados sobre esse poder arbitrário imposto pela política militar:

No ano de 1964, foram expurgados 49 juizes, cassados 50 parlamentares, sendo 40 deputados. Especialmente visavam-se pessoas com posições consideradas de esquerda. Entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados¹⁰⁴.

Fortalecido politicamente, tendo eliminado a possibilidade de qualquer oposição nos sindicatos, os militares passaram a definir sua política de “arrocho salarial”. No mês seguinte, em julho de 1964, o governo agiu no sentido de revogar a lei de remessa de lucros de 1962, que fixara um teto para as remessas (10 por cento por ano do investimento original, exclusivamente os lucros reinvestidos)¹⁰⁵.

Desde o início do golpe os Estados Unidos foram o maior credor financeiro do país.

Em princípio de novembro de 1964 o embaixador Lincoln Gordon anunciou que, nos sete meses a partir de abril, o governo americano havia comprometido US\$222 milhões para o Brasil. Em meados de dezembro, o diretor da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) David Bell, depois de visitar os projetos financiados pelo seu governo no Brasil, anunciou uma ajuda adicional de US\$ 650 milhões. Tio Sam aumentava suas apostas na revolução que aplaudira com tanto entusiasmo... Só em fevereiro de 1965 que os compromissos finalmente começaram a multiplicar-se. O Banco Mundial anunciou uma série de

¹⁰³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 59-62.

¹⁰⁴ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 130-132.

¹⁰⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 82.

novos empréstimos. O FMI anunciou um acordo *standby* de US\$ 126 milhões e uma linha de crédito sobre a qual o Brasil podia sacar a qualquer tempo¹⁰⁶.

Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze Estados. Apesar do veto militar a determinados candidatos, a oposição triunfou em Estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais. Os resultados das urnas alarmou o grupo militar da linha dura. Alegando a complacência com os inimigos, este grupo pregou a implantação de um regime ainda mais autoritário. Sob pressão desses setores, Castello Branco determinou a 27 de outubro o segundo Ato Institucional.

Com o segundo Ato Institucional (AI-2) em vigor, Castello pôs fim às suas esperanças de que os malefícios políticos e econômicos do Brasil poderiam ser debelados a curto prazo. Mas os castelistas, como vieram a ser chamados os militares moderados, não abandonaram a crença de que tinham o remédio para transformar o Brasil em uma democracia capitalista estável. Levaria apenas um pouco mais de tempo¹⁰⁷.

Esse Ato fortaleceu ainda mais o Executivo, aumentando o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 e dissolveu todos os partidos políticos. Isso mostrou mais uma vez o uso da força para a manutenção do poder político-militar.

O principal propósito do AI-2, com duração prevista até 15 de março de 1967 (fim do mandato de Castello), era tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição. O presidente, vice-presidente e todos os governadores seriam a partir de agora eleitos indiretamente – o presidente e o vice-presidente pelo Congresso e os governadores pelas assembleias legislativas. Os últimos eram mais facilmente controláveis por Brasília, já que grande parte dos recursos estaduais e outros favores eram determinados pelo governo federal¹⁰⁸.

A aproximação das eleições municipais em outubro de 1966 preocupava o governo. Os militares não poderiam aceitar que figuras carismáticas regionais vencessem os candidatos da ARENA. Foi assim que a 5 de fevereiro de 1966 o Planalto decidiu que necessitava de um terceiro Ato Institucional para se proteger em futuras eleições. Os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de “segurança nacional” seriam nomeados pelos governadores (agora eleitos pelas Assembleias Legislativas). O

¹⁰⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 85.

¹⁰⁷ Idem, p. 101.

¹⁰⁸ Idem, p. 101-102.

governo estava reconhecendo que não podia arriscar na realização de eleições abertas e diretas em qualquer nível.

Apesar dos três atos institucionais, dos atos suplementares e de outras medidas arbitrárias, o governo Castello Branco tinha dificuldades de conseguir reformular a seu gosto a política brasileira e a segurança nacional. Em fevereiro, por exemplo, a casa do cônsul americano em Porto Alegre foi bombardeada. Em março, um contingente de 30 homens procedente do Uruguai, dominou soldados da Brigada Militar em Três Passos (RS) tomou em seguida uma estação de rádio local e transmitiu um manifesto contra o governo. Subseqüentemente entraram em choque com a polícia local e foram capturados no Paraná. Esta malograda coluna era ligada a Leonel Brizola, exilado no Uruguai¹⁰⁹.

A Revolução Cubana influenciou muitos grupos de esquerda na América Latina. Com a utilização de guerrilha, um grupo, liderado por Fidel e Guevara, derrubou o governo de Fulgêncio Batista e assumiu o poder. Esse acontecimento em Cuba, contra os interesses dos EUA, era um exemplo, concreto e próximo.

Em dezembro de 1956, Fidel Castro desembarcava na ilha com 81 homens e em janeiro de 59 entrara triunfalmente em Havana. O mito cubano projetara-se romanticamente sobre o mundo, com as figuras comoventes, desprendidas e heróicas de Fidel e de Ernesto “Che” Guevara, o jovem médico argentino que se juntara aos revoltosos ainda na fase dos preparativos do desembarque¹¹⁰.

No caso do Brasil, que Fidel considerava um país de localização estratégica, houve a iniciativa – por parte de Cuba -, de patrocinar a guerrilha brasileira. O PCB, orientado por Prestes, tomou a posição de não aderir à luta armada como forma de derrotar a ditadura. Assim, Fidel passou a apoiar Leonel Brizola. Antes mesmo da derrubada de Goulart, o embaixador cubano no Rio de Janeiro, Raúl Roa Kouri, acreditava que era Brizola quem tinha as maiores chances para iniciar uma revolução “à la Castro” no Brasil¹¹¹.

Não se trata de guerrilha. Trata-se de uma insurreição da qual participarão civis e militares. Não será guerrilha por motivos de natureza estratégica e tática. Além disso, Cuba é uma ilha, e o Brasil é um continente. Brizola tinha uma nova data: início de 1965. Em fevereiro já tinha recebido 500 mil dólares de Cuba¹¹².

¹⁰⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 107-108.

¹¹⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 177.

¹¹¹ Idem, p. 178.

¹¹² Idem, p. 184.

A esquerda organizou um atentado no aeroporto dos Guararapes, Recife. Os militantes colocaram uma bomba para explodir exatamente a chegada do ministro da guerra, o general Costa e Silva. Mas, pouco antes, um defeito no motor do avião modificou os planos de viagem, e ele não apareceu no aeroporto na hora marcada. Mas a bomba explodiu matando três pessoas e ferindo nove. No mesmo dia, duas outras bombas explodiram, uma no serviço de divulgação do consulado dos Estados Unidos e outra na União Estadual de Estudantes. Surgiu o que foi chamado pelo governo de “terrorismo de esquerda”¹¹³.

Como resposta aos atentados estudantis a Polícia Militar e do Exército invadiu, na noite de 23 de setembro de 1966, o campus da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Seiscentos estudantes foram espancados e levados como prisioneiros de guerra. Esse episódio mostrou à classe média carioca a verdadeira face do novo regime.

Com o Ato Suplementar nº 4 de 7 de dezembro de 1966 criaram-se regras para a formação de novos partidos, que exigiam um mínimo de 120 deputados e 20 senadores. Embora o total de cadeiras no Congresso (409 deputados e 66 senadores) fosse suficiente para a criação de três partidos, os organizadores da agremiação pró-governo rapidamente aliciaram 250 deputados e 40 senadores. A sobra deu para a formação de apenas um partido, no qual se abrigaria toda a oposição parlamentar. O partido governamental foi a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o da oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro)¹¹⁴.

A forte influência da linha dura contribuiu para o principal problema político de Castello Branco em 1966: como conduzir a sucessão presidencial. Sabiam os amigos do presidente que sua condição de *lame-duck* (presidente em final de mandato, enfraquecido) reduziria a eficiência do seu trabalho. Esperavam minimizar o problema obtendo do candidato oficial o compromisso de uma vez eleito, dar continuidade às políticas castelistas. O candidato que, de longe, precedia os demais era o general Arthur da Costa e Silva, que se nomeara a si mesmo ministro da Guerra em 1 de abril de 1964, tornando-se a partir de então o porta-voz da linha dura¹¹⁵.

¹¹³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 108.

¹¹⁴ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 105.

¹¹⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 110.

Com o fim do primeiro mandato presidencial, o apoio à candidatura de Costa e Silva não era visto por Castello Branco com grande satisfação, principalmente por serem de linhas políticas distintas: O primeiro era considerado da “linha dura” e outro da Sorbonne. Tanto que em fins de 1965, começo de 1966, Castello tentou afastar a candidatura Costa e Silva para apresentar um candidato de seu interesse. Mas, depois de cuidadosa sondagem e de um encontro pessoal no final de fevereiro de 1966, Castello e Costa e Silva resolveram estabelecer um acordo. Castello, juntamente com seus principais assessores, como os generais Golbery e Geisel, pressionou por um compromisso no sentido da continuação da política econômica de Roberto Campos e Gouveia de Bulhões.

Em maio, a convenção da ARENA oficializou a escolha do general Costa e Silva para presidente. O vice na chapa era Pedro Aleixo, um astucioso e veterano político de Minas Gerais. “A campanha foi praticamente desnecessária. O MDB já havia anunciado que boicotaria a eleição de Costa e Silva como protesto contra a manipulação eleitoral do governo”¹¹⁶.

O cronograma eleitoral de 1966 começou em setembro com a eleição de governadores. Todos os candidatos apoiados pelo governo ganharam, embora no Rio Grande do Sul, Castello tivesse que expurgar alguns deputados para garantir a eleição de seu candidato. A 3 de outubro, o Congresso Federal elegeu, como convinha, o general Costa e Silva para sucessor de Castello Branco por 295 votos contra 41. Os votos contrários foram principalmente abstenções do MDB¹¹⁷.

O ministro da Guerra de Castello Branco, general Artur da Costa e Silva só assumiu o cargo no dia 15 de março de 1967. Ainda em 1966, devido a novas cassações, o Congresso foi fechado durante um mês e reconvocato para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional. A nova constituição foi aprovada em janeiro de 1967, e ampliava os poderes conferidos ao Executivo, especialmente em matéria de segurança nacional.

O novo presidente era mais interessado numa boa corrida de cavalos do que na leitura de enfadonhos tratados de estratégia militar. “Costa e Silva se orgulhava de só ler palavras cruzadas”¹¹⁸. Mas o “Tio Velho”, como era conhecido o novo presidente, fizera

¹¹⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 112.

¹¹⁷ Idem, p. 113.

¹¹⁸ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 139.

uma carreira militar sólida: graduara-se em primeiro lugar no Colégio Militar e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Fizera um curso de treinamento de seis meses em Fort Knox, nos Estados Unidos, em 1944, passara dois anos como ajudante militar na embaixada brasileira em Buenos Aires e comandara o Quarto Exército em 1961-1962 em um Nordeste politicamente instável. Mas o novo presidente era uma figura mais talentosa e mais complexa do que sua imagem popular sugeria.

Quando chegou ao Brasil em 1966, o novo embaixador americano não conteve uma sensação de desalento ao verificar que “em quase todos os gabinetes brasileiros envolvidos em decisões impopulares sobre impostos, salários ou preços, havia também a indefectível presença de um assessor americano”¹¹⁹.

No mês de abril de 1967, o Exército descobriu um campo de treinamento de guerrilheiros em Minas Gerais. Em junho, o quartel-general do Segundo Exército foi atacado por subversivos. “A atmosfera política estava se tornando superaquecida. Exemplo disso foi o grave incidente que se seguiu à morte de Castello Branco na colisão de dois aviões, em julho de 1967”¹²⁰.

Até então a principal oposição e alvo do Governo era o Partido Comunista Brasileiro, também conhecido como Partidão. A partir de 1967, alguns integrantes do PCB insatisfeitos com o que consideravam passividade do partido, formaram grupos dispostos a iniciar a luta armada.

O ano de 1968 foi significativo na história mundial e serviu de incentivo para diversas atuações nacionais contrárias ao governo. Os protestos nos EUA contra a guerra do Vietnã e as revoltas estudantis em diversos países da Europa foram um incentivo de revolta contra a situação de opressão nacional.

Ao anoitecer do dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, uma tropa da Polícia Militar atacou um grupo de estudantes que pediam melhores instalações para o restaurante do Calabouço. Os estudantes jogavam pedras contra os PMs, e um aspirante atirou, acertando o peito de Edson Luis de Lima Souto, de dezessete anos, típico frequentador do restaurante estudantil da Ponta do Calabouço. Migrante nortista, pobre e secundarista, não tinha militância política. Pela primeira vez desde 1964 surgia um cadáver na luta entre o

¹¹⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 88-89.

¹²⁰ Idem, p. 148-149.

regime e os estudantes. No dia seguinte o Rio de Janeiro acordou com aquele garoto morto nos primeiras páginas dos jornais¹²¹.

No dia 30 de março, a sucursal da CIA no Rio remetia para a sede um relatório de duas páginas. Num dos parágrafos detalhava a intenção estudantil:

Os líderes das manifestações estudantis agora planejam uma manifestação gigantesca para o dia 1º de abril, às dezessete horas locais, na praça diante da Assembléia Legislativa, onde eles passaram parte do dia 25 de março, manifestando-se. O roteiro e os detalhes finais serão tratados pelos estudantes em reuniões na manhã de 1º de abril. Nos planos já há o acordo de se queimar uma bandeira americana, focalizando a demonstração, sobretudo contra o governo brasileiro, e, secundariamente, em temas antiamericanos¹²².

Realmente, no dia 1º de abril, às dezoito horas, os estudantes foram para a rua como quem vai para a guerra. Durante três horas, com paus e pedras, paralisaram o centro do Rio. Depredaram um Volkswagen na Avenida Rio Branco e danificaram uma ambulância e dois carros do Ministério da Saúde. Os manifestantes organizados em piquetes avançavam contra os pequenos contingentes da PM dispersos nas ruas. As lutas travadas foram renhidas, principalmente nas imediações do prédio do antigo MEC, quando houve tiroteio e luta corpo a corpo.

O balanço do dia não ficava devendo muito a uma jornada de guerra: vinte e seis civis atendidos nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto; trinta soldados feridos com cacos de garrafas e pedradas; um estudante morto com um tiro no coração, Davi de Souza Neiva, e quatro outros jovens baleados¹²³.

As agitações estudantis se alastravam por quase todo o país. Em Fortaleza, o Serviço de Informações dos Estados Unidos foi destruído por manifestantes; em Recife, dois mil universitários realizaram uma passeata proibida; em Belém, estudantes eram retirados à força da universidade, fechada pelo reitor; em Natal, uma greve paralisava todas as faculdades; em Maceió protestos; na Bahia, um estudante ferido por um policial revoltava a população; em Brasília, a universidade permanecia ocupada pelos estudantes e

¹²¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 277-278.

¹²² VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 105.

¹²³ Idem, p. 106.

cercada pela polícia; em Minas, três estudantes foram baleados; em São Luis, os muros amanheceram pichados: O Brasil estava em estado de alerta nacional¹²⁴.

A 04 de abril de 1968 aconteceu a missa fúnebre pela morte do estudante Edson Luis, na Igreja da Candelária. Na missa havia mais de seiscentas pessoas.

Às dezessete horas e trinta e dois minutos, os sinos da Candelária começaram a tocar e, pouco depois, uma misteriosa camioneta preta particular chegou à praça e dela foi transmitida a ordem de permissão para que as pessoas entrassem. Às dezoito horas, a igreja já estava lotada, quando quatro aviões da FAB sobrevoaram o local¹²⁵.

No mesmo dia começou a greve dos metalúrgicos em Contagem, grande Belo Horizonte. Primeiro pararam 1200 trabalhadores. Em três dias o movimento alastrou-se para quatro outras indústrias e o número de operários parados subiu para 16 mil. Depois de duas semanas de negociações, os trabalhadores conseguiram um abono de 10% e o gosto de terem ferido a política salarial do governo.

Na madrugada de 30 de abril, explodiu uma bomba no andar térreo da sede do jornal *Estado de São Paulo*. A explosão destruiu vidros num raio de quinhentos metros e mesmo antes da apuração, a autoria do atentado foi atribuída a grupos de esquerda.

No dia 1º de maio de 1968 a direção do PCB em São Paulo teve a idéia de atuar no comício na praça da Sé. O evento parecia um verdadeiro sucesso. No momento em que o governador Roberto de Abreu Sodré pegou o microfone e começou: “Trabalhadores de São Paulo: nós os trabalhadores...”. Primeiro sumiu o som. Depois choveram paus, ovos e pedras. Uma batata acertou a cabeça do governador. O palanque foi invadido e incendiado. Um deputado foi atacado a pauladas. O comício transformou-se numa passeata em direção ao centro da cidade, e terminou com a destruição das vidraças de uma agência do Citibank¹²⁶.

Havia greves no Paraná e na Bahia, passeatas em Botucatu e Osasco. E no dia 19 de junho, 1500 jovens invadiram o velho hospício onde funcionava a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No início da noite de quinta-feira, dia seguinte, quando os estudantes amparados na palavra do reitor, se retiraram, a PM os atacou. Muitos fugiram,

¹²⁴ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 108.

¹²⁵ Idem, p. 115.

¹²⁶ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 289.

mas centenas de jovens foram encurralados no campo de futebol do estádio do Botafogo. Os estudantes foram espancados e humilhados. Muitos PMs urinaram sobre os presos.

Assim como ocorrera em março com a morte de Edson Luis, o Rio de Janeiro acordaria em sobressalto, com as primeiras páginas dos jornais exibindo lúgubres fotografias de garotos deitados debaixo das botas da polícia. Só que dessa vez, os jovens não eram mais um anônimo do Calabouço, eram os filhos da elite. Sucedeu-se a “sexta-feira sangrenta”: o centro do Rio amanheceu com encontros de militantes e anoiteceu com uma carga de cavalaria da Polícia Militar¹²⁷.

Logo de manhã alguns revoltosos jogaram pedras na embaixada dos Estados Unidos, no Centro do Rio. A polícia começou a atirar contra os manifestantes e três foram atingidos. O combate permaneceu por todo o dia. Durante a tarde os estudantes montaram barricadas e os policiais não tardaram em atirar pra matar. As mesmas pessoas que jogaram papeis picados pelas janelas dos edifícios para celebrar o golpe militar em abril de 1964, quatro anos depois, indignados com a violência, jogavam objetos para acertar os policiais militares.

Durante quase dez horas, setores populares, principalmente estudantes lutaram contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, vasos de flores e até uma máquina de escrever. Segundo o balanço de alguns hospitais, o registro foi de: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive um PM, que foi atingido por um tijolo jogado de um prédio, 35 soldados feridos a pau e pedra. No DOPS¹²⁸, à noite, amontoavam-se cerca de mil presos¹²⁹.

No fim de semana foi realizada uma assembléia onde estavam presentes os principais articuladores dos movimentos entre eles intelectuais, artistas, jornalistas e estudantes. Muitas propostas foram apresentadas. A mais votada era de fazer outra rebelião no sábado até que Ferreira Gullar, vindo de outro encontro, sugeriu realizar uma grande manifestação popular, autorizada pelo governador. Apesar de ter sido muito contestada, sendo considerada de absurdo, foi essa a escolhida.

¹²⁷ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 293.

¹²⁸ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi o órgão do governo brasileiro criado por Vargas durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. Durante o regime militar, esse departamento passou a ter uma importância devido as confissões obtidas através das torturas.

¹²⁹ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 126.

Depois de muitas articulações políticas o governador permitiu a realização do protesto. Os contrários ao governo combinaram se unir para protestar contra a situação nacional, mas, só no Rio de Janeiro a passeata obteve sucesso. Os principais jornais cariocas deram grande importância ao acontecimento conhecido como a Passeata dos Cem Mil. Na capa do jornal *O Globo*, jornal que apoiava o governo militar, destacava:

Intelectuais, representante do clero artistas e mães juntaram-se ontem aos estudantes em grande manifestação pública que começou às 11 horas na Cinelândia, diante da Assembléia Legislativa, e viria a terminar 5 horas depois, após a passeata que desceu a Avenida Rio Branco até à Candelária. Os manifestantes tiveram plena liberdade de ação e corresponderam ao apelo das autoridades, pelo que não se registraram incidentes nem se fez necessária a repressão policial. Líderes estudantis falaram na Cinelândia e na Candelária reiterando “slogas” pela reforma do ensino e atacando o Governo¹³⁰.

Já o *Correio da Manhã*, jornal que dava mais destaque aos acontecimentos estudantis e de certa forma combatia o governo, detalhou o acontecimento:

Por seis horas mais de 100 mil cariocas protestaram contra o Governo, apoiando o movimento dos estudantes que, conforme o previsto, foi sem incidentes, com dezenas de discursos de universitários, operários, professores e padres, que definiram “o compromisso histórico da Igreja com o povo”... Com perfeito dispositivo de segurança, os estudantes garantiram a realização da passeata, sem depredações, chegando a prender e soltar um policial que incitava que fosse apedrejado o prédio do Conselho de Segurança Nacional. A concentração começou às 10 horas, com os primeiros grupos de padres e estudantes, sem qualquer policiamento ostensivo... Entre os primeiros oradores estava o representante da Igreja ressaltando que “calar os moços é violentar nossas consciências”. Presentes cerca de 150 padres, inclusive o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Castro Pinto, que acompanhou a passeata, durante os 32 minutos de travessia da Av. Rio Branco. Na Candelária, falou Wladimir Palmeira, lembrando o assassinato do secundarista Édson Luis, “que um dia será vingado”... A manifestação seguiu para o Palácio Tiradentes, onde houve novos discursos, inclusive de um representante dos favelados, o mais aplaudido, ao afirmar que agora eles também “estavam na luta”. No local foi queimada uma bandeira dos Estados Unidos, um policial tentou prender Wladimir Palmeira, mas não ocorreram incidentes... Informou a Secretaria de Segurança que ninguém foi detido, mas o DOPS prendeu cinco estudantes que distribuíam panfletos. A Polícia Federal pediu ao CONTEL que proibisse a exibição de filmes e transmissão de reportagens em rádio e televisão que “mostre tumultos em que se envolveram estudantes”, e o governador Negrão de Lima, cercado por 100 soldados da PM, acompanhou, através de informações, todo o movimento, declarando-se satisfeito com os rumos da manifestação¹³¹.

¹³⁰ Jornal O GLOBO. 27/06/68.

¹³¹ Jornal O Correio da Manhã. 27/06/68.

Dois dias antes da passeata, uma caminhonete chegou no meio da noite ao Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo. Dez militantes da Vanguarda Popular Revolucionária invadiram o hospital e levaram nove fuzis FAL. Após o acontecimento, o general Manoel Lisboa duvidou da ousadia do grupo: “Atacaram um hospital, que venham atacar meu quartel”. Menos de 48 horas depois, a mesma caminhonete foi lançada com 50 quilos de dinamite contra o muro do Quartel General do II Exército.

Desde o início da crise, São Paulo movia-se num compasso diferente daquele que marcava o ritmo e os objetivos da agitação do Rio de Janeiro. Lá, faltavam a esquerda as multidões cariocas, capazes de uni-la. Disso resultava um distanciamento abrasivo entre as várias organizações. (...) (os) dois atentados de São Paulo significaram o início da fase de combates ostensivos entre as organizações dispostas a praticar atos terroristas e o regime. Desde o ano anterior vinham sendo organizadas células, assaltados a bancos e planejados novos ataques nas cidades ou bases de guerrilha rural¹³².

Na noite de 1º de julho, na Gávea, Rio de Janeiro, três militantes mataram o militar alemão Edward Von Westernhagen com dez tiros e fugiram com a pasta dele. Todos eram da organização COLINA, sendo que dois deles eram ex-sargentos. Eles acreditavam estar matando o boliviano Gary Prado, o oficial que matara Chê Guevara, mas, tragicamente, enganaram-se.

Em julho e agosto, a polícia pressionou o meio artístico, marcado pela onda de atentados aos teatros. No Rio dois teatros sofreram atentados a bomba. Depois se atacou em São Paulo o teatro que encenava a peça Roda-Viva, de Chico Buarque, que gerava muitas críticas devido a liberdade apresentada no palco, associada a protestos ao Governo. A polícia invadiu o teatro paulista agredindo os atores que foram levados para a rua, alguns nus, e continuaram sendo espancados.

O governo usava também a técnica de infiltração baseada no princípio de que o brasileiro gosta de dar informação.

O senhor não faz idéia da quantidade de gente que é informante nesse país. Diariamente chegavam de dez a quinze camaradas oferecendo informação... Eram cabos, sargentos, ou mesmo oficiais que se matriculavam nas universidades e, mercê de sua grande preparação, logo se sobressaíam. Muitos fortes e bem

¹³² VENTURA, Zuenir. 1968. **O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 289-295.

preparados, chegavam à segurança dos chefões estudantis. Ambiciosos – de dinheiro e de uma folgada carreira – esses agentes tinham ainda de serem doutrinados ideologicamente. Eram todos antimarxistas convictos, por vocação e por formação... Os homens do Cenimar, por exemplo, se vangloriam de ter armazenado na época o mais completo arquivo de informações sobre o Partido Comunista, sua especialidade¹³³.

O Centro de Informações do Exército (CIE) reivindicou para si uma das maiores proezas em termos de infiltração, alegando que um dos instrutores de guerrilha em Cuba, que preparava os militantes brasileiros, era um elemento ligado à CIA e ao CIE. “Todos os que foram fazer curso de guerrilha em Cuba caíram na malha do CIE”¹³⁴.

Os meninos subestimaram o adversário, embora *a posteriori* se possa dizer que eles eram muito imaturos e, como todo jovem, não ouviam os conselhos de prudência e segurança dos mais velhos, useiros e vezeiros em clandestinidade... Mais do que todos os órgãos de informação brasileiros, foram os agentes da CIA os que recolheram dados para a mais bem-informada análise da complexa política da época¹³⁵.

No dia 16 de julho, ocorreu uma greve em Osasco, cinturão industrial de São Paulo. Os grevistas chegaram a 10 mil. Os trabalhadores passaram a decretar greves e os movimentos de esquerda aumentaram os assaltos a bancos – chamados de expropriação. “A greve de Osasco sofreu a influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar”¹³⁶.

No dia 29 de agosto, a polícia invadiu o campus da Universidade de Brasília para prender o presidente da Federação dos Estudantes. Ao ser preso Honestino Guimarães resistiu e pediu ajuda. Cerca de quinhentos colegas revidaram com paus e pedras. A batalha durou vinte minutos. No final, um estudante com um tiro na cabeça e os outros estudantes rendidos foram levados para uma quadra. Nessa altura vários parlamentares já estavam no campus, ou para prestar solidariedade aos estudantes ou a procura de filhos. Um dos deputados vendo o filho apanhando se intrometeu e também recebeu cacetadas. Santili Sobrinho gritava enquanto apanhava: “Eu sou deputado”. E os policiais respondiam: “É por

¹³³ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 171-172.

¹³⁴ Idem, p. 173.

¹³⁵ Idem, p. 174.

¹³⁶ FAUSTO Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 264.

isso mesmo”¹³⁷. Fato semelhante aconteceu com outros colegas como Mario Covas, Martins Rodrigues, Amaral Peixoto.

Eram compreensíveis o clima de indignação e a violência dos discursos no Congresso nos dias que se seguiram àquelas cenas de guerra. Pouco depois houve o pronunciamento do deputado Marcio Moreira Alves, jornalista e combativo crítico do governo, que fez um discurso denunciando a brutalidade policial e a tortura dos presos políticos, pediu o boicote na Parada Militar de 7 de setembro e propôs que, no baile comemorativo da data, as moças se negassem a dançar com os cadetes. “Este boicote pode passar também às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e freqüentam os jovens oficiais”¹³⁸.

Os três ministros militares exigiram que o Congresso suspendesse as imunidades parlamentares de Márcio Alves para que ele fosse processado por insulto às forças armadas. O pedido presidencial foi encaminhado à Comissão de Justiça da Câmara, onde a ARENA tinha maioria. Mas surpreendentemente as primeiras sondagens mostraram que a Comissão votaria contra o requerimento do Executivo. Até os parlamentares mais amigos do governo não lhe deram apoio. Os militares cada vez mais impacientes exigiam ação¹³⁹.

De setembro até o desfecho final da crise, em dezembro, o Brasil se transformou numa aflitiva sucessão de problemas. O presidente chegou a confidenciar: “Estou vivendo os dias mais amargurados de minha vida”¹⁴⁰.

No dia 25 de setembro um acordo político foi visto com estranheza por muitos: os três mais importantes líderes do país - Jango, Juscelino e Lacerda - agora todos na oposição, selavam o Pacto de Montevideu.

A Frente Ampla fora organizada dois anos antes por Carlos Lacerda, ao constatar que, além da área parlamentar, não havia uma oposição organizada capaz de se contrapor ao governo militar. Sua formação foi cheia de obstáculos, pois exigia conciliar o que parecia inconciliável. Lacerda teve que ir a Lisboa fazer as pazes com Juscelino Kubitschek, um inimigo de quinze anos e depois ir a Montevideu fazer o mesmo com João Goulart, desafeto de vinte anos... Quando Jango aderiu ao movimento, Brizola chegou a duvidar das faculdades mentais do cunhado. Também, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, do seu exílio na Argélia,

¹³⁷ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 180.

¹³⁸ Idem, p. 181.

¹³⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 162.

¹⁴⁰ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 186.

não acreditava nas possibilidades de êxito da frente, nem do seu programa. As tentativas de atrair Jânio Quadros resultaram igualmente inúteis¹⁴¹.

Na última semana de setembro, o III Festival Internacional da Canção transformou a intolerância em espetáculo e a exibiu para todo o país – ao vivo. Vinte mil pessoas encheram o Maracanãzinho e ao som de vaias criticaram o resultado final, que deixara a música de Geraldo Vandré “Pra não dizer que não falei de flores”, em segundo lugar. O público tornou esta música no hino contra a ditadura militar.

Os representantes da UNE marcaram um encontro num sítio em Ibiúna, interior de São Paulo. No que seria o XXX Congresso da entidade pretendia-se realizar as eleições internas e decidir as diretivas a serem tomadas. Compareceram a esta reunião cerca de mil estudantes, de diversas regiões do país, incluindo os principais líderes estudantis, como Vladimir Palmeira. Segundo comentários da população local a respeito do acontecimento, “Todo mundo ficou logo sabendo. Os moços entravam e compravam tudo. Só na farmácia um barbudo comprou tudo o que tinha de pasta de dente. A polícia desconfiou logo”¹⁴².

Na madrugada chuvosa do dia 12 de outubro a polícia estava pronta para invadir o sítio e alguns estudantes, já cientes disso, se prepararam para a luta. Lembra o dono do sítio: “Estava tudo preparado pra gente resistir. Eu tinha duas metralhadoras e havia revólver à beça. Dez anos depois ainda encontrei cinco revólveres por aí”¹⁴³. Mas a decisão de lutar ou fugir seria discutida e decidida em conjunto como a escolha do novo presidente da UNE. Com a demora, a polícia chegou e prendeu todos os estudantes que estavam presentes a reunião.

O jornalista Ricardo Noblat, presente em Ibiúna aponta como foi má idéia a realização deste evento, pois antes mesmo de ele sair de Recife junto com outros quarenta e dois militantes, já ouvira de um colega de faculdade, que era oficial, que a polícia já está ciente do evento e comenta:

Olhando retrospectivamente, o XXX Congresso da UNE, mais do que um erro, foi um ato politicamente suicida. Não se conhece uma organização capaz de reunir cerca de mil pessoas clandestinamente. É evidente que a polícia descobriria... Na manhã de sábado, quando as tropas começaram a revistar os estudantes presos, ele

¹⁴¹ VENTURA, Zuenir. 1968. **O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 122.

¹⁴² Idem, p. 226.

¹⁴³ Idem, p. 226.

viu quatro moças apresentarem aos soldados carteirinhas de informantes da polícia¹⁴⁴.

Na manhã do mesmo dia 12, o capitão do exército americano Charles Chandler foi assassinado pelo comando da VPR e ALN, com catorze tiros quando saía com seu carro. Ele que possuía uma bolsa do governo americano para estudar sociologia e política brasileira, prestava regularmente um relatório ao governo americano sobre os acontecimentos políticos.

O jornalista Elio Gaspari faz um resumo sobre os movimentos e as diversas posições da época:

A extrema esquerda queria que o povo armado derrubasse a ditadura e começasse a revolução socialista. O Partidão queria que o povo organizado derrubasse a ditadura, revogasse as leis do castelismo e formasse um governo de coalizão. Os liberais da oposição admitiam que Costa e Silva permanecesse no poder, desde que ainda no seu mandato reformasse a Constituição, promulgasse uma anistia e abrisse o caminho para a convocação de eleições diretas para a sua sucessão¹⁴⁵.

Costa e Silva temia estar perdendo o controle. “Perder o controle é perder a Constituição e perdida a Constituição, está perdido tudo”¹⁴⁶, assumia ele próprio. Caminhava-se para um começo de uma derrota do governo no plenário. Isso devido a realização, no dia 12 de dezembro, da votação sobre o afastamento do deputado Márcio Moreira Alves. Para surpresa de muitos e revolta dos linha-dura, o pedido do governo foi rejeitado por 216 a 141.

A 10-11 de dezembro os militares da linha dura foram surpreendidos com nova causa para alarme: o Supremo Tribunal ordenara a liberação de 81 estudantes, inclusive os principais líderes das marchas no Rio, que estavam presos desde julho. Todos os jornalistas em Brasília sabiam que o ministro da Justiça Gama e Silva tinha um novo Ato Institucional pronto na gaveta¹⁴⁷.

¹⁴⁴ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 230.

¹⁴⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 297.

¹⁴⁶ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 157.

¹⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 165.

A reação do presidente foi rápida – como devia ser para que continuasse no poder. Na manhã de 13 de dezembro ele convocou os 23 membros do Conselho de Segurança Nacional para informá-los do novo Ato Institucional na iminência de ser proclamado¹⁴⁸.

Na noite de 13 de dezembro de 1968 o presidente se encontrou com os ministros-generais e mudaram a imagem do país. “O Palácio das Laranjeiras viveu uma de suas noites mais movimentadas e febris”. Alguns militares estavam indignados com a situação. “Se o presidente está vacilando, que seja ultrapassado”, dizia um deles exaltado. Depois de muito discussão política, Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº5. Antes mesmo de terminada a reunião, a notícia do AI-5 chegou a Câmara dos Deputados, com a possível lista dos cassados¹⁴⁹.

O AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo, em 1964, concentraram-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas a anteriores governos populistas, especialmente o de Goulart. A repressão física direta limita-se a trabalhadores e camponeses, numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência naqueles setores da população. O segundo ciclo (1965-1966), após a promulgação do Ato Institucional Nº 2, objetivava concluir os expurgos na burocracia de Estado e nos cargos eleitorais; não incluiu o emprego direto e generalizado da violência. O terceiro ciclo caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes¹⁵⁰.

Diferente dos atos anteriores, o AI-5 não tinha prazo de vigência. Este, contrariando a Constituição de 1967, permitia que o presidente da República, provisoriamente, fechasse o Congresso, cassasse mandatos e suspendesse direitos políticos, acrescentando ao desmando a prática da censura aos meios de comunicação e tornando a tortura a maior arma de investigação. “Todos sabiam que aquele ato significava o início de uma ditadura explícita e declarada cujos efeitos eram óbvios”¹⁵¹.

Após muito tumulto o general Médice desabafou: “O senhor não caiu durante a noite porque é o senhor”. Na verdade, como lembra o jornalista Zuenir Ventura:

¹⁴⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 165.

¹⁴⁹ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 245-248.

¹⁵⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes. 1984, p. 141.

¹⁵¹ VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 258.

Costa e Silva não caiu porque durante a noite, de maneira velada ou explícita, vazou a única informação que poderia aplacar a voracidade dos radicais: o presidente estava decidido a capitular. A situação está definida... Teremos um novo 64. Só que agora a revolução será mais completa¹⁵².

Ao mesmo tempo – e não por acaso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito apurou que mais 50 milhões de hectares de terras nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Amazonas e no território do Amapá estavam sob controle direto de empresas multinacionais¹⁵³.

Durante o ano de 1968, no Rio de Janeiro, o terrorismo de direita - “terrorismo branco” - praticou vinte atentados com explosivos e dois duplos seqüestros. Não matou ninguém. Porém, muitos dos atentados responsabilizavam a esquerda para justificar a verba aplicada contra o “terrorismo governamental”. Elio Gaspari, reproduz uma frase de Brian Crozier: “Os bons governos previnem o conflito, os maus o estimulam; os governos fortes o desencorajam, e os governos fracos o tornam inevitável”. E Gaspari completa: “O governo do marechal Costa e Silva era mau e fraco”¹⁵⁴.

Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva estava fazendo uso dos poderes arbitrários que caracterizavam os meses iniciais do golpe. A justificativa, contudo, tinha que ser diferente. Nos dias e semanas que se seguiram ao fechamento do Congresso e à promulgação do Ato Institucional nº 6, o presidente defendeu as novas medidas autoritárias como necessárias para “reativar a Revolução”¹⁵⁵.

Operações implicando a total mobilização do Exército eram por vezes realizadas em toda uma cidade ou em caráter nacional. Isso ocorreu

No dia 16 de junho, no fim de semana que antecedeu a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, como emissário do Presidente Nixon, cerca de 6.000 pessoas foram “preventivamente detidas” na cidade do Rio de Janeiro. Uma *blitz* nacional, intitulada “Operação Gaiola”, foi realizada nos dias imediatamente anteriores às eleições de 1970 para o Congresso. A imprensa informou que nessa operação foram detidas mais de 10.000 pessoas, muitas das quais eram candidatos do MDB¹⁵⁶.

¹⁵² VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 249.

¹⁵³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 162.

¹⁵⁴ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 307.

¹⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 169.

¹⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 61.

Em julho de 1969, os políticos militares paulistas organizaram uma operação para sufocar a esquerda política e armada: a Operação Bandeirante, mas conhecida pelas siglas OBAN. Estabelecia as normas que centralizavam o sistema de segurança, colocando-o sob as ordens de um oficial do Exército. As delegacias policiais, inclusive o DOPS, estavam obrigadas a mandar à OBAN todos os suspeitos de atividades terroristas.

No mesmo mês, depois de quatro incêndios que em menos de 72 horas torraram as instalações de quatro emissoras de televisão paulistas, o dono da TV Record e um diretor da TV Globo disseram que “o fogo foi ateado por terroristas”. Os responsáveis pelos incêndios das emissoras de televisão nunca foram identificados¹⁵⁷.

Mesmo com as ótimas notícias econômicas e com o AI-5 nas mãos, todas as manifestações e atentados de esquerda e da direita e sobre forte pressão desde os sucessivos acontecimentos antigovernista de 1968, o presidente Costa e Silva estava com uma situação cardíaca preocupante.

Costa e Silva estava no centro em que se cruzavam essas pressões tal como Castelo Branco em outubro de 1965. Ambos os presidentes foram forçados a fazer uma mudança radical de curso pendendo para um governo mais arbitrário, o que um e outro sempre pretenderam evitar. Embora a situação fosse semelhante para ambos, os dois reagiram de modo muito diferente. Em outubro de 1965, Castelo Branco conduziu-se de acordo com o esperado, obstinamente comprometido com a aceitação dos resultados eleitorais... Em dezembro de 1968, por outro lado, Costa e Silva, um homem emotivo, acreditou demais nos parlamentares pró-governo que lhe asseguraram uma vitória contra Márcio Moreira Alves¹⁵⁸.

Em meio a crise que levaria o Congresso a uma votação adversa, o médico presidencial observou atentamente Costa e Silva, que era um hiper-tenso crônico. A 27 de agosto de 1969, quando falava com o governador de Goiás, o presidente ficara momentaneamente desorientado, incapaz de continuar a conversa. Não se sentia bem. Estava sofrendo uma pressão muito grande e neste ano, já havia editado cinco atos institucionais.

No dia seguinte o seu médico o advertiu: “Presidente, o senhor deve repousar imediatamente. O senhor não pode sobreviver neste ritmo”. Mas ele respondeu: “Somente depois de 8 de setembro. Esta será a semana mais importante do meu governo. No dia 8 eu

¹⁵⁷ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p. 63-64.

¹⁵⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 190.

darei um presente à nação”. Neste mesmo dia de agosto, Costa e Silva sofreu um ataque que deixou seu lado direito paralisado. Apesar de poder ouvir e compreender, ele não podia falar¹⁵⁹.

No Palácio Laranjeiras, os ministros militares se reuniram para saber como conduzir mais esta crise. Os três ministros (almirante Augusto Rademaker, da Marinha, general Lyra Tavares, do Exército e brigadeiro Marcio de Souza e Mello, da Aeronáutica), imediatamente concordaram em rejeitar o Art. 78 da Constituição de 1967, que estipulava a substituição imediata do presidente pelo vice. O motivo era simples: eles tinham profunda desconfiança de Pedro Aleixo, o vice-presidente¹⁶⁰.

O grupo de ministros não informou a Aleixo da doença do presidente enquanto os militares não chegaram a um acordo sobre a estratégia a ser levada adiante. O Alto Comando das Forças Armadas designou os três ministros militares para governarem interinamente, mas observou que era necessário de alguma forma legalizar a ação. Os ministros finalmente resolveram falar com mais clareza e revelaram a Aleixo que “vários comandos das forças armadas através do país” tinham se manifestado contra o seu acesso ao poder e que o “Alto Comando das Forças Armadas tinha que levar em conta a vontade de tais unidades militares porque elas são a base do governo”. Pedro Aleixo não aceitou o comunicado, mas com poucas forças políticas e militares nada podia fazer¹⁶¹.

Naquela noite o Ministério, menos o vice-presidente, reuniu-se e aprovou o Ato Institucional nº12, elaborado poucas horas antes. Pelo novo ato de força, os ministros militares eram autorizados a substituir temporariamente o presidente. As coisas foram feitas rapidamente. Há dois dias apenas, sexta-feira, 29 de agosto, o presidente caíra doente, e o quadro que o país apresentava agora era o de um presidente acamado, de um vice-presidente afastado e de um triunvirato militar dando as ordens.

No dia 4 de setembro de 1969, poucos dias depois de a Junta Militar assumir o poder em Brasília, dois grupos de esquerda, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) realizaram sua mais espetacular operação conjunta da esquerda: as duas horas da tarde, numa tranqüila rua do Rio de Janeiro, a rua Marques, em Botafogo, um comando das duas organizações seqüestraram Charles Burke

¹⁵⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 192.

¹⁶⁰ Idem, p. 193-194.

¹⁶¹ Idem, p. 194-195.

Elbrick, embaixador dos Estados Unidos atraindo as atenções internacionais para a luta armada no Brasil. O seqüestro causou profundas impressões nos membros da Junta Militar.

O Estado reagiu de duas maneiras: imediatamente iniciou negociações com os guerrilheiros para atender a todas as suas exigências, principalmente em vista da considerável pressão exercida pelo governo norte-americano; e no dia 5 de setembro baixou os Atos Institucionais N° 13 e 14, destinados a reforçar a estruturação legal do Aparato Repressivo... Duas outras importantes medidas foram tomadas em consequência do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos. A primeira foi a Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969; a segunda a Constituição de 1969, outorgada durante o recesso do Congresso, sob a forma da Emenda N° 1, de 17 de outubro de 1969¹⁶².

Com a constatação da isquemia cerebral de Costa e Silva impossibilitando o seu retorno a presidência, os militares deram início ao processo de escolha de um novo presidente. Teria que ser uma espécie de eleição partindo das três armas com regras nem sempre explícitas. Mas era inevitável a conclusão de que o sucessor de Costa e Silva seria outro general de quatro estrelas e este direito o Exército reivindicava, pois possuía o maior número de oficiais servindo em postos governamentais¹⁶³.

Os principais candidatos a presidência eram o general Albuquerque Lima, da linha da “Sorbonne” e o general Emilio Garrastazu Médici, comandante do Terceiro Exército e ex-diretor do SNI. O segundo era amigo íntimo do presidente e provavelmente teria sido o escolhido por Costa e Silva para seu sucessor. No início de outubro os dois estavam praticamente empatados.

A 14 de outubro o Alto Comando expediu o Ato Institucional n° 16, que declarou vacante a presidência, estipulou a duração do novo governo até 15 de março de 1974, criando assim um novo mandato completo de cinco anos e fixou as regras para a eleição dos próximos presidente e vice-presidente.

A aprovação da nova Constituição, promulgada em 17 de outubro, aumentou ainda mais o poder do Executivo, fato que fortaleceu a Lei de Segurança Nacional, visando à ameaça guerrilheira e que aumentava o prazo máximo do estado de sítio. “O número de

¹⁶² ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 157-158.

¹⁶³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 196.

cadeiras na Câmara dos Deputados foi reduzido de 409 para 310, e o número total de assentos em todas as assembleias estaduais foi reduzido de 1076 para 701”¹⁶⁴.

Finalmente, após um período de dois meses de comando da junta militar no dia 25 de outubro, o Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente da República o também general e também gaúcho Emílio Garrastazu Médici.

A Castello Branco a ditadura parecera um mal. Para Costa e Silva, fora uma conveniência. Para Médici, um fator neutro, instrumento de ação burocrática, fonte de poder e depósito de força. Não só se orgulhou de ter namorado o AI-5 desde antes de sua edição, como sempre viu nele um verdadeiro elixir: “Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo”¹⁶⁵.

Em seu primeiro discurso à nação, o presidente Médici disse que esperava “deixar a democracia definitivamente implantada em nosso país no fim de meu governo”. E completou: “Quem semear a violência colherá fatalmente a violência”¹⁶⁶. Mas para conseguir cumprir qualquer medida, o novo presidente teria que reformular o quadro militar.

A verdadeira ameaça ao governo não vinha da esquerda mas de dentro dos quartéis. A escolha de Médici fora um processo contundente... Não surpreendeu que o Ato Institucional nº16, dispondo sobre a eleição de Médici fosse acompanhado pelo Ato Institucional nº17, fortalecendo o poder do presidente para reprimir a indisciplina militar. O chefe do governo agora podia transferir para a reserva qualquer oficial que cometesse ou planejasse cometer crime contra a unidade das forças armadas¹⁶⁷.

O general Emílio Garrastazu Médici era uma pessoa desconhecida do público quando assumiu a presidência.

Tornou-se presidente, não porque os seus eleitores militares achassem que ele tinha a visão ou os conhecimentos de que um presidente precisava, mas porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão que lavrava no Exército¹⁶⁸.

¹⁶⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 202.

¹⁶⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p.129.

¹⁶⁶ Idem, p. 123.

¹⁶⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 203.

¹⁶⁸ Idem, p. 211.

Médici, de 65 anos, era mais um presidente de origens gaúchas. Fora chefe do Estado-Maior de Costa e Silva no fim dos anos 50 quando este comandava a Terceira Região Militar. No governo Castelo Branco serviu como adido militar em Washington. De volta ao Brasil, foi nomeado chefe do SNI. Em 1969, após receber sua quarta estrela, Médici foi nomeado comandante do Terceiro Exército, no Rio Grande do Sul, de onde saiu para ocupar a presidência. “Um dos primeiros convertidos à conspiração contra Goulart, Médici apoiava a linha dura”¹⁶⁹.

O general Médici começou seu governo em circunstâncias muito diferentes dos seus dois antecessores. Castelo Branco assumira confiante em que os 22 meses restantes do mandato de Goulart seriam suficientes para expurgar os subversivos, restaurar a ordem econômica e executar reformas importantes. Costa e Silva tomou posse prometendo liberalizar, já que o país tinha uma nova Constituição. Mas tanto Castelo quanto Costa e Silva assumiram o poder com muito otimismo. Médici chegou ao governo em momento mais sombrio. Dez meses antes uma onda de repressão avassalara o país. E agora o consenso militar exigia a repressão continuasse. A linha dura tinha as rédeas nas mãos¹⁷⁰.

Até 1967, quando Costa e Silva conseguiu criar o CIE, as linhas de comando da tradição militar buscavam um ponto de equilíbrio entre a natureza política do cargo de ministro e a essência profissional de chefia do Estado-Maior do Exército. Com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) e do Centro de Operações de Defesa Interna (CODIs), o CIE passou a coordenar as questões de segurança dentro das grandes unidades¹⁷¹.

A nova ordem de DOI-CODIs criou uma forte perseguição a “nova” esquerda brasileira. Os militares nessa instituição sob o comando do delegado Fleury¹⁷² tinha uma conduta de repressão, violência e tortura. Os destacamentos de operações de informações surgiram ainda em 1970 no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Brasília. Um ano depois, em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. Os DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro foram, de longe, os mais ativos. Contra o destacamento houve 697 denúncias de torturas. O de São Paulo herdou a estrutura da OBAN com 112 homens¹⁷³.

¹⁶⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 212.

¹⁷⁰ Idem, p. 214.

¹⁷¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p. 185-186.

¹⁷² Sérgio Paranhos Fleury foi o delegado mais conhecido do DOPS em São Paulo pelos violentos métodos de tortura.

¹⁷³ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p. 179-180.

A repressão imposta pelo governo foi tão forte que Médici não precisou fazer uma só cassação. “A Igreja Católica tornou-se, a única instituição capaz de enfrentar o governo e sobreviver. Mas mesmo dentro dela havia divisões, o que a impediram, às vezes, de defender membros do clero dos horrores da tortura”¹⁷⁴.

Apesar da forte censura e repressão, o período presidente Médici teve alta aceitação popular. Isso, em decorrência do rápido desenvolvimento econômico que ocorria no Brasil. Dentre todo período da ditadura militar, o governo Médici foi o que apresentou um maior desenvolvimento econômico, porém, direcionado para os brasileiros situados no vértice da pirâmide salarial – os profissionais, os tecnocratas, os administradores de empresa. “Aliás, os salários dessas categorias ultrapassaram os dos seus colegas de igual categoria dos Estados Unidos e da Europa Ocidental”¹⁷⁵.

Este foi um período de grande avanço tecnológico. A Copa do Mundo de Futebol de 1970, vencida pelo Brasil, foi a primeira a ser transmitida ao vivo. As multidões vitoriosas foram às ruas com os versinhos patrióticos que empanturravam as transmissões dos jogos. Vivia-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul. Era o “milagre brasileiro”. O ministério de Minas e Energia revelara a descoberta de excepcionais jazidas de urânio no Nordeste e anunciara a compra de uma usina atômica, a ser montada em Angra dos Reis. Médici determinara a construção da rodovia Transamazônica, que rasgaria 2280 quilômetros de mata tropical, ligando o Maranhão ao Acre. A Embraer recebera 230 milhões de dólares para fabricar o primeiro jato brasileiro. Acelerou-se a abertura dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e anunciou-se o início da construção da ponte Rio-Niterói, que atravessaria a baía de Guanabara¹⁷⁶.

Beneficiadas por uma sucessão de estímulos fiscais e tributários, as bolsas de valores pareciam fábricas de dinheiro. Havia ações cujo valor dobrava num só dia. Ao mesmo tempo, contudo, milhões de brasileiros não sentiram qualquer melhoria em sua condição de vida. Os que viviam no campo não tinham coragem de se organizar por causa do rigoroso controle exercido conjuntamente pelo governo e os grandes proprietários de

¹⁷⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 215.

¹⁷⁵ Idem, p. 215.

¹⁷⁶ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p. 207-209.

terras. Os da cidade nada podiam fazer por se acharem acuados pela repressão governamental.

Visto em conjunto o governo estava se saindo bem – em seus termos. O crescimento funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava. Os militares da linha dura, repetidamente frustrados desde 1964, estavam se vingando recuperando tanto tempo perdido¹⁷⁷.

Desde 1964, a imprensa fora o único setor de atividade econômica contra o qual o regime praticou e permitiu agressões patrimoniais. Mas por outro lado beneficiava-se com a inaugurada a estação receptora de sinais de satélites de Itaboraí, e em fevereiro de 1970 o país praticamente integrava-se por um sistema de transmissão por microondas. “O benefício estava ao alcance de todas as emissoras, mas a TV Globo, surgida em 1965, foi um duplo incentivo, transformando-se na primeira rede nacional de televisão”¹⁷⁸.

A ditadura transformava-se em milagre e a televisão em cores, em seu ícone. Em 1969 a Rede Globo era formada por três emissoras (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Em 1973 seriam onze. O uso da televisão em campanhas promocionais não surpreendia. O Brasil emergia subitamente como um dos mais dinâmicos mercados de TV do Terceiro Mundo. “Quando Médici assumiu, o Brasil tinha 45 emissoras de TV licenciadas. Seu governo concedeu mais 20 licenças e nesse processo ajudou consideravelmente o crescimento da Rede Globo”¹⁷⁹.

Um das técnicas do governo consistiu em associar futebol, música popular, presidente Médici e progresso brasileiro. Médici era excelente material para tal campanha. Adorava posar de pai e era fanático por futebol. “Esta estratégia de pão e circo funcionou brilhantemente, para desgosto da oposição desmoralizada e fragmentada”¹⁸⁰.

Vista da Casa Branca, a América Latina ia de mal a pior. O Chile teve o socialista Salvador Allende eleito no início de setembro de 1970, o Peru e a Bolívia eram governados por generais nacionalistas, no Uruguai os Tupamaros parecia o prelúdio de um governo de esquerda, e além do socialismo comandado por Fidel Castro em Cuba, uma ilha próxima dos EUA.

¹⁷⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 216.

¹⁷⁸ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p. 215.

¹⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 222.

¹⁸⁰ Idem, p. 223-224.

Num debate sobre as políticas na América do Sul, Nixon expôs claramente: “... O jogo está na Argentina e no Brasil... Eu quero trabalhar nisso, e nas relações militares – botando dinheiro”¹⁸¹. Em 1970, a cooperação do governo dos Estados Unidos com a máquina policial brasileira custara perto de um milhão de dólares. E completou: “O Brasil representa metade da massa territorial e da população da América do Sul”¹⁸².

O Planalto, em mais uma mudança, fixou as datas das futuras eleições municipais (1972, 1976 e 1980) para não coincidirem com as eleições legislativas (1974, 1978 e 1982). A idéia era impedir que a discussão de questões nacionais influenciasse os problemas locais e vice-versa. “As eleições deviam renovar toda a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e todas as 22 assembleias estaduais. O próprio Médici fazia ativa campanha pelos candidatos arenistas às eleições de novembro”¹⁸³.

Apesar de todos os seus trunfos eleitorais, o governo demonstrava nervosismo com a aproximação do pleito. No início de novembro a polícia e os militares lançaram nas grandes cidades a chamada “Operação Gaiola” que prendeu na primeira quinzena de novembro pelo menos 5.000 suspeitos entre os quais políticos de ambos os partidos, ativistas políticos e todos aqueles que as forças de segurança consideravam suspeitos.

Contados os votos, a ARENA conquistara contundente vitória. No Senado, o mais alto cargo federal ainda preenchido por eleição direta, a ARENA ganhou 40 cadeiras enquanto o MDB apenas seis. Como do terço não renovado somente um era do MDB, a ARENA ficou com 59 senadores contra apenas sete do seu adversário. Na Câmara dos Deputados a ARENA conquistou 220 cadeiras contra 90 do MDB. “A vitória da ARENA em termos de candidatos eleitos foi tão ruidosa que muitos observadores chegaram a se perguntar se o Brasil não estaria caminhando para o regime de partido único, como no México”¹⁸⁴.

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, de 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária, de 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, sob a mesma ditadura,

¹⁸¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Schwarcz, 2004, p. 303.

¹⁸² Idem, p. 330.

¹⁸³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 228.

¹⁸⁴ Idem, p. 231.

o governo já se sentia suficientemente forte para projetar a volta à legalidade. E de 1979 a 1985, os militares, novamente com o apoio dos Estados Unidos, fizeram lentamente a mudança para um regime democrático. No total, os governos militares baixaram dezessete atos institucionais¹⁸⁵.

¹⁸⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 129.

Capítulo II - O PCB

A trajetória do PCB até o Golpe Militar

Os comunistas chegaram pela primeira vez ao poder com a vitória de outubro de 1917 na Rússia. Após uma série de acontecimentos políticos, o partido comunista bolchevique, que colaborou para a derrubada do czar, em fevereiro, assumiu o poder. O resultado desse processo foi a criação da União Soviética e a implantação de um governo socialista.

No Brasil, o partido comunista foi fundado em março de 1922, por militantes oriundos do anarco-sindicalismo, o que não impediu as lutas do recém fundado Partido Comunista do Brasil (PCB) contra os anarquistas.

Para serem aceitos como membros da III Internacional (criada em março de 1919), os partidos comunistas deveriam aceitar as 21 condições estabelecidas pela Internacional Comunista (IC). O PCB foi aceito pelo órgão em 1924, mas somente a partir de 1929 a IC se intrometeu de fato na América Latina, causando bastantes estragos.

O Segundo Congresso do PCB foi realizado no Rio de Janeiro, em maio de 1925. Grande parte das teses apresentadas durante o encontro procurava explicar as revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Neste evento foi aprovado um documento que fazia o balanço do movimento sindical e se concluía pela necessidade da unidade como base do desenvolvimento e do fortalecimento da ação sindical de massas.

Em 1935, o PCB apoiou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo presidente de honra foi Luis Carlos Prestes. A ANL se opunha ao governo de Getúlio Vargas e lutava contra a dominação do imperialismo e do latifúndio no Brasil e contra o fascismo no plano mundial. Com esses objetivos tentou um golpe em novembro daquele ano, sendo derrotada, o que acabou por fortalecer Getúlio.

Em novembro de 1937, usando como pretexto o combate ao comunismo e querendo evitar as eleições marcadas para 1938, Getúlio Vargas criou o Estado Novo. No início de 1945, Vargas, pressionado pelos opositores do regime, que estavam fortalecidos pela entrada do Brasil na guerra e pela vitória dos aliados, decretou a anistia e convocou as eleições diretas para a presidência, o que possibilitou o retorno do PCB, legalmente, à arena política. Nas eleições de 1945, o partido comunista conseguiu eleger para senador Luis

Carlos Prestes e 14 deputados federais à Assembléia Nacional Constituinte: Gregório Bezerra, Calos Marighella, João Amazonas, Jorge Amado, Maurício Grabois, entre outros. Ocupou também 46 das 855 vagas de deputado estadual.

A atuação do PCB na legalidade ocasionou um crescimento muito expressivo de filiados. A adesão ao partido estava em parte ligada ao prestígio de Luis Carlos Prestes e em parte ao prestígio da URSS, que tivera papel fundamental na derrubada do nazi-fascismo. O partido buscava, com a legalidade, o bom desempenho nas eleições e o aumento de militantes, assim como a hegemonia política por vias democráticas. Segundo Leôncio Basbaum (membro do partido), em 1945 o PCB contava com menos de cinco mil membros e, um ano depois esse número atingiu a marca de 180 mil. Possuía oito jornais diários, alguns semanais e duas editoras¹⁸⁶.

Depois da cassação dos mandatos dos parlamentares comunista, a nova orientação do partido, anunciada em manifesto de 1948, foi ratificada em maio de 1949 em reunião do comitê central e desenvolvida no *Manifesto de agosto*, como ficou conhecido um documento assinado por Prestes em agosto de 1950. Nesse manifesto, o PCB defendia o confisco e a nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transportes e de energia elétrica; o confisco das grandes propriedades latifundiárias, sem indenização; também defendia a imediata libertação do Brasil do imperialismo. O novo programa rompia com a política de união nacional e atribuía ao capital estrangeiro e ao latifúndio o papel de grandes obstáculos ao desenvolvimento brasileiro¹⁸⁷.

“A proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio. No começo dos anos 50, não havia disposição, nem meios para repetir as quarteladas de 1935”¹⁸⁸, diz Jacob Gorender, que fez parte do comitê estadual do PCB em São Paulo, de 1951 a 1953, a cuja frente se encontrava o primeiro-secretário Carlos Marighella.

Poucos meses após o suicídio de Getúlio Vargas, mais precisamente em novembro de 1954, o PCB realizou seu IV Congresso, na capital paulista. Nessa ocasião foi aprovado o novo programa do partido, com um maior detalhamento do *Manifesto de agosto*. O

¹⁸⁶ BASBAUM, Leôncio. **A Caminho da Revolução Operária Camponesa**. 1954. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. IFCS.

¹⁸⁷ BELOCH, Ismael e ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – 1930-1983**. Forense, 1984.

¹⁸⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 22.

programa pregava a mudança do governo brasileiro, considerando “um governo de latifundiários e grandes capitalistas e instrumento do imperialismo norte-americano”. Um outro ponto importante era a “garantia de liberdade de iniciativa para os industriais e liberdade para o comércio interno”¹⁸⁹. Pelas posições do *Manifesto de Agosto* o PC não participou das eleições presidenciais de 1950 (quando Vargas voltou à presidência), mas em 1955, o PCB apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek. Apesar do candidato não ser filiado a um partido de esquerda e dizer não querer o apoio dos comunistas, tal apoio estava relacionado ao fato de Kubitschek ter baseado sua campanha na busca do desenvolvimento do país.

A morte de Stalin em 1953 e as denúncias feitas por Krushev, contra ele no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, gerou uma instabilidade nos PCs do mundo inteiro. No Brasil, esse fato gerou uma crise no PCB, o que acarretou na saída de um número expressivo de militantes, incluindo dirigentes importantes e intelectuais. Na tentativa de minimizar a situação o PCB realizou uma reunião para decidir que estratégias seguir:

Três grupos expressam-se no debate: Agildo Barata, que assume uma posição mais à direita e sai do partido buscando fundar outro grupo político que nunca se viabilizou; Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que tinham um peso decisivo dentro dos órgãos de imprensa do partido, assumem a responsabilidade de abrir o debate crítico interno com a finalidade de buscar mudar a linha partidária; e João Amazonas, Arruda e Mauricio Grabois que mantém a linha oficial com o apoio de Prestes, que estava na clandestinidade e sem contato com o partido, somente relacionando-se com Arruda que era o intermediário entre o comitê central e Prestes. A postura deste grupo foi de tentar impedir o debate a qualquer custo, embora mais adiante a posição de Prestes irá diferenciar-se¹⁹⁰. (sic)

Em abril de 1957, Jacob Gorender, após quase dois anos na União Soviética, reencontrou Mário Alves no centro do Rio de Janeiro.

Do outro lado da Cinelândia, num edifício em frente ao Clube Militar, localizava-se a redação da *Voz Operária*, semanário então dirigido por Mário Alves... Éramos, Mário e eu, baianos, contemporâneos de ginásio e pertencentes à geração de comunistas que emergiu das lutas contra o fascismo. Muito magro, pálido, Mário escondia enorme energia sob a aparência de fragilidade física. Desenvolveu sua

¹⁸⁹ Documento do IV Congresso do PCB. In Alzira Alves de Abreu. CPDOC

¹⁹⁰ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 53.

habilidade política no movimento estudantil, mas gostava de tiradas sarcásticas que lhe custavam antipatias evitáveis. O mais brilhante intelectual da direção do PCB, sua cultura não se limitava ao domínio do marxismo e se estendia à produção acadêmica e a literatura. Escrevia com elegância e impressionava pela clareza quase perfeita de exposição oral. Apesar da graduação em Ciências Sociais, era um intelectual antiacadêmico e colocava todo o pensamento a serviço da ação prática, no que nos distinguimos, porque eu tenho a propensão a procurar na atividade intelectual sua justificativa intrínseca e a desenvolvê-la pelos próprios méritos... Em longas conversas, chegamos à conclusão sobre a necessidade de mudanças substanciais na direção do PCB como pré-condição para uma virada na orientação política. A cisão declarada por Agildo não havia encerrado a luta interna... Da nossa parte, Mário e eu estávamos convencidos de que já era inadmissível prosseguir com o Programa do IV Congresso. Ao invés de remendos e adaptações episódicos, fazia-se urgente a elaboração de uma linha política nova nos aspectos essenciais... A questão estava em que era impensável tal mudança com Arruda, Amazonas e Grabois na comissão executiva¹⁹¹.

Após numerosas reuniões, que ocorreram entre dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, o comitê debateu os diversos temas e chegou à redação final do que tomou a denominação de *Declaração Política de Março de 1958*.

Antecipando-se ao V Congresso, só realizado três anos mais tarde, a Declaração de Março apresentou uma nova linha política, pela qual o comitê central assumiu a responsabilidade, apoiado no consenso da maioria da militância... A “Declaração de Março” reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então o PCB se obstinava em negar. Só que o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista. A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas reformas de estrutura a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática... O bom caminho devia ser o caminho pacífico da revolução. O caminho pacífico se viabilizara pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existente no País... Para efeito ritual, fazíamos a ressalva de que, independente da nossa boa vontade, a reação poderia obrigar-nos a um caminho diferente – o da luta armada... A declaração introduziu, portanto, outro elemento que também se demonstrou ilusório: a opção pelo caminho pacífico num país em que a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo. O caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira. Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução¹⁹².

Durante os anos de 1960 a 1964, com a ocorrência de diversas greves, principalmente no Sudeste, “o Partido Comunista Brasileiro chegou a adquirir algumas

¹⁹¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 26.

¹⁹² Idem, p. 30-31.

características de um verdadeiro partido de massas, com cerca de 50.000 militantes em todo o país fortemente implantado na classe operária e outras camadas sociais”¹⁹³.

Em setembro de 1960, o PCB realizara seu V Congresso no auditório da Associação Brasileira de Imprensa. A vitória da Revolução Cubana, um ano antes, deixara muitos militantes esperançosos com o exemplo de uma revolução socialista no continente americano.

Em pleno centro do Rio de Janeiro e noticiado pela televisão – desenvolveram e deram precisão às idéias essenciais da Declaração de Março. Nas organizações partidárias, na imprensa e no plenário, travou-se um debate democrático, que fez do V Congresso o oposto do IV Congresso. Além da aprovação das Teses, o V Congresso elegeu um novo comitê central,¹⁹⁴.

No V Congresso estavam presentes delegados de todos os estados, representando, um total de aproximadamente 15.000 militantes. Alguns dos principais expoentes das linhas de resistência às inovações introduzidas desde 1958, como João Amazonas, Arruda e Grabois não se reelegeram, sendo excluído do órgão dirigente. Os candidatos efetivos, eleitos para o comitê central foram, entre outros, Mário Alves, Carlos Mariguella e Jover Telles. Nesse encontro o partido determinou como tarefas fundamentais:

A conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Essas conquistas seriam a etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo¹⁹⁵.

O partido considerou como fundamental a aliança com a chamada burguesia nacional contra um inimigo em comum que era o imperialismo. Após essa vitória, cada um buscaria seu interesse.

O conceito de burguesia nacional é eminentemente político. Foi assim que o definimos no V Congresso do partido. Isso é, chamamos de burguesia nacional aquela parcela da burguesia brasileira que, em virtude de seus próprios interesses de

¹⁹³ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974.** São Paulo: Hucitec, 1982, p. 191.

¹⁹⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada.** São Paulo: Ática, 1987, p. 31-32.

¹⁹⁵ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974.** São Paulo: Hucitec, 1982, p. 182.

classe, é levada a chocar-se com o capitalismo monopolista estrangeiro que representa obstáculos a expansão de seus negócios. Só a prática da luta antiimperialista permite verificar quais são, concretamente, em cada momento, os setores da burguesia brasileira que se podem incluir na burguesia nacional. Justamente por isso, as Teses não repartem a burguesia brasileira em nacional e entreguista segundo as proporções de capitais de cada grupo, uma vez que, em ambos setores, se encontram os representantes dos grandes, médios e pequenos capitalistas¹⁹⁶.

Em entrevista, o ex-militante do PCBR, Bruno Dauster comentou sobre o interesse em apoiar a burguesia nacional:

A idéia é que você ia constituir frentes miniclassistas com interesses convergentes naquele momento. A burguesia nacional está sendo liquidada pelo imperialismo. Então nós propomos para esta etapa da revolução, tarefas antiimperialistas e democráticas. Depois que juntos derrotarmos o inimigo principal iremos discutir divergências, outras experiências e etc. Na Rússia em 17, entre fevereiro e outubro, você tem um arco de forças no poder que chegava muito perto da burguesia russa naquele momento, que era contra o feudalismo e contra a guerra; se o principal é acabar com a guerra, vamos ficar juntos depois a gente resolve nossos problemas. Em Cuba, quando Fidel chega na ofensiva, fora os setores mais ligados a Batista, o resto todo apóia o movimento. Quem não apóia é o pessoal do Batista, o pessoal ligado à máfia americana, o resto apóia: depois a gente resolve internamente. Os momentos de libertações das colônias na África, o momento em que a luta era contra um inimigo comum, que era contra os colonialistas, entra todo mundo, depois a gente vê como é que fica. Na Europa, só pra te dar um exemplo muito definitivo da França, na luta contra a ocupação nazista, você tem duas resistências que operaram paralelamente e muitas vezes em conjuntos: que é a resistência golista, do De Gaulle, que era representante da burguesia francesa e a resistência comunista, os partisans que atuavam paralelamente, depois vamos resolver, resolveu, a burguesia levou a mão. O primeiro objetivo foi feito juntos, um ano depois os partisans estavam de arma na mão¹⁹⁷.

Alguns militantes demonstraram discordâncias sobre as propostas apresentadas pelo V Congresso. Um dos insatisfeitos, Jacob Gorender, escreveu um artigo sobre o resultado do Congresso, publicado em *Estudos Sociais*, nº 9, de outubro de 1960. Gorender enfatizava o papel do proletariado na liderança da revolução nacional e democrática e o antagonismo que separava a classe operária da burguesia nacional. Também procurava mostrar que a revolução brasileira só seria viável por meio da luta armada.

¹⁹⁶ Texto publicado sobre a realização do VI Congresso do PCB em dezembro de 1967, p.28-29.

¹⁹⁷ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p.5.

A Declaração introduziu, portanto, outro elemento que também se demonstrou ilusório: a opção pelo caminho pacífico num país em que a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo. O caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira. Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução¹⁹⁸.

Segundo o ex-dirigente do PCBR, Apolônio de Carvalho, já existia um grupo de militantes em oposição no PCB, antes da realização do V Congresso.

Eu tenho uma evidência muito forte de existência de uma fração, já desses dirigentes quando se iniciam os debates do Congresso de 1960. Que é um período de 3 meses, em que há um debate público nos *Novos Rumos*. E a evidência é a seguinte: quando começa o debate, o partido anuncia que vai começar na *Tribuna de debates*. Então, quando começa o debate, há uma saraivada de umas dez *Tribuna de debates* perfeitamente desatinadas entre si, o que inclusive, deve ter surpreendido a direção. Porque a direção estava fechada com a declaração de março de 58. E essas 10 tribunas são todas contra. E abordam diferentes pontos da Declaração. Um fala sobre a luta armada, outro sobre a aliança camponesa, outros sobre a burguesia, outros sobre o desenvolvimento capitalista, outros sobre as relações internacionais... Quer dizer, é uma evidência bastante clara, a meu ver, a partir desse momento... Talvez não fosse mesmo uma facção assim organizada. Mas como eram membros da direção do partido, então evidentemente, eles estavam, de qualquer forma, em contato, mesmo sem formar um grupo especial¹⁹⁹.

Apolônio faz um levantamento geral sobre sua posição.

Porque você tem algumas escalas muito claras, como ponte de uma ponta. Você tem, primeiro, as divergências em torno da orientação do PC da União Soviética, do XX Congresso. Você tem, em seguida, a declaração política de março de 58. Não é sem razão que vocês dizem que “esses primeiros meses os artigos já são particulares orientados na análise da crítica da “declaração”, e de seus aspectos essenciais”, etc. E em terceiro lugar, você tem, inclusive, uma disputa pela orientação do partido. Uma disputa que iria desenvolver-se até o V Congresso, até o interior do V Congresso. Há verdadeiramente um núcleo de companheiros dirigente que, a meu ver, vão além do que fosse, digamos assim, uma convergência mais ou menos constante de posição. Mas eu acho que há, mesmo, um núcleo de companheiros que formam aquilo que se poderia chamar a faixa de oposição: de um lado a declaração política de março e ao que ela significava, como adaptação à legalidade institucional no Brasil; o problema do caminho, era o grande problema, mais sentido no quadro geral. O caminho deferido como único e absolutamente excludente de qualquer outra visão que era o caminho parlamentar para o socialismo. Então, há um núcleo de companheiros que inclusive são excluídos da

¹⁹⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 31.

¹⁹⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 16.

comissão executiva. Há essa presença permanente dos debates ao comitê central. Podiam ser seis, oito, num comitê central de 31; podiam ser dez; mas eram muito definidos esses votos... Os problemas nacionais eram os problemas-chave e os problemas de origem²⁰⁰.

No segundo semestre de 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o PCB aproveitou o episódio da ascensão de Jango à presidência para mobilizar todo o seu recurso de agitação e propaganda. Cresceu significativamente o número de filiados do partido. O momento era considerado único para o comunismo brasileiro, isso devido à possibilidade de implantação de uma política voltada para o social.

A crise política da renúncia do presidente e sua substituição por João Goulart abriram inesperadas perspectivas a aplicação da linha partidária. Finalmente, ocupava a presidência um político ao qual o PCB tinha acesso direto e que podia considerar aliado... A atuação do PCB no período do governo Goulart também se defrontou com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo marxista²⁰¹.

No mês de agosto, os dirigentes do Partido Comunista do Brasil realizaram uma conferência nacional. Neste encontro ficou decidido que o partido mudaria de nome e passaria a se denominar Partido Comunista Brasileiro. Essa mudança ocorreu devido a possibilidade de o partido conquistar, com ela, a legalidade, pois era acusado de estar diretamente ligado, pelo “do”, a uma organização internacional.

Após o Congresso de 1960, o comitê central continuou se reunindo regularmente. O grupo divergente fez parte do comitê até o segundo semestre de 1961, quando foi expulso por fracionismo.

A partir de 58-60, nós temos a aproximação a essa fase de ruptura. Penso que nós poderíamos sintetizar os fatores que ajudam nesse quadro de aproximação. São, primeiro as divergências em torno da linha geral e, em particular, em torno do caminho para o socialismo, definidas pelo XX Congresso do PCUS. Se o XX Congresso define para o movimento comunista internacional a possibilidade de um novo caminho, e não apenas o caminho insurrecional da luta armada, na prática, toda a política externa da União Soviética levaria, pois seus interesses, por seus compromissos, por seus laços estabelecidos, levariam o PCUS a trazer aos demais

²⁰⁰ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 17.

²⁰¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 32.

partidos e, em particular ao nosso, de que estamos tratando, o PCB, nesse momento, a idéia praticamente radical de um caminho único, o parlamentar e pacífico, excluindo qualquer outra via para o desenvolvimento de uma sociedade socialista. Isso começa, fundamentalmente, a partir do XX Congresso²⁰².

Moises Vinhas fala das conseqüências da posição do PCB, do início de 1962.

Quanto ao PCB, aplicando uma política ampla e flexível, voltada para a acumulação de forças, se fortalece visivelmente tanto em termos quantitativos quanto na sua inserção na classe operária e na sociedade brasileira. É então que a luta interna que vem sendo travada desde o XX Congresso do PCUS, em 1956, encontra o seu desfecho em fevereiro de 1962, com a ruptura à esquerda do grupo que considera inaceitável a virada política do PCB. O pretexto é a mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro e a retirada do programa da palavra de ordem, da “ditadura do proletariado”, medidas tomadas pelo comitê central fora de um congresso do partido, visando facilitar a luta pela legalização²⁰³.

Em fevereiro de 1962, o grupo expulso, liderado por Amazonas, Grabois, Pomar e posteriormente Arruda, se opôs à decisão tomada pelo partido e convocou uma conferência nacional extraordinária de oposição e em julho, fundam uma nova organização, mantendo o nome anterior: Partido Comunista do Brasil, o PCdoB e vinculando a sua orientação à política da China Popular. No mês seguinte o novo partido recriou o jornal *A Classe Operária*, editado por Grabois e Pomar.

Essa ruptura foi a mais séria na história do PCB. Em 1952, ocorrera um problema com José Maria Crispim, mas isolado. Nos anos 30 as divergências com os trotskistas foram também um elemento isolado.

Agora, você tem a primeira grande ruptura no PCB; mas você tem também algumas coisas novas nessa esquerda. Acaba a hegemonia também, o partido era a única via, o único canal político da esquerda, durante 40 anos, de 1922 a 1962. É o fim do monopólio... É um período de ebulição. Nesse momento surge a Ação Popular, em 1961. A esquerda católica vai surgir com seus elementos mais conscientes, mais dinâmicos. Uma nova mensagem, e uma nova sugestão de organização contestatória... A POLOP também surge nesse momento. A política Operária²⁰⁴.

Apolônio faz uma crítica ao racha ocorrido em 1962.

²⁰² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 13.

²⁰³ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 187.

²⁰⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 23 de julho de 1986. Gravação nº 21, p. 11-12.

É muito presente a nossa incapacidade, do ponto de vista cultural, do ponto de vista científico, da visão da realidade, da visão da doutrina, etc. Porque nós somos um pouco impotentes em definir uma alternativa. Há os companheiros, por exemplo, que, a um momento dado, abrem caminho para o PC do B. A orientação política do PC do B era muito parecida com a do PCB. Inclusive o governo nacionalista democrático chama-se o governo assim de transformação nacional e tudo o mais, mas com a mesma composição de classe, com a mesma visão, embora não tão nítida assim, para não fazer uma repetição...²⁰⁵

Apolônio prolonga sua crítica a desacordos pessoais ocorridos.

Eu como companheiro da direção, estando com a maioria da direção, não querendo a ruptura no partido, mas ao mesmo tempo, tenho muito respeito pelos companheiros que iam. Procurava compreendê-los. Então a coisa era tão minha que, por exemplo, no V Congresso, eu fui acusado, publicamente, de não ter opinião. Houve uma parte dos companheiros que queria que eu fosse eleito para membro efetivo do comitê central, mas fui vetado pelo núcleo central, por não ter opinião... Esta orientação da direção nacional, expressada no V Congresso – representava o aval do PC da União Soviética, a política de coexistência pacífica, como eixo da política externa soviética. E quanto isso representava elemento de religiosidade na vida partidária, na disciplina partidária... Nesse momento, eu recebi essa denúncia como uma coisa que me chocava, do ponto de vista de sentir que o núcleo central não tinha mais confiança na minha fidelidade absoluta. Mas, ao mesmo tempo, eu sentia que não existia nessa fidelidade absoluta. E me sentia como um militante que passa a ter sua presença, sua personalidade militante, depois do período de religiosidade, de visão fanática²⁰⁶.

O PCB teve uma perda bem significativa com a criação de uma nova sigla. Além da saída de um número expressivo de militantes, muitos dos que permaneceram no partido, passaram a ter uma postura mais ofensiva, ficaram mais ansiosos com a possibilidade de mudanças. É exemplo disso o artigo de Mário Alves, publicado na revista Estudos Sociais, de dezembro de 1962, que considera um erro apoiar a burguesia nacional²⁰⁷.

Entre os fatores que condicionam a conduta política da burguesia nacional, não se deve omitir a própria ação do imperialismo norte-americano, compreendendo o papel ascendente deste setor capitalista no Estado brasileiro, as tendências da nova situação mundial, assim como a elevação

²⁰⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 47.

²⁰⁶ Idem, p. 31-32.

²⁰⁷ O conceito de “burguesia nacional”, já consagrada na ciência social marxista, caracteriza a parte da burguesia dos países coloniais e dependentes que não desempenha um papel de agente do imperialismo. Assim, a define o Programa do PCUS, aprovado em seu XXII Congresso.

da consciência nacional na América Latina após a revolução cubana, os círculos monopolistas dos Estados Unidos procuram formular uma tática mais flexível nas relações com as classes dominantes de nosso país. Esforçam-se por ampliar a base social de sua dominação, através de um compromisso com os setores políticos que representam a burguesia nacional, considerando que a velha oligarquia vinculada ao latifúndio e subserviente ao capital estrangeiro perde rapidamente a influência sobre o povo e já não constitui um suporte firme para a sustentação de seus interesses²⁰⁸.

No período de 1961 a 1964, Apolônio, junto a Mário Alves, Gorender e João Pedro trabalhavam no quadro da educação dentro do partido.

Eu começo a sentir muito a influencia saudável do contato com as bases do partido. É o trabalho de educação... Foi um trabalho que se alimentou de pequenos empenhos localizados em certas regiões, sobretudo aqui no Rio, em certas áreas. E que se configurou na seguinte base: uma comissão foi criada, uma secretaria, digamos de Educação – e com elementos muito capazes, como Gorender, como Mário Alves. Desde o início eu fiz parte desse movimento, com um jovem professor de Economia, João Pedro... Nós tínhamos uma secretaria de Educação que viajava para São Paulo, Minas, para o Rio Grande do Sul. Eu fui dar curso no Rio Grande do Sul, em Minas, Recife. O Mário fazia isso também, Gorender também fazia. Nós éramos uma secretaria de Educação muito ativa e muito bem quista, muito amada do partido, desejada pelo partido²⁰⁹.

No início de 1963 realizou-se o plebiscito para determinar a escolha do sistema político. Mais de dois terços dos eleitores preferiram o sistema presidencialismo a o parlamentarismo. Essa esmagadora vitória no plebiscito foi vista por muitos como uma vitória ao governo Goulart e um apoio à política de reformas estruturais, mascarando a realidade brasileira. “Nesse contexto, estabeleceu-se, em nosso meio – isto é no PCB – um nível demasiado alto de confiança na integração do governo Goulart com o programa das reformas com um avanço”²¹⁰.

O Partido Comunista Brasileiro, apesar de dotado – pelo V Congresso – de um programa político coerente e de uma tática ampla e flexível, não escapa da confusão e esquerdização geral que toma conta das forças democráticas a partir do segundo semestre de 1963. A realização do plebiscito pode servir como elemento identificador do ponto de inflexão do processo. Como as outras forças

²⁰⁸ ALVES, Mário. **A Burguesia Nacional e a crise brasileira**. Estudos Sociais nº 15. Dezembro de 1962, p. 234.

²⁰⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p.42-46.

²¹⁰ Idem, p. 40-41.

progressistas, os comunistas brasileiros acabam tomando a vitória esmagadora obtida em janeiro de 1963 como sendo a demonstração prática de que a correlação de forças no país havia sofrido afinal uma reviravolta profunda alcançando um patamar irreversível a partir do qual se poderia impor ao Congresso – o realizá-las apesar dele – as reformas desejadas²¹¹.

Os comunistas brasileiros propuseram uma tática voltada para a acumulação permanente de forças, a construção de uma ampla frente democrática e a organização das massas contra o regime. Apresentaram um programa-mínimo de luta, centrado na defesa das liberdades democráticas e reivindicaram a abolição do arrocho salarial, denunciaram a desnacionalização da economia dos Estados e de capitais, pediam eleições livres, uma Assembléia Nacional Constituinte e defenderam uma política externa de paz, de afirmação da soberania nacional e de defesa da autodeterminação dos povos. Mas, os comunistas não perceberam a gravidade da crise e do momento que o país atravessava²¹².

Em fevereiro de 64, houve uma reunião ampliada do comitê central para discutir as teses do VI Congresso.

Nessa reunião tanto eu (Apolônio), como Mário como o Gorender, como o Marighella, como Teles, além de outros, apresentamos um certo número de propostas, de tese para o Congresso. Não há uma tese sobre dualidade de caminhos, sobre convergência ou simultaneidade de caminhos. Não há nenhuma tese que conteste o caráter exclusivo do caminho pacífico. Extremamente chocante isso²¹³.

Moises Vinhas comenta sobre essa reunião.

O partido foi progressivamente se distanciando da orientação do V Congresso. Na Conferência de 1962 já eram visíveis as contradições entre a estratégia – que tomava o imperialismo como o inimigo principal – e a tática – que se voltava contra a conciliação de Goulart... No mesmo sentido, as teses para o VI Congresso, aprovadas na reunião do comitê central de fevereiro de 1964, refletem o profundo subjetivismo que dominava a direção do partido. Segundo o informe do comitê central, “nelas, exagerava-se a força do movimento de massas, sua combatividade e nível de organização, a força do movimento operário e sua influência na frente nacionalista e democrática. Justamente quando amplos setores das camadas médias das cidades assavam para o lado da reação, afirmávamos, ao contrário, que essas camadas se incorporavam à luta antiimperista. Exageramos também a influencia do

²¹¹ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 192.

²¹² Idem, p. 245.

²¹³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 47.

movimento antiimperialista nas Forças Armadas. Abríamos, assim, para o partido e para as massas, uma perspectiva de vitória fácil e imediata”²¹⁴.

O PCB estava confiante quanto ao governo, ou pelo menos demonstrava isso, e chegou-se a difundir uma frase em que a direção do partido dizia: “nós não estamos no governo, nós estamos no poder”²¹⁵. Porém, como disse Apolônio, o governo demonstrava confiança, mas na realidade, o que existiam eram incertezas.

E o partido tem dúvidas. O partido tem dúvidas quanto a solução do caminho pacífico, porque sabe que tem um golpe em gestação. Isso é sentido por toda parte. O partido tem dúvidas quanto aquilo que pode parecer moderação, mas que pode parecer também abandono, ou um jogo de duas forças por parte do Goulart, quanto as reformas de estrutura. E o campo está aí, com seus problemas sociais. O partido tem dúvidas quanto à idéia de conjunto da burguesia nacional como força revolucionária.²¹⁶

Segundo Gorender, na véspera do golpe militar a direção, do PCB foi informada sobre o levante do general Olímpio Mourão Filho.

Na manhã do dia 31, chegaram no Rio as primeiras notícias imprecisas sobre o levante em Minas Gerais. Improvisou-se uma reunião dos membros do comitê central, que se encontravam na cidade. Segundo relata Apolônio de Carvalho, presente à reunião, o despreparo diante da emergência só permitiu a resolução de que Prestes tentasse um contato com Jango ²¹⁷.

Com essa informação, no mesmo dia houve uma reunião do comitê central ampliado, com a participação do Apolônio, no edifício Glória, na Cinelândia. Um dos militantes falou os preparativos para atacarem o avanço golpista.

-Amanhã nós teremos, ao meio-dia, numa grande concentração de estudante, na Cinelândia, e ali, nós receberemos um contato muito efetivo porque nós teremos caminhões e armas que receberemos dos fuzileiros navais. E daí, a gente vai tomar medidas. Provavelmente, nós iremos atacar, com as tropas o palácio do governador. Passar a uma ofensiva, não ficar numa posição imobilista²¹⁸.

²¹⁴ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 244.

²¹⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 23 de julho de 1986. Gravação nº 21, p. 4.

²¹⁶ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 36.

²¹⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 65.

²¹⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 51.

Nesse mesmo dia 31, Apolônio saiu da reunião e foi à casa de amigos no Rio de Janeiro, que tinham alguma formação militar e armas. “Combinamos que no dia seguinte estaríamos lá (Cinelândia). Nós éramos uns 15”²¹⁹.

O reflexo do Golpe Militar e as divergências internas no PCB

No dia 1º de abril de 1964, Apolônio partiu em busca de companheiros para tentar agilizar alguma ação e contou como foi o momento em que soube da notícia da confirmação do golpe militar, no alto do edifício do Clube Militar, no centro do Rio de Janeiro, repleto de oficiais.

No décimo-sétimo andar, havia oficiais, naturalmente. Mas isso não era motivo da concentração. O motivo era a espera de parte das forças armadas, que viriam para passarem em ação. Bem, aconteceu que, lá por volta de uma hora e meia, assim, um garoto sai do edifício e passa a distribuir um volante mimeografado, e esse volante dizia o seguinte: “Jovens. Vocês estão enganados. Vocês falam num governo, pensam num governo que já não existe. O presidente Goulart não está mais na Guanabara, não está mais no palácio do governo. Goulart já fugiu para Brasília, e de Brasília, está saindo, agora fugindo, para Porto Alegre. E não ficará em Porto Alegre. Não há mais governo”. Vocês estão ouvindo aí os comunicados pela Radio Roquete Pinto segundo os quais o ministro da Justiça comunica que está tudo bem, que estamos avançando, etc. O ministro da justiça também não está mais aí. Ele também saiu com o presidente Goulart... Vocês estão sendo enganados. Mas vocês podem pensar, ainda, que existe um primeiro Exército, existem Forças Armadas que defendem o governo. Isso também não existe. Porque hoje, às 12:45, o general Âncora, comandante do primeiro Exército, se rendeu ao general Amauri Kruehl²²⁰.

O problema foi que a massa de estudantes não aceitou essa notícia. Eles consideraram que aquilo era uma provocação, que aquilo era mentira. E o menino que distribuía os volantes teve que sair às pressas do edifício.

Nós ficamos ali muito tempo a espera das tropas. Porque não acreditávamos nisso. A espera das tropas. E acontece que a um momento dado, passam uns tanques. São os tanques que vêm com os jovens oficiais, o que vão fazer a libertação do palácio Guanabara, onde se encontra o governador Lacerda. Mas esses tanques são olhados e saudados com tanques do governo, das forças legais. Eles passam, tranqüilamente. E lá pelas 3 e meia, 4 horas, aí é a grande surpresa: porque os rádios de pilha começam a anunciar o seguinte: “vai falar, neste momento, o

²¹⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 51.

²²⁰ Idem, p. 52.

governador Lacerda que acaba de ter seu palácio libertado”. Então, há uma certa incredulidade diante daquilo. O governador do Rio toma a palavra, faz sua locução. E há muitos jovens que dizem: -Não, isso é interferência pra fazer confusão, para enganar... Então, a um momento dado, eu sinto alguém ao meu lado. É o companheiro da comissão executiva, é Mário Alves. Porque a comissão executiva tinha ficado todo o tempo concentrada, em reunião permanente. Sob a influencia da posição dos estudantes. -Eu deixei o problema lá da comissão executiva, vim ver as coisas como estão. E eu: -Olha aí o que estão dizendo. O pessoal está dizendo que é interferência, mas eu não sei se é interferência, não. Aí chega o companheiro Alberto e diz: -É exatamente o que se passa, o rádio está transmitindo o que é a realidade atual. Eu venho da parte de Marighella, que me disse que passasse aqui pra ver se vocês estavam aqui²²¹.

No fim da tarde a polícia iniciou um processo de ataques a bombas, granadas de gás lacrimogêneo, granadas de efeito moral, a um grupo de manifestantes que tiveram que recuar, no sentido do Passeio Público, esvaziando a concentração na Cinelândia. Por volta das 18 horas, Apolônio, que estava armado, foi em direção a UNE, no Flamengo, que foi incendiada. Sem ter qualquer possibilidade de tentar reverter o quadro, Apolônio voltou para a casa, em Niterói. “No dia 1º de abril, a convocação de greve geral só teve cumprimento no Rio, em Santos e em alguns setores ferroviários de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul”²²².

Cada vez que havia uma crise política mais ou menos séria, eu era deslocado para Niterói... Naturalmente, chegando lá eu não fui mais para a sede do partido, regional: porque já devia estar ocupada. Mas conhecia as casas dos companheiros. Então, fui para Niterói e fiquei em Niterói todo esse período, até 68²²³.

Com a implantação de um regime ditatorial na política brasileira, a esquerda tentou de alguma forma buscar reverter esse quadro de permanência dos militares no poder. Como diz Apolônio:

Dois ou três dias depois o companheiro Nelson Alves. Companheiro que tinha participado da guerra da Espanha. Ele chega para nós e diz: -Eu venho da parte do Marighella, ele quer ter um contato com vocês. E vai chegar aqui, amanhã, a tal hora. E no dia seguinte de manhã, muito cedo, passamos pelas barcas... Então, Marighella passa pelas barcas, desce lá no edifício das barcas e, com o companheiro, vem a essa casa onde estamos reunidos. E Marighella vem nos dar notícias sobre a situação existente no Rio. Diz que de fato, a situação é muito ruim,

²²¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 55.

²²² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 66.

²²³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação 22, p. 61.

mas que é possível resistir. Fazer qualquer coisa, tentar mudar a situação... E o plano era o seguinte: Haveria um levante numa área da Vila Militar, sobretudo na área de tanques. E naturalmente, esses tanques iriam a cidade, e atuariam sobre o ministério da Guerra, e sobre outros centros do governo. E o que seria interessante era armar uma parte dos trabalhadores, uma parte do povo, e mobilizar outras forças para, verdadeiramente, fazer face à resistência e à repressão que viria depois. Então, para nós, do Estado do Rio, caberia uma tarefa muito particular. Era mobilizar o partido e, em Nova Iguaçu, atacamos um depósito de armas, muito rico, e armamos setores muito amplos da população, e descemos para a cidade... E nós aceitamos isso. Mas com muita reserva quanto a nossa participação... Nós nos preparamos e tal. Mas nas vésperas. Isso seria no dia 9 de abril... Nas vésperas, a 7 ou a 8, nós seríamos informados que não haveria o levante, portanto a situação ficava em banho-maria, a espera de outra oportunidade²²⁴.

Moises Vinhas falou dos erros cometidos pela esquerda brasileira que, se evitados, poderiam ter mudado a história do golpe militar:

Os comunistas teriam incorrido em grave desvio de direita ao alimentarem e disseminarem entre as massas ilusões de classe a respeito da legalidade democrática e da possibilidade de alcançar as reformas estruturais de base por meios pacíficos, acreditando na aliança com a burguesia nacional e conciliando objetivamente com um governo burguês. Assim os comunistas não teriam preparado a massa para resistir mais energicamente ao golpe²²⁵.

Com a implantação do regime militar em 1º de abril, as forças democráticas tiveram que recuar. E o VI Congresso marcado pelo PCB foi adiado *sine die*.

Acoplado à edição extra de *Novos Rumos*, no dia 27, circulou o suplemento especial com as Teses para o VI Congresso, marcado para 1964. (O Sexto Congresso do PCB só se realizou em 1967, precedido por outro conjunto de Teses)... A comissão das Teses de 1964 tinha os seguintes membros, eleitos pelo comitê central: Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella, Mário Alves, Elson Costa, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira e Francisco Gomes. Reunia-se um conjunto de duas salas do edifício Avenida Central, na avenida Rio Branco, então o mais moderno do Brasil²²⁶.

Jacob Gorender comenta sobre o episódio e a influência dos Estados Unidos sobre a política brasileira:

²²⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 31 de julho de 1986. Gravação nº 22, p. 63-65.

²²⁵ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 236.

²²⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 64.

O golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras... Segundo o Embaixador Gordon... -Penso que o comportamento histórico das forças armadas se compreende de maneira coerente sob o enfoque de três fatores principais: a) o instrumental – as forças armadas como órgão coercitivo supremo do Estado burguês; b) o organizacional – as forças armadas como intuição total, cuja estrutura se baseia na hierarquia e na disciplina rígida e tende a autopreservação; c) a origem de classe – como inclina a refletir o estado de espírito dessas camadas intermediárias com o viés profissional próprio... -Os três fatores principais determinantes do comportamento das forças armadas impeliram no sentido da mesma reação conservadora, antidemocrática e autopreservadora. Que se consumou não só no golpe, mas também na ocupação da chefia do Estado e deu origem a uma ditadura militar²²⁷.

A tomada do poder pelos militares de direita e principalmente a forma em que se deu, sem qualquer tentativa significativa de reação por parte da esquerda nacional, foi motivo de discussão no PCB.

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões e as incontinências retóricas – tudo isso em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida... Confiávamos que o golpe seria derrotado, como os de 1955 e 1961²²⁸.

Segundo Edgard Carone, a direção errônea que o partido tinha optado fez com que não tivesse forças para responder ao movimento militar.

A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a confiança depositada no “dispositivo militar” de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao partido e às massas, de uma vitória fácil e imediata. Essas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no poder, tornaram-se evidentes²²⁹.

²²⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p.52-54.

²²⁸ Idem, p. 67.

²²⁹ CARONE, Edgard. **O PCB 1964 a 1982**. Vol. 3. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1982, p. 24.

A ditadura militar demonstrou desde o início sua força, e a esquerda brasileira continuou a cometer uma série de erros. No dia 9 de abril de 1964, a polícia militar invadiu a residência do secretário-geral do PCB, Luis Carlos Prestes. Repetindo o que sucedera em 1936, os policiais acharam lá 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações, manuscritas. As cadernetas continham descrições de reuniões e informações diversas dos últimos três anos.

Com base nelas, a repressão montou um grande processo político contra os comunistas, o que levou a prisão de diversos dirigentes do PCB. Em abril de 1964 foi preso em Pernambuco o velho líder Gregório Bezerra; em maio no Rio de Janeiro foi a vez de Carlos Marighella; em julho, de Mário Alves, Ivan Ribeiro e Leivas Otero. O próprio Prestes, foi condenado a catorze anos de reclusão.

Na segunda quinzena de maio de 1964, a comissão executiva do PCB realizou em São Paulo, uma reunião, da qual saiu o primeiro pronunciamento da comissão executiva do partido após o golpe. Intitulado “Esquema para Discussão”, o documento destacava a falta de preparo e estrutura para uma reação armada. Mas, na verdade, o esquema resultou de conjuntura muito efêmera. Presentes no Rio, só Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareceram às primeiras reuniões da executiva. Prestes não tinha segurança para locomoção e os demais membros do organismo dirigente estavam fora do Rio. Daí a transitória maioria “de esquerda” que permitiu a elaboração daquele documento. Com o retorno de Prestes e demais membros às reuniões, restabeleceu-se a maioria “de direita”, fortalecida depois das prisões de Marighella, em maio, e de Mário Alves, em junho. O *Esquema* foi revogado²³⁰.

Carlos Marighella foi preso a 9 de maio de 1964 num cinema na Tijuca, Rio de Janeiro. Após se cercado pela polícia, Mariguella levou um tiro no peito. Levado ao hospital, sobreviveu e foi preso. Como era a fase inicial do regime, pôde haver manifestações nos jornais e Mariguella foi solto, devido a um hábeas corpus, ainda permitido²³¹.

²³⁰ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada.** São Paulo: Ática, 1987, p. 86-87.

²³¹ Ver livro MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

Apolônio de Carvalho, junto ao secretário político regional do Rio de Janeiro, Miguel Batista, passaram aproximadamente três meses tentando recompor o contato com os companheiros de partido.

Desde 64, a alegria, a vitória de cada companheiro que a gente encontrava. Porque, em discutindo com os companheiros, eles se incorporavam ao trabalho. A busca de caminhos para a reavivar algo, no quadro das empresas, no quadro dos sindicatos que estavam sob uma compressão violentíssima. Uma defensiva desorganizada, geral. E para nós, os grandes problemas eram reconstruir o partido, refazer o partido²³².

Mário Alves permaneceu mantendo um contato mais estreito com Apolônio. Eles passaram a se encontrar regularmente, dentro dos limites da repressão. Mas a prisão de Mário em junho, junto com Ivan Ribeiro, durante uma reunião em Vila Isabel, encerrou esses encontros. Eles foram denunciados pelo vizinho. Mário só foi liberado aproximadamente um ano depois, por concessão de habeas-corpus.

Para nós, e em particular, para os que tinham feito a passagem pela União Soviética, no período anterior, nós tínhamos assimilado os rasgos iniciais da doutrina marxista – materialismo dialético, materialismo histórico, a história do movimento operário, o papel das classes nas sociedades modernas. E a crítica integral do regime capitalista. Então, para nós, o problema da doutrina, o problema de partido eram problemas que se tinham consolidado enormemente. Eu dizia, numa das reuniões anteriores, que para nós, não se tratava nem do desespero, nem da descrença nos elementos fundamentais que justificavam a nossa prática política, o nosso engajamento como comunistas. Para nós, a dúvida era quanto à orientação política traçada e, sobretudo, quanto ao caráter unilateral do caminho traçado, visão de respeito, por parte do comitê central, a uma visão genérica traçada pelo PCUS para o movimento comunista através do XX Congresso, era, portanto, ainda parte daquela visão religiosa de que representava o centro exterior. Mas, por outro lado, era a visão de que representava para a política externa da União Soviética, em áreas que estavam sob a égide dos Estados Unidos: uma política de desenvolvimento pacífico da luta de classe. Aí é que estão as nossas dúvidas se acumulando. E, nesse momento, então, abre-se para nós, os que estamos nessa faixa de desconfiança em relação à linha política, uma fase de consolidação da recusa a uma orientação política traçada com bases na aliança de forças políticas, que admitia não só a presença da burguesia nacional, mas também dava reconhecimento, nessa primeira escala, à hegemonia dessa burguesia nacional era o bloco nacionalista, reformista, populista chefiado por Goulart. Então, primeiro, a visão clara de que não é possível confiar na burguesia nacional como uma força²³³.

²³² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 140.

²³³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 70.

Nos primeiros meses pós-golpe, Apolônio passou a ser constituir um dos principais dirigentes de articulação do PCB, devido a falta de contato do comitê central. A comissão executiva ficou praticamente reduzida a nove membros: Mário Alves, Jover Teles e Marighella, Prestes, Dias, Ivan Ribeiro, Sérgio Olmos, Calil Chade e Geraldo de Santos. “Mas esses seis últimos estão ausentes nesse momento de ilegalidade e de repressão direta”²³⁴.

Na realidade, eu passo a ser um militante comunista autêntico, no sentido de ter análise própria, crítica, dos acontecimentos, sejam decisões da direção nacional, sejam decisões do movimento comunista internacional, seja do quadro político geral, do quadro social em geral. E passo a ser, efetivamente, um dirigente político em ascensão, nesse período de 64-68. Eu acumulo condições, no período de 59, 60 e, sobretudo, no período de 61, 62, 63 no trabalho de educação; um trabalho mais estreito com o partido, mas aí, eu já me sinto um dirigente político. Eu sou o secretário da organização regional, e verdadeiramente, nós fazíamos um enorme trabalho, no sentido de reestruturar o partido; mas também, no sentido de politizar, de dar consciência de uma situação nova, dar um espírito crítico em relação à linha anterior, e buscar caminhos... Nós fazíamos, nos nossos encontros regionais, verdadeiros debates sobre que caminho seguir. Eu me lembro, inclusive, de ter elaborado propostas de encaminhamento, através de um crescimento contínuo da luta de massas, nos primeiros meses. Seria a linha insurrecional, é claro, mas através do movimento de massas, sem recorrer à luta armada, sem falar ainda de guerrilha²³⁵.

O PCB apresentava uma série de dificuldades que eram criticadas e atacadas por diversos de seus dirigentes, mas como diz o próprio Apolônio, esse grupo de oposição a linha política do partido também apresentava uma série de limitações.

E aí entra o problema da debilidade cultural, da debilidade teórica, a debilidade de todos nós. Eu não digo eu, era um quadro médio que emergia pra condição que eu ia ter pouco depois, de um quadro nacional. Eu seria um elemento destacado, nacionalmente, logo depois de 64. Mas eu era um quadro médio, nesse quadro geral. Eu emergi, assim, de um quadro médio. Mas eu tinha muito pouca cultura marxista. O Mário tinha muito pouca cultura marxista. Apesar de um bom conhecedor dos problemas de economia. Gorender tinha muito pouca cultura marxista, apesar de um grande conhecedor de filosofia, em geral... Marighella tinha muito pouco. Menos do que nós. E nós não tínhamos, portanto, nem a visão da teoria, nem cultura teórica e base de elaboração teórica: porque não tínhamos

²³⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 72.

²³⁵ Idem, p. 82-83.

também, o mínimo de conhecimento mais concreto da realidade. Então, essas coisas pesaram muito sobre nós. Nós não tínhamos alternativas²³⁶.

A partir de 1965, os conflitos internos agravaram-se constantemente. Mas como o comitê central tinha a experiência do ocorrido com os divergentes que formaram o PC do B, em vez de enfrentar os opositores, temendo causar novas divergências, preferiu dispersá-los por diversos estados: Marighella para São Paulo, Mário Alves ao sair da prisão foi afastado da executiva e deslocado para Minas Gerais, Jover Telles para a Guanabara, Apolônio de Carvalho para o Estado do Rio de Janeiro²³⁷ e Jacob Gorender desde o final de 1964, já havia sido designado a atuar no Rio Grande do Sul²³⁸.

Atitude confirmada por Jarbas Amorim, que foi expulso do PCB em 1966 por discordar da linha política vigente.

O fato que teve grande peso para a formação da Corrente foi o deslocamento de militantes dissidentes do PCB para outros estados: Carlos Marighella foi para São Paulo, Mário Alves foi para Minas Gerais, Apolônio de Carvalho foi para o Estado do Rio de Janeiro. os militantes mencionados, todos do comitê central do PCB, iniciaram contatos imediatamente, com dissidentes dos organismos inferiores do PCB, naqueles estados²³⁹.

Em março de 1965, o comitê estadual gaúcho aprovou uma resolução política que desafiava a linha oficial do PCB. Colocava em primeiro plano o caminho da luta armada, porém dentro de uma concepção distinta de iniciativas puramente militares. “Os comunistas entendem que a luta armada revolucionária deve estar vinculada a todas as formas de luta de massas e chegar a assumir caráter de massas”²⁴⁰.

Segundo Apolônio, havia alguns itens que deveriam ser alterados.

A primeira questão seria a reavaliação da linha política. Em segundo lugar, seria o problema de criar condições para deter o alcance de uma repressão violentíssima que já se fazia aqui no Brasil. Aqui no Rio era particularmente viva essa repressão... Então, nós tínhamos em seguida, do ponto de vista federal, a cassação

²³⁶ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 23 de julho de 1986. Gravação nº 21, p. 5.

²³⁷ Em anexo, o organograma estruturado em 1966, pelo PCB no Estado do Rio de Janeiro.

²³⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 89.

²³⁹ Conforme interrogatório nº 77/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974 de 08:30-12:00., p. 3.

²⁴⁰ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 88.

dos direitos políticos de todos os participantes dos movimentos de esquerda, do movimento nacionalista, do movimento democrático mais conhecidos, mais engajados. Então é necessário limitar o alcance dessa repressão e, portanto preservar forças. E dentro desse quadro, mais do que nunca, a preservação do partido e o crescimento do partido. Essas 3 preocupações se refletem no primeiro documento que essa comissão executiva reduzida traz ao partido²⁴¹.

Apolônio, que residia no Jardim Botânico, após o golpe, passou a morar provisoriamente numa casa de um casal de militantes, em São Gonçalo. Depois de um tempo, ele conseguiu um local fixo para morar, no centro de Niterói, sendo considerado um apartamento apropriado devido ao fácil acesso.

O partido, em Niterói é muito bem estruturado, organizado. Eu tenho uma ligação muito estreita com os companheiros de direção... Nós fazemos, em pouco tempo, a reconstituição dos organismos municipais de Niterói, dos municípios de São Gonçalo e de outras cidade: Friburgo, Petrópolis, Caxias, Nova Iguaçu; vamos para a área dos lagos, vamos para Campos, Macaé. Estabelecemos, em pouco tempo, no correr de um ano, nós tínhamos, novamente, um partido estabelecido, de 1600 filiados. No Estado do Rio. Sem a Guanabara. A Guanabara era um Estado à parte. E um partido muito combativo, muito disposto²⁴².

Nesse “aparelho” em que o Apolônio morava ocorriam os encontros e reuniões dos militantes que se opunham à linha pacífica do PCB. Foi nesse local que a Corrente Revolucionária se desenvolveu. “Dentro desse apartamento. Da Corrente: Ali vinha Mário Alves, vinha Gorender, vinha Câmara Ferreira. De vez em quando, vinha um companheiro de Brasília... A partir de um momento, o Marighella não aparecia mais”²⁴³.

Apolônio explica o fundamento do nome “Corrente Revolucionária”.

A Corrente Revolucionária. Eu penso que foi espontaneamente. Não quis chamar organização, porque já havia a Organização, não é isso? Então, era uma corrente. Era uma corrente mesmo. Era uma frente, né? Mas no interior do partido. Era uma maneira, também, de torná-la menos agressiva; no quadro, praticamente, de uma imagem muito ampla de que podia se chamar uma tendência contraditória no interior do partido. Era uma corrente. E a situação era tão claramente delimitada; num momento de crise, que a própria maioria do comitê central aceitava a corrente. Tanto que nós fomos para o congresso com duas teses: A tese de maioria do comitê central e a tese da “Corrente Revolucionária”²⁴⁴.

²⁴¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 73.

²⁴² Idem, p. 81.

²⁴³ Idem, p. 100-101.

²⁴⁴ Idem, p. 124.

Em maio de 1965, ocorreu em São Paulo a primeira reunião do comitê central que discutiu o golpe militar e o caminho que o partido deveria seguir. Depois de um ano e um mês, este foi o primeiro encontro formal do comitê central. Segundo Apolônio, que não esteve presente, mas soube em detalhes por Miguel Batista e outros:

Foi uma reunião bastante quente. Mas a direção nacional, por muito forte maioria – e durante todo esse período, a maioria era tão marcadamente flagrante. Basta lembrar os números, para que vocês não tenham dúvida nenhuma. Dos 31 membros do comitê central, 25 formavam a maioria, e 6, a minoria. Então por essa maioria esmagadora, o comitê central ratifica a orientação anterior. E joga sobre as forças consideradas esquerdistas, esquerdizantes, aventureiras, a responsabilidade pelo próprio golpe²⁴⁵.

Jacob Gorender confirmou este fato, dizendo que a ala majoritária apoiada por Prestes e Giocondo Dias, com a intenção de salvar os argumentos do V Congresso, alegava que o erro fora gerado por “desvio de esquerda”. E os responsáveis por esse suposto desvio, para eles, foi a comissão de educação do partido: Mário Alves (que estava preso), Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender e a comissão sindical (Jover Telles). No entendimento da maioria da direção, o problema não foi a linha política, mas a “aplicação” da mesma²⁴⁶.

O esquema de discussão refletia a visão de Mário Alves, Carlos Mariguella, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho, cujos pontos de vista eram majoritários na comissão executiva desde, pelo menos, 1963. O esquema foi rejeitado pela maioria do comitê central²⁴⁷.

Em resposta a reunião de maio de 65, os opositores às diretivas tomadas, intensificaram a articulação de forças regionais do partido. Isso é um dos elementos novos da crise interna do partido. Foram direções regionais inteiras, compactas: São Paulo, Estado do Rio, Espírito Santo, Guanabara, até Brasília, que assumiram uma posição que pressionava a direção nacional. E a partir do fim de 65, a direção identificou a Corrente, quando um bom número de organizações regionais já pedia um novo congresso²⁴⁸.

²⁴⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 85.

²⁴⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 88-89.

²⁴⁷ Idem, p. 237.

²⁴⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 98-99.

Segundo Jarbas Amorim, ex-integrante do PCBR, em depoimento, a Corrente Revolucionária Nacional divergia do PCB nos seguintes pontos:

- a) a posição reformista da direção do PCB, com aplicação deformada da linha política;
- b) avaliação da direção do PCB, como órgão diretivo, no processo dos choques no seio das esquerdas, anteriormente a 1964;
- c) que a linha política do PCB era débil, sendo tal fato agravado pela inconseqüente debilidade de atuação da direção;
- d) vacilação em tomar decisões da parte da direção do PCB; que o PCB deveria ter aproveitado a força política de Leonel Brizola e o apoio dos marinheiros para agir. Que, no entanto, o PCB ficou estático, permitindo assim que as forças do Partido se declinassem no seio das massas²⁴⁹.

Até a realização da reunião de maio de 65, a Corrente não buscava se separar do PCB. “Nós estávamos muito identificados com a necessidade do partido. Nós queríamos ganhar o partido. Ganhá-lo, mas não rachar, não. Nós não pensávamos em outro partido... Mas não era uma posição unânime da Corrente”²⁵⁰.

Nós tínhamos muita proximidade de pensamento, Mário, o Gorender, toda a secretaria de Educação anterior. Agora, nesse momento, nós temos muita visão da necessidade da reavaliação, da contenção da área e dos limites da repressão sobre nossas fileiras de quadros. Sobretudo, no meio social, sindical, etc, e a necessidade de preservar o partido, fazer crescer o partido, para unir forças e encaminhar a resistência. Naturalmente, a reavaliação da linha era a discussão do sistema de alianças, o programa e dos caminhos a seguir. É aí que se desenha, mais nitidamente, o seguinte: para reavaliar o caminho, para fazer esse debate, nós contamos, primeiro, com a preservação do partido – Até esse momento ninguém pensa em deixar o partido, em modificar o partido – modificar a linha política, isso sim.²⁵¹

Na troca de acusações sobre de quem foi o erro do golpe, os dirigentes da Corrente, alegavam que foi do comitê central, que foi pacífico quando do levante militar de abril de 64. Por outro lado, o setor de educação do partido estava sendo acusado de ser muito radical, gerando falta de unidade no partido.

²⁴⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 3.

²⁵⁰ Idem, p. 104.

²⁵¹ Idem, p. 84.

A reunião de maio de 65 foi considerada como o “grande divisor de águas”, gerando dois grupos fortes dentro do PCB. Em seu surgimento, a Corrente tinha como projeto “agrupar todos aqueles que diziam que o erro era de direita”²⁵².

Então, nós temos a seguinte tarefa: para modificar a linha, era necessário modificar a direção. Para modificar a direção era necessário um congresso. Então, o VI Congresso pôe-se na ordem do dia, com urgência, pra nós. Daí, nós que já tínhamos o partido reestruturado, já tínhamos contato com São Paulo, com o Espírito Santo, com a Guanabara – através da figura do Jover Telles, ao lado de Armando Frutuoso e outros, e que procurávamos contato com Brasília e outras áreas, nós estabelecemos uma reivindicação ampla, não apenas de uma faixa regional, mas de várias regionais, no sentido de um congresso. E essa convergência de pressões, no sentido de um congresso, fez em que o comitê central, mesmo com a maioria que sentia naturalmente que podia ser aliado, mas compreendia que na situação nova era necessário confrontar as forças, aceita que nós tenhamos a preparação do congresso. Isso faz com que, no princípio de 66, fim de 65, nós tenhamos já um esforço muito grande de reunião, em vários níveis, de coletivo partidário, para o debate dos problemas do partido, dos problemas do país e das soluções. E é nesse momento que um conjunto de forças que fazemos pressão por esse congresso, nós também estabelecemos as bases de uma unidade de ação dos companheiros dessas áreas que querem um congresso para debater as questões pendentes. E aí que surge a Corrente Revolucionária²⁵³.

Apolônio fala do encontro de Mário com Marighella e dá em números o que significava para o PCB um novo rompimento.

Fim de 65. A corrente revolucionária. Eu me lembro muito bem de ter visto o Mario, uma tarde, (isso já depois de ter sido posto em liberdade, deve ter sido princípio do segundo semestre de 65), de ter visto e ouvido o Mario me contar. O Mário tinha um local, uma família amiga no Méier, e ele me contava que tinha ido pela Diaz da Cruz, para fazer uma pequena compra. E, de longe, tinha visto alguém que, pelo andar, parecia muito ser o Marighella, que também nesse momento, tinha saído da prisão. Bom. Então, eles apressaram o passo, embreara, assim, com a pessoa visada, e na realidade dissera duas palavras, o Marighella ai virou. Ali, foi aquela alegria recíproca, e tudo mais. Então, isso já representava um caminho melhor para estabelecer bases de coordenação de ação. Marighella iria trabalhar em São Paulo, em seguida. Então, nós passamos a estabelecer bases de contato também em São Paulo, Minas, Guanabara. São Paulo era já um setor poderoso dentro do partido. São Paulo era o mais numeroso setor regional do partido: 3 mil filiados. O partido tinha uns 12 mil filiados. Pelo menos esse era o número de filiados que participaria do conjunto de assembleias gerais de base; de conferências municipais e regionais, que precederiam o VI Congresso. Então, Minas tinha 1 mil, Guanabara tinha 2 mil. O Estado do Rio estava com 1600, procurando crescer. Então nós

²⁵² Conforme entrevista de René de Carvalho em 05 de novembro de 2008, p. 3.

²⁵³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 87.

éramos um contingente bastante alto, dentro do partido: porque só nós já fazíamos praticamente a metade do Partido. Já passávamos da metade. Tínhamos contato com o Paraná, com o Rio Grande do Sul. Então, nós tínhamos uma base bastante importante de articulação²⁵⁴.

O movimento universitário se dividiu: uma parte formou as Dissidências e uma outra ingressou na Corrente Revolucionária. A Dissidência da Guanabara, após a realização de pequenas expropriações, tornaram-se o MR-8.

A “corrente revolucionária” que abrangia a grande massa dos universitários, no Estado do Rio. Mas, o movimento universitário do Estado do Rio se divide, entre os que querem a luta armada em seguida, já muito influenciado pela visão que tem o pessoal de São Paulo, sobretudo pelo livro do Régis Debray. Falavam muito, nesse momento, em Régis Debray e em Caio Prado Junior; era, os grande ideólogos nesse momento. E a outra faixa, que faria a luta de massas nas universidades. Mas eles nos deixam, nos abandonam nesse momento. Apesar das relações muito estreitas conosco. Mas eles dizem: “Nós respeitamos muito o partido, aqui no estado do Rio, porque achamos que o partido está se consolidando, se recuperando, e quer fazer resistência. Mas não temos certeza de que chegará à luta armada. Nós queremos a luta armada”. E foi nessa base que eles nos deixaram, e formaram o primeiro núcleo que se chamaria o MR-8, inicial²⁵⁵.

Em abril de 1966, o PCB realizou uma conferência estadual em Campinas. O secretário geral do partido, Luis Carlos Prestes, estava presente, o que não impediu a derrota das opiniões do comitê central. Na votação:

33 dos 37 delegados presentes rejeitaram as Teses do comitê central e aprovaram o informe contrário apresentado por Mariguella. A conferência reafirmou a decisão de lutar pela unidade do partido, condenou atividades fracionistas e adotou resoluções especiais sobre o trabalho sindical e nas empresas industriais e sobre a atividade entre os camponeses, destacando a prioridade da aliança operário-camponesa em face da aliança com a burguesia nacional²⁵⁶.

Devido à reação que teve quando foi preso, Mariguella participou da reunião bem prestigiado. Mas, apesar disso, evitou confronto com a maioria, pois tinha a intenção de conservar o posto na comissão executiva, na qual foi confirmado. Pensava utilizar o posto a

²⁵⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 87-88.

²⁵⁵ Idem, p. 88-89.

²⁵⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 90.

fim de ganhar outras posições partidárias. Em meados de 1966, conseguiu ser eleito como primeiro-secretário do comitê estadual de São Paulo.

Em julho de 1966, a *Voz Operária*, órgão central clandestino, publicou as teses para discussão no VI Congresso. A oposição à direção central se fortaleceu, principalmente na Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Nordeste.

Durante o ano de 1967, as posições existentes dentro do novo comitê começaram a se cristalizar, embora mudanças e trocas de visões ainda fossem mais ou menos comuns. Certeza mesmo, consenso mesmo, só existia na divergência com o partido. Consenso na interpretação da crise de 64, na caracterização de seu reboquismo em relação à burguesia, na identificação de sua política conciliatória e das teses de transição pacífica para o socialismo, teses essas formuladas no XX Congresso do PCUS. No plano estratégico, considerava-se caduca a linha do PCB definido a revolução brasileira como antiimperialista, antifeudal e democrática, propugnando por um governo nacional e democrático²⁵⁷.

A oposição era majoritária no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio, onde Apolônio e Miguel Batista tinham os postos de comando. Na Guanabara, numerosas bases se posicionavam contra o comitê central. A reviravolta mais significativa se verificou em São Paulo, com a liderança de Marighella no comitê estadual. Gorender comenta o interesse que tinha em continuar no PCB, porém já formava grupos internos de oposição às idéias do comitê central:

Até setembro de 1967, ainda compareci a seis reuniões do comitê central. Nelas e em conversas laterais em São Paulo e no Rio, nossas posições se esclareceram. Marighella, Mário Alves – afastado da comissão executiva e deslocado para Minas, após passar um ano na prisão – Jover Telles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos e eu estávamos dispostos a levar a oposição até o rompimento. Decidimos permanecer no PCB e travar a luta interna, sem ilusão em triunfo. Nacionalmente, a oposição interna do comitê central recebeu o nome de Corrente Revolucionária ou simplesmente Corrente²⁵⁸.

A ida de brasileiros para Cuba era vista como uma necessidade para o desenvolvimento guerrilheiro dos militantes. Uma vez em Cuba, os guerrilheiros passavam por dois cursos. O primeiro, mais teórico, dava-se numa base militar na província de Pinar

²⁵⁷ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 203.

²⁵⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 89.

Del Rio. O segundo durava oito meses e era uma espécie de especialização. “Havana mostrava-se apressada em abrir focos guerrilheiros no Brasil”²⁵⁹.

De 31 de julho a 10 de agosto de 1967, realizou-se em Havana a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Sem a autorização da direção do PCB, Marighella foi a Cuba participar do evento e através de suas declarações à imprensa e ao rádio sua presença se tornou pública. Ainda em 1967, viajou para Cuba a primeira turma de adeptos marighellista que ali fez treinamento de luta armada. Em 1968 e 1969, seguiram mais duas turmas.

Reunidos às pressas os membros presentes em São Pulo, o comitê central condenou, por maioria, a indisciplina dessa viagem não autorizada, excluiu Marighella do órgão dirigente e endereçou críticas lamuriantes ao Partido Comunista de Cuba... Fato este explicado pela contrariedade do PCB ao foquismo e como a OLAS, propagava a guerra de guerrilhas a partir das posições de Régis Debray e Chê Guevara. Na reunião do partido em setembro de 1967, o comitê central aprovou uma Resolução que expulsou Marighella e Jover Telles do partido e aplicou punições disciplinares a outros divergentes da direção²⁶⁰.

Um grupo de militantes manifestou-se contrário às posições do PCB diante da ditadura militar e da expulsão de Marighella e Jover Telles. Essa divergência gerou uma série de debates sobre a possibilidade de saída do partido. A frente dessas posições estavam a Dissidência e a Corrente Revolucionária, e entre os membros do comitê central estavam: Jover Telles; Jacob Gorender; Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos. Estes não chegaram a participar do VI Congresso do partido, por uma série de manobras da direção.

Até então ninguém falava em sair do PCB, à exceção, talvez, do próprio Marighella, que já não acreditava nessa forma de organização política. Sua participação na OLAS numa atitude de claro desafio à direção nacional, que decidira não enviar nenhum representante ao conclave, e a subsequente expulsão, precipitam e radicalizam a crise. A partir daí, tornar-se impossível resolver as divergências no interior do mesmo organismo²⁶¹.

²⁵⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 202-243.

²⁶⁰ Idem, p. 91-92.

²⁶¹ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo: Hucitec: 1982, p. 242.

As cisões no PCB e o VI congresso

A discordância interna no partido, gerou a formação de um grupo favorável à dissidência do PCB durante o segundo semestre de 1967, com a conseqüente formação de outro partido. Segundo Jarbas Amorim eram:

- a) do comitê metalúrgico do PCB: Jarbas Amorim; Ulisses Lopes; Manoel Jacinto Correia e Aurélio Rosa;
- b) do comitê central do PCB: Carlos Marighella, que era membro da executiva; Manoel Jover Telles, membro do secretariado; Mario Alves, membro da executiva; Jacob Gorender, membro efetivo; Miguel Batista, membro efetivo; Apolônio de Carvalho, membro suplente; Nicolau Tolentino, membro efetivo; Horácio Valadares, membro efetivo;
- c) do comitê do Estado do Rio de Janeiro: Getúlio de Oliveira Cabral; Osmundo Bezerra Duarte²⁶².

No decorrer do ano foram realizadas conferências regionais para discutir as possibilidades existentes. Mas com as dissidências, ocorria uma desestabilização nas reuniões estaduais, como apresenta Jarbas, em depoimento.

(Jarbas) cita como prova flagrante de desorganização do PCB, o Estado de Minas Gerais, que em 1967, existiam duas direções do comitê estadual do partido, discordando do organograma do partido; que cada uma destas direções, independentes, julgava-se a autêntica²⁶³.

Já, no Estado do Rio de Janeiro, a conferencia realizada em meados de 1967 foi unânime as teses da Corrente.

Em 21 delegados, um por município, nós temos 20 a favor das teses da Corrente Revolucionária, zero para as teses da maioria do comitê central e uma abstenção. Para se ter uma idéia de quanto o problema era claro para o conjunto de coletivo partidário. Acontece o seguinte. No conjunto das conferencias regionais nós temos, um partido que devia estar em torno de 12 mil filiados, participantes nos vários níveis, assembléias gerais, conferências municipais e regionais, nós tínhamos mais de 6 mil. Mais da metade. No entanto, pelas normas de preparação do congresso, nós seríamos não mais que 1/3 dos integrantes, dos votos do congresso. Porque aí entra a questão da manipulação das Normas. As grandes concentrações eram, obrigadas a fornecer um delegado por 500 filiados. Já estamos com muito pouca concentração de militantes, e teriam sempre direito a um delegado²⁶⁴.

²⁶² Conforme interrogatório nº 77/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974 de 08:30-12:00, p. 2.

²⁶³ Idem, p. 3.

²⁶⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 108.

Com esse resultado, os militantes do Estado do Rio pressionaram a direção reivindicando o rompimento com o PCB.

Houve certas pressões, certos assuntos que, a um momento dado, tornaram inevitável a ruptura antes do Congresso. Nós, do estado do Rio, fizemos a ruptura em 24 de setembro de 1967. E fizemos dentro da visão muito definida, muito respeitosa de que é um partido. Não fizemos nenhuma expulsão da direção, nenhum alijamento das nossas forças da organização, com gritos ou impróprios. Ao contrário. Fizemos uma conferência regional, no Estado do Rio. Dentro de todos os critérios e princípios. Definimos, por unanimidade, a necessidade de se deixar o partido. Era criar outro partido, em seguida. Nós sentíamos a necessidade de um partido. Deixar esse partido, já que não se tinha possibilidade de se modificar a linha política, já que não tínhamos possibilidade de chegar, com forças suficientes, ao congresso, ou mesmo, de chegar ao congresso. Então, definimos a ruptura e as razões da ruptura. E, de acordo com o que seja a ética, no funcionamento normal, e nas relações normais de uma organização regional para com a direção central, nós fizemos bater essa resolução em três vias, e eu fui levar, em três vias, para o assistente... Estado do Rio foi o único organismo regional que fez uma ruptura formal com a direção²⁶⁵.

A 1º de outubro de 1967, uma semana depois da ruptura do Estado do Rio com o comitê central, ocorreu um encontro nacional da corrente revolucionária, numa casa do comitê estadual-RJ do PCB, em Niterói no Bairro do Paraíso. Ao contrário do que se buscava, esta reunião aprofundou divergências dentro da própria Corrente Revolucionária e como fruto desta reunião houve certa divergência sobre o caráter da revolução (aliança de classe, concepção militar, papel do partido, etc). Esse fato gerou uma divisão na Corrente: um grupo que buscava a luta armada sem a existência de um partido e um grupo que considerava indispensável a existência de um partido.

Desta reunião saiu o núcleo de fundadores do PCBR. Mas também saíram quadros de destaque para o PC do B, a ALN e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Se todos os presentes tivessem chegado a uma conclusão unitária sobre o rumo da reorganização, contaríamos com bom começo para estruturar um partido importante pela força de sua militância. Sucedeu o contrário. Prevaleceu a fragmentação, a dispersão em direções diferentes²⁶⁶.

²⁶⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 110.

²⁶⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 101-102.

Segundo Jarbas Amorim, em interrogatório, os militantes que compareceram a essa reunião foram:

Do estado do Rio de Janeiro: Jarbas Amorim, Jader Cunha Neves; Nicolau Tolentino; Getúlio de Oliveira Cabral; Osmundo Bezerra Duarte; Apolônio de Carvalho; Miguel Batista.

Da Guanabara: Jover Teles; Helena Boaventura Neto, Geraldo Soares Silva, Salatiel Rolim; Armando Teixeira Frutuoso; Jacob Gorender, Mario Alves.

De São Paulo: Joaquim Câmara Ferreira e um outro militante, ambos estavam representando Carlos Marighella.

Dois militantes do Rio Grande do Sul, dois de Minas Gerais, um militante de Pernambuco e um militante de Brasília e um do Espírito Santo, “Nilo”²⁶⁷.

Na reunião, os representantes de Minas Gerais ficaram contra a criação de um novo partido. Já os representantes de Pernambuco, Rio de Janeiro e Guanabara foram favoráveis, e os representantes de São Paulo ficaram em posição neutra. Apolônio, que era o dirigente do PCB no Estado do Rio, mostra qual era a posição do Estado, frente a discussão interna do partido.

Eu chego a essa reunião em uma situação muito inferiorizada. Não que o estado do Rio chegue inferiorizado. Isso não. Mas eu chego pessoalmente, Miguel Batista e eu chegamos bastante inferiorizados. Porque, entre a conferência de ruptura e esse encontro nacional, digamos assim, há uma conferência regional do Estado do Rio, pra definir os caminhos, e tudo o mais que nós levaríamos a esse encontro, há uma onda muito forte pelo recurso imediato à luta armada. E, praticamente eu fico isolado. Sou contra o recurso imediato à luta armada²⁶⁸.

Segundo Geraldo Seixas Patrício, que era do sindicato dos metalúrgicos e ingressou na Corrente com rompimento com PCB, em depoimento no DOI-CODI, as diretrizes básicas seguidas pela Corrente Revolucionária eram:

- 1º formação de Bases de Operários Comunistas nas fábricas, ao invés de nos sindicatos, onde havia a possibilidade de intervenção governamental.
- 2º esclarecimento político do povo e preparação eficaz para a Luta Armada;
- 3º não eleger deputados em hipótese alguma;
- 4º era de acordo com a linha militarista
- 5º conscientização de massas voltadas para a doutrina da Revolução Armada;

²⁶⁷ Conforme interrogatório nº 77/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974 de 08:30-12:00, p. 5.

²⁶⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 113-114.

6º linha política dentro da realidade nacional, sem sofrer pressões comunistas da China e da Rússia²⁶⁹.

Apolônio faz uma comparação entre esse racha no PCB e o ocorrido em 1961, que gerou a criação do PCdoB. E prioriza mais uma vez a questão do partido.

O PC do Brasil, os companheiros que vão fazer a primeira ruptura, em 60, 61, 62, eles estão organizados num partido, defendem a idéia do partido. Agora, os companheiros da Corrente são companheiros que, sob a influência do Marighella, vão tender para a exclusão do partido, da idéia do partido, no encaminhamento da luta armada. Agora: não vão manifestar isso desde o início não. Tanto que nós, do Estado do Rio, vamos ter uma imensa surpresa, a 1º de outubro de 1967, quando, verdadeiramente, convocamos as demais regiões, as demais direções regionais que fazem a contestação da linha política, definida e defendida pela maioria do comitê central, para uma conferência nossa. Nós pensávamos em sair, dali, com o partido²⁷⁰.

A grande divisão que ocorreu na Corrente Revolucionária, após o rompimento com o PCB foi a questão da criação ou não de um novo partido político. A existência de um partido implicaria numa aceitação das normas estruturais partidárias e num trabalho conjunto de luta armada com luta de massa. Já sem a existência de um partido, também haveria uma hierarquização, mas os militantes estariam mais livres para decidir, priorizando a luta armada.

Na realidade, aí aparece a grande verdade da Corrente Revolucionária. Isso é, a divisão profunda da Corrente. Não nos elementos fundamentais da sua tática, sua estratégia, mas num elemento fundamental que é a direção do caminho armado. E da resistência a ditadura. Nós trazemos para esta reunião já uma mensagem, uma proposta de orientação política para o novo partido, elaborada nas discussões da Corrente – mas sobretudo estruturada – ao belo estilo Mário Alves, em Minas Gerais. É o documento que seria, no fundamental, a linha política do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, seis meses depois. Então, nós tínhamos discutido esse caminho, seria naturalmente a combinação da luta armada e da luta de massas; havia naturalmente elementos de coletivismo nessa linha, mas havia uma presença muito clara de presença do partido, da presença da luta armada, da presença do movimento de massas... Mas já não era possível criar um novo partido: por que São Paulo não queria um novo partido; Minas não queria; Rio Grande do sul não queria um novo partido. Brasília vacilava. Acabaria por aceitar, mas

²⁶⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23 p. 3.

²⁷⁰ Idem, p. 107.

vacilava. Praticamente, Estado do Rio, Guanabara, Espírito Santo formávamos um núcleo dos que queriam o desenvolvimento²⁷¹.

Essa divisão foi de imediato percebida como uma grande perda para a Corrente. Mas, mesmo entre os favoráveis ao partido político, já existia uma divisão entre os que queriam a luta armada imediata e os que preferiam montar primeiro uma estrutura para depois fazer uso da luta armada, como era o caso do Apolônio e do Miguel Batista.

Querem o partido que existia, reestruturado, restaurada, como comandante da luta armada; mas queriam a luta armada logo, imediatamente. Eu achava que não era possível. Miguel Batista concordava comigo. Daí, a situação criada. Então, nós sentimos que há uma divisão. Não se proclama, não se reconhece essa divisão. Seria verdadeiramente uma frustração muito grande para as bases. Todas as bases estão esperando a criação de um novo partido, o avanço para formas de luta, para uma contestação mais vigorosa. Nesse momento, mais do que nunca, se sente a necessidade de contestar. Está tudo fechado. Em 67, nós estamos numa fase de acirramento das contradições. É o fim do regime Castello Branco, uma época de muitas tensões... Então, dentro da constatação dessa divisão, se decide o seguinte: Nós vamos definir agora, uma direção provisória, de sete elementos, terá a direção de Marighella, mais seis elementos que seriam dois do Estado do Rio, dois da Guanabara, um de Minas e mais um de São Paulo... Da Guanabara eram o Jover Telles e o Armando Frutuoso. Do Estado do Rio era o Jader Cunha Neves... De Minas, era um jovem companheiro dirigente, não me lembro o nome dele, e mais um de São Paulo. Por que essa definição geográfica? Porque eram os estados mais próximos, o que permitia um funcionamento mais fácil da direção. Eu não entrava. O Estado do Rio não admitiria que eu estivesse. Absolutamente. E o Mário também não queria.²⁷²

O VI Congresso Nacional do PCB foi realizado em dezembro de 1967 e fez a Corrente buscar uma última chance de alterar a linha política do PCB, porém só consumou o processo de ruptura política e orgânica que vinha desde 1964.

Em comparação com o IV Congresso, realizado treze anos antes, o VI Congresso apresentava um insuficiente, mas substancial avanço na democracia interna do PCB. Pela primeira vez em sua história, o debate prévio havia sido liberalizado e permitido em publicações locais, isto é, sem controle o comitê central. Na verdade, sua realização e suas resoluções atestam que boa parte dos comunistas brasileiros, bem como a maioria de seus dirigentes nacionais, resistiram à enorme pressão externa e interna no sentido de aderir à radicalização em curso e se lançar no beco sem saída da luta armada. Nesse sentido, a linha política aprovada retomava as melhores tradições do PCB em condições particularmente difíceis, sob fogo

²⁷¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 114-115.

²⁷² Idem, p. 116.

cruzado da repressão e do esquerdismo. O grupo que procura cindir o partido – assegura a Resolução Política do VI Congresso – mudar sua linha e adotar orientação aventureira e esquerdista, não fez mais do que opor-se a esse avanço histórico de nosso partido e servir de instrumento das mesmas concepções atrasadas e estranhas ao marxismo, que tanto mal nos causaram no passado²⁷³.

Apesar de até esse momento só o estado do Rio ter rompido com o PCB, Mário Alves e Gorender, que ainda eram dirigentes do PCB, não conseguiram participar do VI Congresso.

Pelos jornais da grande imprensa, tivemos conhecimento da realização do Congresso e da resolução que expulsava Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista dos Santos e Apolônio de Carvalho. A resolução foi oficialmente publicada no nº 35 da Voz Operária, de janeiro de 1968... Prestes diz que não nos deixaram tomar parte no VI Congresso porque havíamos fundado outro partido – o PCBR. Confusão maliciosa, uma vez que a fundação do PCBR não se deu antes, mas depois do VI Congresso²⁷⁴.

Álvaro Caldas confirma a expulsão anterior ao VI Congresso dos membros da corrente e também a importância do meio universitário, principalmente a do Rio de Janeiro na expansão do novo partido.

Antes mesmo da Conferência são expulsos os adeptos da Corrente Revolucionária – que se transformaria em seguida no PCBR – cujas bases, situadas majoritariamente nas Faculdades de Filosofia e Economia, haviam decidido seguir seu caminho, qualquer que fosse o resultado da Conferência. Ficaram dois grupos, os denominados “massista” e “foquista”, sendo que este último desligou-se logo depois, no começo de 68²⁷⁵.

Mesmo a maioria dos integrantes do PCB ter se posicionado claramente contra o uso de armas para realizar atentados, a parte que buscava uma atuação armada era formada por uma quantidade significativa de dirigentes. Devido a isso, a ruptura desses integrantes causou uma grande perda para o comitê central.

²⁷³ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974.** São Paulo: Hucitec, 1982, p. 243.

²⁷⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada.** São Paulo: Ática, 1987, p. 92.

²⁷⁵ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 204.

O partido saía da luta armada sangrando, tinha perdido muitos militantes que foram engrossar os grupos de ultra-esquerda e tinha muita dificuldade de fazer passar a sua linha num clima político onde pesava mais a emoção que a razão. De qualquer forma, a Resolução Política do VI Congresso acabou sendo uma peça unitária, e permitiu ao partido reconstruir as suas forças, tomar consciência de suas debilidades e se armar para voltar a exercer uma influência efetiva nas massas trabalhadoras e na vida política nacional²⁷⁶.

Na maioria dos Estados surgiram as dissidências ou correntes, que ganhavam vida própria, seguiam orientação política independente e recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o partido.

Quando o partido formaliza o processo de expulsão, a Dissidência não era mais um bloco homogêneo. Os grupos começavam a se diferenciar e pelo menos duas posições haviam se cristalizado em seu interior: uma pró-Corrente Revolucionária, a cisão aberta no corpo e na direção da organização, comandada por Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, que propugnava por levar a luta interna até o VI Congresso, e de outro lado os que consideravam conciliadora e insustentável essa posição, defendendo o rompimento de todos os laços orgânicos. Começava também a se fortalecer e a ganhar novos adeptos, correndo por fora, a posição dos que defendiam o ingresso no PC do B. POLOP e AP foram outras alternativas, mas não chegaram a ter expressão²⁷⁷.

As divergências ideológicas e táticas, a falta de entendimento no VI Congresso, a pressão militar, a expulsão do Marighella, entre outros motivos, levaram dezenas de integrantes e dirigentes a abandonar o PCB, partindo para a criação de grupos independentes. Diz a pesquisadora Maria Helena Starling:

O Partido Comunista Brasileiro defendia um caminho pacífico para o socialismo. Explícito a este respeito, seu programa rejeitava a luta armada. Esta posição levou a grandes divisões no partido. Uma delas ocorreu em 1962, dando origem à criação do PC do B, que sustentava a necessidade da luta armada. Outra grande divisão verificou-se quando Carlos Mariguella, membro do comitê executivo do PCB, rompeu publicamente com o partido em 1967, pregando a guerra de guerrilha urbana como estratégia revolucionária central²⁷⁸.

²⁷⁶ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo. Hucitec, 1982, p. 246.

²⁷⁷ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 202.

²⁷⁸ STARLING, Heloisa Maria Muregel. **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 142.

Na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no país, opunha-se à idéia de luta armada e sustentava a idéia de transição pacífica ao socialismo e a busca de alianças políticas internas para combater o regime, a partir de um acúmulo de forças a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido foi se formando gradativamente.

O jornalista Elio Gaspari apresenta por uma outra ótica a formação de grupos clandestinos.

Desde de abril de 1964, a luta armada transformara-se numa alternativa de sobrevivência para centenas de profissionais. O governo Castelo Branco expurgara 738 suboficiais, sargentos e cabos da Forças Armadas. Deles, 347 foram condenados à prisão pelas auditorias militares²⁷⁹.

No ano de 1968, o PCB apoiou e participou da formação da Frente Ampla, organismo que juntava variadas forças e personalidades políticas, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. No terreno sindical, os comunistas investiram na luta contra o arrocho salarial e contribuíram para a formação de uma entidade intersindical. Estes procuraram ainda contatos com a hierarquia da Igreja Católica, que começava a se distanciar do regime e se posicionar em defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas.

Chega 1968, ano da passeata do Cem Mil, da histórica caminhada pela avenida Rio Branco. Pouco antes já tínhamos feito nossas opções política, pessoais ou em grupos, desfazendo o bloco pioneiro da Dissidência Estudantil do PCB. Com uma parte dos expulsos, passo a integrar a Corrente Revolucionária liderada por Mário Alves, que se transformaria no PCBR. Uma outra parte vai para o PC do B. O grupo majoritário da Conferência continua com o nome de Dissidência, agora inclinando também a se transformar em partido, preconizando uma política de luta de massas contra a ditadura e formação de frentes táticas com os demais grupos de esquerda. Mais tarde assumirão o nome de MR-8, e adotando posições ultra-esquerdistas acompanhando as demais organizações de luta armada no processo de guerra revolucionária. Os “foquistas” criaram a DDD (Dissidência da Dissidência) e se aproximam das Dissidências do antigo Estado do Rio e de São Paulo²⁸⁰.

O movimento da esquerda em busca da luta armada imediata foi muito influenciado pelas teorias “foquistas” de Debráy. Na verdade, a geração de 68 teve com a linguagem escrita uma cumplicidade que a televisão não permitiria depois. O boom editorial do ano

²⁷⁹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Schwarcz, 2002, p. 180.

²⁸⁰ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 205.

comprovava isso. Nas listas de *best sellers* estão nomes como Marx, Mao, Guevara, Débray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mailer e Marcuse. Uma das manias do ano era a leitura dinâmica. Dentre as personagens intelectuais da época destaque para Alceu Amoroso Lima, Ferreira Gullar, Paulo Francis, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Néelson Coutinho, Leandro Konder e Nelson Werneck Sodré²⁸¹.

Agora, pensando numa luta armada sem o partido, na realidade, uma parte da Corrente está pensando em sair. Essa parte da Corrente está centrada na figura do Marighella, em Câmara Ferreira e dos companheiros de direção de São Paulo. Inclusive uma parte muito importante, na DI de São Paulo... Mas acontece o seguinte: Em fevereiro de 68, quando surge o Argumento Revolucionário, em São Paulo, ele surge conclamando a formação de grupos de luta armada, sem o Partido. É esta a Ação Libertadora Nacional. Fevereiro de 68. Sem visão do partido, mas tipicamente, na base da luta armada²⁸².

Devido a falta de união no momento da cisão do PCB, os militantes criaram diversas organizações que, sob diferentes ideologias, estratégias e condições de luta, adotaram formas distintas de combater o governo militar. Surgiram siglas como PCR; POC; VAR; MAR; REDE; etc

Não havia, consenso nas propostas entre os divergentes, o que explica a diversidade de caminhos que eles tomaram. Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira organizaram a Ação Libertadora Nacional (ALN), que arrasta cerca de 10.000 militantes em todo o país e leva às últimas conseqüências sua opção pela luta armada. Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho formam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Jover Telles inicialmente vincula-se a eles, mas transfere-se em seguida para o Partido Comunista do Brasil (PC do B)²⁸³.

Mas houve principalmente a tentativa de uma linha tentar convencer a outra. E devido ao carisma e a liderança que Marighella possuía, ele foi o grande responsável pela imensa adesão de militantes a Ação Libertadora Nacional.

No que se refere a Marighella, era mais sério, dizia eu; porque ele tinha um xodó muito grande pelo Rio de Janeiro. E uma confiança muito grande na influência que

²⁸¹ VENTURA, Zuenir. 1968. O ano que não terminou. São Paulo. Círculo do Livro, 1988, p. 55-56.

²⁸² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 105-106.

²⁸³ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974.** São Paulo: Hucitec, 1982, p. 242.

podia despertar em alguns elementos. Marighella era, verdadeiramente, uma liderança muito alta, no partido. E a bandeira de Marighella era muito radical, pra certas áreas com vocação radicalizante. Marighella não queria o partido, queria tudo concentrado no domínio da luta armada, a luta de massa era desejável, mas se era admirável no sentido de contribuir para a luta armada... Marighella ia conversar conosco repetidamente. Vinha a Niterói, vinha a Teresópolis, onde nós tínhamos casas de amigos, muito bem guardadas, seguras e havia discussões de uma noite, um dia inteiro. Até que se convenceu que, verdadeiramente, no quadro do Estado do Rio, onde ele desfrutava de uma simpatia imensa, o problema da luta armada estava bem definida. Inclusive, com características que se aproximariam muito das concepções dele, bastante radicalizantes, militaristas, afastadas do movimento de massas e sem partido. Mas para nós, o partido era algo de que ninguém queria afastar-se. Ninguém renunciaria ao problema de uma luta armada dirigida pelo partido. Aí foi o grande choque, a grande divergência, o tema central dos nossos debates, que com ele Marighella foi mais numerosos do que no quadro coletivo, quando ele não vinha, mas vinha Câmara Ferreira. No meu apartamento lá em Niterói é que nós fazíamos essas reuniões. Com a presença do Mário Alves, do Gorender, do Câmara Ferreira, Jover Telles, dos companheiros do Espírito Santo. Então, nesse período de outubro de 67 a março de 68, vai ser um período de articulações a preparação do segundo encontro.²⁸⁴

Nesse momento em que cada linha buscava a adesão da outra, segundo Apolônio, o Mário quase aderiu a opinião de Marighella de buscar a luta armada imediata. Já Apolônio sempre considerou prioritárias a existência e estruturação do partido e posteriormente a aplicação da luta armada.

O Marighella era uma figura que influenciava muito, Minas, por exemplo, tenderia para esta posição do Marighella. Mesmo antes da saída efetiva do Mário Alves. A um momento dado, Mário Alves flutua entre os dois caminhos. Sem o partido ou com o partido? Mas ele se firma com o partido. O Estado do Rio e Guanabara, em certa medida Brasília – mas, sobretudo, o Estado do Rio e Guanabara, e Espírito Santo, e uma parte do Paraná – somos os baluartes da idéia de partido... Todo tempo (continuo defendendo a idéia do partido). Até à divisão da nova esquerda. Isso é uma das características nossa. O Estado do Rio iria mostrar, a partir de 67-68, uma vocação radicalizante no sentido da forma de luta de guerrilha imediata. E uma pressa no desencadeamento da guerrilha, no plano rural, que, verdadeiramente, destoavam no quadro geral da nova esquerda. Mas era com o partido²⁸⁵.

Essa enorme pulverização da esquerda que buscou o caminho armado foi tão significava que segundo dados do Arquivo Brasil Nunca Mais, passava de trinta o numero de grupos processados pela polícia. Em São Paulo, a maioria foi para a ALN em função da

²⁸⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 124-125.

²⁸⁵ Idem, p. 94-95.

liderança de Marighella. No Rio, os militantes dividiram-se entre a Dissidência da Guanabara, MR-8 e PCBR; no Nordeste, a grande maioria dos dissidentes foi para o PCBR.

Daí para frente, a cissiparidade e o fracionamento foram tais que só uma detalhada pesquisa poderá dar uma visão mais profunda dos grupos e subgrupos com suas posições. A DDD, que já era a fração, se afasta da Dissidência do Estado do Rio e junto com a Dissidência de São Paulo vai participar da formação da VAR-Palmares, Em cuja constituição se integram também o Núcleo Marxista Leninista, uma dissidência da AP, e a COLINA – grupo que se originou de um racha da POLOP de Minas, que anteriormente já participara da criação da VPR, ao lado o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A Dissidência do Rio Grande do Sul junta-se à POLOP e daí nasce a POC (Partido Operário Comunista)²⁸⁶.

O grupo que não aderiu a ALN ou a outra organização, permanecendo na Corrente Revolucionária e se preparou para a realização de um segundo encontro, em março de 1968. Nesse período entre os dois encontros foi um momento de articulação a preparação entre os membros da Corrente. Apolônio apresentou a proposta que o Estado do Rio preparou para esse encontro. Nessa época, o Mário Alves e o Jacob Gorender estavam em São Paulo.

Foi um período em que nós procuramos consolidar os elementos que verdadeiramente, se decidiram a renovar a sua presença, no encontro, e ganhar os elementos incertos... Nós sabíamos que, na Bahia, havia elementos muito simpáticos à Corrente, mas estavam muito ligados, umbilicalmente à maioria do comitê central. Havia, portanto, a tentativa de contato com eles. Havia a tentativa de discussão com a “situação” do partido em Pernambuco. Já que a representação do nordeste era uma representação toda de elementos que não faziam parte da situação regional, então, essa foi a nossa base... No estado do Rio, procuramos fazer reuniões em Campos, na Baixada, em Volta Redonda, a fim de ganhar setores onde eles achavam que tinham, senão cumplicidade, pelo menos simpatias, ou a visão de vacilação, incertezas, nesse período de 6 meses²⁸⁷.

Essa tentativa de atrair simpatizantes tanto pelo estado da Guanabara como pelo Estado do Rio, se estendeu a grupos externos da Corrente Revolucionária.

Para esse partido, já se tinha um anteprojeto de linha política, trazida para a Corrente, no seu conjunto, pela regional do Rio de Janeiro, e que tinha sido elaborada em suas linhas iniciais, fundamentais por Mário Alves, no seu período em Minas Gerais, e em contato com muitos companheiros dos COLINA que tinha,

²⁸⁶ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 205-206.

²⁸⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em. 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 120.

inclusive, participação não só no quadro das preparações com a luta armada e com a elaboração de uma linha política em que o caminho armado teria sua situação de caminho prioritário, de caminho principal, mas combinado com as lutas de massas, com o trabalho de previsão de unidade de ação das várias entidades de caráter político e não apenas político-militar²⁸⁸.

Segundo Apolônio as características que o estado do Rio estava propondo no documento eram:

Pensávamos, em consolidar as bases do partido para dirigir a luta armada, a luta de massas. Isso, naturalmente, dentro das características de uma política independente, própria, nossa, de um partido que, dentro da realidade brasileira, procura caminhos e soluções nacionais. Sem portanto, qualquer ligação com centros exteriores. A nossa crítica era tanto face às relações de relativa dependência do PCB em relação ao centro União Soviética, como também ao PC do Brasil no tocante às suas relações de relativa dependência com a China. E Cuba era um elemento novo no tabuleiro do sistema socialista em construção, ou em busca de caminhos de construção; tinha a sua presença sobretudo na América Latina, nesse momento, com um surto de movimento armado etc, mas nós desejaríamos também relações de confiança, de ajuda mútua, mas de independência absoluta. Esse era o quadro que nós queríamos apresentar nesse novo Encontro e que tínhamos nos preparado para apresentar no encontro inicial²⁸⁹.

Já o Estado da Guanabara, através da representação de Jover Telles e Armando Frutuoso, tinha uma outra alternativa. Era a canalização de todos esses remanescentes da Corrente, considerando que uma parte dos participantes do primeiro encontro, provavelmente, não estaria presente na nova conferência, para o PC do Brasil. Os militantes da Corrente já desconfiavam da participação de Jover Telles no PC do B, mas ele não deixava isso claro, mantendo assim um papel dúbio²⁹⁰.

Essa desconfiança existe desde o início da Corrente. Nós temos a idéia dessa atitude, dessa postura, através da perspicácia, da malícia baiana de Mário Alves, que, inclusive, um pouco tempo antes, tinha trabalhado num dos centros de planejamento de companheiros do PC do Brasil, como Diógenes Arruda Câmara, que se tinham estabelecido legalmente no Rio, em São Paulo, em Pernambuco e outros lugares. Ele tinha sentido algo desse problema, em contato com os companheiros. Mas não tinha bases para uma definição precisa. Entre nós, isso vai aparecer de maneira flagrante, já depois de março de 68, quando nós já temos um partido definido, o PCBR, e teremos a primeira crise interna e a primeira ruptura, no interior do PCBR, em meados de 68. Agora, no quadro da nossa comissão

²⁸⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em. 14 de agosto de 1986. Gravação n° 24, p. 118.

²⁸⁹ Idem, p. 125.

²⁹⁰ Idem, p. 126.

provisória, na faixa outubro de 67 – março de 68, isso vai aparecer a partir de fevereiro de 68, quer dizer, praticamente um mês e meio antes da Conferência²⁹¹.

Nesse momento Jover Telles era ao mesmo tempo da executiva do PC do B, e da direção da Corrente Revolucionária. Ele estava atuando nos dois, “ele estava na Corrente e era dirigente do PC do B. Ele estava de forma clandestina, tentando ganhar a Corrente para o PC do B, até a segunda quinzena de fevereiro de 1968 quando ele faz a proposta de ingressar no PC do B”²⁹².

No primeiro encontro de 67 nós já tínhamos, digamos assim, essa sensibilidade. Através do Mário. Mas ele guardava muito bem. Agora, mesmo nos primeiros meses do contato da nossa direção provisória, isto é, novembro, dezembro de 67, janeiro, fevereiro de 68, nos primeiros meses, ele guarda, também esse problema. Há seguramente, uma tática esboçada no quadro do PC do Brasil, de que já faz parte o Jover Telles, ao mesmo tempo que faz parte da nossa direção da Corrente, há, seguramente, uma tática esboçada para que se construam os elementos... No quadro do debate interno, isso só vai aparecer nas vésperas da conferência. Aí, há um momento de crise muito especial. Nós tardamos muito, os companheiros da direção do estado do Rio, Miguel Batista e outros companheiros – e, em particular, os dois que participavam desse encontro – nós tardamos muito a aceitar in totum esta realidade. E ela nos aparece num momento muito preciso que é quando nós preparamos os ante-projetos de informes, a prestação de contas desses seis meses, portanto das perspectivas, para serem levados à nova conferência. E aí, o Jover Telles nos faz, diretamente, a proposta de integração com o PC do Brasil²⁹³.

Jacob Gorender comenta o processo de articulações políticas, as definições que o grupo passou a seguir e a negação ao convite de ingressar no PC do B:

Em São Paulo, tínhamos contactos com Diógenes de Arruda, que saiu do Recife após o golpe e trabalhava numa firma de projetos econômicos. Militante do PC do B desde 1966, recebemos por intermédio dele o convite para um encontro com a direção do seu partido... Da minha parte, atuando em São Paulo, passei a contestar já não somente as posições do PCB, como também o caminho tomado por Marighella e Câmara Ferreira. No Estado do Rio, o mesmo era feito por Apolônio de Carvalho, otimista por temperamento e entusiasta da tarefa de criação da nova organização partidária... Enquanto o Agrupamento Comunista de São Paulo e outras organizações já estavam definidas, nós ainda discutíamos. Durante os meses de identificação, o PC do B lançou a rede. No que teve a colaboração de Jover Telles. Já acertado com o PC do B desde não sei quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vista ao recrutamento de egressos do PCB... Em fevereiro de 1968, estivemos, Mário Alves e eu, um dia inteiro em

²⁹¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 126-127.

²⁹² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 07 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 96.

²⁹³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 127-128.

conversa com Amazonas, Grabois e Promar... Apesar do ambiente cordial, a reunião não conduziu a um acordo. Para nós, os convidados, era inaceitável a idéia da subordinação à China e Albânia, justamente depois de nos livrarmos de um partido subserviente à União Soviética. Também nos separavam pontos doutrinários fundamentais... O encontro serviu para apressar a resolução de fundar um novo partido. Tínhamos uma base pequena em São Paulo, incapaz de concorrer com a força de atração da tendência mariguellista. Mas contávamos com a Corrente Revolucionária do estado do Rio e da Guanabara, influente no meio estudantil e nas categorias profissionais de bancários, marítimos, estivadores, portuários, ferroviários, jornalistas e publicitários. No Nordeste, da Bahia ao Ceará, tínhamos uma base de apoio muito superior a qualquer facção dissidente do PCB e capaz de competir nos meios de esquerda. Em Pernambuco, nossos companheiros da Corrente derrotaram a AP nas eleições de 1968 para a diretoria da União Estadual de Estudantes. Do Paraná, recebemos a adesão de Manoel Jacinto Correia, militante comunista prestigioso em Londrina²⁹⁴.

Então, no encontro 9 de março de 1968 foram apresentadas duas propostas. Uma feita pela direção da Guanabara, representada por Jover Telles e Armando Frutuoso, e outra pelos militantes do Estado do Rio, apresentada por Apolônio e por Jarbas Amorim. No encontro estavam presentes o Estado do Rio, da Guanabara, do Espírito Santos, de Brasília e poucos do Nordeste. Em certas regiões do Nordeste e Brasília se pretendia a guerrilha armada imediata, influenciados por Marighella. O encontro teve a ausência já prevista do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Minas. “O pessoal da Guanabara não tinha confiança na postura política dessa delegação do Paraná, e como ela, Guanabara, estava em contato direto, ela diversificou os pontos de contato. E o Paraná não participou”²⁹⁵.

Essa reunião foi realizada no mesmo aparelho onde foi feita a reunião de preparação da conferência de outubro de 1967, em Niterói, no Bairro Paraíso. Na reunião houve uma frustrada tentativa no sentido de unificação do documento da linha política do novo partido. Ao invés de um documento único para discussão das linhas políticas do novo partido, foram elaborados dois documentos. Jover Telles fez primeiro a apresentação, depois Jarbas apresentou o segundo documento. “Há um momento em que o companheiro sindicalista termina a sua intervenção e há uma sobra de 10 minutos, Jacob Gorender pede para Apolônio completar, porque era o tempo correspondente a da faixa da comissão”²⁹⁶.

²⁹⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 101-102.

²⁹⁵ Idem, p. 131.

²⁹⁶ Idem, p. 132.

Depois de 68, o Batista e eu deixamos de olhar para o Estado do Rio, no sentido de procurar guardar os elementos que podiam conseguir manter um mínimo de equilíbrio, na visão dos dois caminhos, da combinação de trabalho de massas e a luta armada, etc. Vocês se lembram, muito bem, das condições em que Batista e eu fomos ao encontro geral da Corrente, em 1º de outubro de 1967, quando se formou a direção provisória, para preparar a conferência que seria em abril de 68. Então, havia o nordeste, havia Brasília, havia a influência envolvente de São Paulo e Minas, sobre nós. E havia o Estado do Rio voltado para isso. Isso determinaria, na Corrente, um fluxo novo²⁹⁷.

Segundo Apolônio, desde a abertura do encontro ele já tinha certeza que a maioria dos presentes iria apoiá-los. O documento apresentado pelo Estado do Rio foi escrito por Mário Alves, quando ele estava em Minas.

Havia um potencial de risco, muito grande, mesmo. Mas nós considerávamos duas coisas. Primeiro, que esse potencial de risco cingia-se à Guanabara. Nós tínhamos plena confiança nas outras áreas. No nordeste, eles não pegariam nem a imagem de um partido deles. Na parte do Espírito Santo, Rio de Janeiro, eles não pegariam ninguém. Na parte de Brasília, as simpatias eram mais por Marighella e o radicalismo do que seria a ALN, em fevereiro de 68, do que com eles. De maneira que, para nós, não havia problema nenhum²⁹⁸.

Apesar da derrota na apresentação do projeto, Jover Telles esteve presente até o final do encontro. E mesmo com a ciência de sua participação no PC do B e de sua intenção em atrair militantes para este partido, ele continuou dirigente da Guanabara na Corrente Revolucionária. Apesar da aparência inicial de antagonismo nessa medida, Apolônio também apoiou a decisão.

Nós íamos enfrentar, esse problema da Guanabara, num processo de lutas bastante longa. Haveria alguns meses. Por outro lado, os companheiros da Guanabara, que formavam a delegação da Guanabara, sob a influencia dessa faixa que queria ir pro PC do B, esses companheiros, diante da nossa conferência – nos fazem uma proposta. “Se ela é derrotada nós continuamos a colaborar. Queremos participar”. A conferência não estava madura para expulsá-los, de maneira nenhuma...E é necessário reconhecer as coisas com um espírito muito aberto. O Jover Telles, o Armando Frutuoso e alguns companheiros que fazem parte da delegação da Guanabara, eles trazem ao nosso debate elementos muitos interessantes para o enriquecimento da linha política... Nós os denotamos e os conservamos, e os integramos na nova direção. Eles serão, depois, dirigentes nacionais do PCBR... Porque eles fazem uma proposta. Mas eles querem continuar no novo partido que

²⁹⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 26, p. 6.

²⁹⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 135.

se forma... Ele apenas fez a proposta... A conferência não pensou em excluí-los. E eu acho que foi justa essa posição... Ninguém pediu a exclusão. Pelo contrário. Elementos deles foram incorporados à direção²⁹⁹.

Inclusive, o projeto apresentado por Jover Telles, foi posteriormente aproveitado, pois, o projeto foi uma adaptação do projeto de luta armada desenvolvido após um tempo de estudos pelo PC do B.

Então, nós tivemos uma discussão muito séria sobre: primeiro, a luta armada como elemento fundamental, combinada com a luta de massas. E eu queria lembrar que os companheiros da delegação da Guanabara, sob essa influência do PC do Brasil, eles trouxeram uma contribuição bastante rica, bastante ampliadora, para a nossa visão dessa coordenação da luta armada e da luta de massas. Ajudaram muito. Mário Alves, o companheiro que tinha feito o maior trabalho na elaboração desse projeto, e que fizera um trabalho, também, com os companheiros de Minas, dos Colina, nesses primeiros momentos desse projeto, Mário dizia que era preciso ver o quanto eles, de fato, nos ajudaram. Bom. Isso não impede rodas as malícias, todas as artimanhas que há no quadro geral³⁰⁰.

²⁹⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 133-136.

³⁰⁰ Idem, p. 136.

Capítulo III - O PCBR

A fundação

A vitória da proposta do Estado do Rio direcionou a corrente à fundação de um novo partido político e de não unir-se ao PCdoB. O programa a ser apresentado estava pronto, ligando o trabalho de massa à luta armada.

A conferência de criação do PCBR foi realizada nos dias 11 e 12 de abril de 1968, num sítio situado no alto da Serra da Mantiqueira, próximo a Niterói. A assembléia fundadora do partido teve a participação de aproximadamente vinte militantes, entre ex-membros do CC do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. O maior número vinha do Estado do Rio e da Guanabara. Fora da região Sudeste estavam: Flávio Koutzii, do Rio Grande do Sul, Hélcio Pereira Fontes, de Manaus, Bruno Maranhão, de Pernambuco³⁰¹.

Jarbas Amorim que estava presente à conferência, disse que para chegar ao sítio foi levado de carro por Jover Telles, Armando Frutuoso e Luiz Alberto Benevides. Durante o percurso seu olhos estavam vendados, porém, o veículo trafegou cerca de duas horas da Rodoviária de Niterói até o sítio onde foi realizada a conferência. Segundo Jarbas, que era contrário a luta armada imediata, os militantes presentes eram, entre outros: do Estado do Rio de Janeiro: Apolônio de Carvalho, Nicolau Tolentino, Luiz Alberto, Miguel Batista, Jarbas Amorim; da Guanabara: Jover Teles, Armando Frutuoso, Geraldo Soares, Helena Boaventura, Jacob Gorender, Salatiel Teixeira Rolim, Mario Alves; do Espírito Santo: “Nilo”; de Pernambuco: Bruno Maranhão; de Brasília: Valdir Salles Sabóia ; da Paraíba: Rômulo Araújo Lima³⁰².

O primeiro comitê central escolhido, segundo Apolônio de Carvalho, era composto por cerca de 15 membros. Destes, Apolônio de Carvalho assumiu o posto de Secretário Político, Mário Alves, a função de Secretário de Organização, e Jacob Gorender a Secretaria de Agitação e Propaganda. Os demais membros identificados foram: Salatiel Teixeira Rolim, responsável pelas finanças; Miguel Batista (que já era membro do CC do PCB antes do racha); Bruno Maranhão (que era o representante da juventude no CC do

³⁰¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 101.

³⁰² Conforme interrogatório nº 79/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974 de 13:00-17:00, p. 6.

PCB); Nicolau Tolentino (responsável mais adiante pela questão militar); Augusto Henrique Maria D'Aurelie Olivier (ex-tenente); Jover Telles (também originário do CC do PCB); Armando Frutuoso; Jarbas Amorim; Helena Boaventura Neto (única mulher); Lincoln Bicalho Roque (que posteriormente sairia juntamente com Jover Telles, Armando Frutuoso e Helena Boaventura, para o PC do B); Rômulo Araújo Lima; Manoel Jacinto Correa³⁰³.

Duas questões chamam a atenção na composição deste primeiro comitê central. Em primeiro lugar, foi extinta a função de Secretário Geral, cargo que historicamente era (e em muitos casos continua sendo) central na estrutura dos partidos comunistas. De qualquer forma, a secretaria política, responsável pelos contatos externos do partido teria a posição de maior relevo externo. No entanto, o que ocorreu foi que Mário e Apolônio ficaram um sugerindo a posse do outro³⁰⁴.

Na executiva do PCBR estavam: Mário Alves, Miguel Batista, Jover Telles, Jacob Gorender, Apolônio, Salatiel e Nicolau Tolentino. Depois, com a saída de Jover Telles e a licença concedida a Jacob Gorender, entrariam Bruno Maranhão e René de Carvalho³⁰⁵.

A reunião fundadora, denominada de Primeira Conferência Nacional, se prolongou por três dias. Aprovou o programa e deu nome de batismo da nova organização. Tão grande era o congestionamento de siglas na esquerda que se resolveu aproveitar a velha sigla do PCB (ainda uma vez, a preocupação da legitimação pela continuidade) e lhe acrescentar o adjetivo Revolucionário, do qual viria a qualificação distintiva³⁰⁶.

Na criação do novo partido, houve uma divergência com relação a quem seria o secretário político. Apolônio desejava que Mário Alves assumisse o cargo, porém, alegando motivos de saúde, Mário não assumiu e Apolônio foi escolhido para o posto de maior hierarquia no partido.

Mário se sentia um pouco doente, nesse momento, não quis aceitar. E eu fui eleito o secretário maior do PCBR. Quanto ao nome, eu, Gorender, Mario, Batista e outros,

³⁰³ A maioria dos nomes foi pesquisada na dissertação: VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 95-96.

³⁰⁴ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 94-95.

³⁰⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 14 de agosto de 1986. Gravação n° 24, p. 139.

³⁰⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 102.

teríamos desejado um outro nome. Pensávamos que era um pleonasmo um partido comunista ser revolucionário. Normalmente teria que ser revolucionário. Mas vocês sabem o que é a pressão das bases, né? Inclusive o PC do B não tinha posição revolucionária bem clara. Era preciso marcar que era comunista; que era brasileiro; mas que era revolucionário. E essa pressão das bases, nos encontros preparatórios para essa segunda conferência, tinha convergido para a adoção desse nome³⁰⁷.

A conferência do PCBR aprovou o “projeto de estatutos” elaborado pela comissão de preparação da conferência (aprovado com algumas emendas); a linha política do partido foi elaborada por Jarbas Amorim e Apolônio de Carvalho. O Manifesto 1º de maio, elaborado por Jacob Gorender, era uma conclamação à classe operária, mas esse documento não chegou a ser distribuído à militância³⁰⁸.

Foram tomadas as seguintes resoluções pelo novo partido: a necessidade da participação da classe operária no processo da revolução; que o aliciamento operário para o partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro: conscientização ideológica; segundo: preparação militar, com vistas à revolução armada. A necessidade da afirmação do PCBR como dirigente único da classe operária e a preparação da infra-estrutura necessária à deflagração da guerrilha rural³⁰⁹. O PCBR não abria mão da idéia de partido e defendia, a partir das posições leninistas e maoístas, a idéia de que é o partido quem deve conduzir as ações militares quando estas se fizerem necessário, e não o contrário, como prega o foquismo³¹⁰.

O Programa se baseou no texto redigido por Mário Alves. Com efeito, o PCBR veio a ser a mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicional. O documento de fundação do PCBR, intitulado “Guerra de Guerrilhas, Ações Armadas e Luta de Massas”, explica a visão sobre esta relação:

O Programa partiu da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário... A contradição antagônica entre a classe dominante burguesa e o proletariado tinha peso fundamental. Nestas condições, a revolução à vista não

³⁰⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 137.

³⁰⁸ Conforme interrogatório nº 79/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974 de 13:00-17:00, p. 6.

³⁰⁹ Idem, p. 7.

³¹⁰ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 219.

mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma revolução popular, destinada a destruir o Estado burguês (imperante sob formas de democracia representativa ou de ditadura militar) e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas: a nacionalização (estatização) das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista; a reforma agrária radical, mediante combinação da distribuição individual de terras à formação de fazendas coletivas nas grandes propriedades já unificadas sob o aspecto da gestão econômica; o controle estatal dos setores básicos da economia nacional e a planificação do desenvolvimento econômico. Por sua natureza radical, tais transformações teriam de abrir passagem à revolução socialista. Apesar de ainda o elo intermediário, a revolução popular era concebida como a maior aproximação possível à revolução socialista³¹¹.

No ambiente da esquerda revolucionária do final dos anos 60, falar apenas em preparação da luta armada já era o bastante para sofrer a acusação de pacifismo, oportunismo e capitulação. “Não se podia aceitar menos do que a luta armada imediata. Como, porém, conjugá-la ao ritmo próprio das lutas de massas? Neste dilema se debateu o PCBR”³¹².

Todas as formas de luta de massas, legais e ilegais, eram admitidas, contanto que servissem ao desencadeamento e desenvolvimento da luta armada. Em divergência expressa com a teoria do foco, afirmava-se que a luta armada não se dissociava das lutas de massas e tampouco excluía o potencial das aglomerações urbanas, onde também seria possível promover ações armadas. Mas o cenário primordial da luta armada devia ser o campo e sua forma principal – a guerrilha rural. Dada a grande desigualdade regional do Brasil, a guerrilha rural não podia começar de maneira generalizada e simultânea, porém em lugares de condições mais favoráveis. Desfechá-la constituía tarefa imediata e para sua execução o PCBR criou o comando político-militar. Aproveitou a recomendação da Declaração Geral da OLAS, que abria caminho à autonomização do setor encarregado da ação armada.³¹³

Cada grupo de esquerda formado após os rachas no PCB tinha características próprias. No caso do PCBR não poderia ser diferente, embora apresentasse características ímpares dentre os grupos. De início o fato de ser um partido político. O cientista social, Renato Della Vechia apresenta as características de destaque do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário: “O PCBR não abre mão da idéia de partido e defende, a partir

³¹¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 103.

³¹² Idem, p. 104.

³¹³ Idem, p. 103-104.

das posições leninistas e maoístas, a idéia de que é o partido quem deve conduzir as ações militares quando estas se fizerem necessário, e não o contrário, como prega o foquismo”³¹⁴.

Há três características do PCBR que devem ser destacadas, que de alguma forma o diferenciava de outras organizações. A primeira delas diz respeito a seu próprio projeto político. Enquanto o conjunto de organizações de esquerda tinha concordância com a União Soviética (PCB e diversos agrupamentos dissidentes), com a China (PC do B, AP) ou com Cuba (ALN), o PCBR buscava uma independência em relação a esses países, não apenas a partir das estruturas materiais, mas, fundamentalmente, a partir de concepções... A segunda característica seria o posterior lançamento de uma nova matriz política que é a proposta de criação das OIMs (Organizações Independentes de Massa) cuja idéia central contrapõe-se diretamente a toda a tradição política vinculada a concepção stalinista da III Internacional, a qual estabelecia a exclusividade do partido como dirigente do processo de transformação social levando em consideração as contribuições dos movimentos de massa. O PCBR, ao resgatar a necessidade do partido em não assumir uma posição intervencionista em relação aos movimentos sociais, começa a romper com a concepção stalinista que governou a URSS de forma autoritária e reproduziu sua política na maioria dos países comunistas do mundo... A terceira característica própria do partido em questão foi a posição tomada por este em relação ao debate que ocorria entre os agrupamentos de esquerda da época. De um lado, havia os “militaristas”, (ALN, VPR...), que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar de todos os quadros partidários. A luta política ficava reduzida às ações militares. De outro, os chamados “massistas”, que, em diferentes organizações, contrapunham-se à luta armada como forma de batalha naquele momento e defendiam a necessidade de se acumular forças nos movimentos de massas a partir de bandeiras democráticas, ou seja, fazer um trabalho que desse resultado no futuro³¹⁵.

Apolônio disse que no momento da fundação os dirigentes fizeram um estudo sobre os demais partidos já existentes em diversos lugares do mundo e dos novos grupos que surgiam da esquerda. Posteriormente, as características do PCBR foram definidas.

Pensamos nos partidos europeus, pensamos nos partidos latino-americanos, pensamos nos movimentos de libertação nacional e na projeção dessas relações também com a União Soviética e com a China. Nós não cortamos com eles, nós definimos apenas o problema da autonomia. E isso nos dava uma posição muito definida e muito confiante no quadro dessa solidariedade internacional. Apesar de que o nosso documento dá uma base bastante grande à crítica da coexistência pacífica em bases de compromissos de classes, de compromisso do ponto de vista ideológico. Então, esse é o quadro nosso. O problema para nós, nesse momento passa a ser mais grave. Como construir esse partido? Como abrir caminho para a

³¹⁴ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 219.

³¹⁵ Idem, p. 220- 221.

articulação do trabalho de massas e do trabalho para a luta armada? Que modificações fazer na estrutura do partido, para caminharmos nesse sentido? Que pesquisas e que eixos centrais definir para uma linha político-militar? E como combinar trabalho de massas, a visão de uma luta armada, a visão de um exército popular. Amanhã? E inclusive, o desenvolvimento de um e de outro, em particular do trabalho de massas, ao caminho de eventuais insurreições parciais? Era a riqueza da nossa linha. O PCBR trazia uma linha muito rica nesse quadro. Admitia a guerrilha urbana, a guerrilha suburbana, mas permitiria depois, isso na linha político-militar, a guerrilha local que seriam as guerrilhas rurais irregulares que vocês tem no MR-8 e também a guerrilha rural em si. Não avançávamos ainda pro problema da guerra de movimento, como o Marighella nem para a coluna guerrilheira, como o MR-8 propunha-se inicialmente, como a VPR colocava de maneira muito taxativa. Mas era um problema bastante sério. Como começar a adaptar a organização do partido? Então acontece o seguinte. A nossa linha tinha elementos de riqueza muito grande, o fuzil seria dirigido pelo partido, a luta armada seria dirigida pelo organismo político de direção. Era uma linha que dava lugar muito alto ao movimento de massas. Procurava inclusive fugir a definição muito radical, por exemplo, da ALN. O movimento de massas subordinado cem por cento às exigências da luta armada... Não teria o direito de existir, se não se canalizasse pra ajudar. Esse espírito. Eu estive relendo, inclusive nesse seu trabalho de compilação, as definições da ALN. Não admitíamos a busca de apenas apoio de massas, como a VPR procurava definir em certas ocasiões, inclusive com muitas digressões teóricas em torno do trabalho de massas. Não. Nós colocávamos a simultaneidade do trabalho de massas e da luta armada. A ligação umbilical entre uma e outra. A luta armada não pode ser vitoriosa sem o desenvolvimento da luta de massas...³¹⁶

Apolônio faz uma diferenciação entre o PCBR e os outros grupos criados após o racha do PCB.

...Eu acho que você tem razão, no quadro-chave de um elo de ecletismo existente na linha do PCBR. Muito claramente consubstanciada em uma única frase. É que toda a linha está voltada para uma ligação muito íntima, entre a luta de massas, o movimento social e a luta armada. Numa interdependência. Diferentemente da ALN, da VPR, etc, o PCBR olha a luta de massas não como uma dependência direta, como Mariguella estabelece, de maneira clara; como, também a VPR, numa dependência direta, absoluta. Só é válido, só é concebível, se for para servir à luta armada. Claro que há meio termo, nesse quadro. O PCBR diz que a luta de massas não deve prejudicar a luta armada. Mas há uma convivência, há uma interdependência. Há mesmo formulações como esta: é muito mais fácil desenvolver a luta de massas, na cidade; e desenvolver, em nível inferior em relação à luta de massas, isso é 68, antes ainda do AI-5. Então, é muito mais fácil você desenvolver a luta de massa com relação à luta armada, nas cidades. Já a visão da importância decisiva da guerrilha rural, de nosso atraso no campo... a partir de

³¹⁶ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 149-150.

um determinado momento – metade de 68 – já há um refluxo do movimento de massas, mesmo do movimento estudantil³¹⁷.

O ex-militante Bruno Dauster apresentou suas razões por ter escolhido ingressar no PCBR, dentre tantas opções, já que ele estava decidido a atuar de forma ofensiva contra o governo militar.

Eu escolhi o PCBR por exatamente esse conjunto de benefícios. Primeiro, eu estava absolutamente convencido que só era possível mudar a realidade através do uso da violência, então se não fosse através do uso força você não iria conseguir mudar o jogo. Então, a opção pela luta armada era uma opção minha, pessoal para poder fazer aquele jogo virar, e o PCBR me oferecia essa alternativa. Segundo, naquela época, 68 eu tive uma visão absolutamente clara de que o foco guerrilheiro era fadado ao insucesso. Havia grupos que em maior ou menor grau tinham uma identidade com a proposta do foquismo, o que era naquela época era um pouco de discussão sobre livro do Debray, Revolução da Revolução, aquela coisa toda, e que em parte era muito atraente para muita gente, eu concordava que aquilo ali era caminho de ir para o inferno, eu não ia entrar naquele jogo, que eu achava que estava errado. O PCBR me oferecia como alternativa, a idéia de um processo longo de guerra, não foquista, com uma atividade urbana e rural, que correspondia a minha visão, eu aprendi isso, eu fui me adaptando a essa visão. Não é que tivesse essa visão antes, eu não entrei com essa visão, mas eu era contra o foquismo, e era mais esperto do que eu pensava. Em terceiro lugar, a questão do socialismo, eu estava absolutamente convencido que você não poderia passar o nível em que estava a sociedade brasileira para uma sociedade socialista comunista imediatamente, isso era um processo longo, e o PCBR também me dava essa compreensão. Então, quer dizer, o PCBR correspondia muito a forma como eu conseguia formar a minha visão do mundo, naquele momento, no Brasil, era uma perspectiva militante. Eu já era militante antes de entrar no PCBR e optei pelo PCBR como a militância que mais conduzia com o que eu queria fazer. Então, eu optei pelo PCBR. Eu, antes de entrar no PCBR, discuti muito com o PCBR, que na época era Corrente e com a Dissidência. Eu tinha sido da AP, tinha sido um dos fundados do núcleo Leninista da AP, no Rio de Janeiro, então participei desse processo. Sai da AP por divergências, com o discurso da AP, que se aproximou muito com aquele discurso da burguesia nacional. Em 66, 67, a AP começou um discurso contra a ditadura, lutar todo mundo contra a ditadura, isso não vai dar boa coisa. Sai da AP por causa disso e por questões pessoais. E o PCBR me dava todas essas alternativas que eu estava procurando naquele momento. Por isso essa opção³¹⁸.

Entre os dias 25 e 30 de abril de 1968 foi realizada a primeira reunião da Comissão Executiva do PCBR. A reunião, que teve lugar num apartamento em Del Castilho, durou um dia. Lá, foi discutido o esforço para a organização de um plano de trabalho para o

³¹⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 6-8.

³¹⁸ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 6.

PCBR, e compareceram: Apolônio, Jover Telles, Jarbas Amorim, Jover Telles, Bruno Maranhão, Mario Alves, Gorender e “Nilo”³¹⁹.

Em meados de maio de 1968 foi realizada a Segunda Reunião da Comissão Executiva do PCBR, no mesmo apartamento onde foi realizada a reunião anterior e compareceram do secretariado: Apolônio de Carvalho, Miguel Batista, Mário Alves; da comissão executiva: Jarbas Amorim, Jacob Gorender, Bruno Maranhão, Salatiel. Na reunião em questão, na qual Gorender funcionou como conselheiro político, foram tomadas as seguintes resoluções: foi elaborado um plano de assistência aos diversos setores. Jarbas Amorim foi designado, na comissão executiva do partido, como responsável pelo Estado do Rio de Janeiro. Bruno Maranhão foi deslocado para o Nordeste. Salatiel ficou responsável pela comissão executiva do Estado da Guanabara³²⁰.

O PCBR fez uma forte campanha nas eleições sindicais dos metalúrgicos da Guanabara. O partido, por intermédio de representantes como Waldir Vicente de Barros, Antonio Paulo Terra Huckert, João de Deus da Silva, João Teixeira de Carvalho e Geraldo Seixas Patrício apoiava a “Chapa Verde”, que foi a vencedora. Geraldo Seixas era o porta-voz do PCBR no sindicato, pessoa responsável pela coleta da contribuição de Cr\$10,00 de cada um para o partido³²¹.

Em 1967 houve uma reunião entre Geraldo Seixas, João Teixeira de Carvalho, Antônio Terra Huckert e Apolônio; que a reunião em questão foi num apartamento do Conjunto Habitacional de Padre Miguel; que Apolônio foi apresentado nessa reunião como ex-membro da Direção Nacional do PCB e como membro da Direção Nacional do PCBR; que Apolônio questionou sobre a possibilidade de vitória da chapa apoiada pelo PCBR nas eleições metalúrgicas de 1967; que afirmou ainda a necessidade do PCBR vencer a referida eleição³²².

Geraldo Seixas e Antonio Terra Huckert disseram à diretoria do sindicato para seguirem a risca a orientação do PCBR. A diretoria, por acordo, aceitou esta situação até novembro de 1968, vésperas da planejada greve, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. João Teixeira de Carvalho resolveu que a greve não deveria se realizar, demitiu Geraldo Seixas do cargo de assessor da diretoria e desligou a diretoria do

³¹⁹ Conforme interrogatório nº 79/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974, 13:00-17:00, p. 5.

³²⁰ Idem, p. 7.

³²¹ Conforme interrogatório nº 64/74 de Waldir Vicente de Barros em 13 de março de 1974, 12:00-17:00, p. 2.

³²² Conforme interrogatório nº 70/74 de Geraldo Seixas Patrício em 06 de abril de 1974, 8:00-12:00, p. 4.

sindicato de qualquer contato com o PCBR. A partir do rompimento até o fim do mandato da diretoria, em 1970, não houve mais influência do PCBR nesse sindicato³²³.

Como Presidente do Sindicato, João Teixeira de Carvalho, contrariando acordo com o PCBR, foi contrário à política partidária; que o depoente trabalhou unicamente pelas reivindicações salariais; que em consequência dessa posição assumida, o depoente angariou a antipatia e oposição de muitos elementos partidários... Após o julgamento do dissídio coletivo dos metalúrgicos em setembro de 1968, Antonio Paulo Terra Huckert deixou de freqüentar o sindicato dos Metalúrgicos; que a partir de então o depoente saiu do PCBR e não mais contribuiu com a quantia mensal³²⁴.

O ex-deputado federal cassado em 1964, João de Deus, disse que o objetivo do PCBR no Sindicato dos Metalúrgicos era o de orientação para as greves, “ensinar os trabalhadores a falar” em defesa dos seus direitos e montar base de apoio para uma futura ação armada proveniente do campo. Porém, havia algumas contradições entre as orientações do PCBR com a direção do sindicato: a “grande questão” era o problema da luta armada preconizada pelo PCBR, e a qual os militantes do Sindicato dos Metalúrgicos eram contrários. “O PCBR procurava uma maior aproximação com os sindicatos, sem no entanto, dialogar com os líderes sindicais”³²⁵.

Em início de 1969 João de Deus, João Teixeira, Valdir Vicente de Barros, Geraldo concluíram que de nada estava adiantando a união com o PCBR, em vista disso comunicaram a Terra de Tal a intenção de abandonarem o PCBR; que em vista disso Terra de Tal desde então nunca mais compareceu ao Sindicato dos Metalúrgicos³²⁶.

No início de 1968, Armando Frutuoso apresentou Jover Telles numa reunião do comitê metalúrgico do partido. Telles, que foi apresentado como membro da direção nacional do PCBR, sugeriu na reunião que os sindicalistas vissem o PC do B como o caminho a seguir. Devido a essa atitude Salatiel, que estava presente, acusou Jover Telles de traidor. Geraldo Seixas também confirmou em depoimento que Jover Telles, ao romper com o PCB já tinha acertado seu ingresso no PC do B; que “estava tentando arrastar mais

³²³ Conforme interrogatório nº 64/74 de Waldir Vicente de Barros em 13 de março de 1974 12:00-17:00, p. 3.

³²⁴ Conforme interrogatório nº 65/74 de João Teixeira de Carvalho em 13 de março de 1974 8:00- 12:00, p. 2..

³²⁵ Conforme interrogatório nº 62/74 de João de Deus da Silva em 06 de março de 1974, 08:00-15:00, p. 1.

³²⁶ Idem, p. 2.

alguém para o PC do B, pois lhe seria dado um cargo na direção nacional da organização em função do número de militantes arregimentados” (sic)³²⁷.

Com a saída de Armando Frutuoso para o PC do B esse foi substituído por Salatiel, na assistência do PCBR no setor metalúrgico. A partir de então Antonio Terra Huckert passou a freqüentar o sindicato mais assiduamente, aproximadamente de quinze em quinze dias. Ele dava orientações sindicais, marcava alguns encontros do setor metalúrgico com Salatiel e levava informações sobre as paralisações em fábricas para publicação no boletim interno do PCBR. Antonio Huckert também ficou responsável pelo recebimento da contribuição mensal do sindicato dos metalúrgicos para o PCBR, contribuição que era recolhida no próprio sindicato. Ele explicou que uma parte das contribuições ficava na direção do comitê metalúrgico, para manutenção dos “profissionais” do partido e uma outra parte da contribuição cabia à direção estadual do PCBR; que era encaminhada posteriormente por Salatiel³²⁸.

Geraldo Seixas mantinha pontos com Manoel Jacinto Correia, Aurelito Rosa, Armando Frutuoso e Antonio Paulo e Salatiel. E em 1968, Geraldo Seixas compareceu a uma reunião do PCBR em Rocha Miranda, que estavam presentes: Aurélio Rosa, Manoel de Tal e Jover Telles; nessa reunião foi discutido o problema da unificação do PCBR com o PC do B³²⁹.

Jacob Gorender, que era membro da comissão executiva, pouco tempo após a fundação do PCBR, pediu o desligamento temporário do partido, alegando necessidade de tempo para a realização de um trabalho técnico particular. “O pedido foi aceito, mas houve uma suspeita de que este pedido seria decorrente a falta de confiança no trabalho do PCBR”³³⁰.

Quanto ao movimento revolucionário internacional, o PCBR adotou uma posição de independência e de solidariedade a todos os países socialistas. A crítica às teses pacifistas dos partidos comunistas pró-soviéticos não se traduziu em anti-sovietismo. De igual maneira a recusa do foquismo e do maoísmo não levou as críticas às revoluções de Cuba e da China. O ecletismo do programa do PCBR manifestou-se de maneira clara na parte

³²⁷ Conforme interrogatório nº 70/74 de Geraldo Seixas Patrício em 06 de abril de 1974, 8:00-12:00, p. 8.

³²⁸ Idem, p. 9.

³²⁹ Idem, p. 8.

³³⁰ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 138.

dedicada às formas de luta. Afastada a ilusão da possibilidade do caminho pacífico, era preciso definir a relação da luta armada com o movimento de massas. Simples e fácil para as organizações de militarismo extremo, como a ALN e a VPR, tal definição se tornava problemática para o PCBR. Tanto que a 21 de agosto de 1968, quando as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia, “o comitê central do PCBR lançou declaração³³¹ de repúdio à invasão comandada pela União Soviética e defendeu o pleno direito dos povos da Tchecoslováquia a decidirem de maneira soberana sobre suas questões internas”³³².

Dentro deste contexto, o PCBR buscou defender uma posição intermediária, reconhecendo a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitando sua política a esta esfera. Avaliava como correta a existência paralela à luta armada de um trabalho no movimento de massas que possibilitasse a criação de lideranças nos movimentos sociais que pudessem encaminhar a política neste terreno. A dinâmica da luta política, no entanto, fez com que, na prática, a opção militarista se tornasse preponderante.

Toda posição que defendesse a necessidade da autonomia dos movimentos de massa, em relação aos partidos, era considerada uma posição autonomista/anarquista. O PCBR, ao resgatar a necessidade da não intervenção dos partidos nos movimentos sociais começa a romper com o que chamamos de política stalinista³³³.

Bruno Dauster fala de outra diferença do PCBR.

O PCBR, pelo menos aqui no Rio, tinha uma visão muito clara sobre o respeito pelas pessoas e pelos militantes. Nós, toda vez que havia um companheiro, naquele período, depois mudou um pouco, mas na fase que estava Apolônio, Mário, qualquer um que chegasse e falasse “não ta dando pra mim”, “toma uma grana, toma um passaporte e boa sorte”. Isso aqui tem que ser uma opção, não pode ser uma prisão, então era uma coisa muito clara. Isso fazia parte do que a gente chamava de formação ideológica, era uma coisa que a gente discutia muito, isso era um diferencial do PCBR essa precipitação em que os militantes do PCBR tivessem uma ideologia proletária. O que é ideologia proletária a gente pode passar dias para descobrir, não importa. Mas independente se existia ou não, a gente imaginava que ela existia, e imaginava que ela era quase um exemplo da pureza absoluta. Um militante com uma ideologia revolucionária era um cara sério, cumpridor de suas obrigações, companheiro, parceiro, dedicado, com um idealismo, era um homem

³³¹ Ver em anexo V declaração do PCBR sobre a invasão a Tchecoslováquia.

³³² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 103-105.

³³³ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 89-90.

novo já produzido, e sobre isso havia sessões e sessões de discussões internas. A gente fazia as chamadas sessões de crítica e autocrítica, em cada um chegava e dizia: eu faço uma autocrítica de ter sido individualista e eu também acho que além disso era isso, isso era maluquice, isso vinha muito do maoísmo, mas que convinha, isso era um processo de homogeneização de um pensamento político, estava fora desse jogo³³⁴.

Estas características, que distinguiam o PCBR de outras organizações, com o tempo foram diluindo-se e, aos poucos, o PCBR também aderiu ao militarismo, isolou-se da massa e passou a realizar ações armadas, o que gerou um ciclo perverso. A forma de conseguir dinheiro para manter um grupo de pessoas deslocadas das relações de produção eram os assaltos à banco, os quais, por sua vez, mais cedo ou mais tarde expunham a organização, na medida em que muitas destas ações foram mal sucedidas e militantes foram presos³³⁵.

A partir da expectativa de que o agravamento da crise iria forçar o governo a tomar uma atitude, o comitê central do PCBR avaliava a necessidade de seus militantes se prepararem tanto para intervir nas mobilizações de massas, quanto na preparação do terreno da luta armada... Em função dessa perspectiva, o comitê central do PCBR aprovou um conjunto de diretrizes, basicamente voltadas ao movimento operário, movimento camponês, movimento estudantil, construção do partido, à busca de ampliação de contatos com outras forças políticas visando a construção de uma frente única e finalmente, resoluções quanto a questão armada. As resoluções vinculadas ao movimento estudantil, camponês e operário eram orientações basicamente voltadas à intensificação do movimento de massas e denuncia da ditadura³³⁶.

Apesar das diretrizes voltadas para diversos setores sociais, como o trabalho feito junto ao movimento camponês (principalmente no Nordeste e em função das sementes lançadas pelas Ligas Camponesas) e a ação no movimento sindical, o PCBR não conseguiu muitas adesões nesses setores. Foi no movimento estudantil que elas foram mais significativa. Desta forma, durante o ano de 1968, o PCBR interveio no movimento estudantil, buscando criar uma terceira alternativa entre a AP e a Dissidência Comunista. Por exemplo, na Passeata dos Cem Mil, a 26 de junho de 1968, o militante do PCBR, Elinor Brito fez um discurso das escadarias do Teatro Municipal atacando o governo e

³³⁴ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 7-8.

³³⁵ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 108.

³³⁶ Idem, p. 154-156.

levantando as posições do PCBR. No Congresso de Ibiúna, por sua vez, havia três candidaturas à presidência da UNE: José Dirceu, que era da Dissidência e que estava sendo apoiado por Vladimir Palmeira; o candidato da AP Jean-Marc Van de Weid e a de Marcos Medeiros, do PCBR. Embora Marcos não representasse perigo para as demais forças políticas, representava uma outra visão sobre a luta do movimento estudantil. No Nordeste, a grande maioria da juventude do PCB iria se deslocar para o PCBR³³⁷.

Como ocorreu em outros grupos de esquerda a mobilização estudantil atuou em grande número no PCBR. Ao passo que a maioria ativista da Dissidência de São Paulo ingressou na ALN (a minoria ficou com a VAR), a Dissidência da Guanabara evoluiu no sentido da autonomia orgânica. Enquanto os estudantes da Corrente Revolucionária ingressaram no PCBR, os da Dissidência assimilaram as teses da POLOP e adotaram a perspectiva socialista direta. Em fevereiro de 1967, elegeram um Comitê Universitário e sancionaram a denominação de Dissidência Universitária da Guanabara. Nada mais tinham a ver com o PCB, que os hostilizava. Por seu dinamismo, atraíram, em variados graus, o apoio e a adesão de jornalistas, bancários, publicitários e figuras dos meios intelectuais... A Dissidência da Guanabara resistiu ao foquismo e só em 1969 é que se tornou permeável a ele³³⁸.

Em julho de 1968 foi realizada a primeira reunião do comitê central do PCBR. A reunião teve lugar em Teresópolis e participaram do encontro: Jarbas Amorim, René de Carvalho, Miguel Batista, Apolônio, Mário Alves, Salatiel, Gorender, Bruno Maranhão, “Nilo”, Tolentino, Alberto Vinicius de Mello, Osmundo Bezerra Duarte e mais um militante do Nordeste. Nessa reunião foi decidido que Bruno Maranhão ficaria responsável pela planificação e implantação da Luta Armada no Brasil, e seria auxiliado por Osmundo e por Alberto Vinicius, esses militantes ligar-se-iam diretamente com as direções do PCBR (estaduais, municipais, distritais, etc) nos assuntos pertinentes a luta armada³³⁹.

No ano de 1968 houve mais duas reuniões do comitê central do PCBR, ambas no mesmo local, em Teresópolis. Numa dessas duas reuniões compareceu João de Deus da Silva, que foi eleito então membro do comitê central do PCBR, pela sua proeminente

³³⁷ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 100-108.

³³⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 147.

³³⁹ Conforme interrogatório nº 79/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974, 13:00-17:00.

atuação na área metalúrgica. O nome João de Deus para o comitê central do PCBR foi proposto por Salatiel³⁴⁰.

Em junho de 1968, o grupo do PCBR atuante na Guanabara, aumentou numericamente com a entrada de diversos militantes da AP (Ação Popular). Porém, em meados de agosto, um dos dirigentes do PCBR, Jover Telles, deixou definitivamente o partido para ingressar no PC do B e o seguiram Helena e Geraldo. O PC do B possuía uma política de apoio incondicional à China, e embora críticos à União Soviética, também aceitaram a intervenção na Tchecoslováquia. Essas saídas geraram uma perda significativa de militantes do PCBR.

Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia aliciamento na Guanabara para o PC do B. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que a reunião tinha a finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas se podia prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade³⁴¹.

Jover Telles viveu um período com essa vida dupla entre os dois partidos até sua cisão definitiva para o PC do B, publicando uma carta aberta convidando os militantes do PCBR a mudarem de partido.

Se as formulações do Programa já embutiam a futura luta interna, a cisão incubada dos adeptos do PC do B se expôs sem demora. Mal acabava de ser fundado, Jover Telles, eleito membro do seu comitê central, passou a combater abertamente o PCBR e a propor aos militantes o ingresso no PC do B. Na edição de 25 de agosto de 1968, o Jornal do Brasil publicou longos trechos do documento “Um reencontro histórico, lançado pelo pretense comitê estadual da Maioria Revolucionária do PCB da Guanabara”. O documento respondia afirmativamente a uma carta do comitê central do PC do B, que convidava os divergentes cariocas a se agruparem sob sua bandeira. Em capítulo especial, o PCBR era acusado de foquismo e chamado de “(...) aborto da ideologia da pequena burguesia e materialização da terceira posição entre o marxismo-leninismo e o revisionismo”³⁴².

Em resposta a provocação de Jover Telles, o PCBR publicou uma carta de protesto:

³⁴⁰ Conforme interrogatório nº 79/74 de Jarbas Amorim de 08 de maio de 1974, 13:00-17:00, p. 9.

³⁴¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 102.

³⁴² Idem, p. 104.

Na edição de 1º de setembro, o *Jornal do Brasil* publicou os trechos principais da réplica do Comitê Central do PCBR. Redigida por Mário Alves, sob o título *Reencontro Histórico ou reles mistificação?* (omitido pelo jornal), a réplica repele a acusação de foquismo e faz análise circunstanciada da questão do relacionamento dos partidos marxistas ainda em luta pelo poder com os partidos comunistas dos países socialistas. Os partidos marxistas – argumentou o PCBR – têm a obrigação da solidariedade com todos os países socialistas, mas precisam também sustentar uma atitude de independência com relação aos partidos comunistas já no poder, sem distinção preferencial por qualquer deles³⁴³...

Bruno Dauster dá sua opinião sobre essa mudança.

Pouco tempo depois da formação do o PCBR, seis sete, oito meses depois de formado o PCBR há um racha do PCBR em que um setor pequeno sai do PCBR e vai para o PC do B. Nesse momento há uma reafirmação muito clara desses conceitos, que são: os conceitos da tomada violenta da luta armada, da formação do partido, da aliança de classes, da etapa, etc. E isso é consolidado num documento aprovado pelo comitê central, mas que é redigido pelo Mário Alves, em que a questão da lua armada estava colocada com todas as letras. Se por um lado havia um discurso muito claro da luta armada, não havia com essa mesma intensidade a prática. E isso, em verdade, outros grupos começam a desenvolver essa prática bem antes do PCBR. No ano de 1968, você já tem ações de cunho armado sendo desenvolvidas por grupos como a COLINA, por grupos como a ALN, por grupos como a VPR - que vai virar o VPR, ainda não era -, e antes disso você tinha tido a guerrilha do Caparaó, você tinha tido alguns atentados à bomba feitos pela AP, então quer dizer esse quadro, era um quadro que atravessava toda a realidade da esquerda, ele não era invenção. O PCBR, em verdade, só vai começar a desenvolver ações de luta armada no ano de 70, Mário Alves ainda era o secretário político e vai ser até janeiro. Então quer dizer, não havia, acho eu, uma distinção nesse tema, havia divergências e havia ritmos, e eu tenho dúvidas quem era o mais convencido de que tinha que fazer ações naquele momento do que Apolônio e Mário Alves³⁴⁴.

A recomposição da direção do PCBR deixou-a da seguinte forma: no secretariado: Mário Alves assumiu a secretaria política; Apolônio passou a ser o secretário de organização e responsável por organizar o comando político militar, entrou Nicolau Tolentino como secretário de agitação e propaganda no lugar de Jacob Gorender, que pediu para sair da executiva para poder escrever um livro, porém continuou na comissão política. Além do ingresso de Getúlio de Oliveira Cabral, René de Carvalho, Luciano de Almeida, Juliano Homem de Siqueira, Marcelo Mário de Mello e Alberto Vinícius Mello do

³⁴³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 104.

³⁴⁴ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 3.

Nascimento (que será deslocado para o Paraná). Os demais membros do comitê central continuaram Bruno Maranhão (PE), que passou a auxiliar Apolônio na comissão militar; Rômulo Araújo Lima (PB), Miguel Batista dos Santos, Salatiel Rolim e Jarbas Amorim³⁴⁵.

O caminho partidário e a luta armada

A decidida preparação revolucionária significava capacitar-se para a luta armada imediata, uma vez que considerava-se não mais caberem avaliações sobre as condições para iniciá-la. O ano de 1968 marcou o ápice das lutas sindicais e das lutas de massas antes do “fechamento” completo pela ditadura militar. O PCBR teve participação destacada nessas lutas de massas, realizando palestras e convocando trabalhadores a participarem de sindicatos já aderentes ao partido, como o dos metalúrgicos do Estado do Rio. Enquanto isso, a ALN, a VPR e a COLINA já estavam envolvidos na escalada de lutas armadas nas cidades, o que acentuou a inquietação a respeito do atraso revolucionário no PCBR e de outras organizações de esquerda ainda não imersas na luta armada³⁴⁶.

Outro tipo de ação utilizada de forma freqüente era a de propaganda política. A intenção poderia tanto ser a de divulgar o pensamento revolucionário como desmoralizar o inimigo... Quando houve o congresso do PCBR, a gente fez uma ação mão armada. A gente tomou a estação de Madureira, a praça de Madureira, para anunciar a criação do PCBR, enchendo de faixas do PCBR na estação de Madureira, toda a praça de Madureira, muita agitação de propaganda. Deviam ter umas cem pessoas, por aí, e foi ótimo, porque é isso aí, tem que fazer isso aí. É uma coisa que me mobiliza³⁴⁷.

Em Dezembro de 1968, na segunda reunião do comitê central do PCBR, que teve lugar em Teresópolis. Nesse encontro foi discutida a possibilidade de mudanças de estrutura do partido. Na fundação do PCBR em, 11 e 12 de abril de 1968, os dirigentes estabeleceram as principais diretivas do partido conforme o seguinte organograma: comitê central → comitês estaduais → comitês municipais → comitês distritais → organização de base. A partir de princípios de 1969 (talvez janeiro ou fevereiro) foi aprovado um plano de reestruturação pelo comitê central; reestruturação que consistia na transformação dos

³⁴⁵ A maioria dos nomes foi pesquisada na dissertação: VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 99-100.

³⁴⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 105.

³⁴⁷ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 6.

comitês estaduais em regionais e dos comitês municipais em comitês de zonas. Em síntese, o PCBR ficou estruturado da seguinte forma: comitê central → comitês regionais → comitês de zona → comitês distritais → organizações de base³⁴⁸.

No final de 1968, Mário Alves, no cargo de secretário-político, viajou para Cuba. Entre outros assuntos, o dirigente pedia auxílio financeiro para o partido poder desenvolver sua tática. Durante o período em que Mário esteve em Cuba, Apolônio ficou como a liderança maior do partido. Então na prática, Mário passou realmente a comandar o PCBR, depois de sua volta de Cuba.

Nesse ano de 1968, as únicas prisões de militantes do PCBR estavam relacionadas ao movimento estudantil. A 12 de outubro, no Congresso em Ibiúna, onde mais de 800 estudantes foram presos, Vítório Sorotiuk e Mauro Goulart eram militantes do PCBR. Posteriormente, a 17 de dezembro foi preso Mauro Daisson Otero Goulart, no Paraná, em função da participação no movimento estudantil³⁴⁹.

No ano de 1969, o PCBR realizou sua implantação rural no Paraná. Dois sítios foram comprados e a direção nacional designou para atuar no local Elionor Brito (da Guanabara), Alberto Vinícius de Melo (de Pernambuco) e alguns militantes de Minas. Juntamente com Manoel Jacinto Correia e outros companheiros da região, procuraram organizar assalariados agrícolas e camponeses dentro das fazendas, com pequenos resultados iniciais³⁵⁰.

O deslocamento de militantes para o Paraná estava vinculado à tentativa de construir bases rurais para desencadear uma guerrilha a partir do campo. O PCBR avaliava que a guerrilha rural deveria ser a base da revolução no Brasil, mas não ignorava a importância da ação militar nas áreas urbanas. No entanto, em função das dimensões continentais do país e das imensas desigualdades regionais, acreditavam que somente uma luta de guerrilhas no campo, e de longa duração, teria possibilidade de ser vitoriosa. Defendiam a concepção denominada “guerrilha popular prolongada”, próxima às concepções chinesas de revolução, embora ressaltassem a importância do papel do movimento de massas na zona urbana. Essa concepção era sintetizada na expressão “cerco

³⁴⁸ Conforme interrogatório nº 79/74 de Jarbas Amorim em 08 de maio de 1974, 13:00-17:00.

³⁴⁹ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 102.

³⁵⁰ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 156.

da cidade pelo campo”. Assim, o PCBR priorizou a transferência temporariamente para os sítios rurais dos dirigentes Apolônio de Carvalho e Salatiel e posteriormente, em junho ou julho de 1969, de Elinor Britto, Seledino Nunes de Oliveira, Henrique Roberti Sobrinho e mais adiante de Alberto Vinícius de Mello Nascimento para assumir funções dirigentes na organização. Segundo Garcia, com sua prisão foi Elinor quem assumiu suas funções de dirigente do PCBR no Paraná³⁵¹.

A respeito das viagens em busca de administrar a atuação em estados distantes como Paraná e Recife, o ex-militante Bruno Dauster conta como tudo funcionava.

Todos eles viajavam. Você tinha comitê central e você tinha o secretariado do comitê central, o secretariado do comitê central eram três pessoas: Apolônio, Mario, e Salatiel. Salatiel praticamente viajava muito pouco nessa época. Apolônio cuidava muito do Sul, São Paulo e Paraná. Mario em parte do Nordeste, mas o pessoal do Nordeste em parte também vinha muito aqui. Tenho a impressão que é isso, não posso jurar, é a impressão que eu tenho. E tinha o resto do comitê central no qual tinha o PC do nordeste, o PC daqui, São Paulo, etc³⁵².

A atuação do partido no Paraná teve uma perda já em abril de 1969, quando o bancário e estudante de direito José dos Reis Garcia, foi preso acusado de tentar organizar um assalto à agência do Banco do Brasil no município de Telêmaco Borba.

Esta ação fazia parte de um plano articulado juntamente com o grupo ligado ao Major Joaquim Pires Cerveira e seria financiada com dinheiro proveniente de um esquema de desvio de uma agência do Leblon, no Rio, através do “bom burguês”... Preso na cidade de Blumenau, para onde foi transferido, Garcia continuou a atividade de dirigente do PCBR dentro da prisão. Com o tempo, adquiriu confiança de um dos carcereiros e à noite (uma vez por semana) pegava carona no carro do malote dos Correios, e retornava antes do amanhecer³⁵³.

No Rio de Janeiro, Jorge Medeiros do Valle, um outro bancário, descobriu uma forma de criar uma fraude fiscal na agência Leblon do banco em que trabalhava (Banco do Brasil) e começou a desviar grandes quantias de dinheiro para o PCBR e MR-8. Jorge Medeiros, apelidado devido a este ato de “bom burguês”, não era ligado a nenhuma

³⁵¹ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 110.

³⁵² Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 11-12.

³⁵³ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 108-109.

organização em particular, mas estava a ajudar aquelas com que tinha algum tipo de contato para que elas não fossem identificadas e destruídas pelos órgãos de repressão.

As expropriações destinadas ao PCBR, que iniciou por volta de agosto de 1968, deixaram o partido sem a necessidade de se expor com assaltos, uma parte do dinheiro foi usada na compra de terras e na manutenção da estrutura (militantes, aparelhos, deslocamentos), uma outra parte foi usada na compra de alguns apartamentos no Rio de Janeiro.

Esta é uma das críticas presentes em mais de um depoimento a Apolônio, eis que ele foi o responsável, na época, por estas aquisições, e isso gerou um problema de liquidez na medida em que a venda de apartamentos era sempre algo demorado e a dinâmica da luta armada e da própria sobrevivência da organização dependia muitas vezes de um retorno financeiro rápido. O próprio treinamento em Sergipe teve problemas em decorrência dessa questão³⁵⁴.

Além dessa opção de investimento, criticada por muitos, também ocorreu o fato de o dinheiro expropriado pelo “Bom Burguês” e entregue ao PCBR, ser intermediado por Salatiel, pessoa de comprometimento duvidoso para alguns militantes.

É inegável que Salatiel era a ponte entre o PCBR e Jorge Medeiros do Valle. Também fica claro que no segundo semestre do ano de 1968 e início de 1969, Salatiel é que, fazia a ponte com o Major Cerveira e com o grupo 26 de Março, com o objetivo de construir uma base militar para a guerrilha no Paraná... Para Apolônio, as ações nas quais Salatiel estava envolvido eram individuais e isto explica em parte os recursos que nunca chegaram ao PCBR e que, na avaliação de Apolônio, foram para outros grupos políticos mais afinados, no momento, com a luta armada³⁵⁵.

A prisão de Jorge do Valle em julho de 1969, cinco dias após sua chegada da Europa, causou uma perda enorme para alguns grupos de esquerda, principalmente para o PCBR, com pouca experiência em luta armada. Bruno Dauster fala da importância do Bom Burguês para o PCBR:

Até um momento dado, durante o ano de 69, a organização podia se manter com o dinheiro do Bom Burguês, do Banco do Brasil que deu uma grana boa. Agora, no

³⁵⁴ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 115.

³⁵⁵ Idem, p. 155-122.

final não tinha tino para administrar, não tinha muita liquidez, comprou uma porrada de imóveis, comprando imóvel a liquidez vai pro c... Conclusão, eu me lembro que em dezembro a penúria era total. Eu gostaria, por exemplo, que quando o pessoal fosse fazer uma ação, todo mundo tivesse dinheiro para que, se desse algum problema, tentasse se virar, cada um pudesse se virar, para mim era uma regra quase que de ouro, pegar um táxi, tomar um avião, poder fazer qualquer coisa. Não tinha dinheiro nem para tomar um ônibus, se tivesse que fugir, ia a pé. A gente tinha que juntar trocado para encher o tanque do carro para chegar na porta do banco para não parar por falta de gasolina. Então era uma penúria total, a gente estava no osso. A gente ia fazer banco porque não tinha mais opção, nenhum tesão em fazer banco, que também é muito perigoso. Acaba que você começa o chamado círculo vicioso. E acaba que você começa ser uma estrutura clandestina cara, você precisa de dinheiro para manter a estrutura, e a estrutura cada vez menor, cada vez mais clandestina, cada vez mais cara, que não leva a lugar nenhum, então você vira cachorro correndo atrás do rabo³⁵⁶.

Como foi visto, a prisão de Jorge do Valle obrigou o PCBR a partir para uma nova fase, a se expor em busca de recursos. Mas a primeira experiência de expropriação já tinha ocorrido.

O começo da imersão na luta armada partiu do comitê regional de Pernambuco. Para despistar, um grupo de fogo se deslocou a João Pessoa e, em maio de 1969, arrebatou de dois funcionários do Banco da Lavoura a valise com um depósito da Companhia Souza Cruz. O fato mereceu publicidade especial por ter sido a inauguração desse tipo de ações no Nordeste. Já no Recife, seguiram-se outros assaltos a agências bancárias e postos de gasolina³⁵⁷.

Esse ato teve a participação de Luciano Almeida e Carlos Alberto Soares, que renderam os dois funcionários do banco de Minas Gerais e levaram o equivalente hoje a uns 600 mil reais³⁵⁸.

O retorno de Mário Alves de Cuba aconteceu em julho/agosto de 1969, tendo na volta uma reunião com o PCR Argentino (Partido Comunista Revolucionário Argentino). A postura de Mário gerou o reconhecimento dos dirigentes do partido cubano, que aprovou o financiamento do treinamento guerrilheiro dos militantes do PCBR, mas estes precisariam ser encaminhados por intermédio da ALN. A viagem não foi tão satisfatória como Mário gostaria, deixou-o um pouco decepcionado. Segundo Gorender: “Ficou claro que a

³⁵⁶ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 13.

³⁵⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 154.

³⁵⁸ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 112.

liderança cubana considerava a ALN como organização preferencial no Brasil. Os resultados da viagem foram pouco satisfatórios e, de retorno da Ilha, Mário se mostrava descontente com o atraso da preparação revolucionário do PCBR”³⁵⁹.

Segundo Juliano, seu pai (Salatiel) procurou por Mário Alves e pediu que o PCBR fizesse algum tipo de seqüestro para libertar um outro militante, Sérgio. Mário Alves disse que não tinha condições, que o PCBR não teria estrutura para organizar uma atividade dessa natureza. “Então, Salatiel foi pedir ajuda a Marighella”³⁶⁰.

O processo de luta interna não caminhou linearmente. A Dissidência de Niterói, então capital do antigo Estado do Rio, foi a primeira a se cansar das discussões: seus militantes juntaram armas, dinheiro, manuais e mochilas e foram para o campo fazer guerrilha³⁶¹.

Em meados de 1969, Mário Alves se transferiu de São Paulo ao Rio. Tivemos nossas últimas conversas. Mário otimista com as possibilidades da luta armada, enquanto eu manifestava com as possibilidades da luta armada, tendentes a distanciar cada vez mais a esquerda do apoio das massas. Trocávamos argumentos de maneira cautelosa, com o sentimento mútuo de que nossas posições se afastavam, mas devíamos preservar a antiga amizade. No momento em que concentrava o pensamento na luta armada, Mário teve sensibilidade para a minha pesquisa de História do Brasil. De Minas, onde atuou durante ano e pouco, trouxe um dossiê de documentação regional... Permaneci em São Paulo, onde o pequeno núcleo do PCBR crescia modestamente. A morte de Marighella (a 4 de novembro de 1969) me convenceu em definitivo de que as organizações da esquerda armada sofriam terrível sangria e deviam cessar os assaltos e atentados, se quisessem evitar o desastre total³⁶².

No final de agosto de 1969, o Congresso ainda fechado, o general Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral. A 4 de setembro, em plena Semana da Pátria, um comando revolucionário seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Por trás do seqüestro, estava a Dissidência Universitária da Guanabara. Um ano antes, em agosto de 1968, o seqüestro do embaixador norte-americano na Guatemala, John Gordon Mein

³⁵⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 105.

³⁶⁰ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 123-124.

³⁶¹ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 197.

³⁶² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 179.

terminou com a morte do diplomata que reagiu aos guerrilheiros. A direção da Dissidência – Daniel Aarão, Flanklin Martins e Cláudio Torres – resolveu arriscar³⁶³.

Até que houve uma resistência da parte de alguns setores na Organização, mas o seqüestro do Elbrick e a divulgação diária pelos jornais das ações de banco, roubo de armas e outros feitos praticados pelas demais organizações (ALN, VPR, VAR, MR-8), nos colocavam numa posição secundária. Nossos militantes olhavam um para a cara do outro ao término de uma cansativa reunião para discussão de trabalho político, e mesmo sem dizer nada a pergunta que pairava no ar era apenas uma: “E nós, quando é que vamos entrar nesta? Já estão nos chamando de reformistas”... O clima quente em que se vivia era este, de um lado o cerco da repressão e de outro o tropel que vinha da própria esquerda, enquanto tentávamos reorganizar as frentes de trabalho que sobraram das duas grandes quedas³⁶⁴.

Devido a pressão, o PCBR, tentando disputar bases políticas, se sentia na obrigação de organizar algum tipo de ação. Resolveram destruir o palanque montado para as festividades do dia 7 de setembro em Recife. A ação ocorreu na madrugada do dia 6 para o dia 7. O palanque estava situado na principal avenida de Recife, Visconde da Boa Vista. A intenção era que quando as autoridades chegassem de manhã para as festividades, só encontrassem os destroços do palanque. Por muito pouco a dinamite não explodiu dentro do carro. Mesmo assim conseguiram acertar o alvo com a dinamite e fugir do local. Na manhã do dia seguinte, os integrantes viram o estrago que fizeram: apenas um simples buraco no tablado, facilmente resolvido. Isso devido a falta de experiência dos militantes, que jogaram a dinamite de cima para baixo. Luciano e Francisco de Assis, que participaram do atentado, juntamente com inúmeros outros militantes da organização teriam uma reunião com Mário Alves que estava em Recife³⁶⁵.

Foi uma pressão insuportável, eu me lembro, a gente tinha uma pressão insuportável, porque, a nível da base, reclamavam que todo mundo está fazendo alguma coisa e nós, nós não vamos fazer. E aí no dia, a gente tinha que fazer para dar satisfação para o público interno. Oh, gente estamos aí, tem jogo, porque senão, era uma pressão insuportável, era uma pressão muito grande de cobrança, está todo mundo colocando para quebrar e a gente está fazendo o que, o que agente está fazendo, era um troço assim complicadíssimo. Você chegar e dizer para o pessoal, oh, está tudo direitinho, mas não é o momento. Havia uma pressão muito grande, e

³⁶³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 166-170.

³⁶⁴ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 104.

³⁶⁵ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 113-114.

essa pressão que você sentia na prática. No dia a dia, você sentia claramente essa pressão. A pressão era muito grande. A gente estava fazendo coisas. Mário estava organizando um pessoal no Pico do Papagaio, nós estávamos apoiando outros grupos, a pressão para fazer era muito grande... O peso maior não era o peso de uma ou outra pessoa. O peso maior era o peso de baixo, o peso de baixo era barra. Porque dizer que não estava fazendo nada, estava esperando unir condições, não era uma coisa muito justificável não, o pessoal reagia muito mal, com alguma razão, não pensa que fosse uma coisa fácil, no dia a dia era muito complicado. Porque o pessoal não queria e estava achando que ia perder o bonde porque os outros já haviam tomado o bonde, era complicado. Eu acho que a pressão não era em cima, a pressão em cima teria sido perfeitamente administrada. Poderia ter tido problema com Pernambuco, mas a pressão era de baixo³⁶⁶.

Uma outra expropriação no Nordeste, desta vez em Olinda, ocorreu em outubro de 1969. Com a participação de Rholine Sonde Cavalcante Silva; Carlos Alberto Soares, Alberto Vinicius Mello do Nascimento e João Mauricio de Andrade Baltar, os militantes assaltaram um carro transportador de dinheiro da Souza Cruz. Nessa operação, houve um tiroteio e morreu Nilson Lins, gerente da firma. De acordo com Luciano de Almeida, foram comprados 60 revólveres com o dinheiro expropriado. Já é o início da fase mais ofensiva do PCBR no que diz respeito a ações militares³⁶⁷.

Ainda em 1969, outras iniciativas foram tomadas no Nordeste brasileiro, visando criar condições para a luta armada rural. Em Sergipe, foi organizado um treinamento militar em uma área rural emprestada. Seus responsáveis foram Getúlio de Oliveira Cabral (que havia feito treinamento em Cuba). “Aroeira”, (cujo nome verdadeiro não foi identificado) e Bruno Maranhão. Segundo Bruno, o primeiro problema é que o comitê central não mandou a quantia que havia sido acertada (o que levou Theodomiro, então seminarista, a expropriar o dinheiro da Igreja em que atuava para ajudar a financiar a atividade prevista). O dinheiro não foi mandado porque estava imobilizado em função do investimento que a direção do PCBR havia feito na compra de apartamentos. A solução foi buscar ajuda financeira junto a simpatizantes ligados à classe média e reduzir os custos previstos. Esse processo envolveu aproximadamente 25 pessoas, na quase totalidade camponeses, e o dinheiro arrecadado foi gasto basicamente em gasolina, munição, farinha, charque e arroz, sendo que o leite vinha da própria fazenda. Durante o treinamento, surgiu um outro problema. Já ao final, no quinto dia, um dos militantes teve um “surto” e entrou em crise. Dizia que queriam matá-lo e fugiu

³⁶⁶ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 12.

³⁶⁷ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 128.

mata adentro. Ainda tentaram cercar a mata durante a noite, mas não conseguiram detê-lo. Nessa mesma madrugada, cortaram todas as árvores que tinham buracos de bala, enterraram o armamento e apagaram todos os vestígios do treinamento. Estava desmobilizada a ação de treinamento militar.

Nesse mesmo período, um militante foi enviado ao interior de Goiás para fazer um levantamento de fazendas que estivessem à venda. Como os órgãos de informação já estavam atentos à movimentação nessa região, ele foi preso pelo delegado de um município do interior de Goiás. O codinome do referido militante do PCBR era Zé Pretinho, nordestino de origem, morador da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro³⁶⁸.

Apesar do aumento de atentados pela esquerda, não se via um apoio declarado da população, que possibilitasse parecer um avanço contra o regime político. E devido a esse ponto o PCBR estava dividido. Havia um forte debate dentro do comitê central sobre a conjuntura política e a validade das ações armadas.

Jacob Gorender, a partir de um estudo sobre a economia brasileira, já identificava um crescimento econômico e avaliava que a classe média brasileira não iria se envolver na luta contra o regime em função deste fator. Junto a Gorender, Apolônio de Carvalho, Marcelo Mello e outros defendiam a mesma posição. Em São Paulo, estado onde Gorender era o principal dirigente, não houve nenhuma ação militar do PCBR. De outro lado, Mário Alves, Salatiel Rolim, Bruno Maranhão e outros, principalmente a juventude localizada no Nordeste, defendiam uma maior ofensiva na questão militar. Mário Alves, embora com posição bem distinta das de Gorender e Apolônio, ainda buscava costurar uma relação entre os chamados “jovens nordestinos” e o outro setor do partido. Achava que não poderia abandonar os jovens sozinhos em uma aventura, embora também demonstrasse receio de uma ação mais ofensiva sem estruturas adequadas³⁶⁹.

Gorender confirma essa divisão do partido.

O comitê central já se dividia francamente, diante da pressão vinda, sobretudo do pessoal do Nordeste. Mário esteve em setembro no Recife e decerto ficou motivado pelo entusiasmo dos jovens companheiros pernambucanos. Apolônio de Carvalho se colocou em oposição e seu currículo de combatente da guerra civil espanhola e da Resistência Francesa não o protegeu da pecha de oportunismo de direita. Sob

³⁶⁸ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 110-111.

³⁶⁹ Idem, p. 125.

sua chefia, uma comissão elaborou uma proposta de linha militar, que a direção e muitas bases julgaram fraca, motivo por que ficou relegada à categoria de esboço e material de estudo. As posições se extremaram após o assalto fracassado ao Banco Sotomaior, em dezembro. Convocou-se uma reunião do comitê central para meados de janeiro de 1970³⁷⁰.

A mesma percepção teve Bruno Dauster, a de que, embora houvesse só um PCBR, a dificuldade de comunicação através de encontros e reuniões e devido a imensidão do Brasil, gerou diversas linhas distintas de organização e atuação.

Havia dois PCBRs diferentes, dois ou três talvez em 69, no Brasil. Havia um PCBR na cidade do Rio de Janeiro, havia um outro PCBR, essa é minha opinião, não engaja a opinião de ninguém a não ser de minha pessoa, outro no resto do Rio de Janeiro e havia um terceiro PCBR no Nordeste. Depois teve um no Paraná, razoavelmente procurado, mas era reflexo do Rio de Janeiro. Havia um outro PCBR em São Paulo, havia um outro PCBR em Minas. Não importa, vamos ficar nesses três mais importantes. O apoio de São Paulo porque tinha o Gorender, porque um monte de gente importante, tinha o Sergio Fisher, tinha muita gente que vale a pena. Então, havia um PCBR em São Paulo, havia um PCBR na cidade do Rio, havia um PCBR em Niterói e no Estado do Rio, eram diferentes. A identidade dele se fazia essencialmente naquilo que te falei, de etapa, do caminho da revolução. Fora isso, as práticas, as táticas, as estruturas organizacionais do ponto de vista da forma, da formação do discurso eram bastante distintas. Com o processo de repressão, acabou havendo uma fusão de uma parte do que era o PCBR da cidade do Rio com o que era uma parte do PCBR do Nordeste, principalmente Pernambuco. E tinha em diversos outros lugares, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, principalmente Pernambuco e parte do que era do Paraná. E aí houve uma mudança muito grande, e aí preponderou efetivamente o que era... Digamos que enquanto Apolônio e Mario Alves estavam no comando do PCBR eu acho que a expressão principal do PCBR era uma fusão entre o que se pensava na cidade do Rio e que se pensava no estado do Rio e marginalmente o que se pensava nos outros lugares. A partir da queda do comitê central em janeiro de 70 e da prisão de Apolônio e do Mario, etc, e toda a reestruturação que veio, você teve uma dominância de um pensamento que era muito mais parecido com o pensamento de Pernambuco e em parte do Paraná, do que o pensamento do Rio. Então isso mudou, não houve uma mudança só de pessoas, houve uma mudança de compreensões da realidade³⁷¹.

No final de 1969, alguns integrantes do Movimento Armado Revolucionário (MAR), após fugirem da prisão de Lemos de Britto, integram o PCBR. Eles, sem muitas opções, buscaram contato com a ALN e com a VPR, e por intermédio de Preste de Paula acabaram por ingressar no PCBR. Estes, como o caso de Capitani que fora militar e já tinha

³⁷⁰ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 179.

³⁷¹ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 11.

participação da guerrilha do Caparaó, deram uma perspectiva para outros militantes que buscavam a luta armada imediata.

As iniciativas autônomas do pessoal do Nordeste suscitaram na militância do PCBR da Guanabara e do estado do Rio sentimentos de frustração pela inação e de insatisfação com a direção nacional. Após o desmantelamento do MAR, um pequeno núcleo de subalternos das Forças Armadas ingressou no PCBR. Entre ele, Antônio Prestes de Paula, Marco Antônio da Silva Lima e Avelino Capitani. A presença desses ex-militares só fez incrementar a pressão pela luta armada imediata. Afinal, quebrou-se a resistência dos dirigentes e ativistas, como Apolônio de Carvalho, que viam em semelhante imediatismo um caminho contra-indicado³⁷².

Apolônio faz uma autocrítica sobre a falta de contato, de intercâmbio entre os diversos grupos de esquerda existente nesse período.

... Nós não chamamos a um debate com as organizações do partido, do PCBR. Não procurávamos o debate com outras entidades da nova esquerda. Não nos enriquecíamos, de um lado e de outro, com a experiência, com a vivência dos problemas; e com a criatividade das outras entidades; e, também dos vários escalões e níveis de organização de nossa própria entidade. E ficamos, portanto, numa luta externa. Aí, a luta de opiniões, ela é profundamente sufocada nos seus efeitos, na sua vitalidade, no seu caráter enriquecedor; porque ela está estéril, e inclusive, numa posição de duas seitas em confronto. Eu acho que isso foi ruim. E, sobretudo, isso traz uma certa degradação da imagem do militante. Porque passa a não ter confiança nela. Eu digo isso, com todo respeito pelos companheiros; mas eu estou fazendo, sobretudo, a minha autocrítica...³⁷³

As prisões de Apolônio de Carvalho e de Mário Alves

A falta de recursos para manter o partido levou o grupo a organizar uma nova expropriação. O banco escolhido foi o banco Bamerindus, na Vila da Penha, Rio de Janeiro. O grupo estava confiante, pois no mesmo dia 16 de janeiro de 1970 a ALN já obtivera sucesso numa expropriação a um banco no Méier. Apesar da confiança, a ação foi desmobilizada na hora e passou para o dia seguinte.

Na tarde do dia 17, novamente os militantes responsáveis pelo bloqueio dos telefones dos bares e farmácias próximos do banco, com a intenção de retardar a chamada

³⁷² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 155.

³⁷³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em Gravação nº 26, p. 3-4.

da polícia, se posicionaram. Álvaro Caldas que participou da ação emprestando o carro e no bloqueio dos telefones, contou o fato em detalhes.

Às três da tarde, um fusca parou na porta do banco Bamerindus. Lúcio permaneceu ao volante e desceram Juliano, Sandália, Pedro e Valter³⁷⁴. O carro de cobertura, também um fusca, ficou a cerca de 10 metros de distância. Vicente estava ao volante, acompanhado do Marco Antônio, Rubens e Garcia.

O grupo ia fortemente armado. Os que entraram na agência levavam armas curtas, revólver e pistola, e os da cobertura, dentro do carro, estavam com armas longas: fuzis M-2 e uma *Winchester*.

Ao entrar na agência, o assalto foi anunciado, sem qualquer reação. A ação não durou mais do que dez minutos. Do carro de segurança, Marco Antônio desceu e caminhou calmamente até a farmácia, onde comprou um remédio. O único momento de nervosismo foi com a aproximação de um contínuo, mas foi rapidamente colocado para dentro da agência por Juliano, que estava na entrada.

Em plena avenida Brás de Pina, os quatro militantes saíram do banco com grandes sacolas contendo segundo os jornais da época, 79 mil cruzeiros. Nervosos se atrapalharam para entrar no carro, com os sacos de dinheiro, mas se ajeitaram e o carro partiu, com o de segurança atrás. Em um momento combinado os carros se separaram. Os ocupantes do primeiro carro fizeram a operação de transbordo, passando do veículo roubado para outro legal e conseguiram fugir, indo cada integrante para seu esconderijo.

O carro de segurança tomou a direção de uma tranqüila rua da Penha, onde foi abandonado, e trocado por um veículo legal, um fusca vermelho. Até o momento, a operação estava perfeita, mas, o plano ainda previa uma segunda troca de carro. No momento em que os militantes saíram do carro e caminhavam para o terceiro carro, passou um camburão da PM, que fazia uma ronda de repressão ao tóxico, e os militantes se precipitaram. Alguém gritou “sujou”, e os dois que haviam saltado primeiro, Marco Antônio e Garcia, ficaram no meio do caminho, ficaram indecisos, mas acabaram fugindo. O Rubens voltou com o saco plástico contendo as armas, jogou-se ao lado do motorista Vicente e disparou nervoso, avançando sinais, com o camburão atrás. Ao chegar na praça

³⁷⁴ Como muitos militantes usavam vários nomes de guerra, muitas das vezes igual a de outros militantes, preferi deixar com os nomes que aparecem no livro *Tirando o Capuz*, de Álvaro Caldas, para evitar alguma injustiça.

Aquidauana, em Vicente de Carvalho, após avançar mais um sinal para entrar numa rua de mão dupla, bateu de frente em outro fusca e capotou três vezes.

Do outro carro saiu um japonês enfurecido, que já se aproximou dando socos no Vicente. Dentro do carro, Rubens voltava a si depois do choque na cabeça no vidro dianteiro, provocando um corte na testa. Ex-militar, experiente, decidido, participante da frustrada guerrilha de Caparaó, ele manteve o controle e logo se refez da batida.

Com a chegada do camburão, iniciou o tiroteio. Um sargento da PM, que estava com um revólver na mão, levou um tiro no peito, vindo a morrer dez dias depois. Rubens foi baleado na mão e fugiu em direção a uma favela próxima. Apesar do grande cerco depois montado para capturá-lo, ele conseguiu se esconder ficando 24 horas pela favela.

O jovem motorista viveu um drama diferente e ficou sem reação. Estudante e bancário, guerrilheiro inexperiente, Vicente foi cercado, preso e conduzido ao DOPS. Lá, antes mesmo de entrar no gabinete do secretário de Segurança, general França, Vicente levou uma coronhada que lhe abriu a cabeça. Do DOPS foi levado para o DOI-CODI, na Barão de Mesquita. “A postura de Paulo Sérgio Paranhos foi considerada como muito ruim. Ele foi muito torturado e revelou importantes informações”³⁷⁵.

Com a notícia da prisão de Paranhos, os militantes saíram dos apartamentos conhecidos por ele e foram avisar os outros. Na precipitação das providências, parte substancial do dinheiro, cerca de Cr\$ 65 mil, foi levado para um apartamento em Ipanema onde o Vicente havia morado, e lá, pouco depois, recuperado pela repressão.

Num apartamento no Grajaú, onde Lúcio estava escondido, foram levados cerca de 14 mil, em notas de valor menor, fazendo um grande volume e dando a impressão de ser muito mais. Mariana, Fernando e Mauro pegaram o carro e partiram numa operação para salvá-lo. Lucio pegou o dinheiro e as armas, jogou num caixote e acomodou no banco traseiro do carro.

Sandália insistia em passar primeiro no apartamento do Juliano, na rua Baronesa de Uruguaiana, Lins de Vasconcelos, a fim de avisá-lo, encontrando resistência no Mauro, mas foram. Ao se aproximarem do quarteirão onde ficava o prédio de três andares viram que a área já estava cercada por policiais e foram reconhecidos, iniciando uma acidentada correria para fugir à perseguição de um veículo da repressão.

³⁷⁵ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 157.

Eles conseguiram chegar à avenida Presidente Vargas, mas o nervosismo levou o Mauro a parar o carro, alegando falta de condições mecânicas para prosseguir. Após uma série de discussões a chave do carro quebrou, tendo que abandonar o veículo. Lúcio e Sandália carregando o caixote com o dinheiro e as armas, entram num táxi e foram para a Zona Sul. O motorista, a pedido deles acelerou, pois precisavam garantir a última possibilidade de contato com a Organização naquela noite, em um ponto marcado no Leblon. Na altura do Jardim Botânico, o motorista do táxi avançou o sinal e colidiu com outro táxi. Enquanto os dois motoristas discutiam, Lúcio e Sandália arrastam o caixote com notas de dez cruzeiros caindo pelo chão, fogem dos primeiros curioso que se aproxima e conseguem pegar outro táxi.

Em Lins de Vasconcelos, Juliano preparava-se para abandonar o apartamento que dividia com Vicente quando percebeu que o prédio estava cercado. Preparou-se pra sair pela porta de serviço quando deu de cara com um soldado da equipe do CODI, que se adiantou e tentava invadir o apartamento pelos fundos. Na troca de tiros, o soldado foi baleado e morreu no local. Militante experiente, Juliano fugiu pulando um muro lateral que dava para a rua. Sem camisa e descalço, se escondeu até conseguiu um táxi. Ante o espanto do motorista, explicou que havia perdido tudo numa casa de jogo. O motorista riu, disse que conhecia a casa e comentou que o jogo lá era pesado mesmo.

Ainda no mesmo local do confronto e da morte, os agentes do CODI percorreram com o solitário prisioneiro os demais apartamentos do prédio da rua Baronesa de Uruguaiana. Em cada um deles a cena se repetiu: na sala, ante os olhares aterrorizados dos moradores, o preso foi apresentado como terrorista e submetido a um brutal espancamento³⁷⁶.

As ordens que os dirigentes passavam para os militantes eram de agüentar a tortura, mas caso não fosse possível, tentar segurar pelo menos por algumas horas para que os outros militantes pudessem fugir. Na prisão de Paranhos, aconteceu isso, ele não agüentou a tortura e revelou importantes informações, porém conseguiu segurar durante um tempo. No entanto, Paulo Prestes de Paula, resolveu esperar um pouco mais e a polícia chegou ao local meia hora depois do horário limite tratado. Apesar do vacilo de Prestes, ele conseguiu fugir pulando um muro. Procurou um contato em Copacabana e depois ele foi para a casa de um

³⁷⁶ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro. Garamond, 2004, p. 161-164.

antigo militante operário, no município de Nilópolis, no Rio. “A consequência maior da prisão de Paulo Sérgio Paranhos (Pauleco) será a ida para a clandestinidade de diversos militantes”³⁷⁷.

Nesse momento, Prestes manteve contatos com Luís Alberto de Sá Benevides, bancário e membro da direção regional que, posteriormente, foi deslocado para o Nordeste. Beбето buscou levantar fundos para transferir militantes para outras regiões e organizam uma expropriação ao banco Real e de Crédito de Minas Gerais³⁷⁸, em Niterói. Participaram da ação bem sucedida: Prestes, Getúlio Cabral, Sandália e Bruno Maranhão. Eles deixaram o dinheiro no Rio e pegaram uma Kombi para Salvador.³⁷⁹

No mesmo dia do assalto ao banco Bamerindus, no Rio, que ocasionou a prisão de um dos participantes da ação, casaram-se dois militantes do partido, Carlos Alberto Soares e Rosa Soares. Após a festa na casa de um dos sogros, os recém casados partiram para o novo esconderijo. Ao chegar em casa, Carlos Alberto saiu para um compromisso naquela noite com o partido (um roubo de carro para uma ação posterior)³⁸⁰. Um outro militante Raimundo Teixeira Mendes também casou nesse período, no dia 19 de dezembro. “Eu estava num processo de desligamento do PCBR, e aí casei no dia 19. Casei exatamente num momento complexo, o assalto foi dois dias antes, e o Pauleco caiu, foi preso”³⁸¹.

Raimundo e sua esposa passaram quase vinte dias de lua-de-mel no interior de São Paulo, e no dia de retorno, ele foi preso.

Eu tinha sabido, inclusive pelos jornais, eu abri o jornal, lá em São Paulo, no interior de São Paulo onde eu estava, e vi a fotografia do Benevides, do Álvaro Caldas, da Sueli Caldas, a fotografia deles, no jornal e dizendo que eles estavam sendo procurados³⁸².

Raimundo foi preso no dia 5 de janeiro de 1970. Ele foi levado para o DOI-CODI, um prédio branco de dois andares na Rua Barão de Mesquita, 425, Tijuca. Segundo o

³⁷⁷ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 140-141.

³⁷⁸ Este banco era de propriedade Magalhães Pinto. Ele era governador de Minas Gerais quando as tropas do III Exército saíram e foram ao Rio de Janeiro para dar o Golpe de abril de 1964.

³⁷⁹ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 140-141.

³⁸⁰ Idem, p. 215.

³⁸¹ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p.153.

³⁸² Idem, p. 154.

próprio Raimundo, ao ser torturado, ele só falou que trabalhava no setor de logística, mas nenhuma informação comprometedora.

A passagem de ano para 1970 chegou longe de ser tranqüila para a maioria das organizações da esquerda brasileira. Deviam defender-se dos golpes cada vez mais certos da repressão policial e enfrentar a luta interna em suas fileiras, agora impelida pela própria prática da guerrilha urbana. O PCBR foi uma das organizações mais balançadas naquela passagem de ano³⁸³.

O governo militar fez uma forte pressão e prendeu diversos militantes da esquerda no início de ano. No domingo de 11 de janeiro de 1970, Salatiel Rolim foi preso em Duque de Caxias, com outras duas pessoas.

Dentro de um cinema da Baixada Fluminense, Salatiel Teixeira Rolim foi apanhado por uma batida policial e entregue ao quartel do exército na Rua Barão de Mesquita. Um dos fundadores do PCBR e membro de sua direção nacional, havia meses que Salatiel deixara de manter contatos com o partido. Aproximou-se da ALN e se entendeu com o próprio Marighella. Por norma de segurança clandestina, os aparelhos que ele conhecia precisavam ser desativados, o que não se fez devido a evidente negligência. Depois de muito torturado, Salatiel abriu a localização de aparelhos do PCBR e também dos dois sítios comprados no Paraná. A partir de 12 de janeiro começaram as prisões, que arrastaram Apolônio, Miguel Batista e outros membros da direção³⁸⁴.

Poucas semanas antes de ser preso, Salatiel, por intermédio de ajudantes realizou uma arrecadação de dinheiro, alegando necessidade para resgatar um outro militante que havia sido preso. Mas segundo entrevistados, isso foi uma armação para conseguir dinheiro: “Eles estavam sem dinheiro, estavam precisando de dinheiro, e em vez de pegar uma arma, transar alguma coisa, ir num banco, eles fizeram o seguinte: simularam uma prisão, e inventaram uma história que tinham que arrumar um dinheiro para ele ser solto”³⁸⁵.

A questão da saída de Salatiel foi um assunto que Apolônio e Mário não definiram com clareza. Salatiel não mantinha mais contato com o PCBR, mas não pediu o desligamento do partido. O problema foi que no momento a comissão executiva estava dividida em dois grupos: os que buscavam a priorização da luta armada urbana imediata e

³⁸³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 179.

³⁸⁴ Idem, p. 180.

³⁸⁵ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 147-148.

os que achavam melhor realizar um trabalho maior no campo. O grupo que buscava a luta armada era composto por Salatiel, Mário Alves e Nicolau Tolentino. O outro grupo era composto por Miguel Batista, Apolônio e Jacob Gorender. “Se nós pedimos, solicitamos o seu afastamento, isso quer dizer que nas próximas reuniões, não são mais três a três contra um elemento flutuante. São três a dois, a superioridade muda”³⁸⁶.

Neste contexto, Apolônio mostra um profundo sentimento ético e de respeito político na conduta tanto dele como de Mário Alves. De um lado, Apolônio não pede o desligamento de Salatiel com medo que isso fosse confundido com a busca de uma maioria na direção através de métodos burocráticos e não pelo convencimento político. De outro, Mário Alves, que se encontrava em uma posição de confronto com Apolônio e Gorender, defende o desligamento de Salatiel, mesmo sabendo que isto o levaria a ficar com a minoria da direção do partido. Esse tipo de comportamento está muito vinculado à luta anterior que eles travaram dentro da direção do PCB contra um tipo de método de trabalho em que as questões éticas muitas vezes eram deixadas de lado em função das disputas políticas e ideológicas e na qual muitas vezes a busca da manutenção da maioria implicava qualquer tipo de ação³⁸⁷.

Assim, os dirigentes que buscavam a composição de grupos rurais consideravam que se pedissem o afastamento de Salatiel seriam interpretados como buscando vantagem no encontro. E a aproximação que Mário Alves tinha com Salatiel também retardou o pedido de exclusão do Salatiel. “Mário era o secretário político do partido. Havia sempre um consenso, agora muitas vezes Salatiel fechava com ele, então Salatiel era bem militarista essa época, talvez dos três, quem estava pressionando mais era Salatiel”³⁸⁸.

Ele (Salatiel) fazia parte da Comissão Executiva, era componente de uma das metades da Comissão Executiva, que tinha determinadas posições em contradição com a outra metade; foi encarregado de uma tarefa no Paraná; e demorou a voltar do Paraná. A partir de um momento dado – era o que eu dizia antes – nós responsáveis pela direção, nós dizíamos: “Bom, é uma situação anormal, ele não vem às nossas reuniões e sabe a data, ele não dá notícias concretas – ele demorou 20 dias, um mês, vamos colocá-lo em escanteio. E vamos tomar as medidas de segurança necessárias”. E aí é que entra o elemento de erro que, digamos assim, a preocupação com elementos de ética pessoal (porque nós achávamos, de nosso

³⁸⁶ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 120.

³⁸⁷ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 123-126.

³⁸⁸ Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 11.

lado, que colocá-lo fora da direção naquele momento, em função dessa ausência, era deliberadamente passarmos a modificar a correlação de forças na direção num momento em que se discutiam coisas que pareciam decisivas para a organização, como ficar na cidade ou ir para o campo, etc.) E com isso, nós colocávamos em segundo plano a ética partidária, os interesses partidários, a segurança partidária, que deveria primar sobre esses aspectos mais de caráter pessoal, mas que no fundo, poderiam levar às surpresas ultra-negativas que nós tivemos de enfrentar³⁸⁹.

A prisão de Salatiel foi uma perda enorme para o PCBR, principalmente pelo fato dele ter um conhecimento muito grande sobre os principais “pontos” e planos do partido, e sob tortura Salatiel revelou os endereços do PCBR. Apesar do longo tempo que ele já estava ausente da organização, os dirigentes e militantes não abandonaram os esconderijos, permaneciam se encontrando e morando nos mesmos lugares.

Raimundo ficou na mesma cela de Antônio Carlos de Carvalho, no prédio do DOI-CODI. Os dois estavam numa cela próxima à sala de tortura, E puderam ouvir grande parte das torturas de Salatiel, de Mário e de Apolônio.

No segundo andar era exatamente onde os oficiais, cabos, soldados do Exército e os elementos civis torturavam os presos políticos. Era numa sala ao lado da cela em que nós estávamos presos. Por causa disso é que nós, que estávamos ali, assistimos todo o processo de tortura de vários companheiros. Não só a do Apolônio, mas assistimos não só o processo de tortura de morte do Mário Alves, e a tortura do Salatiel Teixeira Rolim, a tortura do Nicolau Tolentino e do Miguel Batista. Todos esses companheiros eram dirigentes do comitê central do partido. Assistimos ainda o processo de tortura do companheiro Romeu Bertold, que era um militante que tinha vindo do Paraná; tortura do companheiro Plínio Batista, que também era companheiro do partido³⁹⁰.

Elio Gaspari descreve a descrição sobre o prédio do DOI-CODI.

No fundão do pátio ficava uma edificação de dois andares. Modesto de tamanho, equivalia a um distrito policial. À esquerda de quem entrava, havia uma sala grande, iluminada. Era a central de operações. Num painel, registravam-se as informações de “pontos” e aparelhos recebidas pelos interrogadores. Lá se decidia a saída das equipes de busaca. À direita havia um corredor, e nele ficava a Sala Roxa, ou ainda a boate. Tinha um globo de luz azulada colocado acima de sua porta e entrada. Quando estava aceso, só podia entrar quem estivesse relacionado com a investigação. Um vidro espelhado permitia que da sala ao lado se acompanhasse a movimentação da boate... No fundo do corredor havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela

³⁸⁹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 139-140.

³⁹⁰ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 149.

gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento podiam ser levados para a Sala Roxa³⁹¹.

Salatiel que foi levado a Barão de Mesquita, começou a ser torturado no fim da tarde, o que durou até o dia seguinte. Raimundo fala sobre as dificuldades de Salatiel segurar as informações no momento tão difícil como é a tortura.

O Salatiel teve um comportamento bastante comprometedor... Ele entregou a Inhangá, entregou a rua do Trabalho, entregou a Emengarda, em Lins de Vasconcelos, onde caiu o Ivo por causa disso. Caiu o Isaias... Eu acho que no próprio domingo, a repressão foi a rua do Trabalho e lá prendeu o Romeu Bertold e a Sueli. Foram levado pra PE. Isso foi dia 11, logo depois caiu o Ivo. O Ivo caiu, porque ele abriu, depois caiu o Romeu e a Sueli, por causa do negócio da rua do Trabalho. Aí veio o Apolônio e veio o Correia... A questão da rua do Trabalho, onde o Apolônio foi preso, na Penha e onde foi preso o casal, o Bertold e a Sueli. Que eram companheiros que tinham vindo do Paraná. Num determinado momento da tortura do Salatiel, perguntando muito pra ele sobre o problema do aparelho dele, ele abriu um aparelho. E disse que era a rua do Trabalho, número tal.³⁹²

Raimundo apesar de não ter escutado Salatiel falado no nome do Mário Alves, tem grande desconfiança que ele entregou o endereço do Mário.

E tinha um episódio muito complicado, que até hoje ninguém explica, e eu não explico, que é o problema de um ponto que ele abriu, dizendo que tinha um ponto com o Marighella. Marighella já tinha morrido, mas que era um ponto que ele tinha marcado 3 meses depois com Marighella... eu sempre tive uma desconfiança muito grande de que o Salatiel tinha entregue o ponto do Mário Alves. Sempre tive essa desconfiança muito grande... Ele não falou em momento nenhum no Mário Alves. Não abriu o ponto dizendo que tinha ponto com o Mário Alves. Mas ele disse que tinha um ponto com o Marighella. Porque os caras tinham dito isso. “Você tinha contato com o Marighella, você recebia dinheiro da ALN. Você passava o dinheiro pro PCBR. Nós queremos que você nos dê os pontos que você tinha como Marighella, os pontos que você tinha com a ALN.”... O Marighella já tinha morrido e ele não sabia quem é que iria nesse ponto, mas que ele tinha um ponto com a ALN. E abriu um ponto debaixo de uma ponte de trem, na Central do Brasil, ou era perto da Central do Brasil, um negócio desse. Que era perto de uma linha de trem, numa ponte³⁹³.

Na cadeia Raimundo teve uma conversa com Salatiel, questionando as informações reveladas sob tortura.

³⁹¹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada** São Paulo: Editora Schwarcz, 2004, p. 170-171.

³⁹² Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 111.

³⁹³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 103-104.

Ele (Salatiel) explicou esse negócio da rua do Trabalho e responsabilizou o Apolônio e o Mário Alves pelo fato de conservarem o aparelho e disse que o Apolônio era culpado da sua própria queda porque foi num lugar que ele sabia que era um lugar “queimado”. Isso foi o que ele disse. Com relação à rua Inhangá, era um aparelho do FLN (Força de Libertação Nacional), que teria sido emprestado pro PCBR em um determinado momento, pelo Cervera... E que esse aparelho, igualmente o aparelho da rua do Trabalho, era um aparelho que jamais poderia continuar sendo utilizado pelo PCBR, não só porque era utilizado por várias organizações, como nada que tinha passado pela mão dele e que ele tenha passado pelo PCBR porque ele se desligou da organização, a organização não tinha mais controle sobre ele... Então, ele justificou todos os troços que ele abriu, assim como a rua do Trabalho, a rua Inhangá, a Emengarda, ele disse que era um aparelho que a organização já não utilizava mais porque o Mário tinha morado lá e já tinha se mudado... Ele disse que abriu essa casa da rua do Trabalho porque já tinha queimado, não era mais aparelho do partido. A rua Inhangá porque era da FLN, tinha queimado, não era mais aparelho de ninguém, o partido não tinha mais nada a ver com isso... E a Emengarda, ele abriu porque era um aparelho que o Mário Alves tinha morado e que ele sabia que não era mais o aparelho onde o Mário morava³⁹⁴.

Apolônio, em conversa com Salatiel, também questionou o comportamento dele, mas reconhece o erro da direção de não tomar uma atitude a tempo: “Nós cometemos esse erro grave de discutir o problema, mas não apresentá-lo”. No final, nos últimos momentos, o próprio Mário Alves disse assim: “Nós precisamos considerar expulso este companheiro! Mas era nas vésperas da queda”.³⁹⁵

Salatiel me diria depois, quando nós estivemos juntos, já presos, no Regimento Sampaio, que a partir de um certo momento, já não se considerava mais um membro do PCBR. E, naturalmente, estava voltado para um contato com outras entidades da nova esquerda... Esse é que é o problema (não ter comunicado). Ele não deu a mínima satisfação à organização. Ele vai para o Sul, sobretudo para o Paraná; há uma organização nossa, no Paraná, que se mantém tranqüilamente, ligada a direção. E então, ele nos despreza em absoluto. O que faz com que, numa situação muito difícil, uma boa parte do trabalho de direção fique muito marcado por essa dubiedade. Até onde temos esse companheiro? Até onde não temos? Até que ponto nós adiamos tais reuniões. Ele conhecia as datas próximas de reuniões de nosso organismo de direção... E preso ele abre certas áreas nossas. E eu vou encontrá-lo no Regimento Sampaio. E é aí que ele dizia: “eu não me sentia mais do PCBR”. Ele negava absolutamente que tivesse dado o Mário. Mas havia outras coisas, um pouco de explicar para ele porque, havia certos locais que ele conhecia e que foram procurados pela polícia³⁹⁶.

³⁹⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 111-112.

³⁹⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 26, p. 9.

³⁹⁶ Idem, p. 11.

Aberto o “ponto” onde se realizavam as reuniões do comitê central, a polícia prendeu José Corrêa Filho, que era o motorista do CC e particular de Mário Alves. O motorista, torturado, foi pressionado e entregou diversos esconderijos que conhecia em diversas partes do país. Como os militantes do partido não mudaram de residências, o resultado foi devastador, grande quantidade de prisões em Recife, Paraná, São Paulo, mas principalmente no Rio de Janeiro. Entre eles: Alcir, Biga, Dalva, Jader e Ângela

Na tarde do dia 12 foram presos no Rio, Romeu Bertol e sua companheira Suely Penha Rodrigues. Romeu havia marcado um encontro com Apolônio nesse dia. Devido à prisão, ele não apareceu. Apolônio, que havia se mudado a alguns meses de um apartamento em Realengo para um mais próximo do Méier, saiu de casa no dia 13 de janeiro de 1970, às 18:00 horas para se encontrar com o Romeu.

Então a polícia chegou uma hora depois de eu ter saído. Nesta casa que ficava perto do Méier. Nesse apartamento em que eu estava morando. Esse apartamento foi dado. Usado pela direção. O Mário tinha estado ali, um certo momento. Eu estava ali transitoriamente. E era conhecido pelo Salatiel³⁹⁷.

Para o Apolônio esse encontro era importante, pois, ele que estava responsável pela montagem da reunião, elaborou um documento que seria multiplicado para ser distribuído na reunião ampliada do comitê central, dois dias depois.

Eu tinha preparado um dos dois documentos que seriam os elementos chave para os debates. Um documento seria preparado pelo Mário, Eu levava outro documento num sentido diferente. Era a questão da guerrilha rural imediata ou da busca de caminhos para retardar o problema da mudança de local da direção nacional das grandes cidades para as áreas pequenas próximas das áreas prioritárias da guerrilha rural. Eu levava outras sugestões num outro documento. E nós íamos fazer, num comitê central ampliado um confronto das duas alternativas. Eu cai com esse documento³⁹⁸.

Romeu Bertoldi seria o responsável em datilografar e copiar em várias cópias, o documento feito por Apolônio.

Eu teria encontro com ele. Não apareceu. A prudência e as regras de segurança prescrevem esperar pela repetição do passo, no dia seguinte. É a forma de saber se

³⁹⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 26, p. 23.

³⁹⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 108.

algo aconteceu. Já estamos, porém, no dia 13 – e a reunião será três dias depois, na quinta. E sou eu quem a organiza... Atravessei incólume, anos a fio, vários períodos de clandestinidade. No Brasil e na França. Respeitava religiosamente, em pormenores, as regras de segurança sugeridas pela experiência militante. Agora, sob a pressão do novo impasse do PCBR – joga-se dentro de dois dias a continuidade ou o racha da organização – vou infringir regras costumeiras³⁹⁹.

Apolônio que conhecia o endereço do Romeu, na Rua do Trabalho, na Vila da Penha, ao chegar no local, não viu nenhuma toalha pendurada no jardim, como era o sinal combinado, caso estivesse ocorrendo algum problema. Então, ele bateu na porta e abriu. “Dois canos de revólver apontam em minha direção. A casa está ocupada pela polícia”⁴⁰⁰.

Apolônio andava desarmado, ele que procurava se vestir como um trabalhador de escritório, pintava os cabelos de preto, estava sempre de barba feita, e usava roupas bem apresentadas, ao ocorrer qualquer problema, ele procura se sair como um trabalhador médio. Não reagiu e foi pego. Recolheram os pertences e não identificaram o Apolônio, que usava uma carteira com um nome falso. “Um deles era o encarregado do problema e naturalmente vasculha os bolsos, pega a minha carteira de trabalho, pega um dinheiro que eu tinha no bolso”⁴⁰¹.

Um militar com o revólver em mãos e a cobertura de outros dois policiais direcionaram Apolônio para fora da casa. Nesse trajeto, entre a porta da sala e a porta do jardim, Apolônio deu um soco no baixo-ventre do oficial, que dobrou de dor, Apolônio saiu correndo. “Atiram-me de frente e dos lados. A casa estava cercada. As balas raspam meus ombros. Ainda assim, cheguei à esquina mais próxima. A rua, no entanto, estava barrada por policiais. Sou novamente preso”⁴⁰².

Desta vez, os militares conseguiram colocar o Apolônio na viatura, que já estava com um motorista fardado os esperando, porém não o algemaram. “Quando cheguei na casa não existia esse carro. Eu sou preso já na esquina, já 60, 80 metros de distância, é aí que me põem no carro”⁴⁰³.

³⁹⁹ CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 207.

⁴⁰⁰ Idem, p. 206-208.

⁴⁰¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação n° 27, p. 14.

⁴⁰² Idem, p. 15.

⁴⁰³ Idem, p. 16.

A prisão ocorreu por volta das 18:30, no verão, ainda estava claro. Apolônio foi colocado no carro no banco atrás do motorista, com um militar apontando um revólver do lado e mais um no carona.

Pelos tiros que silvavam atrás de mim, presumo o que me esperava. Trago, claro, o sentimento de culpa pelo erro cometido... Aí, eu me dou conta de que, afinal de contas, eu estou com a vida, inteiramente, nas mãos deles; e que eles não dão muita importância a essa vida, porque queriam matar-me. Eu senti uma ou duas balas roçando perto de mim. Então, eu começo a pensar. A coisa é mais grave do que eu poderia pensar. A coisa é séria. Se eles queriam me matar tão facilmente, tão imediatamente, eles vão tentar me matar, depois. Então o primeiro pensamento meu foi o seguinte: está muito bem, já que eles vão me matar, que tal não morrer sozinho? E tentar matá-los também? Lembro em particular exemplos de companheiros presos nos tempos da Resistência francesa. E o lema que nos guiava: “Se tiver de morrer, levo alguns inimigos comigo.”... E como estou sentado atrás do motorista, e uma idéia me acode: talvez agarrando-o pelas costas, e desgovernando o carro, possa fazê-lo arrebentar-se num paredão⁴⁰⁴.

Apolônio fortaleceu a idéia e ficou a espera de uma oportunidade. Um momento em alta velocidade, passando pelos altos paredões da via. Aparece um bom momento, mas bem na hora passava um ônibus com trabalhadores indo para Bangu. Apareceu um outro momento mas também passou um ônibus. “Eu não sei se a telepatia atuou, se eles pensaram alguma coisa, eles não fizeram o trajeto com a mesma velocidade dessa faixa”⁴⁰⁵.

Apesar de a velocidade não estar muito alta, Apolônio viu uma oportunidade e se atirou por cima do motorista, virou o braço dele junto ao volante e jogou o carro contra o muro. Porém, o motorista conseguiu travar um pouco o carro e a colisão não foi tão forte. Chutes e coronhadas de pistolas castigaram Apolônio, que desmaiou. Aos poucos, ele foi voltando a si, sofreu algumas ameaças e foi levado ao quartel da PM.

Eu me lembro muito bem, que eles deixam um cara com a pistola e o motorista com outra pistola, me controlando. Eu me lembro bem que o motorista era jovem. Ele dizia assim: “Velho, se você se mexer, eu lhe mato, eu tenho direito, eu tenho ordens”. “Você não me mata de maneira nenhuma. Isso é conversa fiada. Você não mata ninguém. Eu vou fazer nada. Você não faria nada”. “Velho, não se mexa, não, que eu tenho ordens”. Mas o ambiente estava muito tranqüilo, nesse quadro geral, porque eu me habituei à idéia de que eles queriam matar-me. Eu sabia que podiam me matar, eu tinha visão concreta de que podiam me matar⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação n° 26, p. 17.

⁴⁰⁵ Idem, p. 17.

⁴⁰⁶ Idem, p. 19.

Ao chegar no quartel, um oficial pergunta a Apolônio: “Ah, quer dizer que você é o Professor Lima?”. E Apolônio falou o nome completo e disse que era um antigo oficial do Exército, e que trabalhava num protesto militar contra esse governo. Foi levado para a primeira sala à esquerda de quem entra no quartel. Ele não reagiu e começou o primeiro interrogatório, quando repetiu as informações dadas e disse que combatia o regime existente.

A partir desse momento, um outro torturador falou que Apolônio sentiria as regras do jogo, que tudo aquilo era uma guerra e ele havia perdido a guerra, pois, tinha sido preso. Os agressores perguntaram se Apolônio ia colaborar e falar, ou se ele iria bancar o machão. Apolônio permaneceu calado, não respondeu.

O torturador virou para Apolônio e perguntou: “Onde é que você dormiu de anteontem para ontem?” Apolônio disse que tinha dormido no ônibus da *Cometa* de São Paulo pra Rio de Janeiro (Posteriormente, em entrevista Apolônio falou que ele inventou essa história, “Eu não dormi no ônibus de São Paulo pro Rio. Isso eu inventei na hora. Eu dormi na rua Emengarda”⁴⁰⁷). O agressor prossegue e pergunta: “E de ontem pra hoje?”. Apolônio responde: “Bem, isso é segredo da minha organização e eu não posso revelar.” Agressor disse: “Bem, então, com isso, você está escolhendo o campo, as regras do jogo que nós colocamos, você então não vai colaborar?” O Apolônio virou pro torturador e disse: “Não, você sabe muito bem, você pertence a uma organização militar, e você sabe que nas organizações existem segredos que nós não podemos revelar. E esse é o caso. Esse é um segredo da minha organização que eu não posso lhe revelar”. A partir daí começou a sessão de murros, socos, pontapés, gritarias.

Um outro agressor perguntou: “Onde é que era a área de guerrilha do PCBR?” E o Apolônio disse: “Puxa, mas vocês têm um sistema de informação pra que? Vem perguntar pra mim?”. E o torturador: “Ele ainda é gozador”. E o outro disse: “Bota no pau de arara”. E ficou uma discussão se colocaria ou não, e um torturador disse: “Olha, vou te dar uma chance pra você não ir pro pau de arara. Eu quero que você me diga onde está Paulo”. (Paulo era um companheiro que era dirigente da organização, na época). E o Apolônio falou assim: “Ah, o Paulo, vocês não vão encontrar”. Aí o cara perguntou a ele: -“Mas por

⁴⁰⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 85.

que nós não vamos encontrar o Paulo?” “Ah, porque o Paulo é um caixeiro-viajante.” E o torturador perguntou: “Mas como caixeiro-viajante? Ele vende remédios?” E respondeu: “Eu não sei o que ele está vendendo agora, mas eu sempre soube que ele vendia idéias.” Até esse momento o Apolônio não estava algemado, nem amarrado, nem com capuz⁴⁰⁸.

Os torturadores já irritados com a atitude de Apolônio, o colocaram no pau-de-arara. Eles continuaram batendo, perguntando, insistiram muito com o problema da tal área de guerrilha que o PCBR estava montando. Eles perguntaram sobre os assaltos, perguntaram sobre os aparelhos, perguntaram sobre a Renée, perguntaram sobre o Mário Alves, sobre todos os militantes com quem ele tinha contato, e perguntaram sobre o Lamarca. Eles fizeram perguntas de todo o tipo. E Apolônio uma hora ou outra respondia, por exemplo, que ele não conhecia o Lamarca, respondia uma coisa ou outras não respondia.

Enfim, e esse processo todo foi terrível, o processo do pau-de-arara, porque a gente também, quer dizer, parece um negócio egoísta, parece um negócio mortificante, terrível dizer isso, mas nós lá do lado, eu me lembro muito bem, eu e o Tônico sentados na minha cama, no beliche que eu estava, nós dois sentados ali, e assistindo aquele negócio todo, ouvindo, um negócio profundamente torturante, a gente se sentia meio torturado com aquele negócio, mas ao mesmo tempo a gente ficava contente quando o Apolônio falava, discutia com os caras. Apolônio às vezes ficava um bom tempo absolutamente calado, de vez em quando emitia um grito de dor, de estertor, enfim, e depois voltava a falar de novo. E a gente ficava dizendo: “Pô, morreu – vai morrer”,⁴⁰⁹.

Os agressores vendo que Apolônio não cooperava com informações úteis, resolveram mudar o método de tortura para o afogamento. Nesse momento em que Apolônio foi retirado do pau-de-arara, ele parte pra cima dos policiais e começa uma pancadaria.

Bem, vamos tirar ele do pau-de-arara porque ele não vai falar no pau-de-arara também, nós vamos dar um afogamento nele”... Aí eles tiraram o Apolônio do pau de arara e de repente. “Tira ele, tira ele do pau de arara, vamos lá.” Aquela confusão toda. “Tira aí, desamarra aqui.” Aí de repente... aconteceu um negócio... que foi surpreendente. Aquele silêncio de repente, baixa, e de repente a gente ouve uma correria e uma confusão. “Pá, pá, pega ele, segura o homem.” Aí o cara: “Sai da frente que eu vou atirar” Aí nisso, o Tônico subiu. O Tônico ficou apavorado, correu e conseguiu no beliche. Aí virou pra mim e falou assim: “Porra, o Apolônio

⁴⁰⁸ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 86-87.

⁴⁰⁹ Idem, p. 89.

é doido. Ele está brigando com os caras.” Ele pegou um pedaço de pau e começou a agredir os caras. E aí os caras caíram de pontapé nele, eram vários caras. E aí, um dos caras que estava de metralhadora, pegou e disse: -“Sai da frente que eu vou atirar.” Aí um cara: “Pô, que é isso, não atira não. Vamos domar ele aqui.” Aí foi que seguraram ele, botaram no chão, deram uma sessão terrível de porrada. Sem perguntar , absolutamente nada, diziam: “Quebra ele, ele está pensando o que? Quebra a junta dele. Bate aqui.” Aquela confusão toda⁴¹⁰.

O que realmente houve, foi que no momento em que Apolônio foi desamarrado do pau-de-arara, um agressor chamou Apolônio de “Bandidos, inimigos da pátria”. E então Apolônio protestou, levantando a voz e começou a falar mal da ditadura e o agressor lhe deu uma bofetada, por cima do capuz. Apolônio reagiu, tirou o capuz e entrou na briga corporal com os torturadores, aplicando alguns golpes com os braços e com as pernas, até ser novamente desacordado.

Eu volto a mim, estou estirado, há algo em cima do meu rosto, um tecido ou qualquer coisa assim, eu retiro isso e vejo que há dois jovens policiais sentados. Provavelmente, tomando conta do prisioneiro. Não havia mais ninguém... Tudo se passou nessa primeira sala, à esquerda. Eu tiro um pano que está sobre a minha cabeça, e aí, eles colocam novamente. Eu retiro novamente. Eu já estava numa posição de confronto direto; era minha maneira, também de dar meu protesto. Eles não insistiram em repor, em cobrir o rosto. E um deles teve esta frase: -“Eu não teria coragem de bater e torturar esse homem”. E o outro perguntou: “Por que?”. E ele disse assim: -“Não sei. Mas eu teria a impressão de estar batendo no meu pai”⁴¹¹.

Preocupados com a possibilidade de Apolônio revidar novamente as agressões, os torturadores colocaram algemas bem apertadas nos braços e nas pernas. “Eu tenho, ainda hoje, as marcas no pulso e no tornozelo”⁴¹².

O que eu pensava naquele momento: primeiro o despreparo diante da visão desse assunto. Tudo era novo pra mim, ali. Eu não tinha a mínima idéia. O conhecimento do terreno, do adversário, das intenções, e dos objetivos do adversário eram coisas pouco vagas. No PCBR, nós tínhamos tido, inclusive, um princípio de preocupação com isso. Mário Alves nos tinha feito um documento que lembrava um pouco um documento que tinha sido famoso, nos anos 50, no PCB, e que era um esforço para armar os companheiros contra a repressão. No PCB chamava-se “Se fores preso, camarada...”. Não me lembro no PCBR, que nome tinha, mas era um documento

⁴¹⁰ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 90-91.

⁴¹¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação 26, p. 28.

⁴¹² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 14 de agosto de 1986. Gravação 24, p. 29.

que procurava armar um pouco os militantes diante do quadro geral; mas não havia, praticamente nada sobre o quadro concreto⁴¹³.

Os torturadores pegaram Apolônio, que estava com as roupas rasgadas, praticamente nu e com as algemas e o levaram para a sala de torturas. Os policiais dobraram as pernas dele nos joelhos, para trás, colocaram os braços, com algemas, também para trás, amarraram os pés e os braços atrás com cordas e o cercaram de cordas. “Então eu fiquei um pedaço da minha imagem física, sujeito, naturalmente, às torturas de frente e às torturas de trás. Mas, mais diretamente, mais facilmente nas torturas de frente”⁴¹⁴.

Os agressores colocaram Apolônio nessa posição, para acelerar o interrogatório e a pancadaria. Novamente perguntas sobre a organização, quem eram as pessoas, quais eram os dirigentes, como trabalhava a organização, quais eram as sedes da organização. De repente, no meio daquela saraivada de murros, Apolônio se virou para o torturador e disse: “Companheiro, eu já disse que não vou falar nada”. O agressor: “Não me chama de companheiro, seu filho..., você não é meu companheiro, você é meu inimigo”. E Apolônio respondeu: “Desculpe, porque você não é meu companheiro. Eu cometi um erro e faço a autocrítica”. O agressor falou isso: “Ainda está querendo zombar.” Voltou a agressão, parcialmente consciente, Apolônio disse: “Olha, não adianta vocês me torturarem, vocês podem fazer o que quiserem, porque a Gestapo não conseguiu. Eu fui torturado pela Gestapo e não falei”. (Posteriormente, Apolônio disse, em entrevista “O negócio da Gestapo é uma mentira, eu menti para eles porque isso não é verdade”)⁴¹⁵. Os torturadores sabiam que Apolônio era um ex-militar e que havia lutado na Espanha e na França, durante o período do nazismo alemão, sendo possível ser verdade. E eles acreditaram. Isso parou inteiramente a tortura⁴¹⁶.

Esse intervalo permaneceu até o momento que chegou um militar, que pela voz foi reconhecido como o Magalhães, também responsável pela tortura de Raimundo. Ele já chegou gritando da escada. No lugar, tinha uma salinha e depois vinha uma sala maior, onde Apolônio estava sendo torturado. E o Magalhães disse: “Como é que está esse negócio aí? Esse cara já falou? Já entregou tudo? Se não falou per aí, entrega ele pra mim

⁴¹³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação 26, p. 29.

⁴¹⁴ Idem, p. 35.

⁴¹⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 165.

⁴¹⁶ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 92.

que eu vou dar um jeito nesse cara.” O outro torturador virou e disse: “O rapaz, fica na tua aí, que o seu Apolônio já passou pela Gestapo. Nós estamos com outro papo com ele aqui. Se você quiser assistir, senta aí que nós estamos numa conversa civilizada com o Dr. Apolônio, com o professor Apolônio”⁴¹⁷.

Apesar disso, logo voltaram com a seção de tortura. Durante a seção de socos e pontapés, caiu uma conta de luz que estava no bolso de Apolônio. O torturador pegou a conta e disse: “Ah, você não deu, mas nós descobrimos o seu aparelho.” Apolônio que estava meio inconsciente, não percebeu que a conta tinha caído e ficou calado. O agressor disse: “Eu vou dizer o nome só para você confirma ou não confirma. Se você confirmar, nós vamos com um espírito. Se você não confirmar, nós vamos com outro.” E falou o endereço: Rua Girassol, 61. Pela primeira vez, Apolônio foi pego de surpresa. Então Apolônio respondeu: “É verdade. É um aparelho da organização. Agora, eu queria pedir um favor pra vocês. Lá nessa casa mora um casal de velinhos. Mora um velho com mais de 75 anos de idade, nessa casa. Por favor, não façam nada com eles. São pessoas que nos ajudaram. Eles não têm realmente nenhum vínculo com a organização. Por favor, são velhos”⁴¹⁸.

Segundo Raimundo dentre os militares presentes no momento de tortura do Apolônio estavam: “o coronel Fontenelle, tinha o tenente Duque Estrada... A primeira parte era o pessoal mesmo da barra pesada, que era Correia Lima, Magalhães, Garcez, Timóteo, Baiano. O famoso Alfredo Poecker”⁴¹⁹.

No fim da madrugada chegaram alguns enfermeiros para aplicar injeções em Apolônio. O enfermeiro aplicou uma injeção de *Pentotal*. Essa injeção tem a função de derrubar as defesas do torturado, facilita que ele revele as informações. Logo depois que aplicaram a injeção, o torturador perguntou a Apolônio: “Eu soube que você gosta muito de futebol, né?” Ele responde: “É. Eu gosto de futebol.” E o torturador novamente pergunta: - “Qual é o seu time?”, “Eu sou Botafogo.”, “Ah, você é Botafogo? Ah, meu freguês. Eu sou Flamengo”. “Não, Flamengo é que é freguês”. E continua: “Você é lá do Mato Grosso, como é que você é Botafogo?”, “Ah, eu sempre gostei de futebol, desde garoto que eu

⁴¹⁷ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 99-100.

⁴¹⁸ Idem, p. 92-93.

⁴¹⁹ Idem, p. 97.

jogava minhas peladas.”, “E você jogava em que posição?” E Apolônio falou: -“Olha rapaz, até no futebol eu era ponta esquerda”⁴²⁰.

O torturador prossegue com as perguntas: -“Companheiro Apolônio, vamos conversar aqui sobre outros assuntos”. Apolônio, se lembrando do episódio anterior, apesar de não ter sido o mesmo agressor, Apolônio se vira e disse: “Você não é meu companheiro. Você é meu inimigo. Então vamos conversar nos seus devidos lugares.” E o torturador falou: “Não, seu Apolônio, eu já lhe disse, nós estamos aqui pra conversar civilizadamente. Ninguém vai mais lhe tocar a mão. Isso não vai mais acontecer.”⁴²¹

Parecia que o Apolônio seria vencido pelo *Pentotal*, ele começou a falar sobre táticas militares, sobre questão da ideologia da luta armada, mas todas as questões faladas do ponto de vista teórico. E o torturador prosseguiu: “Mas seu Apolônio, a área? A gente teve informações de que é de Minas Gerais.” E Apolônio disse: “Não, isso eu não sei. Eu já disse pra vocês que essas questões não estão afetas a mim. Eu não sei desse negócio de campo.” O agressor perguntou: “Mas quem é o responsável pelo negócio do campo?” Apolônio respondeu:

- É, a organização é estantizada. Ela tem seus responsáveis, as suas tarefas. O responsável não sou eu. E eu não sei quem é o responsável. Pode ser o Mário, pode ser o Paulo, pode ser o Miguel, pode ser qualquer um. Só não sou eu. Pode ser qualquer um, menos eu. Eu não sou responsável por essa área, por isso eu só posso discorrer teórica e ideologicamente sobre isso, porque é o que eu discuto com os meus companheiros. Fatalmente um desses que discute comigo é o responsável pela área. Mas isso é um problema e vocês têm que compreender que numa organização clandestina, rigorosa, nessa luta terrível, de libertação do país, nós não podemos ficar falando sobre essas questões. Ora se eu vou saber onde é o aparelho do meu companheiro? Eu encontro na rua. Como é que vou saber o local onde os meus companheiros vão treinar guerrilha? Não tem sentido isso.”⁴²²

Impressionado, Tônico que estava numa cela do lado, ouvindo a tortura, disse: “Rapaz, depois de tudo isso, o Apolônio parece que está falando sentado, na casa dele.” Aí, eu virei pro Tônico e falei isso: “Ele parece que está sentado numa cadeira, estofada, de perna cruzada.”⁴²³

⁴²⁰ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 95-96.

⁴²¹ Idem, p. 96.

⁴²² Idem, p. 99.

⁴²³ Idem, p. 98.

Nesse momento, Apolônio começou a enrolar a língua. Começou a responder mal as coisas. Começou a falar de forma que às vezes conseguia ser ouvido. O remédio começou a fazer um efeito. Ele começou a falar e já não dava muito pra entender, foi indo, foi indo, até que apagou e não houve mais tortura, não houve mais conversa ali, isso já era a manhã do dia 14 de janeiro⁴²⁴.

O Raimundo só presenciou a primeira noite da tortura, pois durante o dia, Apolônio foi transferido para uma outra sala. “O depoimento do Raimundo marca, digamos, as 12 primeiras horas, do início da noite 13 à manhã do dia 14. Durante o dia há muito movimento. Ficava difícil para eles ouvirem”⁴²⁵.

Durante o dia, após a transferência para a outra sala de tortura, chegou um momento que Apolônio querendo ganhar um tempo de descanso da tortura, pediu para ver o comandante. O agressor passou deu um chute do lado do fígado e disse: “Agora heim, vai dar tudo”. E a partir um momento, colocaram Apolônio de peito para o chão, sem poder erguer a cabeça, sem poder ver a figura.

O comandante veio e se dirigiu ao Apolônio: “Muito bem, eu estou aqui pra ouvir”. Então, Apolônio fez uma digressão sobre a Convenção de Genebra, sobre o respeito aos prisioneiros de guerra, sobre o trato aos prisioneiros de guerra, sobre a guerra que se fazia no interior do nosso país, com aspectos de guerra civil, de brasileiros interessados no presente e no futuro de nossa pátria, contestando o governo. Eles deixaram Apolônio falar um certo tempo, até que interromperam e disseram que aquilo não era válido para a situação existente. E a palavra de ordem foi não só continuar, mas recrudescer os maus tratos, as torturas. De maneira que isso continuou já mesclado com os problemas de drogas e injeções⁴²⁶.

O período de tortura prolongou-se noite e dia, durante três a quatro dias, com poucas interrupções, sem nenhuma alimentação, nem água. Apolônio recebeu várias injeções, nas nádegas e nos ombros. Jogavam líquido na cara dele, o faziam beber também líquidos, apesar da resistência. Os choques foram no sexo, nas orelhas, na boca, no resto do

⁴²⁴ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 101.

⁴²⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação 28, p. 166.

⁴²⁶ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação 26, p 39-40.

corpo, quando se jogava água. O quadro era esse posto pelos torturadores, que faziam um revezamento, mas havia os elementos permanentes⁴²⁷.

E as torturas foram mais ou menos às típicas, mas com objetivos que me pareciam muito claro, que eram a diluição da resistência. Então, eu recebia, por exemplo, golpes muito fortes com, a imagem que eu poderia dar a vocês era uma espécie de palmatória grande, com a espessura de 10 centímetros, de borracha, uma elipse... Dentre os torturadores, estava todo mundo a paisano. A paisano e com os seus codinomes. Bom. Havia também as injeções. No segundo dia, as injeções. E havia a combinação mais permanente eram os golpes de demolição e os choques elétricos. Naturalmente, os choques elétricos com intensidade maior ou menor, em momentos dados. Jogavam água sobre o corpo⁴²⁸.

Três dias depois do início da tortura, os policiais chamaram o médico, que condenou a continuação da tortura, porque o Apolônio estava entre a vida e a morte. O coração dele não agüentaria outras seções de choque. A partir desse momento, Apolônio não foi mais interrogado, nem torturado. Dias depois, o médico disse a Apolônio: “Se o senhor passa por outra sessão de tortura, o senhor não resiste”⁴²⁹.

Eu me mostrei extremamente tranqüilo, nosso período. Porque o fato de eu ter respondido fisicamente às primeiras agressões e violências, tinha me dado também uma tranqüila convivência, comigo mesmo e com eles. Eu acho que isso é que é a marca. Esse era o ponto fundamental. Tornar difícil a tarefa deles e impedir que chegassem aos resultados⁴³⁰.

No dia 13 de janeiro, Ângela Camargo Seixas responsável pela busca de novos “aparelhos”, foi visitar um apartamento na rua Inhangá, em Copacabana. Ao chegar no local acompanhada de Marco Antônio da Silva Lima, a polícia já os esperava no lado de dentro do apartamento.

Como faltava luz no momento em que estão chegando, e os policiais acharam que poderia ser uma armadilha, começaram a atirar quando os dois estão tentando entrar no apartamento. Marco Antônio é atingido no braço e ele e Ângela tentaram fugir descendo as escadas, mas os dois foram atingidos e caíram. Os policiais saíram do

⁴²⁷ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 46.

⁴²⁸ Idem, p. 35-36.

⁴²⁹ Idem, p. 45.

⁴³⁰ Idem, p. 49.

apartamento e descem pelo elevador... Durante diversos dias Ângela foi torturada sem falar nada⁴³¹. (Marco Antônio morreu no local).

No dia 14 foram presos Olien Lustoza de Moraes, no Paraná, e José Correia Filho, no Rio de Janeiro. No caso de Correia, ele foi à rua do Trabalho, por volta do meio-dia, com o contrato de locação de uma casa que a organização tinha alugado para a mudança de Romeu e de Sueli. “Quando o Correia sai de carro, para ir à casa do Romeu, e ele vai com o novo contrato, ele já é seguido e é preso ao sair da casa ou quase ao entrar na casa”⁴³².

O Correia foi preso lá não em função da casa da rua do Trabalho, mas em função da rua Emengarda, que representava um outro erro cometido por nós, direção do PCBR, no tocante às regras de clandestinidade. É que por uma situação baseada num certo espontaneísmo, nós alugamos essa casa a um momento dado para servir ao Mário Alves. O Mário Alves tinha viajado e nós guardamos essa casa ainda um certo tempo para reunião da direção e essa casa – porque até aí, por causa do Mário, não tinha problema. Mas essa casa era conhecida por alguns elementos da direção, portanto, o que, até certo ponto, já era um erro, mas o erro original, o pecado original estava em que essa casa tinha relações com pessoas da família do Correia. Pertencia a família dele. Então, através dos donos da casa, dos que alugavam a casa, eles chegaram ao Correia⁴³³.

Se José Correia (Jurandir) não fosse preso, após entregar o contrato de locação para o Romeu, ele iria, no dia seguinte, pegar os dirigentes do PCBR para participarem do comitê central. Então, ao ser preso Correia sabia os endereços de encontro com os dirigentes.

O Correia contava essa história como um fato positivo, para o comportamento dele, e ia mais adiante, dizendo que isso ocorreu no fim do dia 14, e que no dia 15 ele teria toda uma série de compromissos, de pegar vários companheiros para levar para o aparelho aonde se realizaria a reunião do comitê central, que começaria na sexta-feira dia 16, às 7 horas da manhã. Que dentre esses companheiros, ele pegaria, na noite de quinta feira, nesses intervalos curtos que o Apolônio falou, ele pegaria o Paulo, o René, e o Mário Alves. E que ele não foi pegar na quinta feira, no dia seguinte – portanto mais de 24 horas depois de sua prisão – ele não foi pegar o Paulo, não foi pegar o René, e não foi pegar o Mário... Ele não “derrubou” nenhum dos três⁴³⁴.

⁴³¹ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 144-145.

⁴³² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 110.

⁴³³ Idem, p. 108.

⁴³⁴ Idem, p. 130.

Mas segundo o historiador Gustavo Falcón, “Preso no apartamento onde haveria a reunião do comitê central, Jurandir delatou o ponto do encontro de Mário Alves no bairro de Cascadura”⁴³⁵.

No Regimento Sampaio, na Vila Militar, por onde passou boa parte dos 400 militantes do PCBR envolvidos em cerca de 31 processos, circulavam duas versões sobre a prisão de Mário Alves. Uma delas acusava seu Correia, na época motorista da direção. Pesava também sobre Salatiel Teixeira Rolim a acusação de ter aberto o ponto em que caiu o Mário Alves. (Álvaro) Caldas diz que as duas versões não eram nem desmentidas nem confirmadas entre os remanescentes do partido⁴³⁶.

Dilma, esposa de Mário confirmou lembrar da hipótese de José Correia ter revelado o endereço.

Eu me lembro sim, que a Dilma me dizia desse problema do encontro, do carro em que o Correia estava sendo levado pelas ruas, para reconhecer pontos. Ele estava sendo passeado e que chegaram a cruzar, num subúrbio, com um outro carro de polícia. Eles pararam, e os ocupantes do outro carro, os policiais, teriam dito: “Não precisa mais procurar, porque nós já o pegamos”. E teria sido em Cascadura⁴³⁷.

No dia 15, foi presa Maria Joaquina Marques Dias (Paraná). Na prisão, encontrou Olien e Salatiel. Ela e Salatiel foram levados para o Rio de Janeiro, encontrando-se com Suely e Apolônio na prisão. Diversos militantes foram presos em Curitiba, em Maringá e na região de Londrina. Só em Londrina, mais de 15 militantes foram presos⁴³⁸.

A reunião, que poderia sancionar o racha do PCBR, não se realizou. No dia 16 de janeiro de 1970, Mário Alves de Souza Vieira, principal dirigente do PCBR, foi apanhado

⁴³⁵ FALCÓN, Gustavo. **Do Reformismo à Luta Armada. A trajetória política de Mário Alves. 1923-1970.** Salvador. Versal. 2008, p. 46.

⁴³⁶ Idem, p. 46.

⁴³⁷ Conforme entrevista de Renée de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28. p. 138.

⁴³⁸ Os militantes presos foram: Manoel Jacynto, Arno André Giesen, Letímio Vieira, Galdino Moisés de Oliveira, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Rosa Maria Viana de Castro, Déa Silvia Pereira, Elinor Mendes Brito, José dos Reis Garcia, Mauro Daisson Otero Goulart, Seledino Nunes de Oliveira, Alberto Gentili Filho, Suely Penha Rodrigues, Romeu Bertol, Olien Lustoza de Moraes, Miriam de Carvalho, Pedro Amâncio da Silva, Deisi Deffune, Licínio Lima, Tadeu Moacir Lima, Nésio Jaques Pereira, Beluce Belucci, Geraldo Majella Soares Vermelho, José Aparecido Sforzi, Laércio de Figueiredo Souto Maior, Juvêncio Batista dos Santos, Ramires Moacir Pozza, Cetímio Vieira Zagabria, Pedro da Silva Polon, Sirley Batista, Diva Ribeiro Lima, Vitório Sorotiuk, Nelson Sorotiuk, Deonisia Zimowski, Norival Trautwein, Hilária Zimowski, Tadeu Moacir Lima, Elizabete Suga, José Tarcísio Pires Trindade e Edmilson Correa. Entre os presos no Paraná também consta o nome de José Correia Filho, embora este seja o nome do motorista do Comitê Central e que levará às demais quedas. In: Renato da Silva Della Vecchia. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973).** Porto Alegre. 2005, p. 143-144.

pela repressão e torturado até a morte. Ele morreu no dia seguinte, na enfermaria da prisão do batalhão.

Anos mais tarde, Dilma, companheira de Mário, me contou o que aconteceu com ele. Mário saiu três noites consecutivas, levando uma pastinha e avisando que ficaria ausente durante alguns dias. A cada noite, regressava porque ninguém tinha aparecido no ponto. Ainda havia um quarto ponto marcado, porém as três falhas anteriores já serviam de alerta gritante acerca da ocorrência de prisões. Ir ao quarto ponto implicava elevadíssimo grau de temeridade. Mário era o secretário-político. Não admitiu a possibilidade de que sua ausência em reunião tão decisiva fosse depois atribuída à excessiva prudência. Nem pensou em desistir. Morava na Abolição e o ponto estava marcado em Cascadura. Pouco depois das cinco da tarde do dia 16 de janeiro, saiu de casa. Desta vez, não levou a pastinha e nem mesmo a cédula de falsa identidade⁴³⁹...

Devido a prisão de Mário, próximo de onde moravam, Dilma fez a mudança dos moveis legalmente, através da contratação de uma empresa. Ela passou a morar um tempo com a esposa de Apolônio, Renée de Carvalho e depois foi pra casa da mãe. A Renée confirmou a versão sobre a prisão de Mário.

A Dilma me disse: “Olha, havia uma reunião do comitê central, o Mário foi para o ponto e não encontrou ninguém. Ele saiu, três dias seguidos levando o embrulhinho com pasta dental e gilete, pensando em ir a reunião. E ninguém apareceu”. No quarto dia, “O Mário estava escrevendo, lendo, sei lá o que, e de repente ele se virou para ela e falou: Olha, eu vou sair, vou encontrar uma pessoa agora, e você pode botar o jantar, que dentro de 20 minutos, meia-hora, eu estou de volta”. O Mário saiu, não botou nem o relógio, saiu. Ela que estava acabando de fazer o jantar, foi pondo o jantar na mesa e ficou esperando o Mário⁴⁴⁰.

Alguns entrevistados acreditam na possibilidade de o Mário Alves, mesmo quebrando algumas normas de segurança, passara a comparecer a lugares de conhecimento mutuo com o Salatiel, na esperança dele aparecer. Como defende Raimundo:

Eles tinham notícias. E o Salatiel encontrava, isso a gente tem certeza, porque ele disse isso para nós. O Salatiel, ele encontrava freqüentemente com o Mário, até para discutir as posições internas da organização, que ele estava na Corrente do Mário, ele encontrava com o Mário por fora do esquema orgânico⁴⁴¹.

⁴³⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 180.

⁴⁴⁰ Conforme entrevista de Renée de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 68.

⁴⁴¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 139.

Apolônio defende que o Mário tentava encontrar o Salatiel. Mas, segundo Apolônio, apesar das sucessivas tentativas de Mário encontrar Salatiel, ele não foi preso por esse fato, porque não teve êxito.

O Mário continuava até esse momento, a buscar esse contato. E nos dizia. Nós tínhamos muito cuidado com isso, muita preocupação com isso, porque nós tínhamos dúvidas quanto à situação do companheiro: havia uma ausência e havia o silêncio! E absoluto desconhecimento do que se teria passado com este companheiro. E o Mário, não, o Mário insistia, normalmente, em ir vê-lo. Ele ia todas as semanas aos locais de encontro com ele, na tentativa, na esperança de encontrá-lo... Mas ele sempre dizia que não encontrava. Quer dizer, havia esse conjunto, portanto, em que nós, companheiros da direção, somos os maiores responsáveis. Tanto que, os que estávamos ligados ao problema mais direto de segurança, ao trabalho de organização, por exemplo, nós vamos assumir a iniciativa de fazer com que o Romeu mude de casa, 15 dias antes da queda do Romeu. Quer dizer, já era bastante tarde. Porque há o problema de busca, de opção⁴⁴².

Escondidos no lugar combinado, os agentes do I Exército capturaram Mário Alves e o conduziram de Cascadura para o quartel da rua Barão de Mesquita, o DOI-CODI. No momento em que Mário Alves chegou à famosa “Sala Rocha”, a poucos metros, Antônio Carlos de Carvalho e Raimundo Teixeira Mendes, cada um em sua cela, ouviram o diálogo entre o dirigente do PCBR e os torturadores: “Então, você é o Mário Alves de Souza Vieira?”, “Vocês sabem”. responde Mário. “Você é o secretário-geral do PCBR?” “Vocês já sabem”. “Será que vai querer dar uma de herói?” Mário ficou em silêncio. “Herói foi Guevara, que morreu na Bolívia com uma metralhadora na mão, você caiu e não tem nem um canivete no bolso”, disse o torturador.

Segundo Raimundo, Mário chegou na sexta-feira por volta das 21 horas. E foi torturado até a manhã do dia seguinte.

Ele gritava, gritava, gritava, ele gritava, e não falava. Ele só falou com os caras quando entrou a história da Lúcia no meio. Os caras começaram a perguntar pela filha dele... Ele de repente se assustou, quando os caras começaram a cercar ele, perguntando pela filha dizendo que se ele não falasse, que eles iam pegar, que eles sabiam onde é que ela estava, que eles já estavam seguindo uma pista. Que se eles fossem pegar, que eles iam torturá-la ali, na frente dele. “Vamos trazer ela aqui, botar ela no pau-de-arara, para você ver. Você vai ver o que ela vai passar aqui: aquele negócio todo. Aí de repente o Mário abriu onde é que a filha estava. E ele virou e falou assim: “Não, ela está na Bahia”. Ele falou alguma coisa que não era a

⁴⁴² Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 141.

verdade. Aí os caras “mas aonde, aonde”? E aí ele disse que era uma cidade, que ele não sabia o nome, não se recordava. Foi o momento em que ele conversou com os caras, foi sobre isso. Aí depois eu me lembro que logo algum tempo depois os caras vieram, e disseram: “Ah, quer dizer que você não quis abrir onde é que ela está, não é”? Mas nós já sabemos onde é que ela está. Ela está em Minas: Nós vamos pegá-la. Aí ele virou e disse: “Então vocês vão lá e peguem ela, vão buscar e tragam ela aqui. Vão buscar e tragam ela aqui. Então vocês vão lá, busquem ela, e tragam aqui!”. A tortura do Mário Alves é isso⁴⁴³.

Após oito horas de espancamento com cassetete de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos, Mário recusou a dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas⁴⁴⁴.

No início da manhã seguinte o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpar a sala. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassetete. Dois desses presos, militantes do PCBR, reconheceram que era Mário Alves e deram-lhe de beber e limpam-lhe o rosto⁴⁴⁵.

E lá o Mário estava com o capuz levantado, o Augusto conhecia o Mário muito bem, Tônico não. Mas o Augusto conhecia, onde o Mário estava praticamente nos estertores. A cela estava toda suja de excrementos, de sangue, de água que jogaram nele, e o Mário, as últimas palavras dele para o Olivier e pro Antonio Carlos foi a de dizer “companheiros, me dêem água.” E os soldados permitiram inclusive que o Tônico desse água pro Mário. Logo depois desse episódio, o Mário foi retirado, ainda com vida, da cela, e dizem que foi levado pro HCE, onde ele morreu.⁴⁴⁶

Mário Alves foi retirado com vida do DOI-CODI e foi levado para o Hospital Central do Exército, onde faleceu. Ele morreu de hemorragia interna, consequência da introdução de um cassetete de madeira com estrias de aço que provocou a perfuração de seu intestino⁴⁴⁷.

Bruno Maranhão foi o último dirigente do PCBR a se encontrar com Mário Alves ainda vivo, dois dias antes da prisão.

⁴⁴³ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 135-136.

⁴⁴⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 181.

⁴⁴⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada** São Paulo. Editora Schwarcz. 2004, p. 171.

⁴⁴⁶ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 82-83.

⁴⁴⁷ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes ao jornal *Em Tempo*. Cf FALCÓN, Gustavo. **Do Reformismo à Luta Armada. A trajetória política de Mário Alves. 1923-1970**. Salvador. Versal. 2008, p. 54.

Nesse último contato com Mário Alves, Bruno também recebeu dele a denúncia de que um oficial das forças armadas norte-americanas estava dando treinamento de tortura a oficiais brasileiros na prisão de Linhares, em Minas Gerais. A denúncia vinha dos irmãos Pezzuti, e este policial a que se referiam foi mais tarde identificado... Segundo Bruno, Jurandir (motorista do Comitê Central) tinha sido preso no Rio em função da queda de Salatiel e era uma das poucas pessoas que sabia o local e hora do chamado “ponto de recuperação” ao qual dirigiu-se quando foi preso. No dia (17 de janeiro), Bruno foi encontrar-se com Mário no ponto combinado e ele não apareceu⁴⁴⁸.

Sobre os acontecimentos, segundo Raimundo.

Primeiro eu acho que era muito amadorismo. Era muito uma visão muito equivocada de onde eles estavam se metendo, que tipo de coisa eles estavam fazendo. E acho, inclusive, que a atitude que a repressão tomou, depois, de usar o assassinato como um ato administrativo e seletivo da repressão, ele não era ainda uma forma de comportamento que a repressão tinha adotado... Não se justificava, por exemplo, ter matado o Mário e não ter matado o Apolônio. Porque os dois tinham tanta importância na organização e na luta política no Brasil. Eu não quero com isso minimizar, absolutamente, a responsabilidade da repressão sobre a morte do Mário Alves. Mas eu acho que eles não tiveram uma intenção deliberada, uma atitude de “vamos matar o Mário”. Eu acho que isso não aconteceu. Eles foram tão bestiais na tortura ao Mário porque teve um comportamento diferente do comportamento do Apolônio. Quer dizer, os dois tiveram um comportamento que eu acho que favoreceu ao Apolônio e comportamento que ele teve e o Mário, em relação ao comportamento. A forma que ele se utilizou pra se comportar diante da repressão acabou prejudicando. Quer dizer, o Mário teve um comportamento. Tanto é que se você me perguntar o que aconteceu na tortura do Mário, eu vou falar durante 5 minutos. Porque o Mário não falava com os caras. Eu te falo 50 minutos de tortura do Apolônio e te digo os dois falaram exatamente a mesma coisa ou seja, o Apolônio não deu absolutamente nenhum dado, não abriu absolutamente nada pra repressão, o Mário também não⁴⁴⁹.

As prisões continuaram no Rio, no dia 28 com René de Carvalho e após quinze minutos a de Álvaro Caldas. “Comigo e pouco antes de mim tinha caído quase toda a estrutura de trabalho urbano da organização, que precariamente acabava de se recompor das quedas de dezembro de 1969 e janeiro de 1970, que atingiram o comitê central”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p. 147-149.

⁴⁴⁹ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 83-84.

⁴⁵⁰ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 103.

Em São Paulo as quedas ocorrem basicamente entre 16 e 17 de janeiro. O PCBR neste estado era pequeno e quase exclusivamente composto por pessoas ligadas à classe média. Jacob Gorender foi preso no dia 20 de janeiro.

A medida dos resultados indica que a grande maioria abriu alguma coisa, que foi menos ou mais importante, que teve maior ou menor repercussão conforme circunstâncias muito particulares. Houve também situações típicas e os casos que conheço são de militantes mais experientes e tarimbados na luta política: Mário Alves, que disse apenas seu nome e o de sua organização, assassinado pelos algozes e Apolônio de Carvalho, cuja valentia o fez respeitado até mesmo pelos torturadores⁴⁵¹.

As prisões de diversos militantes na região Sudeste incluindo os dirigentes Apolônio de Carvalho e Mário Alves deixou o partido sem direção, restando praticamente a participação dos militantes do Nordeste.

Com a queda, praticamente só sobra no final da história uma estrutura organizada, o Paraná e o Nordeste, o Rio de Janeiro praticamente acaba. Você teve uma mudança muito forte, e o comitê central cai junto, não sobra um para contar a história. Então você tem uma mudança muito acelerada e o novo comitê central vai ser formado não só, mas em grande parte, ainda sobre alguns do comitê central, na verdade. Mas é o pessoal do que era o setor militar que, porque a queda os dois setores eram muito distante, então você tinha uma estrutura estanquisada muito grande, a queda pega o lado de cá e o setor militar funciona. Quando cai o comitê central, não cai ninguém do setor militar, o pessoal da ala militar escapa, apesar de membros do comitê central também escaparem. Só começam a cair só bem mais tarde, primeira queda da área militar é quando você tem as quedas do Vlado e do Paulo, lá em Salvador. E que aí um membro do comitê central que estava com eles escapa, o Getúlio Gógo. Então, depois da queda do Rio de Janeiro o que domina é uma visão bem próxima dos grupos da luta armada. O que sobra, no discurso nem tanto, mas na prática vai pro inferno⁴⁵².

O PCBR continuou tendo uma forte participação no Nordeste, principalmente em Pernambuco, realizando “expropriações” e no Estado da Guanabara, chegou a seqüestrar (junto com outras organizações) o embaixador Suíço Giovanni Enrico Bucher, que foi trocado por 70 militantes revolucionários, entre os quais, cinco membros do PCBR. O nome de Mário Alves constou nessa lista, com alguma esperança dele estar vivo. No segundo semestre de 1973, o partido foi praticamente todo aniquilado.

⁴⁵¹ CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 136.

⁴⁵² Conforme entrevista de Bruno Dauster, em 04 de agosto de 2008, p. 11.

Apolônio faz uma crítica a falta de preparo da esquerda para enfrentar um adversário tão forte.

Não estávamos armados no quadro do conhecimento maior da realidade, das faixas econômicas e sociais, isto é, a faixa financeira multinacional e associada que se instalara no poder, em 64, com o golpe militar. Nós não tínhamos idéia do que seria um caminho militar, nas condições do Brasil. Nós não tínhamos idéia de como enfrentar, juntamente, a luta armada e outras formas de luta; não tínhamos base teórica suficiente, e também, não tínhamos, sequer, uma visão mais clara das experiências de lutas populares, armadas e não armadas e vinculadas a formas pacíficas de ação de massa, em outros países. Não só tínhamos essa base, esse potencial, esse arsenal de conhecimentos e, também, de elementos de elaboração – nós passamos a ter um trabalho de improviso na elaboração da nossa linha militar, da reforma de estrutura, da condição da luta armada e das lutas de massas. De maneira muito superficial, mas o que é pior, ao fazermos a opção pela luta armada nós esquecíamos, ao lado desses elementos gerais de orientação política, de madureza política, nós esquecíamos alguns elementos e critérios típicos da ação dos militares: o conhecimento do terreno em que atuávamos e onde iríamos atuar; o conhecimento das armas, instrumentos e métodos com que o adversário se defrontaria, ou já estava se defrontando, com as forças da nova esquerda; os objetivos que tinha esse adversário; e o alcance da utilização de seus métodos e instrumentos. Até que nível? E até que metas e extremos inimagináveis, nos primeiros momentos para conseguirem os seus objetivos? Através da tortura, por exemplo. Então eu não tinha idéia concreta desse problema. Que existia a PE, na Barão de Mesquita, nós sabíamos; mas, ao chegar ali, eu estava dentro de uma área desconhecida. E eu penso que isso é um elemento que interessa, verdadeiramente, na reavaliação dessa escala que foi essa nova esquerda; o que foi o protesto militar. Eu acho que é muito importante analisar essa situação, em especial: o despreparo, para enfrentar o adversário⁴⁵³.

Apolônio prossegue criticando as falhas que levaram às prisões. E como era difícil enfrentar, mesmo para ele que possuía uma experiência militar internacional, a prisão e principalmente os momentos de tortura.

Os erros que alguns de nós cometemos nesse período, infringindo as leis de segurança... Que a gente costumava repetir-se, nas conversas entre nós, que se seguem as leis, no trabalho clandestino, não se cai. E na realidade, uma série de tropeços que nós tivemos, uma série de quedas que se seguiram no nosso trabalho, foram produto de esquecimento de algumas dessas leis... a visão de quanto é importante seguir as regras de segurança. Então, a primeira reavaliação crítica e auto-crítica sobre a tensão que a luta interna tinha conseguido trazer a cada um de nós, a ponto de colocar em nível secundário a observância de coisas tão fundamentais como seja aquilo que garante, que assegura, de um lado a

⁴⁵³ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 25-26.

continuidade do trabalho político e do trabalho militante de cada um de nós, para proteger a família. A cadeia você está isolado, está a mercê do inimigo⁴⁵⁴.

A grande maioria das prisões feita pela polícia foi decorrente de algum erro de segurança cometido por algum militante de esquerda. No caso da prisão do Apolônio não foi diferente, o que ele reconhece numa autocrítica.

Primeiro erro, o recibo da casa. O fato de que eu caio com um recibo de luz de uma casa que servia de aparelho para direção. Eu nunca tinha me ocupado com isso. Mas o Jurandir, o nosso motorista, ele tinha contado ao Raimundo que ele tinha colocado no meu bolso esse recibo pra que eu, chegando primeiro, levasse isso aos donos da casa. E eu não me lembrava mais disso. Então eu caio com isso, esse recibo não podia estar comigo. Veio parar nas minhas mãos e eu subestimei a presença dele no meu bolso. Eu esqueci. Não era uma coisa normal. Mas isso não justifica de maneira nenhuma que eu não tivesse ou entregue ou colocado em lugar seguro... A rua Girassol, 61 era um aparelho de direção onde se reunia a direção do partido. Lá morava um casal de velhinhos que tinham cuidado da casa, garantiu a sua legalidade e tudo o mais, a sua normalidade e tudo o mais etc... Segundo erro: ligação profissional atualizada, mas em bases legais e, portanto, vulneráveis. A carteira de trabalho era um nome falso. Mas a questão era que o empregador não era falso. Aí é que está o erro. Eu trabalhava numa casa comercial... E em vez de buscar isso numa outra cidade ou num outro local etc, em função de propagandas e anúncios nos jornais etc, eu faço isso através de um empresário, de nível médio. Bom. Até aí, eu poderia inclusive colocar mal o empresário se me acontecesse qualquer coisa. Mas o problema é que eu ainda cometo um outro erro. É que eu vou morar numa casa, a casa de Realengo, cedida pelo empresário. Mas de qualquer maneira, quando eu sou preso com a carteira profissional o meu empregador é procurado, foi caucionado e entrega a casa. E eles foram a casa do Realengo e que era a casa aonde eu iria nessa noite que fui preso. E onde o René estava provisoriamente. Eu tinha morado ali muito tempo (na casa da barata)... E isso permitiu que no dia seguinte a minha prisão, eles fossem tentar prender o René, e não o prendessem por acaso. O René, por acaso, tinha saído pra comprar cigarros, quando eles chegaram... Então há o problema de ter guardado os erros crassos, que são erros elementares, absolutamente injustificáveis... Um terceiro erro ligado à vida clandestina e ao caráter intocável de que seja a segurança e a normalidade do local da residência. É que nós fomos a uma casa que serviu, digamos assim, durante umas duas semanas para o Mário Alves, mas servia também para reuniões da direção, e depois vamos saber que essa casa era ligada à família do Correia, que era uma figura intimamente ligada ao nosso trabalho de direção. Era a casa onde eu estava morando no momento que eu fui preso. Bom, mas então, ao irem os policiais nessa casa, eles não me pegam mais porque eu já tinha saído, mas através dos demais locatários, eles ficam sabendo que são os proprietários. E através dos proprietários chegam ao Correia. Ele seria preso de qualquer maneira... Mas havia um outro erro maior. E esse erro está ligado também a subestimação, em determinados momentos, da relação ética, no quadro dos interesses da organização clandestina, num momento de luta acesa, como era nesse momento no Rio de

⁴⁵⁴ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 28 de agosto de 1986. Gravação nº 27, p. 32.

Janeiro, a ética, digamos, orgânica, partidária, e a ética pessoal. Porque a realidade é que o Salatiel não tinha nos colocado a sua saída da organização. De maneira nenhuma. Ele não tinha dado a mínima noção à organização de que estava se separando de nós. Ele estava sim, e aí que está o nosso erro, ele estava na condição de uma ausência demorada em relação as nossas reuniões. Era membro do comitê central, era membro da comissão executiva, conhecia as datas das nossas reuniões da Executiva, mas próximas, conhecia. Tinha ido para o sul, em tarefa da organização, e demorava a voltar. Tinha faltado à primeira e estando às vésperas de faltar à segunda e mesmo faltando à segunda das reuniões da comissão executiva que se faziam todos os 15 dias. Então isso já era razão suficiente para nós colocarmos-nos de molho e colocarmos pra escanteio todas⁴⁵⁵.

Apolônio admite que foi ele mesmo o maior responsável pela própria prisão.

Eu tenho culpa particular em questões de segurança e de desrespeito as regras de segurança, especialmente em relação a problemas ligados aquilo que é fundamental, digamos, o coração do trabalho clandestino. Porque o último reduto de segurança é a casa. É o local de reunião e é o local de residência. Então aí, alguns de nós, e eu, em particular, esquecemos essas regras em várias coisas. Por exemplo⁴⁵⁶.

Apolônio tenta entender os erros de segurança cometidos que facilitaram a sua prisão.

Eu acho que no quadro particular da queda, a explicação, ela pode ser na realidade outra, mas aquela que ficou muito tempo no meu espírito e que conserva-se ainda no meu espírito é que eu estava um pouco, e talvez não apenas um pouco, mas eu estava muito e talvez demasiado influenciado pela polarização de posições, pela importância das definições que se faziam dois dias depois na reunião ampliada do comitê central. Eu levava um documento, falei a vocês de dois documentos que iam ser debatidos naquele momento, eu ia pedir ao Romeu para que ele batesse à máquina, em várias vias para distribuir aos companheiros do comitê central ampliado, eu acho que é justamente a preocupação com esse debate, a importância do debate que se colocou acima de quaisquer traços de respeito às regras de segurança e teria facilitado uma apreciação inclusive favorável das condições de visita ao companheiro⁴⁵⁷.

No período em que Apolônio estava na parte inferior do pelotão do PIC, na Barão de Mesquita, o Alcir estava de um lado, o Paranhos do outro lado, na outra cela estava o Monteiro e na quinta o Brandão. Esses ocupavam as cinco celas, todos na solitária. E havia

⁴⁵⁵ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 23, p. 116-122.

⁴⁵⁶ Idem, p. 115-116.

⁴⁵⁷ Idem, p. 12-13.

prisioneiros que estavam no andar superior, mas que desciam para fazer a limpeza do local. Nesse momento ocorria um reencontro de militantes e uma troca de informações.

Então eu tenho, durante dois dias ou três vezes, eu tenho a alegria de encontrar, por exemplo, Miguel Batista e o Romeu... O Romeu, eu sabia, o Miguel eu não sabia que estava preso. Então eu encontro Miguel e Romeu que estão varrendo o corredor. Eu fui saber (da morte do Mário) alguns dias depois pelo Miguel... Em baixo, ainda. Ali onde se fazia um aménagement de certas áreas para tortura etc. e tal. Muito bem. E Miguel Batista e o Romeu, o “Mastroiani”, ele em certas ocasiões fazem a limpeza. E em um certo momento, passando pela minha cela, varrendo o corredor e tal, o Miguel e o Romeu me disseram que ele tinha sido visto preso⁴⁵⁸.

Apolônio, que ficou todo o tempo da PE, por volta de um mês e meio na solitária, fala sobre sua transferência, nos últimos dias de fevereiro.

Numa tarde eu sou chamado pra me vestir, recebo o relógio, e sou mandado, algemado, para o Batalhão de Guardas... Um sargento que me acompanha mais de perto diz assim: “O senhor não vai fazer aquilo que o senhor fez naquela viagem, tentar descarrilhar o carro, né?” Eu falei: “Olha, estou algemado, não tenho condições, o senhor vê”⁴⁵⁹.

No Batalhão de Guardas, Apolônio fica do final de fevereiro até a Semana Santa. Depois ele foi transferido para o Regimento Sampaio, onde fica mais uns 15 dias. Nesse período, sua esposa Renée pôde fazer-lhe algumas visitas: “Eu senti que eles não iam me prender, porque já sabiam que eu trabalhava numa embaixada, sou francesa”⁴⁶⁰.

Apolônio que havia sido preso no dia 13 de janeiro de 1970, saiu do Brasil, juntamente com mais 39 presos políticos, por ocasião do seqüestro do embaixador alemão, Von Holleben, em meados de junho do mesmo ano, e foi para a Argélia.

Ele comenta a questão da morte do Mário. “Agora, objetivamente aí, eu acho que entrou o problema da morte do Mario. Então, já tinha um cadáver nos braços; e não era a época em que eles matavam, sistematicamente. Eu acho que, depois da morte do Mário, é que eles começaram a matar sistematicamente”⁴⁶¹. O corpo do Mário nunca foi localizado. O nome de Mário Alves de Souza Vieira entrou na lista dos “desaparecidos” que nunca teriam sido presos

⁴⁵⁸ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 14 de agosto de 1986. Gravação nº 24, p. 11.

⁴⁵⁹ Idem, p. 177-185.

⁴⁶⁰ Conforme entrevista de Renée de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 13.

⁴⁶¹ Conforme entrevista de Apolônio de Carvalho, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 115.

Três anos depois, na manhã de Domingo de Julho de 1973, Salatiel Rolim foi assassinado por um grupo, que jogou alguns folhetos se nomeando remanescentes de militantes do PCBR, que lhe impugnava a prisão e a morte de Mário Alves. Ele era gerente de um bar no Leblon, “Escorrega”, e levou um tiro no peito. “Pesava sobre Salatiel também a acusação de ter desviado dinheiro do partido, parte daqueles cruzeiros que Jorge Medeiros Vale havia retirado do Banco do Brasil e entregue à Organização”. Essa vingança foi criticada por demais integrantes do partido⁴⁶².

⁴⁶² CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 139.

Conclusão

Ao desenvolver minha pesquisa para o Mestrado em História, busquei é claro obter um grau acadêmico, mas também, pesquisar acontecimentos que considero de importância não serem esquecidos.

A pretensão desse trabalho foi de estudar a participação política de Apolônio de Carvalho e Mário Alves durante o período em que eles foram dirigentes do PCBR, no final dos anos 1960.

Considero que o tema desse trabalho é de grande relevância, não só por fazer parte da vida política do país como também por estar sendo debatido atualmente nos principais meio de comunicação, não só no Brasil, como em toda a América do Sul. Isso ocorre, em parte, devido ao julgamento dos que usaram a violência e a tortura contra presos políticos durante esses anos.

Na Argentina, onde a ditadura militar durou de 1976-1986, 1065 militares e civis estão envolvidos em processos judiciais por crimes da ditadura. Desse total, 17 já foram condenados, 345 estão sendo processados e com prisão preventiva decretada, 46 estão foragidos e 166 morreram. No Uruguai foram abertos 14 processos contra militares e civis acusados de terem participado de seqüestros e assassinatos durante o regime militar (1973-1985). Em 2006, a justiça militar ordenou a prisão do ex-presidente civil Juan Maria Bordaberry, que governou o país entre 1973 e 1976. No Chile, a ditadura militar foi iniciada em Setembro de 1973 com o golpe e assassinato do presidente Salvador Allende, e durou até 1990. Em 2003, o Supremo Tribunal de Justiça anunciou a condenação do ex-general da DINA (a polícia secreta do ditador Augusto Pinochet), Manuel Contreras. A medida afetou outros quatro altos integrantes da DINA, que também foram condenados⁴⁶³.

No Brasil, é consenso entre militantes de direitos humanos, familiares de desaparecidos e perseguidos políticos e organizações da sociedade civil que a Justiça brasileira está longe de seguir os tribunais de Argentina, Chile e Uruguai. No país, existem processos que tramitam na Justiça contra os coronéis Carlos Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, acusados por crimes contra a humanidade por terem chefiado o DOI-CODI do Segundo Exército, em São Paulo, um centro de tortura. Mas os processos estão em fase

⁴⁶³ Jornal O GLOBO. 3 de agosto de 2008, p. 41.

inicial e as autoridades brasileiras ainda discutem se cabe ou não punição para esses militares⁴⁶⁴.

O PCBR foi um partido que, como visto, foi criado após divergências dentro do Partido Comunista Brasileiro, quando alguns dirigentes romperam com o partido para fundar um novo, com a perspectiva da luta armada. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, desde sua fundação, buscou a luta armada, mas, diferentemente dos outros grupos que seguiam o foquismo, a linha política do PCBR, encaminhou-se para o desenvolvimento político, que conjugava a luta de massas e a luta armada.

Esse fato acarretou o retardamento das atividades armadas no PCBR, se comparado aos outros grupos da “nova esquerda”, o que gerou uma certa impaciência de militantes. A causa dessa demora foi, além de o PCBR seguir uma direção que não excluía o partido político, ter tido como seu primeiro dirigente Apolônio de Carvalho. Contrário a iniciação na luta armada sem uma estrutura e apoio de massas, Apolônio, foi preso quase dois anos depois, com um documento que justificava seu posicionamento em continuar contrário ao caminho de iniciação a luta armada sem base política de massas. A mudança de comando no partido, quando Mário Alves, em meados de 1969, após seu retorno de Cuba, assumiu a direção, gerou uma discussão mais acirrada sobre o início da luta armada.

Apesar dos assaltos no final de 1969 e no início de 1970, que provocaram prisões de militantes, a opção pela prática da luta armada ainda não estava definida, tanto que quando os dirigentes do PCBR foram presos em janeiro de 1970, havia dois grupos definidos entre os seis dirigentes do partido: três optando pela luta armada imediata e três sugerindo a priorização da luta de massas.

Segundo minha hipótese, o PCBR desde a fundação deixou claro que prepararia a luta armada. Mas, devido a estrutura partidária, que procurava democratizar as decisões, embora isso as retardasse, a ajuda financeira do “Bom Burguês” e a posição de Apolônio, a participação na luta armada não foi imediata. Mesmo com a experiência na Guerra Civil Espanhola e na Segunda Guerra Mundial, foi contra atos armados isolados, o que fez com que o partido ficasse durante o primeiro ano de existência sem praticamente realizar um ato armado.

⁴⁶⁴ Jornal O GLOBO. 2 de agosto de 2008, p. 14.

Já Mário Alves tinha um pensamento diferente de Apolônio, naquele momento. Ele, desde a fundação, deixou claro sua intenção da realização da luta armada, a ponto de ter cogitado ficar na ALN em vez do PCBR. A viagem que fez a Cuba fortaleceu esse pensamento. Mário foi para Cuba em busca de apoio financeiro para o desenvolvimento do PCBR e os dirigentes cubanos deixaram claro que seu apoio principal era direcionado a ALN, devido a maior ação armada. Isso gerou uma certa pressa em Mário em realizar a luta armada. Ao retornar, ele ampliou o contato com Salatiel e com Bruno Maranhão, que buscavam a realização da luta armada imediata.

Mas não foi só a alteração da direção política de Apolônio por Mário Alves, que direcionou o PCBR para a realização da luta armada. Houve o fato de uma quantidade de militantes, principalmente de base, vendo o sucesso de alguns atos realizados por outros grupos de esquerda, estarem fazendo forte pressão sobre os dirigentes do partido. O principal fator, entretanto, a meu ver, foi que após a prisão do “Bom Burguês”, o PCBR perdeu a principal fonte de renda. E como o dinheiro desviado havia sido investido na compra de apartamentos, quando precisaram de dinheiro não conseguiu vendê-los. Isso deixou o partido sem condições financeiras para se sustentar, direcionando os militantes a atos armados, “expropriações”, mais por necessidade de sobrevivência do que por direcionamento político da direção. Alguns desses assaltos não foram bem sucedidos acarretando prisões de militantes, que sob tortura deram informações à polícia. Esse fato, mais as revelações, também sob tortura, de Salatiel, que não fazia mais parte do PCBR, possibilitou a polícia a praticamente acabar com a influência do PCBR na região Sudeste, com a prisão dos dirigentes do partido.

Para a realização desse trabalho foram entrevistadas pessoas que viveram o dia-a-dia do que foi escrito nessa dissertação. Na pesquisa tive a oportunidade de rever diversas entrevistas como Raimundo Teixeira, Renée de Carvalho e principalmente do próprio Apolônio de Carvalho. O secretário do PCBR pode relatar em detalhes o período da sua prisão e tortura e reconhecer os erros cometidos que levaram a prisão de integrantes e a sua própria. A morte de Mário impediu o segundo secretário-político de fazer o mesmo. Essas entrevistas, mais as que eu tive oportunidade de realizar, foram confrontadas entre elas e entre as publicações já existentes, confirmando as informações existentes nesse trabalho.

Por fim, espero que a dissertação apresentada possa acrescentar dados úteis para o esclarecimento de informações sobre a história do Brasil recente, sobre fatos que ocorreram durante um período negro de nossa história de tamanhas injustiças e crueldades, colaborando, de alguma forma, para que não se repitam.

Bibliografia

Fontes primárias

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário existiu durante o período da ditadura militar, ele foi criado e liquidado na clandestinidade. Com isso os militantes do PCBR evitavam escrever cartas, mensagens, roteiros ou planos, o que dificultou o encontro de manuscritos de integrantes do partido.

Apesar da existência de ocorrências policiais e registros militares, sobre a ditadura, sobre os grupos de esquerda e sobre seus militantes, muitas informações ainda são reservadas aos militares, que dificultam o acesso a pesquisa.

A pesquisa ficou votada para publicações editoriais e acadêmicas, periódicos, documentos e entrevistas.

Documentos

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 08 de 09 de maio de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 09 de 14 de maio de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 10 de 16 de maio de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 11 de 28 de maio de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 12 de 10 de junho de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 13 de 27 de junho de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social. Informes Confidencial. Nº 14 de 14 de julho de 1969.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento geral de ordem política e social. Boletim Informativo, de 09 de setembro de 1970.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Departamento de Ordem política e social divisão de operações e serviços de buscas. 08 de março de 1971.

Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. 01 de março de 1971. Referente ao PCBR/PE. Pasta nº 98 e Pasta nº 99.

Secretaria de segurança pública do Estado da Guanabara. Departamento de ordem política e social. Pedido de busca nº 1207, de 30 de julho de 1971.

Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. Março de 1958.

Arquivos do Projeto Brasil: Nunca Mais

Interrogatórios

Pesquisados no arquivo “Comunismo”, no Arquivo Público: Notação: 128. 15/04/74. Depoimentos prestados no DOI, Ministério de Exército.

Interrogatório nº 26/74. 05 de fevereiro de 1974, 14:00-18:00. Arnaldo Agenor Bertone.

Interrogatório nº 59/74. 02 de março de 1974, 8:00-12:00. Geraldo Seixas Patrício.

Interrogatório nº 62/74. 06 de março de 1974, 08:00-15:00. João de Deus da Silva.

Interrogatório nº 64/74. 13 de março de 1974, 12:00-17:00. Waldir Vicente de Barros.

Interrogatório nº 65/74. 13 de março de 1974, 8:00-12:00. João Teixeira de Carvalho.

Interrogatório nº 68/74. 05 de abril de 1974, 8:00-11:30. Geraldo Seixas Patrício.

Interrogatório nº 69/74. 05 de abril de 1974, 13:00-17:00. Geraldo Seixas Patrício.

Interrogatório nº 70/74. 06 de abril de 1974, 8:00-12:00. Geraldo Seixas Patrício.

Interrogatório nº 76/74. 06 de maio de 1974, 13:00-17:00. Jarbas Amorim.

Interrogatório nº 77/74. 08 de maio de 1974, 08:30-12:00. Jarbas Amorim.

Interrogatório nº 79/74. 08 de maio de 1974, 13:00-17:00. Jarbas Amorim.

Interrogador: 08 de maio de 1974 13:00-18:30. Agenor.

Interrogatório nº 125/74. 25 de setembro de 1974, 09:00-16:00. Dilermando Rosseto.

Jornais e Revistas:

Luta de Classes, Ano I – nº1, outubro 68; Ano II- nº 4, agosto 69; Ano III nº5, julho 1970.

O Trabalhador; nº1 – nº6.

O Isqueiro nº40 – nº42.

A Luta: nº6 setembro 1968.

Revista Manchete, 21 de maio de 1955.
Revista Manchete, 9 de setembro de 1961.
Revista Veja, 16 e 23 de abril de 1986.
Jornal Correio da Manhã, 30 de março de 1968. Golpe Militar.
Jornal Correio da Manhã, 25 e 26 de junho de 1968. “Passeata dos Cem mil”.
Jornal Correio da Manhã, 22 de junho de 1968. “Sexta-Feira Sangrenta”.
Jornal do Brasil, 5 de abril de 1968. p. 2 e 3. Missa no Candelária.
Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968. “Sexta-Feira Sangrenta”.
Jornal do Brasil, 25 de agosto de 1968.
Jornal do Brasil, 1º de setembro de 1968.
Jornal Última Hora. 25 e 26 de junho de 1968. “Passeata dos Cem mil”.
Jornal Voz Operária, nº 35. Janeiro de 1968.
Estudos Sociais nº 11, dezembro de 1961, escrito por Mário Alves.
Estudos Sociais nº 15, dezembro de 1962, escrito por Mário Alves. “A Burguesia nacional e a crise brasileira”.

Entrevistas

A contemporaneidade do quadro histórico proporciona a utilização da história oral, e foram as seguintes as entrevistas utilizadas na realização do trabalho:

Álvaro Caldas - PCBR, entrevistado em 03 de setembro de 2008 – Rio de Janeiro/ RJ

Antonio Soares de Lima Filho (Lúcio) – PCBR, entrevistado em 22 de novembro de 2008 – Rio de Janeiro / RJ.

Apolônio de Carvalho - PCBR entrevistado em 1989, pela Professora Marly Vianna.

Apolônio de Carvalho – PCBR, entrevistado por Stela Grisotti e Rudi Böhm. Documentário. 2005.

Apolônio de Carvalho - PCBR, entrevistado em 11 de setembro de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Apolônio de Carvalho - PCBR, entrevistado em 23 de julho de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Apolônio de Carvalho - PCBR, entrevistado em 14 de agosto de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Apolônio de Carvalho - PCBR, entrevistado em 11 de setembro de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Apolônio de Carvalho - PCBR, entrevistado em 16 de setembro de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Bruno Dauster - PCBR, entrevistado em 04 de agosto de 2008 – Salvador/BA

Jacob Gorender- PCBR, entrevistado em 21 de junho de 2008 – São Paulo Paulo/SP

Raimundo Teixeira - PCBR entrevistado em 11 de setembro de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

René de Carvalho - PCBR, entrevistado em 05 de novembro de 2008 – Rio de Janeiro/RJ

Reneé de Carvalho - esposa de Apolônio entrevistado em 14 de agosto de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Reneé de Carvalho - esposa de Apolônio entrevistado em 14 de agosto de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Reneé de Carvalho - esposa de Apolônio entrevistado em 11 de setembro de 1986, por Álvaro Caldas e Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro / RJ.

Fontes secundárias

Referência Bibliográfica

ALBERTI, Verena. **História Oral. A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 1989.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2004.

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO; Marcus Venicio. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro. Ao livro técnico. 1994.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis. Vozes. 1984

BASBAUM, Leôncio. **A Caminho da Revolução Operária Camponesa**. 1954.

BELOCH, Ismael; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro – 1930-1983**. Forense. 1984.

BOUDON, Raymond. **A Ideologia**. São Paulo. Ática. 1999.

CABRAL Reinaldo e Ronaldo Lapa (orgs). **Desaparecidos políticos**. 3ªed. Rio de Janeiro, Ed. Petrópolis. 1985.

CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro. Garamond. 2004.

- CARONE, Edgard. **O PCB 1943 a 1964. Vol.2.** São Paulo. Corpo e Alma do Brasil. 1982.
- CARONE, Edgard. **O PCB 1964 a 1982. Vol. 3.** São Paulo. Corpo e Alma do Brasil. 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perz. **Os Métodos da História.** Graal. 1990.
- CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar.** Rio de Janeiro, Rocco, 3º edição, 1998.
- CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monthy. **Teoria Marxista Del Partido Político /1.** Cuadernos de Passado y Presente 7. Córdoba. 1975.
- CHARLOT, Jean. **Les Partis Politiques.** Paris, Armand Colin, 1971.
- CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil. 1967/1971.** Lisboa – Portugal. Moraes Editores. 1976.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** Coleção Primeiros Passos. Nº13. São Paulo. Brasiliense. 2003.
- DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução.** São Paulo Centro Editorial Latino Americano. s,d.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis. Vozes. 1981.
- DUVERGER, Maurice. **Les Partis Politiques.** Paris. Librairie Armand Colin. 1958.
- FALCÓN, Gustavo. **Do Reformismo à Luta Armada. A trajetória política de Mário Alves. 1923-1970.** Salvador. Versal. 2008.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2001.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história.** TRAD. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.** São Paulo. Paz e Terra. 1993.
- FILGUEIRAS, Otto. **Guerreiro da grande batalha: a história de Mário Alves** In: Brasil Revolucionário. Ano VI, São Paulo, nº 21.1996.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral. A Experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1994.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** São Paulo. Schwarcz. 2002.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada** São Paulo. Schwarcz. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo. Loyola. 1997

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada.** São Paulo. Editora Ática. 1987.

GUEDES, Carlos Luiz, **Tinha que ser Minas.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1979.

GUEVARA, Hernesto CHE. **Guerra de Guerrilhas.** São Paulo. Edições Populares. 1987.

JUNIOR Caio Prado. **A Revolução Brasileira.** São Paulo. Brasiliense. 1999.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo, Companhia das Letras. 2002.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil.** São Paulo. Atual. 1996.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão.** São Paulo. Ed.Brasiliense. 1995.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os brasileiros.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.

MONTEIRO, Brandão. OLIVEIRA, Carlos Alberto P. de. **Os partidos Políticos.** São Paulo. Global. 1989.

MORAES, Marieta de. (Org). **História Oral e multidisciplinidade.** Rio de Janeiro. Diadorim/Finep. CPDOC. FGV. 1994

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada. Memórias da guerrilha.** Rio de Janeiro. BestBolso. 2008.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Política e História. Ligares e fazeres.** Rio de Janeiro. Editora Universidade Severino Sombra. 2000.

PORTELLI, Alessandro. **The Peculiarities of Oral History.** In: History Workshop Journal. 1981.

QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **O porquê da renúncia.** Sexto Volume da História do Povo Brasileiro. Cap. 8.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (orgs). **Desaparecidos políticos.** Rio de Janeiro. Edições Opção - CBA. 1979.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2003.

RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo.** São Paulo. Atual. 1992.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular.** Rio de Janeiro. Zahar. 1982.

SILVA, Luiz Henrique de Castro. **O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho.** Dissertação a defender. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971).** Dissertação de Mestrado defendida em 2003.

SINGER, Paulo. **Política e Revolução Social no Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 1965.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida,** 8ª ed. São Paulo. Global. 1983.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** São Paulo. Paz e Terra. 2004.

SOUZA, Percival de. **Eu, cabo Anselmo.** Rio de Janeiro. Globo. 1999.

STARLING, Heloisa Maria Muregel. **Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964.** Petrópolis. Vozes. 1986.

TOURAINÉ, Alain. **Classes médias e política no Brasil. Cap1 – Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** Paz e Terra. 1977.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado. História Oral.** São Paulo. Paz e Terra. 1998.

THOMPSON, Paul. **Problems of method in oral history.** In: Oral History Journal, Essex, nº 4, p.5, março, 1972.

VECHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do partido comunista brasileiro revolucionário (1967-1973).** Dissertação de Mestrado defendida em agosto de 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou.** São Paulo. Círculo do Livro, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade.** São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974.** São Paulo. HUCITEC. 1982.

WEFFORT, Francisco C, **A crise do populismo.** In: História do século XX. v.6. São Paulo: Abril, 1968.

Anexo I – Linha política do PCBR (Abril de 1968)⁴⁶⁵

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A estrutura econômica do Brasil atual é essencialmente capitalista. O desenvolvimento do capitalismo conduziu, nas últimas décadas, à criação de uma indústria integrada de bens de consumo e meios de produção, ao crescimento do mercado interno e a um processo de urbanização relativamente acelerado. Formou-se uma burguesia que passou a ocupar, ao lado dos latifundiários, posições decisivas no aparelho de Estado; e um proletariado jovem e numeroso, sujeito às duras condições de vida e trabalho que caracterizam o capitalismo nos países atrasados. Entretanto, o Brasil não pode ser considerado uma economia capitalista plenamente desenvolvida. O crescimento econômico tem sido entravado e deformado, desde o início, pela dominação imperialista e pelo monopólio latifundiário.

O domínio imperialista nas relações de intercâmbio com o exterior, os investimentos diretos mediante a implantação progressiva de empresas estrangeiras, o endividamento progressivo através de empréstimos e financiamentos transformam num mito a independência econômica do país. O desenvolvimento capitalista no Brasil não é um desenvolvimento independente, mas profundamente vinculado e subordinado ao sistema de dominação imperialista. O controle estrangeiro de posições-chave do sistema industrial, comercial e financeiro conduz à transferência para o exterior de parcela importante da renda nacional e ao empobrecimento relativo do país. A dominação imperialista é, portanto, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária levou aos investimentos de capital e ao predomínio do trabalho assalariado ou do arrendamento capitalista em culturas importantes, sobretudo na região Centro-Sul. Todavia, em várias zonas do interior do Brasil, impera o latifúndio pré-capitalista, caracterizado pelas relações de trabalho semi-feudais e semi-escravistas, pela ausência de investimentos e de tecnologia moderna, pela baixíssima produtividade. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não se realiza mediante a supressão radical do latifúndio e das relações pré-capitalistas, mas

⁴⁶⁵ Fonte: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

com a conservação da grande propriedade latifundiária e sua penetração gradual pelas formas capitalistas de produção. O latifúndio mantém incultas enormes áreas, entrava a aplicação de capitais e de técnicas na agropecuária, freia a expansão do mercado interno e constitui, por isso, um sério empecilho ao crescimento das forças produtivas, tanto na agricultura como na indústria.

Em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista no Brasil mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. Nas condições brasileiras, o capitalismo foi incapaz de criar uma economia nacional independente e de superar radicalmente o atraso latifundiário. Em tais circunstâncias, a burguesia brasileira não exerceu e nem pode exercer, a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países, na época das revoluções burguesas.

Manifestam-se, sem dúvida, contradições entre setores da burguesia e o imperialismo na competição pelo mercado nacional e pelas fontes de matérias-primas. Tais contradições não podem traduzir-se, porém, numa luta consequente pela libertação nacional devido ao fato de que o próprio crescimento do capitalismo brasileiro se realiza através de uma dependência crescente ao sistema imperialista. Em vista da escassez de capitais e de tecnologia moderna, a burguesia e o Estado a seu serviço apelaram e continuam a apelar para os investimentos estrangeiros, que passaram a controlar os setores básicos da economia. As contradições entre a burguesia e o imperialismo não têm caráter antagônico e podem ser resolvidas, ou pelo menos atenuadas, através de concessões mútuas dentro do processo de integração da economia brasileira no sistema imperialista. Em setores da burguesia média, não associados às empresas estrangeiras, existe certo potencial de oposição à dominação imperialista, fato que cumpre às forças revolucionárias levar em conta, em sua ação concreta. Mas o potencial de oposição desta parte da burguesia não vai além de reivindicações reformistas, geralmente muito tímidas, sendo incapaz de converter-se em ação revolucionária.

As contradições entre a burguesia e o latifúndio manifestam-se no fato de que o monopólio da terra entrava a livre aplicação de capitais na agricultura, além de restringir o mercado consumidor. Entretanto, a burguesia não busca superar tais contradições por meio de uma reforma agrária radical. Em vez de suprimir o latifúndio, o capitalismo conserva-o e

sobrepe-se a ele, introduzindo gradualmente na agropecuária os investimentos de capital, o trabalho assalariado e a técnica moderna, ao mesmo tempo que procura realizar no sistema agrário reformas parciais de conteúdo burguês.

A burguesia brasileira tornou-se classe dominante numa época em que o proletariado busca desempenhar um papel independente e o Socialismo torna-se fator decisivo no desenvolvimento social. Como classe exploradora, proprietária dos meios de produção, seus interesses opõem-se frontalmente aos das grandes massas trabalhadoras. Isso faz com que tenda a solucionar as suas contradições com o imperialismo e o latifúndio através de compromissos, e não por via revolucionária. A burguesia teme que a luta anti-imperialista e anti-latifundiária ultrapasse os limites de uma ação reformista e se converta numa revolução popular, na qual o proletariado e os camponeses tenderiam a desempenhar um papel autônomo e a pugnar por seus próprios interesses, ameaçando os privilégios capitalistas.

Os interesses de classe da burguesia levaram-na, assim, a estabelecer um compromisso com a velha classe dos latifundiários e a formarem ambas uma aliança que domina o poder do Estado, em estreita vinculação e dependência para com o imperialismo. Quer sob a máscara de regimes democrático-representativos, quer sob a forma de ditaduras militares como a atual, o poder no Brasil tem sido exercido há dezenas de anos, por essa aliança das classes dominantes. O desenvolvimento capitalista não é capaz, portanto, de libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, da opressão e do atraso; e a burguesia - portadora das relações de produção capitalistas - não é uma força revolucionária. Nestas condições, a revolução brasileira não pode ser uma revolução democrático-burguesa, que tenha como objetivo a formação de um Estado nacional burguês e a expansão do capitalismo.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular, capaz de derrubar o poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o Socialismo. De vez que o imperialismo e o latifúndio constituem, do ponto de vista imediato, os principais obstáculos ao progresso do país, a revolução caracteriza-se, inicialmente, como uma revolução anti-imperialismo e anti-latifundiária. Em virtude, porém, para triunfar de modo

consequente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas. Em primeiro lugar, só poderá ser consequente se nela o papel dirigente for desempenhado pelo proletariado, apoiado nos camponeses e em outras forças populares. Em segundo lugar, devido à estreita vinculação entre a burguesia brasileira, o capital imperialista e a propriedade latifundiária, não é possível adotar medidas radicais contra o imperialismo e o latifúndio, sem fortalecer, decisivamente e com novo caráter, o setor estatal da economia, e coletivizar uma grande faixa da agropecuária. Em tais condições, a revolução popular, coerente com sua natureza essencial e para eliminar o perigo de frustração de suas conquistas, terá que seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em revolução socialista.

A fim de realizar essas tarefas históricas, a revolução brasileira deverá mobilizar o imenso potencial revolucionário representado pelos operários industriais, que estão chamados a desempenhar o papel dirigente, como a classe mais interessada na transformação radical da sociedade; pelos assalariados agrícolas, que sofrem uma brutal exploração nos latifúndios; pelas massas camponesas sem terra ou com pouca terra, composta de meeiros, arrendatários, sitiantes, agregados, posseiros, etc., cujas reivindicações só podem ser atendidas efetivamente por uma reforma agrária radical; pelos estudantes e intelectuais, cujas aspirações de liberdade e progresso se chocam com a realidade de opressão e de atraso do país; pelas camadas médias da população - empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesões, etc., que apesar de sua instabilidade característica, são na sua maioria oprimidas pelo atual regime.

O objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo Popular Revolucionário em cuja composição predominem as forças básicas da revolução. Cabe à classe operária assumir a direção do poder estatal revolucionário, para que este seja capaz de executar consequentemente o programa de transformações radicais na estrutura econômico-social do país, preparando a transição ao socialismo. Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

- dissolução das forças armadas e de todo aparelho de repressão do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o pelo exército popular e pelas milícias populares armadas, que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder;

-Nacionalização das empresas estrangeiras pertencentes ou associadas ao capital monopolista estrangeiro e completa liberação do Brasil do domínio imperialista, no terreno econômico e político, com a anulação de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais;

-Reforma agrária radical que elimine a propriedade latifundiária, impulsione o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos assalariados rurais e camponeses, através das seguintes medidas: distribuição em caráter individual e gratuito, de terras dos latifúndios atrasados e, em geral, das terras incultas adequadas à produção, entre os camponeses sem terra ou com pouca terra; formação de fazendas coletivas nos latifúndios que constituem unidades econômicas e atingem alta produtividade; criação de cooperativas;

- reconstrução econômica do país, mediante o controle pelo Estado Popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia, impulsionar a produção industrial e agrícola, ampliar o setor público e elevar o padrão de vida do povo trabalhador;

- reforma radical e ampliação do sistema educacional, no sentido de estender a educação e a cultura às grandes massas do povo;

-garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos do poder e o seu controle;

-política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na defesa da soberania nacional e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariamente irrestrita às revoluções populares da América Latina.

Uma vez concretizadas estas tarefas, em seus aspectos essenciais, estarão criadas as condições para a passagem às transformações socialistas. O setor estatal da economia, consideravelmente ampliado com a nacionalização das empresas imperialistas e associadas ao imperialismo e com a formação de fazendas-coletivas na agricultura, tornar-se-á, sob o regime revolucionário, uma poderosa alavanca para a transição ao Socialismo. Controlando as posições-chave do sistema econômico, deverá o governo popular iniciar a planificação da economia nacional, em benefício das grandes massas do povo brasileiro.

A premissa política fundamental para a transição ao socialismo reside na direção do proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponês. Desempenhando o papel dirigente no poder revolucionário, a classe operária levará à prática as tarefas da revolução popular e passará em seguida, sem interrupção, às transformações de caráter socialista. O governo Popular Revolucionário será, portanto, um governo de transição, dirigido pela vanguarda da classe operária, o que criará as bases para a passagem à Ditadura do Proletariado e à edificação do socialismo.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ocupa, neste processo, um lugar fundamental. É o aguçamento da luta de classe, provocado objetivamente pelo desenvolvimento do capitalismo, que permite ao proletariado tomar consciência de sua função hegemônica na revolução brasileira. Cabe, portanto, às forças revolucionárias, impulsionar as lutas da classe operária e combater qualquer tendência reformista ao seu amainamento. A unidade e a organização do proletariado são condições decisivas para que possa cumprir seu papel dirigente.

O avanço do movimento revolucionário exige igualmente a mobilização das grandes massas trabalhadoras do campo. Nesse terreno, a preocupação fundamental do Partido deve estar voltada para a organização e as lutas dos assalariados agrícolas que, por sua condição proletária, constituem a base mais firme da revolução popular no meio rural. A luta contra o latifúndio atrairá também ao campo revolucionário os pequenos e médios lavradores, mas a revolução deverá apoiar-se fundamentalmente nos setores mais radicais e combativos, representados pelos camponeses pobres. A luta contra o latifúndio e pela reforma agrária radical não deve ser confundida com a luta pela supressão dos camponeses ricos, cuja neutralização, ao menos em parte, é possível no processo da luta pela vitória da revolução popular.

As camadas médias da população, por sua própria situação intermediária na sociedade não se comportam de forma homogênea em face do processo revolucionário. Os setores mais abastados inclinam-se para as posições mais reacionárias da grande burguesia e servem, como base de massa, ao imperialismo e à reação. Contudo, as camadas inferiores da pequena burguesia – setores que recebem salários, ordenados ou vencimentos fixos, trabalhadores por conta própria, pequenos proprietários, etc. – vêm-se constantemente ameaçados de proletarização e tendem a adotar posições revolucionárias. Sua participação

na revolução popular exige que a classe operária lhes abra a perspectiva de soluções radicais e, simultaneamente, trave uma luta adequada contra as oscilações que refletem sua posição social.

2. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A SITUAÇÃO MUNDIAL

A luta revolucionária do povo brasileiro insere-se numa época histórica caracterizada sobretudo pela passagem do capitalismo ao socialismo, em escala mundial, e pelo movimento de libertação dos povos oprimidos contra o imperialismo. As contradições mais importantes do mundo contemporâneo – entre o sistema socialista e o sistema imperialista, entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas, entre as nações oprimidas e o imperialismo, entre os diversos países imperialistas – estão profundamente entrelaçadas e influem umas sobre as outras, gerando o agravamento sem precedentes da crise geral do capitalismo.

Com a formação e a consolidação do sistema socialista, após a II Guerra Mundial, modificou-se radicalmente a correlação de forças entre o capitalismo e o socialismo. O impetuoso progresso dos países socialistas, no terreno econômico e militar; exerce uma influência considerável na situação internacional. O sistema socialista é um poderoso obstáculo à expansão do capitalismo e uma base de apoio decisiva dos povos que lutam por sua libertação. Isso não significa, no entanto, que o capitalismo mundial será destruído através da simples competição econômica e técnica com os países socialistas. A superioridade do regime socialista, demonstrada nos altos índices de desenvolvimento, serve de inspiração aos trabalhadores e aos povos do mundo capitalista. Mas o exemplo do socialismo não pode substituir a luta revolucionária, sem a qual o sistema imperialista não desaparecerá.

O centro das contradições do mundo contemporâneo encontra-se, atualmente, nos países da Ásia, África e América Latina, oprimidos e explorados pelo imperialismo. Estes países constituem o elo mais fraco da cadeia imperialista, e neles se acha o maior potencial revolucionário do mundo capitalista, como o tem demonstrado as guerras populares de libertação que alcançaram a vitória na China, Coréia, Vietnã, Cuba, Argélia, e continuam sendo travadas em muitas regiões. Abalando os alicerces do sistema capitalista, a revolução anti-imperialista e popular que se realiza no chamado mundo subdesenvolvido é parte

integrante da revolução socialista mundial. A derrota final do imperialismo e a vitória do socialismo em todo o mundo dependem, em grande parte, do resultado da luta revolucionária dos povos oprimidos, que constituem a grande maioria da humanidade. A revolução anti-imperialista dos povos oprimidos alcançará vitória, fundamentalmente, como fruto da luta de forças internas revolucionárias em cada país; e terá condições tanto mais favoráveis de vencer quanto maior for a ajuda internacionalista dos países socialistas e do proletariado dos países capitalistas desenvolvidos.

Em face do avanço do socialismo e dos movimentos de luta pela libertação nacional, o capitalismo monopolista luta por sua sobrevivência e intensifica a espoliação dos povos; ao mesmo tempo que redobra sua agressividade. Sob a hegemonia dos EUA, que se tornaram a maior potência imperialista, realiza-se a integração econômica do sistema capitalista mundial, com o objetivo de acelerar a concentração de capital e das forças produtivas, bem como a ampliação dos mercados. Na medida em que aumenta o grau de concentração monopolista, aguçam-se, porém, as contradições internas do sistema, impondo a necessidade de maior expansão imperialista. Esta se realiza mediante a exploração crescente dos países atrasados, sob a forma do colonialismo, ou de neocolonialismo, e por meio da militarização permanente da economia, utilizada a fim de manter e elevar o nível da produção.

Assim, o poderio do sistema socialista e os êxitos da luta de libertação dos povos, de um lado, debilitam o sistema imperialista e isolam cada vez mais o imperialismo norte-americano; mas, por outro lado, provocam o aumento da agressividade dos círculos militaristas dos EUA, que ampliam sua ação guerreira no Vietnã, intervêm pela força em outros países e tentam afogar em sangue as lutas populares no mundo inteiro.

Através de ações militares abertas ou de golpes de Estado e práticas neocolonialistas, empenha-se o imperialismo norte-americano em deter o movimento de libertação nacional e impedir a expansão da área socialista. Deste modo, conseguiu alterar em seu favor, temporariamente, a correlação de forças em algumas regiões do chamado mundo subdesenvolvido. A situação da América Latina é característica nesse sentido, com a generalização de ditaduras militares e governos autoritários com fachada democrático-representativa, ao mesmo tempo que na Ásia e na África se sucedem golpes de força sob inspiração imperialista. A escalada no Vietnã e o cerco da China Popular, lances calculados

da estratégia global dos E.U.A., criam um perigo iminente de alastramento da guerra e de sua conversão em uma guerra mundial. Surgiu assim uma nova fase de agravamento sensível da situação internacional, de aumento da tensão e de agudos conflitos.

No movimento comunista internacional acentuaram-se graves divergências internas, desenvolvendo-se a luta para livrá-lo das concepções oportunistas, reformistas e revisionistas predominantes em suas fileiras nos últimos anos. Estas concepções materializaram-se, entre outras, em teses como do “caminho pacífico” da revolução, a da “vitória da revolução através de reformas de estrutura”, e da “possibilidade de conquistar-se um mundo sem armas e sem guerras, mesmo existindo o imperialismo”, etc., em teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PCUS e que afetaram profundamente o movimento comunista.

Os fatos desmentiram a ilusão de que os imperialistas se tornam menos belicistas e mais inclinados ao acordo na medida em que o socialismo se fortalece. Sofreu um rude golpe a concepção oportunista de uma coexistência pacífica idílica, conquistada apenas através de negociações e concessões aos imperialistas, ou exclusivamente por meio da competição econômica entre o capitalismo e o socialismo. Uma nova guerra mundial não é inevitável, mas só é possível impedi-la através da luta anti-imperialista de todos os povos do mundo. A política agressiva do imperialismo só poderá ser derrotada na medida que for enfrentada com energia pelos países socialistas, apoiados em sua crescente força econômica e militar, na medida em que o sistema imperialista for desagregado pelas revoluções de libertação nacional dos povos oprimidos e em que se aprofundar a luta do proletariado dos próprios países imperialistas contra o domínio do capital monopolista. O imperialismo norte-americano não pode prosseguir em sua política belicista e neo-colonialista sem sofrer continuado desgaste, como se verifica pela vitoriosa resistência do povo vietnamita, pela crescente oposição que enfrenta nos países árabes, africanos e latino americanos; e pelo movimento de massas contra a guerra e o imperialismo que se avoluma dentro mesmo dos EUA, sobretudo entre a população negra. A luta pela paz funde-se, portanto, em última instância, com a luta contra o imperialismo. A política leninista de coexistência entre os Estados de regimes sociais diferentes é necessária para a construção do socialismo e para desmascarar a política agressiva do imperialismo. Entretanto, esta política só é correta quando implica uma aguda luta de classes no plano internacional, abrangendo os terrenos

econômico, político e ideológico e não pode ser reduzida a uma simples competição econômica ou a relações de amizade e cooperação entre países capitalistas e socialistas. A coexistência não pode, muito menos, ser aplicada às relações entre países opressores e países oprimidos, ou entre as classes exploradoras e as classes exploradas. Seria uma capitulação vergonhosa ante o imperialismo exigir em nome da defesa da paz ou da coexistência pacífica, que os povos oprimidos cessem ou atenuem sua luta revolucionária, a pretexto de que as guerras locais possam conduzir a uma guerra mundial. Para os povos oprimidos, a forma principal de defender a paz é travar a luta armada revolucionária contra o imperialismo, como faz atualmente o heróico povo do Vietnã.

Paralelamente às ações agressivas em escala mundial, os EUA, intensificam sua intervenção na América Latina, que vive uma fase de graves conflitos e tensões entre os povos e os governos burgueses-latifundiários. O acontecimento de maior relevância no Continente consiste em que os povos de vários países iniciam uma nova etapa do movimento de libertação nacional e começam a seguir o caminho da luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas. Este fato alerta o fracasso das tentativas de Washington, no sentido de obter uma retaguarda tranquila na América Latina mediante as pseudo-reformas da Aliança Para o Progresso. O grandioso exemplo de Cuba socialista, onde prossegue vitoriosa a construção de uma nova sociedade, inspira os povos latino-americanos à luta revolucionária. Com a intervenção armada na República Dominicana, as gestões no sentido da criação de uma força interamericana permanente e a participação direta de seus militares na luta anti-guerrilheira, os EUA, demonstram que não hesitarão em atacar qualquer povo da América Latina que se levante contra os governos fantoches. A perspectiva que se abre aos povos Latino-americanos, situados na retaguarda do país imperialista mais forte e agressivo, é, portanto, a de uma luta armada dura e prolongada, pontilhada de revezes parciais e imensos sacrifícios e não a de um caminho pacífico.

A necessidade de opor à estratégia do imperialismo norte-americano na América Latina uma estratégia comum dos povos levou os movimentos revolucionários do Continente à criação da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade); como organismo de frente única dessas forças. Essa estratégia é possível em face à existência de problemas fundamentais comuns nos vários países da América Latina: o domínio do imperialismo e dos governos burgueses latifundiários; a existência de estruturas industriais

capitalistas ao lado de estruturas agrárias atrasadas; a presença de um proletariado jovem e de uma grande população camponesa; o subdesenvolvimento, o baixo nível de vida, e o atraso cultural; regimes políticos reacionários que excluem o povo do poder. Tais são os problemas que unem os povos latino-americanos numa luta comum. No entanto, é necessário levar em conta, obrigatoriamente, as condições peculiares de cada país, a elaborar-se a respectiva política revolucionária. As conclusões básicas da I Conferência da OLAS inspiram, portanto, todas as forças revolucionária do continente. A revolução brasileira é parte integrante da revolução latino-americana e deve conjugar-se à luta revolucionária que os povos irmãos da América travam contra o inimigo comum.

3. O CAMINHO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

A tomada de poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. Em vista do emprego sistemático da violência pela maioria dominante e da agressividade do imperialismo yanque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral, ou do jogo político convencional. Sempre que o povo brasileiro utiliza as liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos. “A democracia representativa“ não passa, pois, de uma farsa que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista.

O caminho da revolução brasileira é, portanto, o da luta armada. No curso do processo revolucionário, será preciso coordenar várias formas de lutas de massas; pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais. As formas de ação pacíficas ou legais devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária terá que ser enfrentada com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo.

A guerra revolucionária no Brasil, será uma guerra do povo e para ela será necessário mobilizar amplas massas populares. As condições concretas do Brasil indicam que a guerra de guerrilhas é o meio mais adequado para começar e desenvolver a luta

armada popular e para criar o núcleo inicial do exército revolucionário. Somos um país de grande extensão territorial, com regiões montanhosas e florestas tropicais que oferecem terreno propício à guerra irregular; no interior do país vive uma população de trabalhadores rurais e camponeses sujeitos a brutal exploração e constituindo uma base social potencialmente revolucionária; de outro lado, o desenvolvimento desigual do capitalismo levou a que se constituíssem no centro sul do país e na faixa litorânea as grandes aglomerações urbanas que também representam um importante potencial revolucionário, os meios de transporte e comunicação, e o aparelho de repressão policial-militar de Estado. A realidade indica que a guerra popular no Brasil, em seu início, deve ter como cenário principal o campo. Ao mesmo tempo, é possível desencadear nas cidades diversas formas de luta armada, desde as ações de auto-defesa de massas até as guerrilhas urbanas e suburbanas.

Em condições como as do Brasil, não é possível esperar o surgimento de uma situação revolucionária em todo país para, somente então desfechar a insurreição armada. Num país extenso e desigualmente desenvolvido, onde é profundo o contraste entre as zonas urbanas e rurais, onde as diversidades regionais são marcantes, o processo revolucionário há de seguir também um caminho desigual. A guerra revolucionária deve ser iniciada nas regiões onde há condições favoráveis, estendendo-se em seguida a outras zonas do país. As guerrilhas atuarão como detonadoras de movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas de reação, galvanizando a consciência popular, acirrando todas as contradições do regime reacionário. Através de uma luta difícil e prolongada, chegará o momento em que a guerra popular abrangerá novas e extensas regiões, envolverá as populações das cidades e se alastrará por todo o país, destruindo os fundamentos do poder latifundiário-burguês.

A tarefa fundamental e imediata do movimento revolucionário no Brasil, consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido. O primeiro passo é a criação, sob a direção do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado.

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas, como tarefa principal, não exclui – mas, pelo contrário, acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de

massas nas cidades e no campo. Em nosso país devido à existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas camponesas e trabalhadoras agrícolas. Ao mesmo tempo em que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe, portanto, às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura, e por transformações radicais na nossa sociedade. A luta de guerrilhas deverá entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas da classe operária, com ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes, dos trabalhadores e de todo o povo. Com a radicalização da luta, chegará o momento em que as massas urbanas sentirão a necessidade de recorrer também à violência para responder à violência da reação. A coordenação das ações de massas e as luta armada nas cidades, e da luta armada e ações de massas no campo é, portanto, indispensável para dividir e paralisar as forças repressivas, aprofundar a crise do regime reacionário e provocar a sua derrocada. Dentro dessa concepção – e ao contrário do que prega a chamada teoria do foco -, a luta armada não constitui um processo independente que se baste em si mesmo.

A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas, etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula. Por seu conteúdo social, deverá representar a grande maioria da nação, excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. Mas só poderá ser consequente se tiver por base um sólido núcleo de forças de esquerda. Estas forças devem unir-se para constituir o centro propulsor da frente única, não permitindo que o movimento popular seja desviado dos objetivos revolucionários pelas vacilações da pequena burguesia. Neste sentido, a responsabilidade principal recai sobre o Partido marxista-leninista. Ao participar da frente única das forças populares, cabe-lhe preservar a independência de classe do proletariado nos terrenos ideológico, político e organizativo. Somente assim a classe operária poderá

assumir o papel dirigente no movimento revolucionário, neutralizar as oscilações dos setores inconsequentes e conduzir firmemente a revolução a seus objetivos, preparando a transição ao socialismo.

A fim de pôr as massas em movimento e lançá-las contra o regime ditatorial, é necessário combinar acertadamente a luta pelas reivindicações imediatas com a luta pelo poder político. Os revolucionários não devem apenas agitar o programa da revolução, mas colocar-se à frente do povo e lutar por suas exigências mais sentidas em cada momento: lutar em defesa das liberdades democráticas, pela revogação dos atos da ditadura, pela libertação dos presos políticos e pela anistia, contra a opressão e o terror policial; pelos interesses vitais dos operários, contra a política de arrocho salarial, por aumento de salários e liberdade sindical; pelas aspirações dos trabalhadores agrícolas e camponeses, por uma verdadeira reforma agrária; pela solução dos problemas dos estudantes e de todas as camadas populares; pela resistência ao crescente domínio econômico e político do imperialismo norte-americano. Ao travarem essas lutas, porém, não devem ficar ao nível das reivindicações imediatas – mas elevar o grau de consciência política das massas, denunciando a dominação imperialista e da minoria latifundiária e burguesa como a causa da miséria, da opressão e do atraso do país, conduzindo o povo às batalhas revolucionárias contra a ditadura.

A acumulação de forças e a mobilização das massas exigem a combinação das formas legais e ilegais de luta e de organização. Obviamente, os revolucionários não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime reacionário. Devem dotar as organizações revolucionárias de uma sólida estrutura clandestina, preparando-se para uma luta árdua e prolongada, assim como lançar mão de todas as formas de ação que impulsionem o avanço da revolução, ainda que contrariem a “legalidade” dominante. Entretanto, a necessidade de ligação com as massas impõe a utilização de todos os meios legais de luta, de propaganda e de organização, que forem viáveis nas condições da ditadura. Cumpre participar dos sindicatos e de outras organizações de massas, mesmo que se achem sob o controle reacionário; realizar movimentos reivindicatórios e campanhas políticas, com apoio nas possibilidades legais existentes; aproveitar ao máximo os meios de divulgação legais.

O critério fundamental de organização das forças populares deve ser o da organização pela base, isto é, a criação de organizações de massas nas empresas, fazendas, escolas, nos locais de trabalho e de residência. As organizações de cúpula são necessárias para a coordenação dos movimentos coletivos – mas o centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismos de base, diretamente vinculados ao povo. Nesse terreno, a atenção principal dos revolucionários deve voltar-se para o funcionamento de organizações operárias nas empresas e de organizações camponesas nas fazendas e nos povoados.

Sendo a ditadura militar a expressão do Poder burguês-latifundiário, a luta pela sua derrubada está indissoluvelmente ligada ao objetivo principal das forças revolucionárias - a formação de um governo popular que leve a termo a revolução e abra o caminho socialista de desenvolvimento. Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um governo popular revolucionário, e não a chamada “redemocratização” ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como o existente antes do golpe de abril. A luta pelas liberdades democráticas de grande importância na situação atual, não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários.

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa, mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional. Transferências de poder deste tipo, puramente formais, tem ocorrido no Brasil e na América Latina. Em face de tal eventualidade, cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar ao povo o conteúdo anti-popular do novo regime, prosseguindo a luta pelos objetivos da revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista.

Condição essencial para que as forças revolucionárias travem uma luta consequente contra a ditadura é a sua independência diante da oposição latifundiário-burguesa; representada pelo MDB e pela “Frente Ampla”. Para as classes dominantes e o imperialismo, essa pusilânime oposição é útil, porque ajuda a manter a fachada democrática de regime militar, com um duplo objetivo: externamente, confere certa respeitabilidade democrático-representativa à ditadura. Internamente, contribui para represar sob formas legais a oposição, canalizando-a para o jogo político convencional – que a legislação reacionária torna inofensiva - e alimenta a falsa expectativa de uma mudança por via eleitoral. Oscilando entre o adesismo velado à ditadura e as declarações formais de fidelidade à democracia, esta oposição latifundiário-burguesa jamais poderá conduzir a uma luta consequente contra o regime militar, porque se acha vinculada aos mesmos privilégios de classe e teme, antes e acima de tudo, a revolução popular. As contradições secundárias entre ela e o governo ditatorial devem ser aproveitadas pelas forças revolucionárias, sempre tendo em vista acelerar a luta de massas contra a ditadura militar entreguista. Mas, ainda neste caso, deve ser evitada qualquer confusão entre a oposição popular e a oposição latifundiário-burguesa, cujo caráter conciliador é necessário desmascarar implacavelmente impedindo suas tentativas de assumir a direção do movimento de massas.

4 - O PARTIDO DE VANGUARDA MARXISTA LENINISTA

A classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda, guiado pela teoria marxista-leninista e capaz de dirigir o movimento revolucionário de acordo com os interesses fundamentais do proletariado. Nestas condições, o que se coloca na ordem do dia é a reconstrução do partido da classe operária em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico.

A reconstrução do Partido não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, nem como uma tarefa administrativa. Há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve ser posta em função da luta. Ao contrário do partido oportunista, que se caracteriza por uma estrutura desligada da ação revolucionária, e que

deve caracterizar o Partido de vanguarda é o fato de que a sua organização serve à revolução, sendo esta a finalidade primordial, a própria razão de ser do Partido.

O caminho a seguir para a reconstrução do Partido é determinado pelas tarefas políticas colocadas ante a classe operária. A reconstrução do Partido precisa ser realizada em estreita vinculação com a preparação e o desenvolvimento da luta armada, em função da qual devemos colocar a política de organização, a mobilização de quadros e a distribuição de recursos materiais. Não há, portanto, contradição entre a construção do Partido e a organização da guerrilha e outros tipos de luta armada, desde que esta seja considerada a tarefa principal do Partido para a tomada de poder. É indispensável por isso, combater as tendências liquidacionistas que se manifestam, com efeitos nocivos, em alguns setores dos comunistas brasileiros.

Ao emprendermos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que a tarefa política principal - a luta armada - só poderá ter êxito se for entrelaçada com o movimento de massas na cidade e no campo. A ação do partido no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas médias urbanas é de grande importância, não só para a ajuda direta às frentes guerrilheiras como para desencadear lutas de massas - desde as mais elementares até a forma superior, a luta armada - que abalem a estabilidade de regime e preparem a sua derrocada. Daí a necessidade da estruturação partidária nas fábricas e nas minas, nos transportes e vias de comunicação, nas fazendas, nos bancos, nas escolas e nos quartéis, nos bairros operários e populares.

Os graves erros cometidos pela direção do chamado PCB colocam na ordem do dia o reexame das concepções ideológicas em que se baseava sua atuação política. Como consequência do próprio desenvolvimento econômico capitalista, o nacionalismo e o reformismo burguês ganharam força no Brasil e muitas de suas idéias penetraram na classe operária, não ficando imunes a elas os comunistas.

Com elas se relacionam, ainda hoje, as tendências burocrático-conservadoras que se exprimem na subestimação do caminho armado, na resistência à preparação do Partido para o cumprimento da tarefa básica da nova linha revolucionária e na manutenção das forças tradicionais de organização de luta. A reconstrução ideológica do Partido exige o seu pleno retorno aos princípios do marxismo-leninismo, deformados, ou abandonados sob a influência da ideologia burguesa. Este retorno a uma política de princípios não deve,

porém, ser confundido com a aplicação dogmática das teses gerais do marxismo à situação brasileira. Impõe-se a pesquisa séria e constante da realidade nacional, o estudo das condições peculiares do país e a generalização de nessa prática, bem como o exame crítico das experiências do movimento comunista internacional, particularmente da luta revolucionária nos países subdesenvolvidos.

O combate simultâneo a tendências oportunistas e revisionistas e às tendências dogmáticas e sectárias deve ser encarado como tarefa permanente. Nas condições atuais, é necessário colocar em primeiro lugar a luta contra o revisionismo e o oportunismo que se revelam, sobretudo, no abandono dos princípios revolucionários do marxismo e na adaptação às concepções reformistas da burguesia, na teoria do chamado “caminho pacífico”, na transformação do movimento operário e popular em caudatário do nacionalismo burguês e na conversão do Partido Comunista em partido social-democrata. Ao mesmo tempo, cumpre prosseguir a luta contra o dogmatismo, que se manifesta na incapacidade de levar à prática os princípios marxistas de acordo com as condições particulares do país, como também contra o sectarismo – que se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular antiimperialista.

A reconstrução orgânica do Partido objetiva torná-lo uma organização de vanguarda apta a dirigir a classe operária e o povo, a formar a consciência socialista nas massas, e a comandar o processo revolucionário. Com este fim, é indispensável eliminar a influência do reformismo – que desviou o Partido do seu leito natural, isto é, as massas trabalhadoras e populares, transformando-o numa organização amorfa e inconsciente, minada pelo liberalismo e adequada apenas à ação política de cúpula e à participação nas eleições.

Para construirmos uma organização marxista-leninista combativa e revolucionária, precisamos, em primeiro lugar, criar bases atuantes nas empresas industriais e de transportes, nas fazendas e bairros operários, seguindo uma política de concentração nos setores fundamentais do proletariado e da massa camponesa. As organizações partidárias devem dominar as regras da vida clandestina – mas, ao mesmo tempo, combinar o trabalho ilegal com o trabalho legal, evitando que o cumprimento rigoroso das normas indispensáveis de segurança fechem o Partido dentro de si mesmo e o separem das massas. Sem afrouxar a vigilância contra a penetração de agentes do inimigo em nossas fileiras, é

necessário recrutar para o Partido os melhores lutadores da classe operária e do povo, os mais conscientes, firmes e abnegados, cujas qualidades se revelem na própria luta.

A estruturação do partido revolucionário da classe operária requer a aplicação acertada do princípio do centralismo democrático. É necessário assegurar o exercício da democracia interna e garantir, dentro das normas partidárias, o direito de divergir e a luta de opiniões, educando os militantes, ao mesmo tempo, no respeito às exigências da disciplina revolucionária consciente sem a qual o Partido não terá condições de atuar unido nem de resistir aos golpes do inimigo. Tem importância primordial, igualmente, a observância do princípio da direção coletiva, a qual exige o combate aos métodos mandonistas, caudilhescos e burocráticos. As condições de ilegalidade impõem, de outro lado, o máximo de estímulo à iniciativa das direções intermediárias e das bases, segundo uma política de descentralização que não deve afetar, no entanto, a unidade de orientação e o respeito às decisões dos órgãos centrais.

Ao iniciarmos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que as forças de esquerda revolucionária, no Brasil, estão hoje dispersas em várias organizações. Verifica-se, atualmente, um reagrupamento dessas forças sob o influxo das idéias revolucionárias e dos problemas concretos colocados pela própria ação. Em várias organizações surgem elementos e grupos que evoluem para o marxismo-leninismo, buscando na teoria e na prática o caminho da revolução brasileira. Partindo da compreensão de que é necessária a unidade da esquerda revolucionária, consideramos que o primeiro passo para alcançá-la é a ação conjunta. Através da ação comum, do diálogo franco e da luta de opiniões, será possível atingir a unidade ideológica, política e orgânica, nas fileiras do Partido, de todos os elementos que aceitam os princípios do marxismo-leninismo e defendam os interesses do proletariado.

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica que se trava no movimento comunista internacional. Esta polêmica expressa, no essencial, a luta entre os princípios marxista-leninistas e posições oportunistas e revisionistas. Nosso Partido considera-a necessária ao desenvolvimento do movimento comunista internacional e por isso não se omite em face delas, assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condenamos a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS,

como o Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao Partido Comunista da China. Consideramos como profundamente nociva a atitude que consiste em decalcar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico.

Nosso papel consiste em elaborar, de modo autônomo, a orientação revolucionária adequada às condições brasileiras, tomando como base os princípios marxistas-leninistas, a realidade contemporânea do mundo e as particularidades específicas de nosso país. Parte integrante do movimento comunista mundial, temos igualmente o dever de pugnar pela unidade dos partidos irmãos; mas esta unidade só pode ser efetiva se tiver como fundamento os princípios do marxismo-leninismo e a luta revolucionária contra o imperialismo.

Tais são os elementos básicos para a estruturação do partido de vanguarda da classe operária. A reconstrução ideológica, política e orgânica do Partido não se fará desligada da prática, mas no processo de aplicação da orientação marxista-leninista, na luta pela derrubada da ditadura, pela conquista de um Governo Popular Revolucionário, pela libertação nacional e pelo Socialismo.

Anexo II – Nomes e codinomes de dirigente e militantes do PCBR⁴⁶⁶

- Mário Alves de Souza Vieira - Marins / Silva / Vila / Silveira
- Apolônio Pinto de Carvalho - Alceu / Lima / Alves / Neves / Ivo
- Jacob Gorender - Sabino / Gonçalves⁴⁶⁷
- Miguel Batista dos Santos - Rodrigo
- Bruno Costa de Albuquerque Maranhão - Tião / Augusto⁴⁶⁸
- Bruno Dauster Magalhães e Silva - Leopoldo / Afonso / Vitório
- Manoel Jover Telles - T.J. / Paulo / Rui
- Jarbas Amorim - Jair / Ribas / Bruno
- Alberto Vinícius Mello do Nascimento - Xanha / Vitor / Olavo / Corisco
- Salatiel Teixeira Rolim - Penaforte / Roberto
- Getúlio de Oliveira Cabral - Artur Camilo / Gógó / Gustavo
- Lincoln Bicalho Roque - Mário / Roque
- Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos - Jason / Vitor
- Jose Correa Filho - Jurandir (motorista CC)
- Mario Miranda de Alburquerque - Zito / Tomas
- Vera Maria Rocha Pereira - Tânia (esposa de Mário Miranda)
- Ângela Camargo Seixas - Walkiria
- Álvaro Machado Caldas - Armando
- Francisca Abigail B. Paranhos - Carolina / Adalgisa
- Sergio Sister - Batista / Carlos
- Fernando Augusto V. da Fonseca - Sandália / Comprido
- Marcelo Mário de Mello - Moreira
- Luciano de Almeida - Janotas / Lucas
- Armando Teixeira Frutuoso - Juca
- René Louis Laugery de Carvalho - Walter / Orlando / Almir
- Paulo Guilhain - Vicente (direção em 70)

⁴⁶⁶ A maioria dos nomes foi pesquisada na dissertação: VINHAS, Moisés. O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo. HUCITEC. 1982.

⁴⁶⁷ Segundo dados dos órgãos de informação, Jacob Gorender também utilizava identidade falsa com os nomes: Walter Arnold Weber e Geraldo Heller Fernandes.

⁴⁶⁸ Augusto era o codinome que Bruno utilizava na França, e Tião no comitê central.

- Paulo Sergio Gramado Paranhos
 - Nancy Unger Mangabeira
 - Cláudio Gurgel
 - Juliano Homem de Siqueira
 - Edmilson Vitorino
 - José Gersino Saraiva Maia
 - Anatólia Alves
 - Luis Alberto Andrade de Sá Benevides
 - Francisco de Assis B. a Rocha Filho
 - Carlos Alberto Soares R. de Souza
 - Paulo Prestes de Paula
 - Avelino Capitani
 - José Adeildo Ramos
 - Rosa Maria Viana de Castro
 - Maria Joaquina Marques Dias
 - Ramires Maranhão do Vale
 - Almir Custódio de Lima
 - Vitorino Alves Moitinho
 - Ranússia Alves Rodrigues
 - José Bartolomeu R. de Souza
 - José Siltón Pinheiro
 - Paulo Pontes da Silva
 - Lourdes Maria Wanderley Pontes
 - Valdir Sales Sabóia
 - Dirceu Regis
 - Natur de Assis Filho
 - Irapuán Fernandes Rocha
 - Paulo de Almeida Amaral
 - Susana Maranhão
- Topo Gigio⁴⁶⁹
 - Paula / Andréa / Joana / Cristina
 - Conrado / Lorena / Breno
 - Julio Silva
 - Francisco Cariri
 - Rivelino / Riva
 - Tânia
 - Careca / Beбето / Otavio / Hugo / Ari
 - Mago / Daniel / Ricardo
 - Toinho / Vitor
 - Arquimedes
 - Rubens
 - Garcia / Lino
 - Rosinha
 - Quininha
 - Mago / Cristo / Magro
 - Otávio
 - Branco / Doido
 - Florinda / Maga / Magra
 - Tropi /Nego / Tropicalista
 - Gameleira
 - Natanael / Afonso
 - Lurdinha / Gordinha
 - Arnaldo
 - Poeta
 - Maric
 - Taka Hiroshima
 - Kid
 - Silvia

⁴⁶⁹ Paulo Paranhos era conhecido no comitê central como Topo Gigio, embora no livro de Álvaro Caldas, Tirando o Capuz, Paulo apareça com o codinome de Vicente (o primeiro preso após o assalto ao banco Soto Maior).

- Renato Afonso de Carvalho
 - Cláudio Nascimento
 - Rubens Lemos
 - Luis Alves Neto
 - Vivaldo Dantas
 - Cândido Pinto de Melo
 - Elinor Mendes Brio
 - Seledino Nunes de Oliveira
 - Manoel Jacinto Correia
 - Arno Geisen
 - Henrique Roberti Sobrinho
 - Olien Lustoza de Moraes
 - Edinaldo Miranda de Oliveira
 - Maria Dalva Leite de Castro
 - Marco Antonio Maranhão Costa
 - Sônia Hinds de Oliveira
 - Raul de Castro
 - Marcelo Nogueira da Cruz
 - Isabel Guimarães de Abreu
 - Augusto H. M. D`aurelie Olivier
 - Sueli Caldas
 - Laércio de Figueiredo Souto Maior
 - Lincínio Lima
 - Rômulo Araújo Lima
 - Juvêncio Batista dos Santos
 - Frederico José Menezes de Oliveira
 - Carlos Henrique Leal Nascimento
 - Adilson Odair Citelli
- Joel
 - Tipo
 - Edson / Túlio⁴⁷⁰
 - Lucas / Maia
 - Valfredo
 - Bicudo / Hilton
 - Saul / Rocha / Moisés⁴⁷¹
 - Zé Maria
 - Marechal / JM / Bagre / Fernando⁴⁷²
 - Souza / Carlos
 - André
 - Piriri / PI
 - José
 - Adriana
 - Ernani
 - Márcia
 - Orlando
 - Horácio
 - Mônica
 - Álvaro
 - Catarina
 - Professor
 - Arruda
 - Bordiga
 - Maranhão
 - Fred / Crispim
 - Raul
 - Penhinha

⁴⁷⁰ Túlio Lins Monteiro era o nome que Rubens utilizava no exterior, enquanto Edson da Silva Neves era a identidade dentro do Brasil

⁴⁷¹ Segundo dados da repressão, Elinor também usava no Paraná a identidade de Valter Rubem Limdyer.

⁴⁷² Fernando era o codinome de Manoel no CC e os outros codinomes ele utilizava na região (Paraná)

- Helena Boaventura Neto
 - Valdir Salles Sabóia
 - Geraldo Soares Silva
 - Thomas Miguel Pressbunger
 - Osmundo Bezerra Duarte
 - Antônio Paulo Terra Huckert
 - Jader Cunha Neves
 - Geraldo Seixas Patrício
 - Teixeira de Carvalho
 - Mauro Daisson Otero Goulart
 - Vitório Sorotiuk
 - Rholine Sonde Cavalcante Silva;
 - João Mauricio de Andrade Baltar,
 -
 -
 -
- Hilda
 - Bigode
 - Átila
 - Valério Martins
 - Ondino
 - Russo
 - Jadir

 - Nilo
 - Aroeira
 - Zé Pretinho

Anexo III – Componentes identificados do primeiro comitê central do PCBR⁴⁷³

Apolônio de Carvalho	- Secretário Político
Mário Alves	- Secretário de Organização
Jacob Gorender	- Secretário de Agitação e Propaganda
Miguel Batista	- Comissão Política
Jarbas Amorim	- Comissão Política
Manoel Jover Telles	- Comissão Política
Helena Boaventura Neto	- Direção (RJ)
Salatiel Teixeira Rolim	- Direção (RJ)
Augusto Henrique Maria D’Aurelie.	- Direção
Bruno Maranhão	- Direção (PE)
Nicolau Tolentino	- Direção
Rômulo Araújo Lima	- Direção (PB)
Armando Frutuoso	- Direção
Lincoln Bicalho Roque	- Direção
Manoel Jacinto Correa	- Direção (PR)

⁴⁷³ A maioria dos nomes foi pesquisada na dissertação: VINHAS, Moisés. O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo: HUCITEC. 1982.

Anexo IV – Componentes do segundo comitê central do PCBR, (identificados)⁴⁷⁴

Mário Alves	- Secretário Político
Apolônio de Carvalho	- Secretário de Organização
Nicolau Tolentino	- Secretário de Agitação e Propaganda
Miguel Batista	- Comissão Política
Jair (carioca - codinome)	- Comissão Política
René de Carvalho	- Direção
Luciano de Almeida	- Direção
Salatiel Teixeira Rolim	- Direção
Bruno Maranhão	- Direção
Getúlio de Oliveira Cabral	- Direção
Juliano Siqueira	- Direção
Marcelo Mário de Mello	- Direção
Jacob Gorender	- Direção
Alberto Vinicius de M. Nascimento	- Direção
Rômulo Araújo Lima	- Direção

⁴⁷⁴ A maioria dos nomes foi pesquisada na dissertação VINHAS, Moisés. O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo: HUCITEC. 1982.

Anexo V - Pronunciamento do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia

1 – A invasão da Tchecoslováquia por cinco países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética, é um ato de agressão que atenta contra os princípios do marxismo-leninismo e viola as relações de independência e igualdade entre os Estados socialistas.

O motivo básico alegado para justificar a invasão armada – defesa das conquistas do socialismo ameaçadas por uma contra-revolução – foi amplamente desmentido pelos fatos. Em vez de receberem apoio da classe operária tchecoslovaca, as tropas invasoras enfrentaram a repulsa unânime e dramática dos trabalhadores e do povo. Embora houvesse, realmente, na Tchecoslováquia, uma intensificação da atividade de setores reacionários e revisionistas, a classe operária não sentiu qualquer ameaça iminente, de origem interna ou externa, ao regime socialista – sendo, portanto, inteiramente injustificável a intervenção militar.

Na realidade, a violação da soberania do povo Tchecoslovaco foi ditada apenas pelos interesses do grupo dirigente burocrático da URSS e de outros países. A intervenção foi feita para garantir o Poder aos elementos que haviam sido alijados do governo e serviam de instrumentos servis ao governo soviético. Ao determinarem a ocupação da Tchecoslováquia, estes revelam, mais uma vez, sua concepção “chauvinista” de grande potência, alheia ao marxismo-leninismo.

Este ato de força atenta, assim, brutalmente, contra as justas relações entre Estados e povos socialistas, desfigurando a essência do socialismo como sistema político e social. Ao mesmo tempo, serve de estímulo aos planos imperialistas contra a independência e o direito de autodeterminação dos povos, em todo o mundo.

2 – A condenação veemente a esta ação agressiva não implica em qualquer solidariedade às tendências revisionistas e anti-socialistas que realmente grassam na Tchecoslováquia.

O movimento desencadeado contra as deformações de caráter burocrático e dogmático, representadas por Novetny e seu grupo, é legítimo na medida em que reflete as aspirações dos trabalhadores e do povo da Tchecoslováquia a uma verdadeira democracia socialista. No bojo deste movimento, afloraram, entretanto, com força, posições

oportunistas e reacionárias, ameaças à ditadura do proletariado; ao papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda.

A denúncia enérgica destas posições hostis ao socialismo e luta intransigente contra o liberalismo burguês eram e continuam a ser um dever irrecusável dos comunistas tchecos e eslovacos. Esta luta em defesa do Estado proletário na Tchecoslováquia deve, ainda, sem dúvida, contar com o apoio decidido de todos os governos socialistas e de todos os partidos Comunistas.

A invasão militar do Pacto de Varsóvia, no entanto, longe de solucionar o problema, contribui para torná-lo mais grave: sobretudo por que se faz em defesa de deformações burocráticas cuja existência constitui o estímulo principal às tendências anti-socialistas e revisionistas. O combate a tais tendências, nos países socialistas, só pode lograr êxito, se igualmente, forem superadas as concepções herdadas da época de Stálin.

Depois de toda a trágica experiência vivida pela URSS e outros países socialistas, não pode ter reconhecimento um socialismo em que as massas trabalhadoras não participem efetivamente do Poder, não tem liberdade de expressão e não exercem o direito de crítica.

O socialismo na Tchecoslováquia não pode ser defendido nem mantido por uma intervenção militar. Sua solidez depende do apoio da classe operária – e só terá este apoio se os trabalhadores o sentirem como uma conquista sua, não como uma imposição de origem interna ou externa.

3 – A alegação dos dirigentes soviéticos de que intervêm na Tchecoslováquia em defesa do sistema socialista e dos princípios marxista-leninistas é uma explicação hipócrita.

Com efeito, cabe aos atuais líderes da URSS a responsabilidade histórica pelos maiores atentados cometidos contra o socialismo e os princípios revolucionários da classe operária. Os acontecimentos da Tchecoslováquia tem sua raiz e sua causa profunda nas desfigurações do marxismo-leninismo praticado pelos dirigentes soviéticos, quer se trate dos desvios dogmáticos e burocráticos herdados da época de Stálin – e conservados, no essencial, pela equipe de Brejnev e Kosiguin – quer das concepções revisionistas e oportunistas vigentes a partir do XX Congresso do PCUS.

Quando acusam os dirigentes tchecoslovacos de dividirem o campo socialista, os líderes soviéticos não podem ocultar a evidência de que são os maiores culpados por essa divisão – devido à sua conduta “chauvinista” de grande potência. Recriminam os

tchecoslovacos por seus planos de aproximação com os países capitalistas, enquanto são eles – os dirigentes soviéticos – que propugnam a política de apaziguamento e conciliação com o imperialismo norte-americano. Censuram os tchecoslovacos pelo estreitamento das relações econômicas com os países ocidentais, mas são eles – os dirigentes soviéticos – que prestam ajuda técnica e financeira a ditaduras antipopulares, como a do Brasil.

A conduta do atual governo soviético é marcada pela tentativa de subordinar o movimento revolucionário mundial às conveniências da política externa oportunista da URSS. Sua concepção antileninista da coexistência pacífica é orientada para conchavos e concessões sem princípios aos imperialistas, sendo sua expressão mais evidente o condomínio soviético-americano da energia nuclear. Sua pretensa política de defesa da paz é uma tentativa de manter o *status quo*, em detrimento da luta revolucionária – e contribui para a desmobilização dos povos em face do imperialismo.

Que créditos merecem, pois, os dirigentes soviéticos, ao se apresentarem como defensores do socialismo e do marxismo-leninismo?

4 – Surgido da luta contra o revisionismo, o oportunismo e o burocratismo, o PCBR chama seus militantes a, juntamente com outras forças revolucionárias, levantar bem alto a bandeira do Socialismo, como expressão real da libertação do Homem e de uma sociedade onde existe a fraternidade entre os povos. A prática efetiva do internacionalismo proletário – exigência fundamental de nossa concepção do mundo – implica na existência de relações baseadas na independência, na ajuda crítica e na colaboração entre os partidos marxista-leninistas e os Estados socialistas.

A invasão militar na Tchecoslováquia por cinco países socialistas é um fato de maior gravidade. Coloca ante cada Partido Comunista e cada militante revolucionário o dever de lutar intransigentemente em defesa do marxismo-leninismo, contra as concepções que tendem a desfigurá-lo e a substituí-lo pela mistificação revisionista.

Agosto, 1968 - A Comissão Executiva do Comitê Central do PCBR.

Anexo VI – Documento do PCBR estabelecendo as diferenças com o coletivo de São Paulo da Corrente Revolucionária criou a ALN

Estamos certos de que os militantes revolucionários, que lutaram contra a farsa do VI Congresso, queriam e querem um Partido marxista-leninista revolucionário, isento de taras burocráticas, vivificando a democracia interna e pela direção coletiva responsável perante as bases. O que se propõe, porém, é não só a dissolução do Partido, como a constituição por um aglomerado, sem nome e sem programa, submetido à (...) de direção que, em matéria de irresponsabilidade unipessoal, nada fica a dever ao tão conhecido e repudiado prestismo. O chamado Agrupamento Comunista de São Paulo se manifesta contra a “teoria do foco”, mas é realmente nela que se inspira para decretar a dissolução do partido em São Paulo. Dado que a teoria do foco se desprestigiou, em virtude de seu fracasso prático, já não é possível defendê-la abertamente. Mas o liquidacionismo do Agrupamento se filia (...) as teses básicas desta teoria, quando afirma “a guerrilha é a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental”. E mais: “que o comando geral de toda a organização é a guerrilha, onde quer que ela esteja”.

Os militantes revolucionários não podem aceitar, sem a mínima explicação autocrítica por parte de dirigentes responsáveis, a sucessão, praticamente sem intervalo, de posições essencialmente opostas: a primeira declarando o Partido imprescindível à vitória da revolução; a segunda declarando o mesmo como um obstáculo a esta mesma vitória.

Este documento, que, aqui, fraternalmente contestamos, repousa num dilema: o de que um Partido, qualquer que ele seja, impede a Atividade comunista e, em primeiro lugar, a preparação e o desencadeamento da luta armada. Um partido reformista, bajulador da burguesia, como é o de Prestes, impede, de fato, a atividade revolucionária e para isso que ele hoje existe. Mas um partido revolucionário, fiel ao marxismo-leninismo, é condição indispensável para que a ação revolucionária se dese e ganhe a direção consequente do proletariado (Documento intitulado aos comunistas revolucionários de São Paulo, assinado pela Comissão Provisória de Organização do PCBR em São Paulo, início de 68).

Anexo VII - Número de processos envolvendo organizações de esquerda entre 1969 a 1972⁴⁷⁵

NOME DAS ORGANIZAÇÕES	NÚMERO DE PROCESSOS
ALN	72
AP	38
PCBR	32
MR-8/DI-GB	32
VAR	32
VPR	30
PCB	28
PC do B	17
ALA VERMELHA	10
POC	07
COLINA	06
PCR	05
PORT	05
POLOP	04
PRT	04
REDE	04
FBT	04
CORRENTE	03
FLN	03
FLNE	03
MAR	03
MEL	03
MOLIPO	03
MR-26	03
M3G	02
MRM	02
MCR	02
DI-DF	01
FALN	01
MRT	01
UC	01
ORGAN. NÃO IDENTIFICADAS	11
TOTAL DE PROCESSO	342

Do total de processos identificados como sendo de alguma das mais de 30 organizações de esquerda do período⁴⁷⁶, (331), quase 10% são processos envolvendo o PCBR. Nesse conjunto de processos, mais de 400 pessoas foram arroladas nos mesmos, sendo que nem todas foram condenadas.

⁴⁷⁵ Dados extraídos do Arquivo Brasil Nunca Mais

⁴⁷⁶ Algumas delas não tiveram processos encaminhados nesse período

Anexo VIII – Processos envolvendo militantes do PCBR distribuídos por ano e por estados⁴⁷⁷

	1969	1970	1971	1972
Paraná		2		
Rio de Jan.		3	2	3
Bahia		4	1	
Ceará		1	3	1
Pernambuco		3	1	1
Rio G. Norte	1	1	3	
São Paulo		1		
Paraíba	1			
Total proc.	2	15	10	5

⁴⁷⁷ Dados retirados do Arquivo Brasil Nunca Mais

Anexo IX - Relação dos Mortos Oficiais e Desaparecidos no Brasil entre 1964 e 1983⁴⁷⁸

ANO	MORTOS OFICIAIS	DESAPARECIDOS
1964	13	02
1965	01	---
1966	02	---
1967	01	---
1968	11	---
1969	18	01
1970	22	02
1971	33	16
1972	38	17
1973	28	41
1974	---	36
1975	03	08
1976	05	---
1977	01	---
1978	---	---
1979	05	---
1980	03	---
1981	---	---
1982	---	---
1983	01	---
TOTAL	185	123

⁴⁷⁸ VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (1967-1973)**. Porto Alegre: 2005, p.p.205

Anexo X – Militantes do PCBR assassinados⁴⁷⁹

Marco Antônio da Silva Lima	- 14/01/70
Mário Alves de Souza Vieira	- 16/01/70
Odijas Carvalho de Souza (Maria Farinha/PE)	- 30/01/71
Miriam Lopes Verbena (perto Caruaru/PE – acidente)	- 08/03/72
Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides (c/ Miriam)	- 08/03/72
Ezequias Bezerra da Rocha *	- 11/03/72
Fernando Augusto da Fonseca (Sandália/preso em Recife)	- 29/12/72
Valdir Sales Sabóia	- 29/12/72
Lourdes Maria Wanderley Pontes	- 29/12/72
José Silton Pinheiro	- 29/12/72
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	- 29/12/72
Getúlio de Oliveira Cabral	- 29/12/72
Anatália de Souza Alves de Mello	- 22/01/73
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano **	- 13/09/73
Vitorino Alves Moitinho (morto no Rio)	- 27/10/73
Ramires Maranhão do Vale	- 27/10/73
Ranússia Alves Rodrigues	- 27/10/73
Almir Custódio de Lima	- 27/10/73

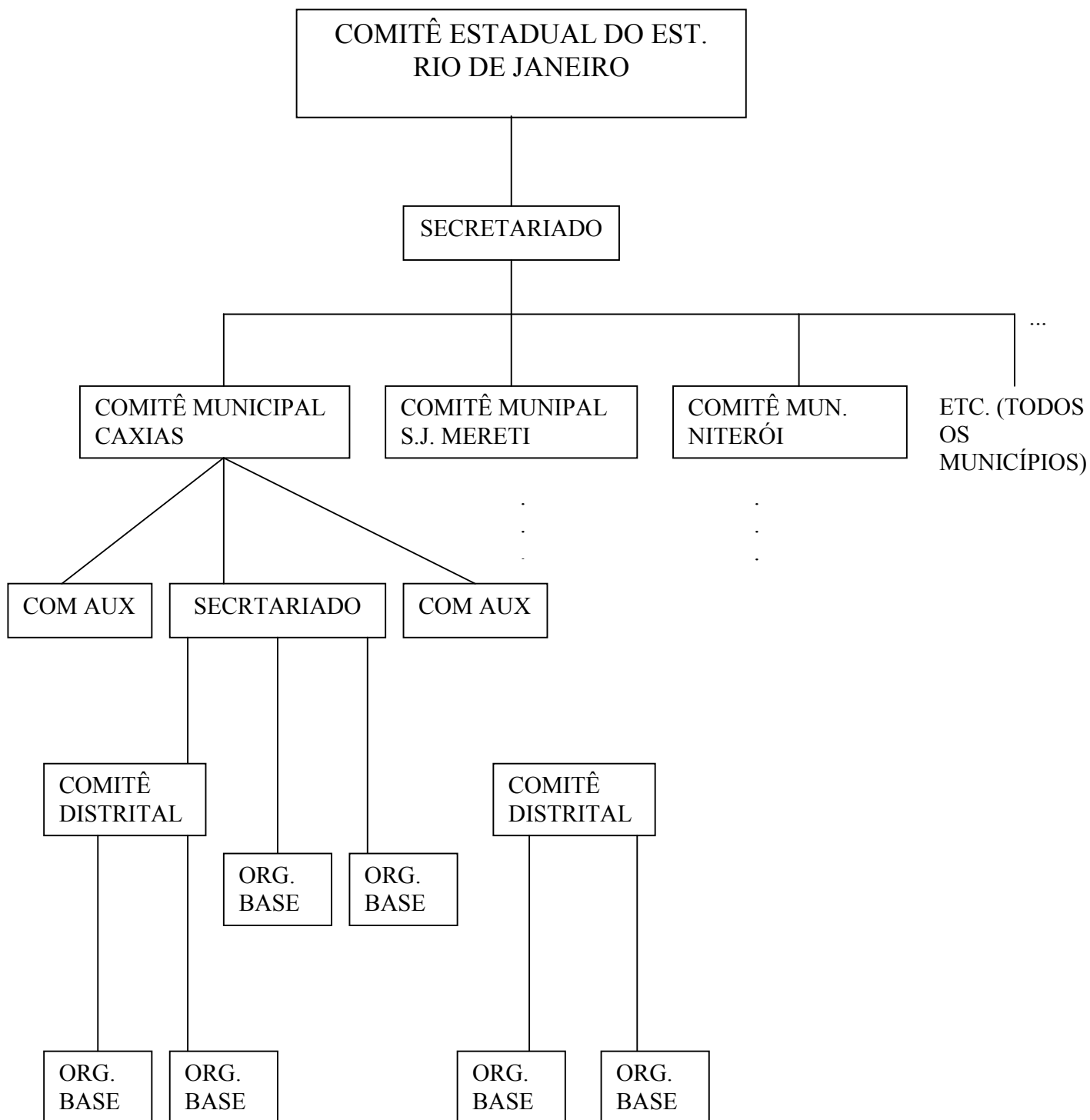
* Ezequias não era militante do PCBR. Foi assassinado porque teria emprestado o carro em que viajavam Luiz Andrade de Sá Benevides e Miriam Lopes Verbena quando sofreram o acidente ainda não bem explicado.

** É preso dia 13/09/73 no Chile e nunca mais a família teve notícias suas.

As datas das mortes referem-se às informações oficiais, sendo que em alguns casos os militantes já estavam mortos e foram colocados em locais previamente preparados para criar a justificativa de que foram mortos em tiroteio.

⁴⁷⁹ Fonte: VINHAS, Moisés. O Partido. **A luta por um partido de massas. 1922-1974**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

Anexo XI – Organograma do Comitê Estadual do Rio de Janeiro⁴⁸⁰



⁴⁸⁰ Conforme interrogatório nº 76/74 de Jarbas Amorim em 06 de maio de 1974 de 13:00-17:00.

Unidade 4/Contabilidade 5
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCB

01	- AUGUSTO HENRIQUE MARIA D'ARBELLE OLIVIER	- - - - -	7152
02	- APOLOMIO FIMTO DE CARVALHO	- - - - -	"
03	- ALBERTO GENTILIS FILHO	- - - - -	"
04	- ANGELA GAMARCO SIKIAS 6 6	- - - - -	"
05	- AIRTON CORREIA DE ARAUJO	- - - - -	18.082
06	- ANTONIO SOARES DE LIMA FILHO	- - - - -	19.093
07	- ARTHUR JADER GUNIA NEVES	- - - - -	"
08	- ALCIR HENRIQUE DA COSTA	- - - - -	"
09	- ANELMO BIONI CAPEZANI	- - - - -	18.017
10	- ANTONIO PRISTES DE PAULA	- - - - -	18.766
11	- ANA LUCIA DE SOUSA MEXGAÇO	- - - - -	"
12	- ALVARO MACHADO CALDAS	- - - - -	"
13	- ANITA DE MORAES SLADE	- - - - -	"
14	- BRUNO COSTA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	- - - - -	18.042
15	- BRUNO DAUSTER	- - - - -	"
16	- CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA	- - - - -	"
17	- CARLOS EDUARDO REZZEK ULUP	- - - - -	"
18	- CARMEN GYNIRA LEITE DE CASTRO SCHULLER	- - - - -	"
19	- CANDIDO FIMTO DE MELO	- - - - -	17.011
20	- ERIC GENNER ROSAS	- - - - -	19.275
21	- HERALDO FERNANDES DOS SANTOS	- - - - -	18.832
22	- ENILIA ROSA DA SILVEIRA TORTEMA	- - - - -	"
23	- EDUARDO FERREIRA LIMA	- - - - -	18.899
24	- ETERNALDO MIRANDA DE OLIVEIRA	- - - - -	18.182
25	- ELLANE SALGADO	- - - - -	"
26	- FRANCISCO DE ASSIS BARRETO ROCHA FILHO	- - - - -	17.076
27	- FREDERICO JOSÉ DE MENEZES OLIVEIRA	- - - - -	15.604
28	- FRANCISCO SORIANO DE SOUSA NUNES	- - - - -	"
29	- FRANCISCA ABIGAIL BARRETO PARANHOS	- - - - -	"
30	- FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA	- - - - -	"
31	- GERVILDO TENORIO	- - - - -	15.582
32	- GERALDO SOARES	- - - - -	17.641
33	- GILMEY AMORIM VIANA	- - - - -	"
34	- GETULIO DE OLIVEIRA CABRAL	- - - - -	"
35	- HERALDO FERNANDES DOS SANTOS	- - - - -	18.832
36	- IZABEL GUIMARÃES DE ABREU	- - - - -	"
37	- IVO DE MIRANDA NOGUEIRA	- - - - -	"
38	- IZAIAS FERREIRA DE LIMA	- - - - -	"
39	- JOSÉ EMILSON REBEIRO DA SILVA	- - - - -	18.815
40	- JOSÉ MARLA GOMES DA SILVA	- - - - -	"
41	- JOSÉ ADELDO	- - - - -	"
42	- JOSÉ CARLOS BRANDÃO MONTEIRO	- - - - -	"

Atesto que esta cópia está de acordo com o original depositado neste Arquivo.

Ricardo, 14 de 03 de 2003

Ricardo
 Departamento de Arquivo

Anexo XII – Lista de procurados pela polícia pertencentes ao PCB⁴⁸¹

⁴⁸¹ Material encontrado no CENIMAR - RJ.

43 - JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA	Front.	18.067
44 - JARBAS AMORIM	"	
45 - JOSÉ MILTON BARBOSA	"	19.091
46 - JOSÉ COERÇA FILHO	"	
47 - JORGE EMILIO BOWET GUILAYN	"	
48 - JACOB GORENDER	"	15.388
49 - LUIZ ALBERTO ANDRADE SÁ BENEVIDES	"	
50 - LILLIAN ROSE SEBALDERS	"	
51 - MARGO AURELIO BORBA	"	
52 - MARIO ALVES DE SOUSA VIETRA	"	15.391
53 - LUCIANO DE ALMEIDA	"	18.096
54 - MARGOS DE MIRANDA BATISTA	"	19.144
55 - MARIA TEREZA LEMOS VILAÇA	"	19.010
56 - MARCELO NOFUEIRA DA CRUZ	"	
57 - LUIZ CARLOS DE SOUZA CATALDO	"	
58 - MARCELO/MARIO DE MELO	"	18.976
59 - MAURICIO ANISIO DE ARAUJO	"	19.015
60 - MARIA DALVA HEITE DE CASTRO	"	
61 - MIGUEL BATISTA DOS SANTOS	"	
62 - MARIA JOAQUINA MARQUES DIAS	"	
63 - MARIA JULIETA MENDONÇA VIANA	"	
64 - MARIO FONSECA RODRIGUES	"	
65 - NÉSIO SACQUES MERRIRA	"	
66 - NICOLAU TOLENTINO ABRANTES DOS SANTOS	"	15.695
67 - NANCY MANGABELIRA UNGER	"	19.064
68 - PERLY CIPRIANO	"	19.007
69 - PAULO SÉRGIO GRANADO PARANHOS	"	
70 - FLINIO ARMANDO BATISTA	"	
71 - RAIMUNDO JOSÉ BARROS TEIXEIRA MENDES	"	
72 - ROMEU BERTOL	"	
73 - RÔMULO DE ARAUJO LIMA	"	15.570
74 - RONALDO HUMBERTO BUARQUE BRUNO DE HOLANDA FERREIRA	"	
75 - RENÉ LOUES DE CARVALHO	"	19.074
76 - ROSA MARIA VIANA DE CASTRO	"	
77 - RISOLINE SONDE CAVALCANTI SILVA	"	
78 - ROBERTO RIBEIRO MARTINS	"	
79 - RONALD DE ARANTES LOBATO	"	
80 - SONIA MARIA GOULART SALLES	"	
81 - SONIA ROSADAS TREME & & &	"	
82 - SONIA HINDES DE OLIVEIRA	"	
83 - SOLENDINO NUNES DE OLIVEIRA	"	

Atesto que esta cópia está de conformidade com o original depositado neste Arquivo.

Recife, 14 de 03 de 2003

S. P. E. J. R. / Departamento de Arquivo

84 - SUNLY PENHA RODRIGUES	- - - - -	Attest.	_____
85 - SAMUEL FIRMINO DE OLIVEIRA	- - - - -	"	17.217
86 - SYLVIO REYMAN UYSSÉIA DE NEDEIROS	- - - - -		_____
87 - SALATRIEL TEIXEIRA ROLINS	- - - - -		_____
88 - THOMAZ MIGUEL PRESSBURGER	- - - - -		_____
89 - WASHINGTON ALVES ROCHA	- - - - -		_____
90 - VITORIO SOROTINK	- - - - -		_____
91 - VERA LUCIA CARNEIRO VITAL BRASIL	- - - - -		_____
92 - ZILDA PAULA XAVIER PEREIRA	- - - - -		_____

Atesto que esta cópia está de
 midagem com o original deposita
 Arquivo.

Recife, 14 de 03 de
 A. P. J. R. / Departamento de *Arquivo Geral*

PCBR



Em 16.05.1972

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL

RELAÇÃO DE PESSOAS PRONTUARIADAS NESTE ARQUIVO POR ATIVIDADES SUBVER-
SIVAS:

ARIASANE XAVIER DE BRITO	-----	Prentuario n. 19.339
ARILDO ALVES DE MELO	-----	" n. 19.606
DANTANO DE OLIVEIRA CINTRA	-----	(Pasta de SINDICANCIAS74-A)
CARLOS ALEXANDRE LAPA DE AGUIAR	-----	" n. 19.601
DANIÃO CALIXTO TRAJANO	-----	(Pasta de SINDICANCIAS)- 105-A
FABIANO ADABERTO DE ALMEIDA LEITE	-----	-19.607
FRANKLIN DARIO DA SILVA	-----	19.608
HELENA MARIA QUINTELA	-----	-19.603
IVALDEVAN DE ARAUJO CALHEIRO	-----	19.609
IZAURA FERREIRA SANTOS	-----	19.620
JOÃO FLORENCIO JUNIOR	-----	19.612
JOÃO FRANCISCO DA SILVA	-----	19.619
JOSÉ IVANILDO ALVES MACHADO	-----	-19.613
JOSÉ RODRIGUES COSTA FILHO	-----	18.140
KARL MARX GUTMARÃES COELHO	-----	17.303
JUVENILDO FERREIRO LEI SOUSA	-----	-19.614
MANUEL ROMÃO FERREIRA DA COSTA	-----	PASTA DE SINDICANCIAS - 351-A
MARIA ANGELINA DE OLIVEIRA	-----	19.618
MARIA QUINTELA DE ALMEIDA	-----	-19.511
MARIA DO SOCORRO DIOGENES	-----	-19.602
PELMO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL	-----	-19.615
SONIA COUINHO CALHEIROS	-----	-19.616
SONIA MARIA DE ARRUDA BELTRÃO	-----	-19.617

Atsato que esta copia esta de confor-
midade com o original depositado neste
Arquivo.

Recda. 14 de 03 de 2003

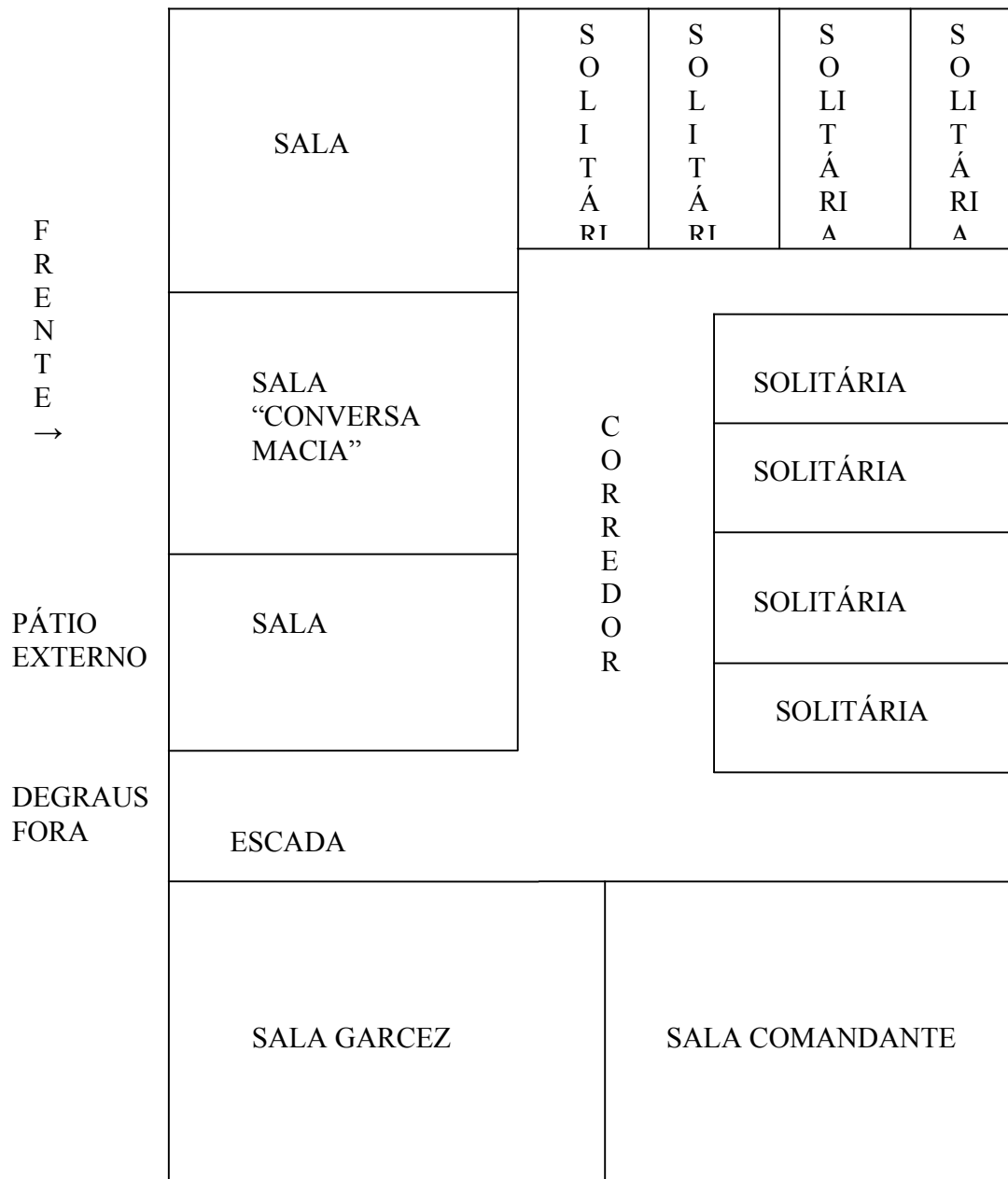
APREK / Desativamento de Arquivo

Anexo XIII – Lista de procurados pela polícia pertencentes ao PCBR em Pernambuco⁴⁸²

⁴⁸² Material encontrado no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

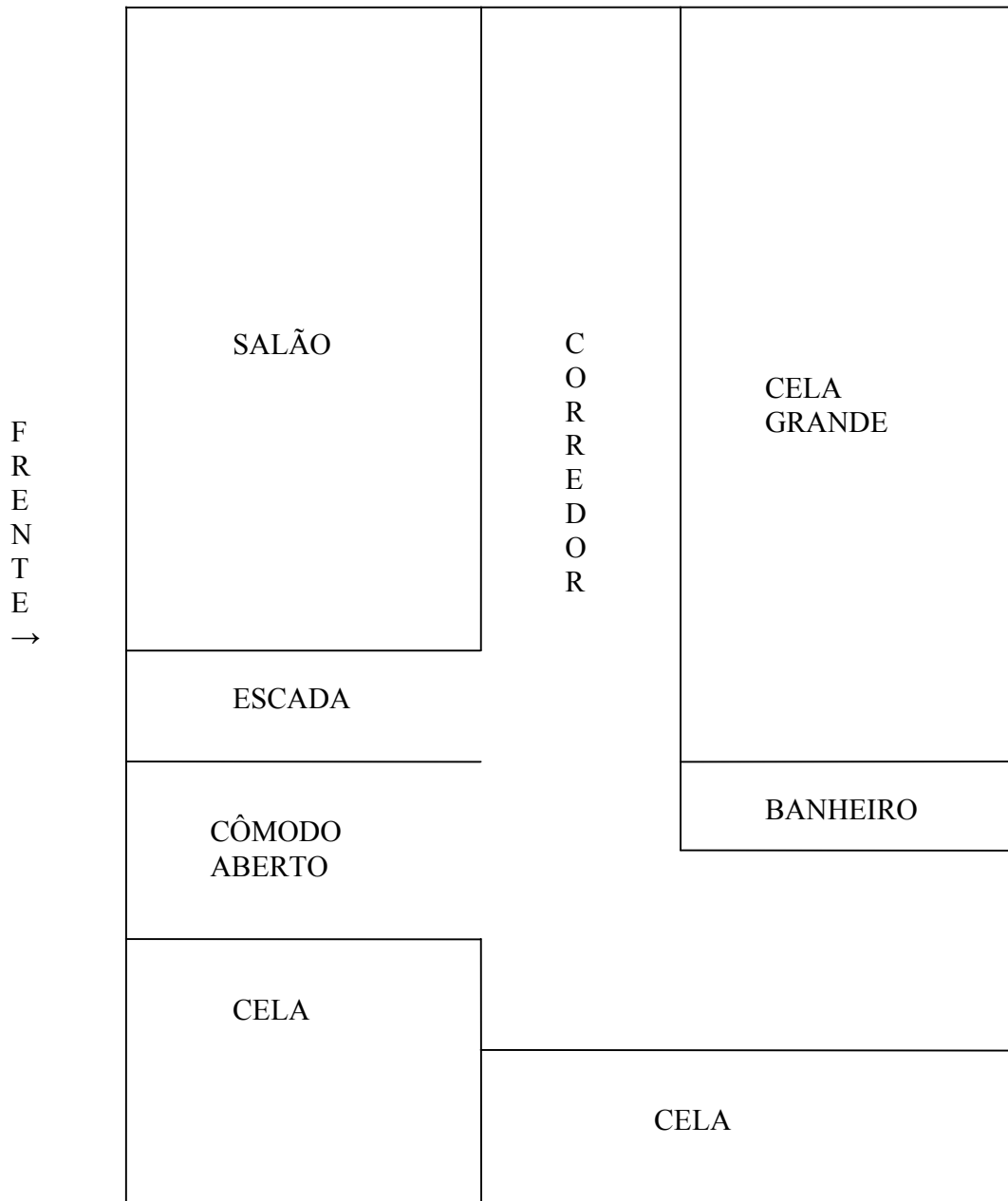
Anexo XIV – Planta do DOI-CODI⁴⁸³

1º ANDAR DOI-CODI



⁴⁸³ Conforme entrevista de Raimundo Teixeira Mendes, em 11 de setembro de 1986. Gravação nº 28, p. 81.

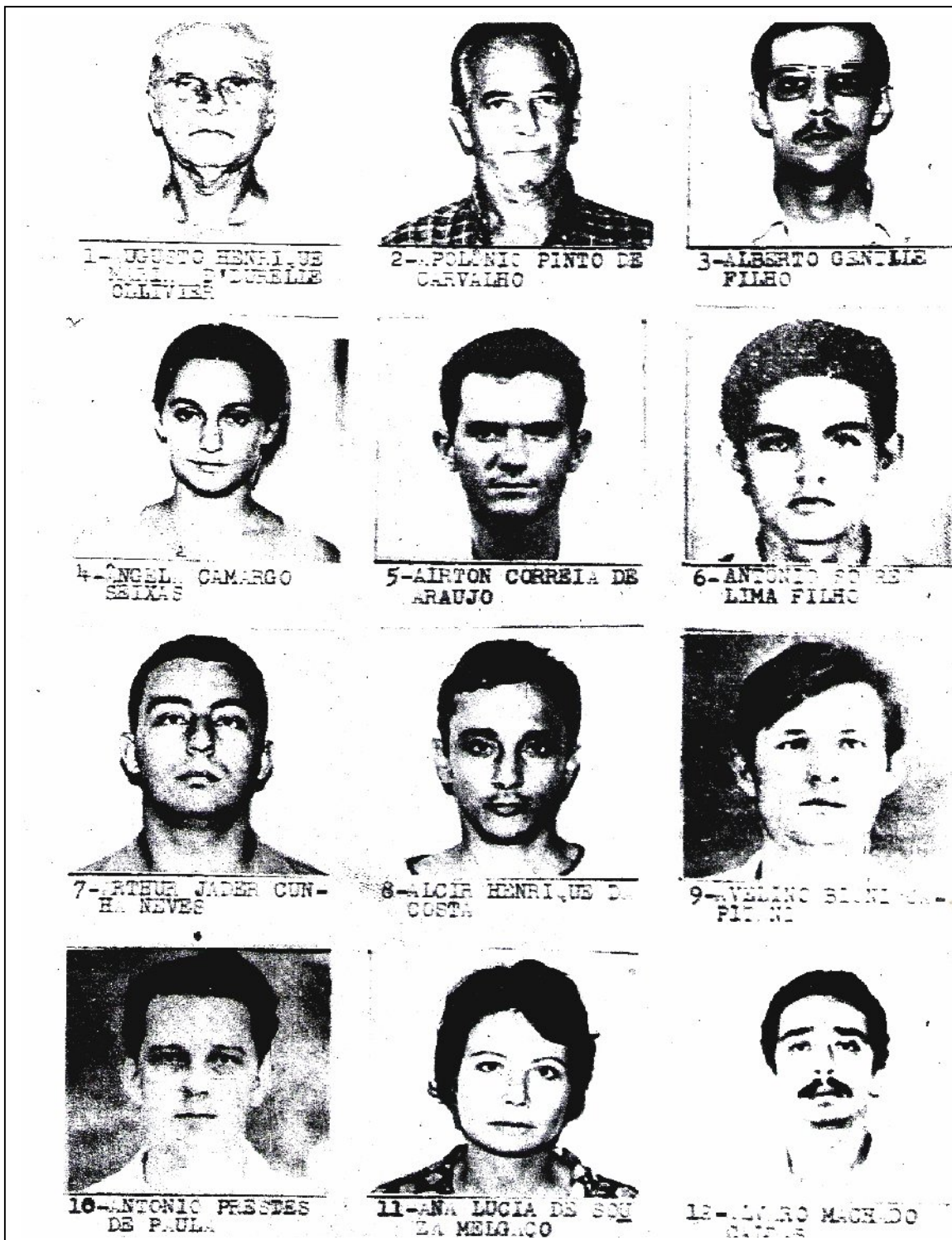
2º ANDAR DOI-CODI



CONFIDENCIAL	
MINISTERIO DO EXERCITO I EXERCITO	Rio. GB. 21 JUN 1971
1. ASSUNTO : Subversivos Foragidos	(*) - 1a DE-1a BR-1a CRI-1a B-1a DIV. 1a BR-2a BIA 1a B-1a B-1a B-1a 1a B-1a B-1a B-1a B-1a B-1a 1a B-1a B-1a B-1a B-1a B-1a 1a B-1a B-1a B-1a B-1a B-1a 1a B-1a B-1a B-1a B-1a B-1a
2. ORIGEM : CIE	
3. CLASSIFICACAO : *	
4. DEFEICAO : (*)	
5. DIR DESDE ORIGEM : *	
6. ANEXO : Cópia de fotografia de cada marginado	
7. REFERENCIA : PB nº 306/71-B-102-B1, do CIE	
PEDIDO DE BUSCA Nº 371/71-SC	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> SAU Nº 1781 DATA 21/06/71 [Assinatura] </div>	
<p>1. DADOS CONHECIDOS:</p> <p>Os elementos abaixo são subversivos, todos membros do PCBR/RS, sendo que alguns já se encontram condenados ou com prisão preventiva de execução.</p>	
<p>MIGUEL FERREIRA LIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Codinome: SERPA, GUERRA, MARCEL, FIRMIO, CARLOS, TOM - Apelido: BATECA - Natural de JOÃO PESSOA-PARAÍBA, nascido em 17/2/47, filho de Marimino Vasconcelos Lima e de Maria do Rosário Ferreira Lima. - Condenado pela Aud/7a CJM, em 26 Jan 70, à pena de 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Encontra-se foragido deste agosto de 1969. 	
<p>FRÉDILSON RIBEIRO DA SILVA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Codinome: SILVA, GUERREIRO, VALERIO, JOAO, SIDENTONTO e MIGUEL. - Natural de ARARUNA-PARAÍBA, nascido em 25 Jul 45, filho de Francisco Ribeiro da Silva e de Tita Ferreira de Jesus Ribeiro. - Condenado pela Aud/7a CJM, em 26 Jan 70, à pena de 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Encontra-se foragido desde agosto de 1969. 	
<p>ARACILDO SOARES DE LIMA FILHO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Codinome: IVAN, MIN, LUCIO - Apelido: HBLP - Natural do Estado da PARAÍBA, nascido em 29 Dez 50, filho de ARACILDO SOARES DE LIMA e de Ana Gomes Soares. Condenado pela Aud/7a CJM, em 26 Jan 70, à pena de 6 (seis) meses de detenção. Encontra-se foragido desde agosto de 1969. É elemento bastante perigoso, já tendo sido assinalada a sua presença e atuação nas cidades de RECIFE, FORTALEZA, MACAÉ. 	
CONFIDENCIAL	

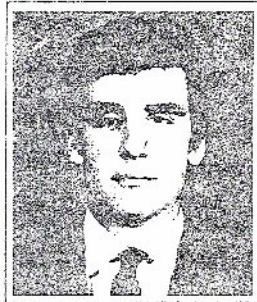
⁴⁸⁴ Material encontrado no Centro de Informações da Marinha. (CENIMAR – RJ).

Anexo XVI – Fotos de integrantes do PCBR procurados pela polícia⁴⁸⁵



⁴⁸⁵ Material encontrado no Centro de Informações da Marinha. (CENIMAR – RJ).

ELEMENTOS SUBVERSIVOS PROCURADOS
(S. S. P.-PE)



1- BRUNO COSTA DE ALENCAR MARANHÃO



2- ALBERTO VINÍCIUS FILHO DO NASCIMENTO



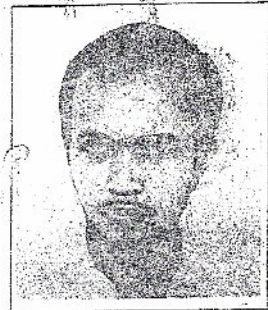
3- CARLOS ALBERTO SOARES



4- MARCELO MÁRIO DE MELO



5- JOÃO MAURÍCIO DE ANDRADE GALTAR



6- PAULO PONTES DA SILVA



7- MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE



8- JOSÉ HONÓRIO SILVA



9- "LÚCIO"



10- FREDERICO MENDES DE OLIVEIRA



11- HÉLIO FERREIRA RÊGO



12- FRANCISCO JOSÉ DE MOURA

Atento que esta copia está em conformidade com o original depositado neste Arquivo.
Recife, 14 de 03 de 2003
S.P.E.J.R. de Pernambuco Arquivo